PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luciana Ribeiro Paneghini

Vermelho com lilás: militância, formação e trabalho profissional de assistentes sociais feministas socialistas

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luciana Ribeiro Paneghini

Vermelho com lilás: militância, formação e trabalho profissional de assistentes sociais feministas socialistas

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação da Professora Doutora Maria Beatriz Costa Abramides.

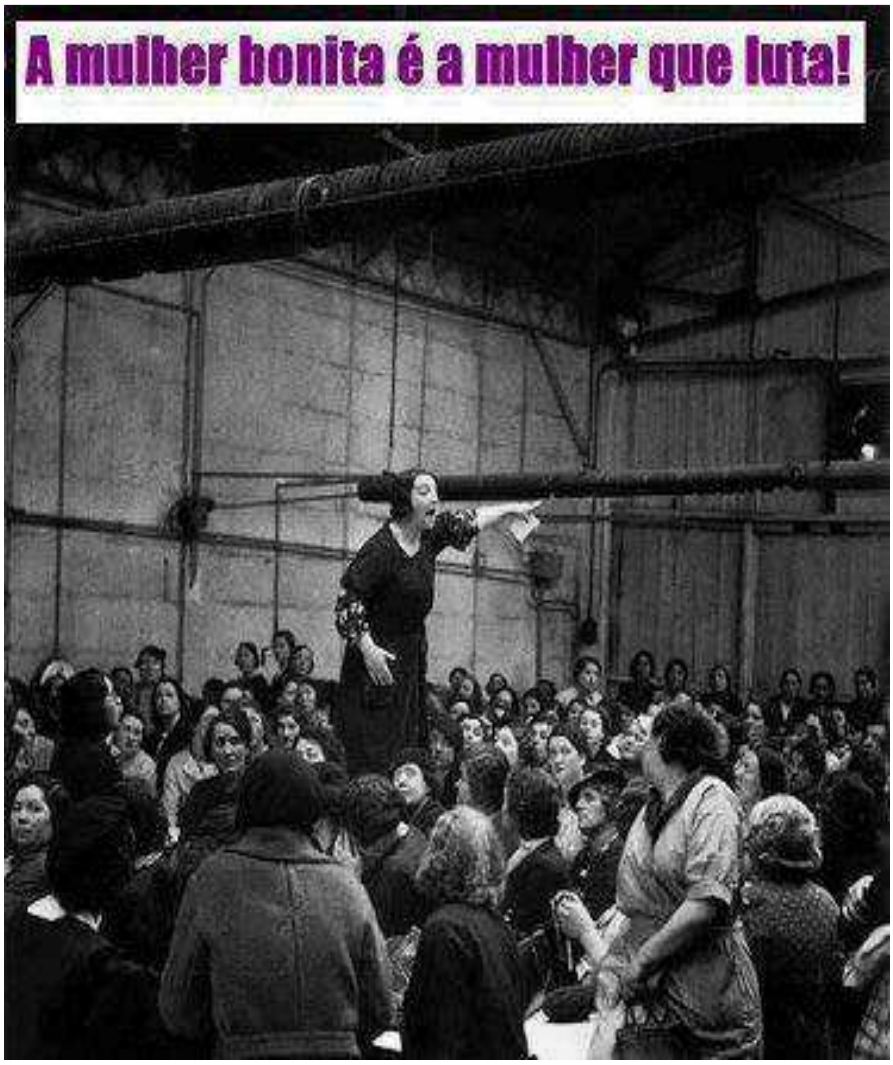
São Paulo
2015

Banca Examinadora

_____

_____

_____


A mulher bonita é a mulher que luta!

A todas aquelas que ousaram e ousam lutar...

AGRADECIMENTOS

À minha linda mãezinha, Ivani Ribeiro, que tem me auxiliado em todos os momentos da vida. Aos meus avós, Genilda e Antônio Ribeiro, por tudo o que fizeram por mim desde sempre. Aos meus tios e primos, por seu amor.

Ao meu amado, Leandro Luiz Pradela, que com seu amor e paciência tem estado comigo, me apoiando há 12 anos.

À minha querida Bia Abramides, professora e orientadora maravilhosa.

A Cintia Aparecida da Silva e Natália Lobo Cividanes, ambas assistentes sociais do Ministério Público do Estado de São Paulo, por terem me ajudado a conhecer as aulas da pós-graduação, como ouvinte, e por terem me incentivado a fazer o processo seletivo do mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A Paula Guimarães, psicóloga do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), por ter me auxiliado na elaboração do projeto de pesquisa.

A Bianca Ribeiro de Souza, também assistente social do MP-SP, por ter me dado dicas sobre a revisão do trabalho.

A Isabel Campos de Arruda, minha ex-coordenadora, por ter me dado o suporte para participar de eventos relacionados à militância e ao projeto de pesquisa.

Às minhas queridas participantes da pesquisa, que contribuíram muito com todo esse processo.

Aos maravilhosos professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP (não cito os nomes, para não cair no erro de me esquecer de pessoas importantes), os quais têm contribuído com todo o meu processo de formação.

Às Professoras Dras. Claudia Mazzei Nogueira e Rosalina de Santa Cruz Leite, pelo aprendizado possibilitado na qualificação.

A todos/as vocês, muito obrigada!

TODAS AS VIDAS

Cora Coralina

Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau olhado, acocorada ao pé do borralho,
olhando para o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
macumba, ferreiro.
Ogã, pai-de-santo...

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho,
seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilhada de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.

Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.

Vive dentro de mim
a mulher roceira.
Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.

Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
Fingindo alegre seu triste fado.

Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida -
a vida mera das obscuras.

RESUMO

PANEGHINI, Luciana Ribeiro. **Vermelho com lilás:** militância, formação e trabalho profissional de assistentes sociais feministas socialistas. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho objetiva analisar a incidência do ideário feminista socialista para o trabalho profissional de assistentes sociais que militam em movimentos com esse recorte. Para tanto, resgata-se a história do feminismo urbano ocidental, bem como a luta das mulheres de esquerda com a classe trabalhadora, na Europa e na América Latina. Visando esclarecer as diferenças existentes entre os diversos matizes do feminismo, recorreu-se aos estudos de Marx, Engels e outros marxistas, no que se refere à opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade. O feminismo brasileiro foi analisado mediante o seu resgate histórico, presente, sobretudo, em Teles (1999) e Pinto (2003). Procedeu-se, ainda, a um estudo histórico sobre o Serviço Social, com foco em sua relação profissional com o gênero feminino. O marco que altera a atuação conservadora do Serviço Social direcionada aos/às usuários/as encontra-se na reconceituação da profissão, a partir da qual a categoria se aproximou das demandas feministas e das mulheres periféricas e trabalhadoras. Com a reconceituação e construção de um projeto ético-político, articulado a um projeto societário sem exploração e opressão, as entidades da categoria, sobretudo o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), começaram a elaborar documentos, pautando a questão das mulheres e posicionando-se de forma feminista, com uma perspectiva de classe bastante proeminente. Por fim, realizou-se a análise das entrevistas com as três assistentes sociais pesquisadas, a fim de compreender se o ideário que caracteriza essa vertente do feminismo influencia seu trabalho profissional, direcionado à população atendida e ante as instituições empregadoras e a equipe de trabalho. A análise permitiu compreender quais aquisições foram possibilitadas pela militância para o trabalho profissional.

Palavras-chave: Feminismo. Serviço Social. Incidência do feminismo socialista para o trabalho profissional.

ABSTRACT

PANEGHINI, Luciana Ribeiro. **Red with lilac:** militancy, training and working professional of social workers socialists feminists. 2015. 209 f. Master´s degree – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

This paper aims to analyze the impact of socialist feminist ideas for the work of social workers who take part in movements with this kind. Therefore, we tried to rescue the history of western urban feminism, as well as the struggle of women of left with the working class in Europe and Latin America. In order to clarify the differences between the various shades of feminism, it was necessary to refer to studies of Marx, Engels and others marxists, as regards the question of oppression experienced by women in society. The brazilian feminism was analyzed through its historical review present, especially, in Teles (1999) and Pinto (2003).
Also was realized a historical study of Social Work, focusing on his professional relationship with the female gender. The milestone that changed the conservative performance of Social Work with the users is in reconceptualization of the profession, when the category approached to feminist demands and to poor and working women. From the reconceptualization and the construction of a political ethical project, linked to a social project without exploitation and oppression, the category's entities, especially the Federal Council of Social Service (Cfess), began to prepare documents, talking about the issue of women and positioning themselves as feminists, with a very prominent class perspective. Finally, was realized the analysis of the interviews with the three surveyed social workers, in order to understand how the ideas present in the feminism socialist has influenced their professional work, with the users, the employing institutions and the work team. The analysis allowed understand the acquisitions possibilited for professional work by the militancy.

Keywords: Feminism. Social work. Incidence of socialist feminist for the professional work.

LISTA DE SIGLAS

Abas – Associação Brasileira de Assistência Social
ABC – Conjunto de cidades da região metropolitana de São Paulo, composto por: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
Abess – Associação Brasileira de Escolas (de Ensino – a partir de 1979) de Serviço Social
Abepss – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas
Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
AI 5 – Ato Institucional nº 5
Anampos – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
Anas – Associação Nacional dos Assistentes Sociais
ANL – Aliança Nacional Libertadora
Apassp – Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo
Anpocs – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
Apoio – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste
Apropuc – Associação dos Professores da PUC-SP
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BO – Boletim de Ocorrência
CA – Centro Acadêmico
Camde – Campanha da Mulher pela Democracia
Caps – Centro de Atenção Psicossocial
Cass – Centro Acadêmico de Serviço Social
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
CBCISS – Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social
CCA – Centro para Crianças e Adolescentes
CECJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional
Cedim – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
Ceneas – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CEU – Centro Educacional Unificado
Cfas – Conselho Federal de Assistentes Sociais
Cfess – Conselho Federal de Serviço Social
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CIM – Centro de Informação Mulher
Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
Cladem – Comitê Latino-americano de Defesa dos Direitos da mulher
CMP – Central de Movimentos Populares
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação
Conclat – Congresso da Classe Trabalhadora
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
Crami – Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância
Cras (Conselho) – Conselho Regional de Assistentes Sociais
Cras (Serviço) – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM – Centro de Referência da Mulher
Cress – Conselho Regional de Serviço Social
CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular–Coordenação Nacional de Lutas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Deam – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
Divas – Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual
EUA – Estados Unidos da América
Enesso – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
Enpess – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
Eress – Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social
EZLN – Ejército Zapatista de Liberación Nacional/Exército Zapatista de Libertação Nacional
Fafil – Faculdade de Filosofia e Letras
Fapss-SCS – Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul.
FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
Fenas – Federação Nacional dos Assistentes Sociais
FMB – Federação das Mulheres do Brasil
FMI – Fundo Monetário Internacional.
FSA – Fundação Santo André
GTP – Grupo de Trabalho e Pesquisa
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBL – Liga Brasileira de Lésbicas
LER-QI – Liga Estratégia Revolucionária-Quarta Internacional
LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais.
MAF – Movimento de Arregimentação Feminina
Masp – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MLB – Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas
MML – Movimento Mulheres em Luta
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Nafta – North American Free Trade Agreement/Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NAT – Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
Paism – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
Paif – Programa de Atenção Integral à Família
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PJ (Direito Civil) – Pessoa Jurídica
PJ (Movimento Social) – Pastoral da Juventude
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei do Congresso

PLPs – Promotoras Legais Populares
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
Recifran - Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem
SABs – Sociedades Amigos de Bairro
Sabesp/Cetesb – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo/Companhia (Cia.) Ambiental do Estado de São Paulo
Saica – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
Sasf – Serviço de Assistência Social às Famílias
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sefras – Serviço Franciscano de Solidariedade
Sehab – Secretaria Municipal de Habitação
Senalba – Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo
Sintraenfa – Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo.
Smads – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SPD – Partido Social-Democrata Alemão
SUS – Sistema Único de Saúde
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UJC – União da Juventude Comunista
UJR – União da Juventude Rebelião
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unesp – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo
Unicamp – Universidade de Campinas
Unicastelo – Universidade Camilo Castelo Branco
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO I
POR UMA PERSPECTIVA MARXIANA E MARXISTA DA OPRESSÃO ÀS MULHERES 17
1.1 A origem sócio-histórica da opressão às mulheres: a perspectiva marxiana e marxista ... 19
1.2 As mulheres sob o capitalismo: exploração, opressão e dupla jornada de trabalho 28
1.3 A luta feminista como forma de resistência à barbárie 35
1.4 Há feminismos e feminismos: breve história do movimento internacional 39
1.5 História do feminismo no Brasil 52
1.5.1 O momento inaugural e a primeira onda 52
1.5.2 A segunda onda do feminismo e o golpe militar 60
1.5.3 A terceira onda do movimento no Brasil e o retorno da luta em torno de questões candentes: violência e sexualidade 77

CAPÍTULO II
O SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O GÊNERO FEMININO 86
2.1 Breve histórico sobre os primórdios do serviço social e sua relação com as mulheres trabalhadoras 86
2.2 Os marcos da ruptura profissional com o conservadorismo 93
2.3 Os rebatimentos da reconceituação: a ressignificação profissional 109

CAPÍTULO III
PESQUISA *IN LOCO* COM ASSISTENTES SOCIAIS FEMINISTAS SOCIALISTAS: PERCURSO, PROCESSUALIDADE E ANÁLISE 127
3.1 Percurso da pesquisa: interesse pelo tema na graduação, na militância e no exercício profissional 127
3.2 Processualidade da pesquisa de campo 130
3.3 Análise das entrevistas 131
3.3.1 Caracterização das participantes 131
3.3.2 Análise da incidência do feminismo socialista sobre o trabalho profissional 151

3.3.2.1 Dificuldades na execução do trabalho profissional 152
3.3.2.2 Aquisições feministas socialistas para o trabalho profissional 161
3.3.2.3 Diferenças percebidas entre a atuação de quem milita e de quem não milita no movimento feminista socialista, na ótica das entrevistadas 168
3.3.2.4 Percepção dos limites, desafios e perspectivas da profissão na atualidade 174
3.3.2.5 Enfrentamento ao machismo nos espaços sócio-ocupacionais 177
3.3.2.6 Limites encontrados na formação profissional acadêmica, em relação à contribuição do feminismo socialista 180
3.3.2.7 Relação dos/as assistentes sociais com os movimentos sociais, em geral, e com os movimentos feministas socialistas, em particular, na visão das entrevistadas 183
3.3.2.8 Contribuição do feminismo socialista para o projeto ético-político profissional 185
CONSIDERAÇÕES FINAIS 188
REFERÊNCIAS 194
APÊNDICES 205

INTRODUÇÃO

A relação do Serviço Social com o gênero feminino se dá, em primeiro lugar, porque a categoria profissional é composta, majoritariamente, por esse público. De acordo com pesquisa organizada em 2005[1], pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), 97% dos assistentes sociais do Brasil são mulheres.

Além disso, a maioria dos/as usuários/as atendidos/as pelos/as assistentes sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, é do sexo feminino.

Durante e após a reconceituação do Serviço Social, a categoria começou a se aproximar dos segmentos explorados e oprimidos da população, dentre eles, as mulheres trabalhadoras. Essa aproximação proporcionou um "sopro novo" à profissão, não apenas no que tange à atuação nas diversas instituições públicas (estatais e filantrópicas), ou privadas, mas, também, no que se refere às concepções ético-políticas e teórico-metodológicas, que foram, então, apropriadas pelos profissionais.

Na atualidade, muitos/as os/as assistentes sociais têm entrado em contato com os movimentos sociais, tornando-se militantes de diversos segmentos das lutas sociais, dentre eles, o feminismo.

Nesse sentido, este trabalho analisa de que forma o ideário[2] feminista e, mais precisamente, o ideário do feminismo socialista, tem contribuído com o trabalho profissional empreendido pelas assistentes sociais que militam em movimentos dessa natureza. Para a análise de tal incidência, foi fundamental a elaboração de três capítulos, baseados nas categorias principais que norteiam este trabalho, a saber, feminismo socialista, Serviço Social e, propriamente, a influência do feminismo socialista para o trabalho profissional, a partir da própria fala das assistentes sociais que militam em movimentos feministas socialistas.

Foi necessário remontar o significado do feminismo socialista dentro da luta dos/as trabalhadores/as, o que possibilitou a percepção da necessidade de diferenciar o feminismo socialista dos demais matizes existentes dentro do próprio movimento. Ademais, foi também preciso elucidar a diferença entre movimento feminista e movimento de mulheres.

Assim, no primeiro capítulo, analisa-se o que é o feminismo socialista e o que o distingue do feminismo liberal, do feminismo radical e do feminismo da diferença. De início,

---

[1] Pesquisa *Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional*.

[2] Ideário aqui é compreendido como a reunião de ideias que norteiam as aspirações e, por sua vez, as ações de determinados grupos, setores, etc.

apresenta-se como Marx, Engels e alguns/as autores/as marxistas percebem a condição da mulher nas sociedades patriarcais e de classes e como a luta das mulheres trabalhadoras foi se construindo sob essa égide. Remonta-se a história do feminismo classista em sua interface com os demais feminismos, no transcorrer do desenvolvimento da sociedade de classes. No primeiro capítulo, também se expõe um pouco da história do feminismo brasileiro, desde a sua primeira onda, em que o feminismo malcomportado, das feministas socialistas e anarquistas, se diferenciava do feminismo bem-comportado, caracterizado pela luta em torno do sufrágio feminino. Ainda incorre-se ao feminismo brasileiro de segunda onda, em que as socialistas exiladas tiveram um papel fundamental, até o feminismo de terceira onda, que se dá a partir de 1990, com o *boom* das Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas no país, até os dias atuais.

O segundo capítulo resgata a história da relação entre o Serviço Social e o gênero feminino, tanto no que diz respeito à composição da categoria profissional (majoritariamente feminina), como a atuação dessas profissionais direcionada às mulheres da classe trabalhadora, público-alvo das políticas socioassistenciais, desde seus primórdios. Para tanto, elabora-se um resgate histórico dos primórdios do Serviço Social, passando por sua reconceituação. A partir dos anos 70 aos dias atuais, as entidades representativas da categoria profissional têm se colocado a favor das lutas sociais, sobretudo no que diz respeitos às lutas feministas. Com o intuito de analisar de que forma o Serviço Social tem se apropriado das demandas trazidas pelos movimentos de mulheres e feministas, foi realizado um levantamento das resoluções e dos manifestos do Cfess, cujo viés são as pautas de luta desses segmentos.

Por fim, o terceiro capítulo retrata e analisa a fala das participantes da pesquisa, assistentes sociais militantes de movimentos feministas socialistas. Para empreender tal análise, perguntas abertas direcionadas às assistentes sociais entrevistadas verificaram aspectos de militância, formação profissional e percepção dos limites das políticas públicas, influência do feminismo socialista na atuação, diferença entre a própria atuação e a daqueles/as assistentes sociais que não são feministas socialistas, etc.

Espera-se que esta pesquisa seja importante para as/os assistentes sociais que buscam, incessantemente, garantir uma atuação consentânea às necessidades da população atendida, dentro da perspectiva do projeto societário, enunciado pelo projeto ético-político profissional. O presente trabalho não esgota a discussão aqui exposta, entretanto, ressalta-se que pode se configurar como ponto importante de reflexão para a categoria permanecer aprendendo, no contexto das lutas sociais, dentro do eterno movimento de desconstrução e construção de saberes, conforme a assertiva de Rosa Luxemburgo: “Não estamos perdidos.

Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender” (Discurso no filme Rosa Luxemburg, de Margharete von Trotta, 1986).

Assim, busca-se, ainda, lançar luzes sobre o saber profissional, a partir da rica experiência de homens e mulheres que ousaram lutar por uma vida e profissão melhores. Boa leitura.

CAPÍTULO I
POR UMA PERSPECTIVA MARXIANA E MARXISTA DA OPRESSÃO ÀS MULHERES

Na sociedade atual e historicamente, as mulheres têm sofrido inúmeras discriminações e opressões. Estão expostas à precarização do trabalho e auferem salários menores do que os homens; estão, muitas vezes, expostas à violência sexista no âmbito doméstico; são submetidas à dupla jornada de trabalho; correm o risco de serem estupradas nas ruas, além de serem culpabilizadas por isso, caso estejam com roupa "inadequada" ou apresentem comportamento "impróprio".

A situação subalterna em relação aos homens e a exploração diferenciada à qual as mulheres estavam (e ainda estão) sujeitas ensejaram a organização delas em movimentos feministas, para combater o patriarcado de maneiras diferentes: algumas mulheres, as feministas liberais, denunciam o machismo e o patriarcado a partir da luta por iguais oportunidades e condições, por dentro do sistema capitalista; já as feministas socialistas sempre lutaram, e lutam até os dias de hoje, contra a opressão patriarcal à qual as mulheres são submetidas, além de ensejar outra sociedade, revolucionada a partir da luta dos/as trabalhadores/as.

Ressalta-se, ainda, diferença primordial entre movimento feminista e movimento de mulheres. Segundo Teles (1999), o movimento de mulheres é o agrupamento que as reúne, organizadas politicamente, para reivindicar melhores condições de vida e/ou de trabalho. Já o movimento feminista denuncia a sociedade machista, combatendo a discriminação e a subalternidade das mulheres na sociedade patriarcal. As feministas, a partir dessa crítica fundamental ao patriarcado, também incorporam as lutas dos movimentos de mulheres por melhores condições de vida.

O patriarcado, sistema de dominação-exploração, e o machismo, ideologia que lhe dá sustentação, são concebidos pelo feminismo socialista como inerentes à sociedade de classes e à propriedade privada, elementos fundantes da sociedade capitalista. O machismo e o patriarcado, portanto, devem ser combatidos na perspectiva da construção de outra sociedade, sem nenhuma forma de exploração ou opressão. O sistema capitalista, para esse movimento, reitera o patriarcado a partir da divisão sócio-sexual do trabalho e da ideologia machista, difundida e reproduzida na família, na mídia, nas relações de trabalho, etc.

O patriarcado submete as mulheres à subalternização aos homens e essa submissão expressa-se em diversas dimensões da vida como, por exemplo, a ausência de mulheres nas áreas exatas do conhecimento; a ideia de que as mulheres dirigem mal, são más representantes políticas e de que "seu lugar é na cozinha"; o pensamento de que as mulheres são as mais indicadas para educar os filhos, pois são mais cuidadosas e delicadas, etc. Além de todos estes princípios, e de tantos outros que constrangem as mulheres a uma situação subalterna na sociedade, o patriarcado e o machismo se expressam, também, na violência de gênero[3], como forma extrema do desejo masculino de impor seu poder. Para Saffioti (2001), a violência de gênero ocorre porque a ideologia machista não é suficiente para garantir a subalternização das mulheres no patriarcado, por isso o homem necessita fazer uso da força.

A autora afirma que uma mulher também pode estar ao lado do opressor, pois a desigualdade entre ambos os gêneros baseia-se em sistemas de dominação-exploração de naturezas diferentes[4]. No capitalismo, mulheres da classe burguesa beneficiam-se do machismo e, também, do racismo, para oprimir e explorar outras mulheres, ainda que elas mesmas sejam oprimidas, em alguma medida, pelo patriarcado.

As feministas socialistas, portanto, também se opõem ao feminismo liberal, que comemora sempre quando uma mulher atinge alta posição na sociedade "dos machos". Essas mulheres, pertencentes à classe burguesa, por sua vez, têm reiterado a exploração e a opressão a outras que só contam com a própria força de trabalho para sobreviver. As mulheres burguesas, portanto, precisam reiterar o machismo, a homofobia, o racismo e tantas outras formas de opressão, para obter lucros enquanto gerem suas empresas. Utilizam-se de diversos aspectos da opressão patriarcal, que se manifestam no capitalismo - precarização social da força de trabalho feminina; flexibilização dos seus direitos trabalhistas; menor salário do que o auferido pelos homens; discriminação às mulheres negras, que recebem salários ainda menores do que o das mulheres brancas - para obter lucro por meio da exploração da força de trabalho alheia.

Para Saffioti (2001), os conceitos de dominação-exploração do macho sobre a fêmea não estão separados, como pretendem algumas feministas que relacionam a concepção de

---

[3] Sem prejuízo das diversas análises relacionadas ao tema, o conceito de gênero será utilizado neste trabalho como categoria de análise "que questiona a suposta essencialidade da diferença entre os sexos"; tal categoria expressa os processos histórico, social, cultural e econômico pelo qual foram construídas as características e atribuições ditas femininas e masculinas, em determinada sociedade, conforme contribuição da professora Dra. Claudia Mazzei Nogueira, em aula ministrada no dia 24 de outubro de 2014, na Atividade Programada Trabalho Feminino e Divisão Sexual do Trabalho: Interfaces e Transversalidades entre Trabalho, Classe e Gênero.

[4] O tema será detalhado no item 1.3 A Luta Feminista como Forma de Resistência à Barbárie, em que é analisada a simbiose entre capitalismo, racismo e patriarcado, preconizada por Saffioti (1987).

dominação com a esfera política, enquanto a exploração referir-se-ia ao âmbito econômico. Para a autora, dominação-exploração é um único processo, com duas dimensões que se complementam.

Portanto, para o feminismo socialista, a igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2011) entre homens e mulheres, nos marcos do capitalismo, não será possível, uma vez que essa ordem social preconiza o machismo nas relações de trabalho e no âmbito privado, e faz com que as mulheres sejam inseridas no mercado de trabalho em condição subalterna, auferindo salários muito menores, além de serem subjugadas no âmbito das relações de gênero. De acordo com o autor,

> [...] se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo de trabalho, o "macrocosmo" abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores "microestruturas" ou "microcosmos" da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de "família". Inversamente, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu "microcosmo" *autônomo* (mas de maneira alguma *independente* da sociedade), do universo histórico interpessoal dado, com base numa *igualdade significativa* entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 267-268. Destaques do autor).

A vertente teórica, que conduz o feminismo socialista a essa leitura da realidade, é encontrada nos trabalhos de Marx e Engels sobre a situação da mulher e na tradição marxista acerca desse assunto, a qual será objeto de análise a seguir. A opressão vivenciada pelas mulheres, nessa perspectiva, está intimamente ligada ao processo em que se originou a família nuclear monogâmica e o patriarcado, no contexto do surgimento da propriedade privada.

1.1 A origem sócio-histórica da opressão às mulheres: a perspectiva marxiana e marxista

Marx e Engels foram pioneiros na intenção de relacionar a família monogâmica nuclear burguesa, uma das instituições de reprodução do patriarcado, com o sistema socioeconômico capitalista. Antes deles, em meados dos anos 30 do século XIX, a primeira feminista socialista que incursionou na crítica ao patriarcado no capitalismo foi Flora Tristán

(1803 – 1844), dona da assertiva “o homem mais oprimido pode oprimir a outro ser, que é sua mulher. A mulher é a proletária do próprio proletário” (*apud* D´ATRI, 2008, p. 66).

Conforme Vidal e Reck (2009), Flora encarava o casamento como um fator de subalternização das mulheres aos homens, em que a relação de exploração do capital *versus* trabalho se reproduzia no âmbito doméstico. Assim, Flora era defensora do divórcio e de que as mulheres pudessem escolher seus próprios maridos em detrimento dos interesses econômicos das famílias dos noivos. Seu cotidiano de cuidados para com a filha Aline e o trabalho empreendido fora de casa fizeram com que Flora escrevesse panfletos e livros sobre a vida das mulheres pobres. Era defensora da educação feminina, para que as mulheres pudessem participar do processo de transformação da sociedade. Lutou contra o machismo em sua própria vida, defendendo a filha de tentativa de estupro, perpetrada por seu marido alcoólico. Devido a essas circunstâncias, Flora pediu o divórcio e sofreu, como resposta, uma tentativa de homicídio.

Apesar da importância de Flora para a construção do feminismo socialista e para a própria organização internacional dos/as trabalhadores/as - Flora foi a precursora da ideia de que a organização internacional do proletariado era condição fundamental para superar a exploração à qual estavam submetidos, mesmo antes do próprio Marx -, foram Marx e Engels e, sobretudo, este último, que colocaram as bases que dão sustentação para a crítica feminista socialista da sociedade.

Segundo Buoniocore (2007), antes de 1860, era impossível, para Marx e Engels, pensar em uma história da família, já que as ciências históricas ainda se encontravam sob a explicação acerca da família patriarcal contida nos *Cinco Livros de Moisés*: o Pentateuco bíblico retratava a família patriarcal de modo idêntico à família nuclear burguesa, naturalizando a família monogâmica como tal. Era, portanto, a explicação acerca da origem da família monogâmica que recebia legitimidade da sociedade, porque sobre ela não se fazia nenhuma problematização histórica.

Mas, já em 1861, a obra *O Direito Materno*, de Bachofen, começa a postular sobre o direito materno nas sociedades primitivas, que teria predominado em período específico. Segundo Buonicore (2007), depois dessa obra, foram publicadas *O Casamento Primitivo*, de Mac Lennan (1865); *A Origem da Civilização*, de Lubbock (1870); e *A Sociedade Antiga*, de Lewis Morgan (1877), que teve impacto importante na obra de Marx e Engels, sobretudo, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, escrito por Engels, e que, além disso, teve como base uma série de anotações do próprio Marx, antes de falecer, um ano antes da primeira publicação da obra, que ocorreu em 1884.

De acordo com Alambert (1986, p. 21),

> Eram Marx e Engels bastante jovens quando um dia pensaram em escrever um livro sobre esse tema para desmontar a tese da eternidade do modo de produção capitalista e da correspondente família monogâmica patriarcal que ela possibilita e, dentro da qual vive sem liberdade, como escrava do homem, governada, ela [a mulher] e seus filhos, pelo chefe da família, autoritário e com poderes supremos.

As formulações de Marx e Engels sobre o surgimento da família monogâmica, portanto, só foram possíveis com o desenvolvimento do pensamento científico decorrente do iluminismo e das novas relações sociais de produção, que emergiram após as revoluções burguesas. Assim, a ideologia iluminista possibilitou a crítica ao irracionalismo e ao obscurantismo religioso, por meio do qual se explicava a realidade. Sobre o assunto, Hobsbawm discorre:

> É significativo que os dois principais centros dessa ideologia fossem também os da dupla revolução, a França e a Inglaterra [...]. Um individualismo secular, racionalista e progressista dominava o pensamento "esclarecido". Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam era o seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava sua sombra pelo mundo, da superstição das igrejas (distintas da religião "racional" ou "natural"), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum outro critério irrelevante. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus *slogans*. [...] A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas ideias.[5]

Engels (1975), na obra citada, afirma que as relações entre homens e mulheres, culturalmente, sofreram restrições sociais a partir de costumes e condutas impostas. Desta forma, a subordinação das mulheres estaria relacionada às interdições na sexualidade feminina devido às mudanças ocorridas nos sistemas de parentesco com o surgimento da propriedade privada. Assim, Buonicore (2007) afirma corretamente que as transições familiares aconteceram devido às transformações ocorridas nos modos de produção e reprodução da existência humana.

Nesse sentido, é importante a menção de um destaque sobre a categoria trabalho, enquanto fundamento ontológico do ser social. De acordo com Marx (2012 [1932]), o primeiro ato histórico dos seres humanos refere-se à produção dos meios para a garantia de

---

[5] HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B5-1VZwLhbMUlBTalBvWnROa2M&usp=sharing&tid=0B5-J1VZwLhbMckN2ZmFhdGJOVzQ#list>. Acesso em: 17 maio 2014.

sua sobrevivência, em um mundo cuja natureza hostil os ameaçava. Os primeiros homens e mulheres que habitaram o mundo passaram a mudar a natureza - que aparecia para eles “como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável” (MARX, 2012 [1932], p. 142) - por meio de seu trabalho, no qual antecipavam um projeto em suas consciências, antes de agirem sobre o meio natural. O pôr teleológico humano na atividade do trabalho é o que diferencia homens e mulheres dos animais.

A transformação material da natureza, pelos seres humanos primitivos, por meio do trabalho, lhes permitiu criar novas possibilidades, oportunidades e alternativas, enriquecendo suas necessidades, não só no âmbito material de produção e reprodução da vida, mas também, nos aspectos cultural e intelectual.

Na primitiva divisão do trabalho, não alienada e nem hierarquizada, a descoberta da linguagem foi a expressão da necessidade de interagir com outros seres humanos no ato do trabalho coletivo para a transformação da natureza.

Afirma Marx (2012 [1932], p. 141):

> O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem *é* a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; [...] (Destaque do autor).

Com o pôr teleológico humano no trabalho, por meio da *práxis*, os seres humanos não apenas transformavam a natureza, mas ganhavam novos elementos teleológicos, que contribuíam para a criação de instrumentos de trabalho. A criação de alternativas, por meio do trabalho humano que transformava a natureza, era o verdadeiro sentido de liberdade para Marx. Por ser um trabalho construído socialmente e para a sociedade, homens e mulheres se auto-organizavam na perspectiva de uma ação criadora, plena de criatividade e de objetivação. O desenvolvimento do ser humano, que se deu por meio de seu fazer histórico na relação com seus pares e com a natureza, interferiu na vida social. Era por meio do trabalho que homens e mulheres se objetivavam e ganhavam também elementos essenciais para o desenvolvimento de suas subjetividades. O ato do trabalho, portanto, permitiu o reconhecimento de homens e mulheres como gênero humano, ou seja, produtores de tudo aquilo que transformou, ao longo dos séculos, a vida dos seres humanos.

Marx e Engels (1999, p. 39-42), ao discorrerem sobre a produção e a reprodução da existência humana, dos sujeitos e das relações sociais, mencionam que:

> [...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material [...]. O segundo ponto é que, satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. [...]. A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que diariamente renovam sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar: é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. [...] não se deve considerar estes três aspectos da atividade social como três fases diferentes, mas simplesmente como três aspectos ou três "momentos", que coexistem desde os primórdios da história e desde os primeiros homens [...].

Lukács corrobora com a afirmação supra, ao mencionar que a *práxis* primária, a saber, a transformação da natureza pelo homem com a mediação do trabalho, possibilitou a (re)criação das denominadas *práxis* secundárias, que são produtos da relação dos homens e mulheres entre si para a consecução do trabalho socialmente necessário, com vistas à supressão das necessidades e constituição de novas vicissitudes. Nesses termos, a consciência tem papel fundamental na construção do trabalho e dos seres sociais, uma vez que é seu desenvolvimento - possibilitado, de maneira dialética, pelo trabalho enquanto *práxis* -, que caracteriza a ação do homem sobre a natureza como atividade humana, diferenciando-o dos animais. Marx e Engels (1999, p. 43), sobre isso, afirmam:

> A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera consciência do meio sensível *mais próximo* e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; [...] (Destaque dos autores).

Nesse sentido, Lukács desmistifica a afirmação de que Marx teria sobredeterminado a consciência ou a subjetividade à materialidade da vida. Em Marx, ao contrário, objetividade e subjetividade aparecem como dois aspectos interligados e interdependentes, os quais são inseparáveis na consecução da *práxis* primária e, por sua vez, das *práxis* secundárias. Assim afirma Lukács:

> Aqui nos interessa apenas estabelecer que Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. [...] Para uma filosofia evolutiva materialista, [...] o produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não [...] que ela é carente de força.[6]

[6] LUKÁCS, Gyorg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**, p. 3. Mimeografado.

Assim, Marx e Engels (1999) concebem a relação entre homens e mulheres como implícitas às relações de produção, decorrentes do desenvolvimento dos modos de produção e reprodução da vida, manifestados em cada sociedade e em cada período histórico. A família é, portanto, resultado da interdependência entre os modos de produção e os modos de cooperação social, que se relacionam a determinada fase social.

Com isso, Engels (1975) postula que a família monogâmica nuclear burguesa nem sempre existiu, visto que, anteriormente a esse modelo, existiram, genericamente, outros modelos de família[7], nos quais as mulheres não estavam submetidas à opressão patriarcal[8]. Alguns modelos de comunidades primitivas, de acordo com Engels (1975), eram caracterizados pelo matriarcado, no qual as mulheres eram valorizadas nos clãs e nas tribos; nos casamentos por grupo, comuns, por exemplo, na família punaluana, o matriarcado e o direito materno possibilitavam que os filhos concebidos nas relações sexuais fizessem parte da gens da mãe, fortalecendo, no âmbito econômico, sua condição de produção e reprodução.

Reed (2008) afirma que as mulheres, nas sociedades primitivas, não eram santificadas e nem degradadas, como acontece nos dias de hoje, em que os parâmetros do "ser mulher" estão intrinsecamente vinculados a uma concepção masculina. Para a autora, nas sociedades citadas, as mulheres atuavam como dirigentes, na comunidade e na cultura. A divisão sexual do trabalho não era hierarquizada e, tampouco, refletia ausência de autonomia das mulheres ante os homens. A produção e reprodução da vida humana, empreendidas pelas mulheres no âmbito doméstico, eram tão importantes quanto o ato de caçar, por exemplo, e consideradas trabalho produtivo.

A divisão de tarefas pressupunha a plena realização de capacidades individuais, auxiliando no desenvolvimento comunitário como um todo. Nas sociedades que viviam da coleta, a quantidade de bebês nascidos dependia, sobretudo, da quantidade de mulheres aptas

---

[7] Embora o próprio autor afirme que os sistemas de parentesco não eram homogêneos em todo o mundo, pois havia certas especificidades em cada civilização, dependendo de onde estavam inseridas no tempo e no espaço.

[8] Nas comunidades antigas, pautadas no comunismo primitivo, havia outras formas de casamento, como no caso do matrimônio grupal da família punaluana, citada por Engels (1975). Ele menciona que a economia doméstica do comunismo primitivo, inerente à fase média da barbárie, pressupunha uma extensão máxima da comunidade familiar, podendo variar segundo as circunstâncias. Esse modelo de família consistia, sobretudo, em casamentos por grupos. Um grupo de irmãs carnais ou mais afastadas (primas) formava um núcleo, no qual eram consideradas mulheres comuns de seus maridos comuns (grupo de irmãos ou primos, ou não necessariamente), excluindo, dessa forma, seus próprios irmãos. Em todos os casamentos por grupo, não se podia adivinhar quem era o pai, porém, todos tinham a certeza de quem era a mãe. Portanto, nesse caso, a descendência só podia ser estabelecida do lado materno e, por conseguinte, somente se reconhecia a linhagem feminina, o que dava certo poder para a mulher, nesta etapa da humanidade, ou seja, no período reconhecido como "barbárie", anterior ao da "civilização".

para a procriação e, por esse motivo, a vida das mulheres era mais protegida e suas tarefas realizadas eram as menos perigosas (LESSA, 2012).

As crianças eram criadas por toda a comunidade e não apenas por uma mãe e um pai. Segundo Lessa (2012, p. 18), “os pais eram todos os homens da tribo, os primos e primas eram todas as crianças que não eram irmãos e irmãs, e apenas as mães eram individualizadas pelo nascimento”. Mesmo quando a mãe morria, a criança não era abandonada, pois era criada pela irmã da mãe ou outra similar.

Sobre isso, Reed (2008, p. 44) aponta o seguinte:

> A sociedade primitiva não só sobreviveu, mas prosperou, e isso porque no sistema comunitário, todas as mulheres cumpriam coletivamente as suas funções maternas, e todos os homens cumpriam coletivamente as funções paternas, frente a todas as crianças da comunidade.

Enquanto homens e mulheres transformavam a natureza por meio de seu trabalho, as forças produtivas se desenvolviam paulatinamente, possibilitando a descoberta da semente, que se constituiu, nos dizeres de Lukács, em “salto ontológico”, capaz de introduzir, no cenário humano, a agricultura extensiva e a criação de gado, o que possibilitou a produção de um excedente econômico. As pessoas passaram a produzir além do que podiam consumir para sua sobrevivência imediata. Isso facilitou o surgimento da propriedade privada que, por sua vez, vincula-se à dominação de um povo sobre o outro e à exploração do trabalho humano, como forma não de responder às suas necessidades, mas de produzir riquezas que seriam reinvestidas no processo privado de produção.

Segundo Lessa (2012, p. 23),

> [...] Foram vários os processos de transição das sociedades primitivas às sociedades de classe. A transição não foi a mesma no norte e no centro da Europa; na Ásia houve diferenças importantes entre a Índia e a China, entre o Japão e o Sudeste Asiático. Na África também não foi idêntica em todo o continente; e mais perto de nós, entre os maias, astecas e incas há distinções significativas. Com todas as diferenças e descompassos, um conjunto de elementos esteve sempre presente: trata-se, em todos os lugares, da passagem do modo de produção primitivo aos modos de produção fundados na exploração do homem pelo homem.

Assim, poucos indivíduos controlavam, por meio da violência, o processo de produção daqueles que transformavam a natureza – escravos, servos e proletários. O instrumento especial criado pela classe dominante para manter sua dominação foi o Estado, constituído pelo Direito (legislação, poder judiciário, etc.), pelas forças armadas (hegemonia sobre o uso da força) e pela burocracia.

Ocorre, na sociedade de classes, a divisão entre “trabalho intelectual”, daqueles que pensavam as melhores formas de organizar a exploração do trabalho, e o trabalho produtivo. Desta forma, os seres humanos conheceram o trabalho alienado: o homem torna-se separado dos objetos, meios e produtos de seu trabalho, de si mesmo, da natureza e dos demais seres humanos.

A violência e o controle, e não a cooperação, são os meios pelos quais a classe dominante reproduz a sociedade de classes. Desta forma, “a guerra surge como um complexo social que fará parte da humanidade até os nossos dias” (LUKÁCS, *apud* LESSA, 2012, p. 27). Por ser, a guerra, um empreendimento majoritariamente masculino e sendo a principal geradora de escravos, a riqueza expropriada dos trabalhadores é convertida em propriedade privada dos elementos masculinos da classe dominante.

Por isso, cabem aos homens da classe dominante as atividades que resultam na reprodução da sociedade. Segundo Lessa (2012, p. 27),

> [...] A economia, o Direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e a conquista de novos territórios surgem já como atividades masculinas. A vida dos indivíduos masculinos está, na nova sociedade, diretamente articulada aos destinos coletivos; todas as ‘grandes questões sociais’, tudo o que diz respeito ao destino da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos; [...] as mulheres estarão delas excluídas.

A origem da família nuclear monogâmica, ou seja, a família que, em vez de se responsabilizar coletivamente por todas as crianças da comunidade, se restringe a um núcleo formado por um casal e seus filhos, é indissociável da propriedade privada e da exploração de um homem sobre o outro, que geram novas relações sociais, mais individualistas, ou seja, menos coletivas. A classe dominante não arcaria com os recursos necessários para a manutenção das crianças, no que tange à sua alimentação e educação, por exemplo. Assim, essas atividades teriam de assumir caráter privado, que se destacasse da vida social; nesse momento, a família se deslocou do âmbito coletivo para o núcleo individual.

O surgimento da propriedade privada está intrinsecamente relacionado à luta dos homens pela destruição do direito materno, para fazer com que sua herança fosse destinada aos filhos legítimos, concebidos no casamento monogâmico (ENGELS, 1975). Assim, pode-se concluir que o fim das sociedades matriarcais está relacionado ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção, em que o escravismo, o feudalismo e o capitalismo são sistemas socioeconômicos (e, também, culturais e políticos) que expressam a barbárie da exploração e da opressão impostas, por aqueles que detêm os meios de produção, aos que só contam com a sua força de trabalho para sobreviver.

Desta forma, o princípio do mito da inferioridade feminina (REED, 2008) tem início com as sociedades divididas em classes antagônicas. A partir daí, as mulheres são consideradas biológica e socialmente inferiores aos homens, devido, sobretudo, à possibilidade de serem mães. De acordo com a autora,

> A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inumeráveis desigualdades, inferioridades, discriminações e degradações. Mas esta realidade histórica foi dissimulada atrás de um mito da inferioridade feminina (REED, 2008, p. 59).

A monogamia surgiu com a escravidão e a propriedade privada, período em que todo progresso foi relativamente um retrocesso e o bem-estar de alguns se deu devido à imposição da dor e da opressão ao outro. De acordo com Engels (1975), na família monogâmica, o governo do lar perde seu caráter social, já que a direção do lar comunista, incumbência das mulheres, era uma empreitada tão necessária quanto a busca da subsistência, pela qual os homens ficavam encarregados. A gerência da vida doméstica passou a se constituir em serviço privado, visto que a mulher não tomava mais parte na produção social.

Portanto, o primeiro antagonismo de classes registrado na história coincide com o antagonismo desenvolvido entre o homem e a mulher no casamento monogâmico.

Para Engels (1975, p. 70-71),

> [...] Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mais econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. [...] A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos [...]. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

Percebe-se, portanto, que as formulações de Engels sobre a origem da família monogâmica são essenciais para se compreender como a mulher passou a ser um indivíduo subalternizado ante o homem. De acordo com Toledo (2005, p. 29):

> Engels retirou a questão da opressão da mulher do domínio da biologia e a inseriu no domínio da história, da cultura, tornando possível vislumbrar a sua superação por meio da ação política: se a submissão da mulher não é algo natural, pode ser superada.

Engels (1975, p. 80-81) concebe que a libertação da mulher está intrinsecamente relacionada à sua incorporação ao mercado de trabalho e à eliminação da família como unidade econômica da sociedade. Assim, explicita:

> [...] De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social *efetiva* entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez se não quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade (Destaque do autor).

Denota-se que Engels de forma alguma secundarizou a questão da mulher ou a sobredeterminou à luta de classes. Antes, pelo contrário, o autor concebeu a necessidade de a mulher atingir a igualdade social efetiva, em relação ao homem, por meio da criação de leis, da sua incorporação na indústria e da supressão da família nuclear. Esse tipo de família, inclusive, tem permitido, até os dias atuais, a reprodução de homens e mulheres, dicotomizados por valores e atribuições masculinas e femininas socialmente determinadas: às mulheres, cabem os cuidados para com a casa e os filhos; devem ser dedicadas, emotivas e destinadas a amar, ainda que esse amor não compense. Já os homens devem ser dominantes no espaço público, racionais e sexualmente incontroláveis. A família burguesa, portanto, reitera valores e concepções misóginas, o que potencializa a reprodução das relações desiguais de gênero, no âmbito das relações de produção das sociedades de classe.

1.2 As mulheres sob o capitalismo: exploração, opressão e dupla jornada de trabalho

Logo no início do capitalismo, as mulheres pobres e trabalhadoras estavam subjugadas a uma exploração diferenciada daquela em que se encontravam submetidos os trabalhadores do sexo masculino. Essa inserção diferenciada no mundo do trabalho se deu, sobretudo, a partir da ideologia machista, que inferiorizava as mulheres na sociedade, permitindo que o capital auferisse mais lucros de sua exploração. Marx e Engels, sobretudo em *O Capital* (livro I) e em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, respectivamente, demonstram a condição em que as mulheres viviam e trabalhavam. Nos primórdios do capitalismo, mulheres

e crianças eram consideradas força de trabalho barata, utilizadas em atividades extenuantes, com até 20 horas diárias de trabalho.

As mulheres constituíam-se como fontes de lucro exorbitantes para os capitalistas, nos dizeres de Marx (1979, p. 91),

> M.E..., fabricante, fez me saber que emprega exclusivamente mulheres nos seus negócios mecânicos; dá preferência às mulheres casadas, sobretudo, àquelas que têm uma família numerosa; estas são mais atentas e mais disciplináveis do que as mulheres não casadas, e, além disso, são forçadas a trabalhar até a exaustão a fim de obterem os meios de subsistência necessários. É assim que as virtudes que melhor caracterizam a mulher se voltam contra ela própria. Aquilo que há de ternura e de moralidade na sua natureza transforma-se no instrumento de sua escravidão e de sua miséria.

Como as mulheres eram as únicas responsáveis pelo cuidado da casa e com os filhos, muitas crianças morriam por overdose de ópio, pois o ato de entorpecer os filhos para que ficassem mais calmos em casa, quando permaneciam sozinhos, era uma estratégia das mulheres trabalhadoras, que precisavam vender sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência e de sua família (ENGELS, 1979). Também estavam submetidas ao risco do estupro, por parte de seus patrões e colegas de trabalho, e eram culpabilizadas pela violência que sofriam.

A inserção da força de trabalho feminina no sistema de produção capitalista, entretanto, sofre variações, de acordo com o contexto histórico. Em exemplo oferecido por Saffioti (1979), durante a Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra observou aumento de 40% na inserção da força de trabalho feminina na indústria, entre 1939 e 1945. As necessidades da guerra tiveram um efeito compulsório para que as mulheres entrassem no mercado de trabalho, o que desencadeou a organização de serviços como restaurantes e creches. Porém, quando o conflito acabou, tais instituições foram fechadas, já que os soldados voltaram a compor a força de trabalho predominante.

O capitalismo abriu as portas da indústria às mulheres, assim como fez com tudo que pode gerar mais-valia[9]. Ao mesmo tempo, de acordo com Carrasco e Petit (2012), aproveita-se de sua situação para inseri-las nos piores postos de trabalho, com salários mais baixos e para despedi-las com facilidade. Destrói a família para a maioria, como já enunciado, mas tende a fortalecê-la, em alguns casos; insere as mulheres na produção e, depois, as retira.

---

[9] Mais-valia é o *quantum* de trabalho efetivado pelo trabalhador, no processo produtivo, e pelo qual ele não é remunerado. É a quantidade de trabalho excedente, apropriada pelo capitalista após a circulação da mercadoria, na qual a mais-valia se objetivou.

Permite a subsistência da família burguesa, em uma minoria de casos, mantendo sua defesa ideológica.

As atribuições e os comportamentos ditos femininos são recompostos na realidade da mulher trabalhadora, em seu espaço de trabalho. Rago (2001), ao abordar a industrialização brasileira no início do século XX, aponta que as mulheres trabalhadoras, na maioria imigrantes, estavam principalmente nas indústrias de tecelagem e fiação, enquanto os homens dominavam as metalurgias e indústrias de mobília e calçados. De qualquer forma, os trabalhos femininos estavam ligados a ocupações que exigiam menos qualificação profissional e mais destreza e habilidade com as mãos (herança das atribuições domésticas, como cozinhar, passar, costurar, etc.). Por precisarem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado, muitas mulheres realizavam trabalhos terceirizados em casa, o que proporcionava lucros exorbitantes aos burgueses.

Na agressiva luta pela sobrevivência, muitos foram os homens que excluíram as mulheres de suas lutas específicas enquanto trabalhadoras, nos sindicatos. Em vez de atentar para o fato de que o capitalismo rebaixa a condição humana de homens e mulheres, competiam com as trabalhadoras que estariam tomando seus empregos.

No Brasil, a partir dos anos 50, cresce o número de mulheres no setor terciário, principalmente na esfera pública estatal, no comércio e em escritórios. Surgem possibilidades de emprego nas ditas áreas femininas, dentre elas, o magistério e o Serviço Social. De acordo com Cisne (2012), o trabalho no setor de serviços era e é, até os dias atuais, a continuidade do trabalho doméstico não remunerado.

A partir de 1973, com a crise estrutural do capitalismo, também denominada, por Alain Bihr (*apud* NOGUEIRA, 2004, p. 32), de “crise do regime de acumulação capitalista”, o fordismo/taylorismo é substituído pelo toyotismo, ou “acumulação flexível”. Nos dizeres de David Harvey (1992), esse padrão produtivo baseia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, mercados de trabalho, e produtos e padrões de consumo.

Na Europa, a crise do capital, que acarretou a redução da taxa média de lucro, possibilitou a contestação não apenas do padrão fordista/taylorista de produção, mas também do Estado de Bem-Estar Social, por meio do qual vários direitos sociais foram garantidos, devido à pressão exercida pelos/as trabalhadores/as no contexto das lutas sociais.

Dessa forma, a resposta do capitalismo à crise ocorreu não apenas com a criação de outro padrão produtivo de mercadorias, mas também com a mudança dos sistemas político e ideológico de dominação. A política neoliberal é a maior expressão dessa resposta, implantada na Inglaterra, com Margareth Thatcher, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

De acordo com Chauí (2011), os principais traços do modo de produção capitalista, regido pelo neoliberalismo, são o desemprego estrutural; a centralidade do monetarismo e do capital financeiro, o que implica a desvalorização do trabalho produtivo e a fetichização do dinheiro; a terceirização, que tem como base o aumento do setor de serviços e a dispersão e fragmentação de todas as esferas e etapas da produção; ascensão da ciência e da tecnologia como forças produtivas e não meros suportes da acumulação capitalista; a rejeição à presença do Estado no mercado e também nas políticas sociais, de sorte que a privatização também se torna estrutural.

Conforme a autora, no neoliberalismo, o centro econômico encontra-se em agências mundiais de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Assim, os Estados de Terceiro Mundo disputam mercados e recursos estrangeiros, restringindo direitos sociais e trabalhistas e reprimindo duramente qualquer forma de resistência dos trabalhadores. Por sua vez, os países centrais transferem, para fora de suas fronteiras, suas plantas produtivas.

Além de proporcionar uma crise de identidade na própria classe trabalhadora, devido à fragmentação em seu interior, provocada por relações contratuais de trabalho flexíveis, as quais agudizam a precarização social de diversos segmentos heterogêneos, como os terceirizados, autônomos, temporários, as Pessoas Jurídicas (PJ), etc., o modelo toyotista de produção impõe aos/às trabalhadores/as a incorporação ideológica da empresa em sua subjetividade. O/a trabalhador/a torna-se colaborador/a, o/a qual precisa “vestir a camisa” da empresa que, não raras vezes, é tratada como família.

A fragmentação do processo produtivo, em que as plantas de produção são espalhadas ao redor do mundo, destrói os referenciais materiais de identificação dos/as trabalhadores/as de uma mesma empresa. Da mesma forma, as precarizadas relações contratuais diferenciam os/as trabalhadores/as entre si, possibilitando o aumento da concorrência e a ausência de solidariedade no interior da classe.

De acordo com Nogueira (2004), a lógica da flexibilização, empreendida pela atual reestruturação produtiva do capitalismo, tem relação com o crescimento significativo do emprego da força de trabalho feminina, cujo aumento ocorreu, sobretudo, no setor de serviços. Sobre isso, Antunes (2005) menciona que, em alguns países centrais, houve incremento da força de trabalho feminina, a qual atingiu mais de 40% entre os trabalhadores, devido à reengenharia observada no mundo do trabalho. Entretanto, o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho não tem significado, para as mulheres, equidade salarial e de direitos trabalhistas em relação aos trabalhadores homens.

O capital soube se utilizar das mulheres, para inseri-las em um contexto de flexibilização das relações e dos direitos trabalhistas, o que implicou a intensificação e informalidade do trabalho para esse segmento. Hirata (2002) cita que na reestruturação produtiva, que culminou na flexibilização dos direitos e das relações no mundo do trabalho, a vulnerabilidade e a intensificação foram pautadas como “experimentos”, em que as mulheres foram colocadas como “cobaias”, a fim de que, no devir, o desmonte das normas trabalhistas abrangesse todos os trabalhadores.

Nogueira (2004) afirma que, entre os anos de 1980 e 1990, tanto na Europa, como na América Latina e no Brasil, as mulheres estavam submetidas ao trabalho em tempo parcial, o que contribuía para intensificar suas atividades assalariadas, seja pelo acúmulo de mais de um emprego, seja pela necessidade de executar determinados serviços em período de tempo reduzido. As mulheres prosseguiam com baixa remuneração, principalmente se comparadas aos homens, o que culminou na pauperização delas e desvalorização de seu trabalho, intrinsecamente ligada ao discurso de que o trabalho remunerado das mulheres refere-se apenas a uma ajuda nas contas domésticas, uma vez que a responsabilidade por sustentar a casa é do marido.

Chama a atenção a condição temporária de tais empregos, que pode resultar em instabilidades e vulnerabilidades social e econômica. A situação das mulheres em empregos precarizados piora em casos de assédio moral e/ou sexual: a falta de solidariedade entre os colegas de trabalho e a diminuição da autoestima, como processo que pode ocorrer nesses casos, dificultam a superação do fato. Nogueira (2004), nesse sentido, explicita que o desemprego tem mais incidência sobre a força de trabalho feminina. Entre 1990 e 2001, o subemprego, modelo sem nenhuma relação contratual, atingiu mais as mulheres do que os homens.

Nessa miríade em que se coloca a precarização do trabalho feminino, faz-se importante citar que as responsabilidades com o trabalho doméstico e de cuidados continuam sendo da mulher, apesar de ela estar inserida no mercado de trabalho, de maneira amplificada.

O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2012, sobre Trabalho Decente, conta com análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, e contém dados da segunda metade dos anos 2000 até 2011. O relatório aponta:

> A participação dos homens nos afazeres domésticos está mais concentrada em atividades interativas, como a realização de compras de mantimentos em supermercados, o transporte dos filhos para a escola e atividades esporádicas de manutenção doméstica, como reparos e consertos no domicílio. Uma informação do suplemento da Pnad de 2008 é bastante ilustrativa dessa situação: cerca da metade (49,7%) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, costumavam fazer faxina no próprio domicílio, sozinha ou com a ajuda de outra pessoa. Enquanto que esta prática era comum para 72,1% das mulheres, entre os homens era de apenas 25,4% (OIT, 2012, p. 21).

De acordo com Estival (2013), à luz dos dados do PNAD/IBGE, as mulheres representam 90,7% daquelas que estão no mercado de trabalho e realizam serviços domésticos, enquanto os homens são 49,7%, nessas condições. A OIT (2012) indica que, apesar de as mulheres gastarem menos tempo em trabalhos assalariados do que os homens (36 horas por semana contra 43,3 horas), em casa, elas se ocupam com os trabalhos domésticos por 22 horas semanais, enquanto os homens, apenas por 9,5 horas. Assim, as mulheres trabalham, em média, 20,8 horas mensais a mais do que os homens; isso demonstra que, apesar de o número de mulheres, inseridas no mercado de trabalho, ter aumentado, elas continuam realizando a dupla jornada de trabalho, o que provoca o desenvolvimento de estresse e outros transtornos mentais, devido ao acúmulo de tarefas.

O trabalho exclusivamente empreendido pelas mulheres no âmbito doméstico não é produto de uma cultura machista nem, tampouco, de “dotes naturais” para criar, educar, cozinhar, que as mulheres pretensamente teriam desde o nascimento. Afinal, as mulheres são sujeitos socialmente construídos e são ensinadas, desde pequenas, a varrer o chão, lavar a louça, cuidar de crianças, etc. As mulheres, portanto, são ensinadas e impulsionadas a cumprir com responsabilidades do universo doméstico, ao contrário dos homens, que são educados para dominar no espaço público. A mulher, a partir de então, está diante de um trabalho que é compulsório, invisível e, nos dizeres de Lênin (1979), embrutecedor.

Nesse sentido, Nogueira (2006, p. 214), em sua pesquisa sobre o trabalho duplicado empreendido pelas trabalhadoras do setor de *telemarketing*, explicita:

> Assim, a responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no mundo da produção caracteriza a dupla (e às vezes tripla) jornada de trabalho (como vimos nos diversos depoimentos das teleoperadoras), com todas as implicações decorrentes dela, entre as quais destacamos a presença de uma forte opressão de gênero e também de exploração do capital.

Se, por um lado, o trabalho doméstico, apenas como responsabilidade feminina, surgiu antes das revoluções burguesas, o capitalismo soube se aproveitar muito bem dele, já que a utilização do trabalho doméstico feminino, como expressão de um trabalho invisível e

não remunerado, é o que dá condições para a reprodução da força de trabalho dos membros familiares, sem que o Estado ou o empregador paguem por isso.

Sobre isso, Nogueira (2006, p. 199) discorre:

> [...] O trabalho doméstico compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária. Isto é, no processo de acumulação de capital, o *quantum* de mercadoria força de trabalho é imprescindível, uma vez que é através da exploração do dispêndio de energia socialmente necessária para a produção de mercadoria que se gera a mais-valia. Portanto, o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora. (Destaque da autora).

Trata-se, portanto, de um trabalho que cria, ou recria, valor novo para a força de trabalho, mas não é remunerado para tanto. Dessa forma, o trabalho doméstico privado, realizado nos núcleos familiares, tem rebatimento direto no valor dos salários recebidos pelos/as trabalhadores/as, já que está intrinsecamente ligado ao valor da força de trabalho, ou seja, à quantidade de trabalho necessária para sua produção e reprodução enquanto indivíduo capaz de trabalhar.

As mulheres são absorvidas no mercado de trabalho, na maior parte das vezes, em ocupações que são como extensões do que realizam em casa. Não à toa, a maior parte das trabalhadoras terceirizadas nas áreas de limpeza e organização de ambientes são mulheres e negras, um produto de uma sociedade machista e racista, que se assenta, historicamente, no Brasil, na sociedade escravocrata patrimonialista que, por sua vez, foi essencial para o desenvolvimento da indústria nos países colonizadores (SAFFIOTI, 1979).

Não à toa também, as empregadas domésticas, no Brasil, conquistaram direitos trabalhistas essenciais apenas recentemente. O trabalho doméstico e a atribuição socialmente construída para as mulheres de cuidar e educar permeiam, diretamente, o trabalho assalariado exercido por homens e mulheres. Mas são as mulheres as mais expostas à sobrecarga de trabalho, tanto em casa, como fora.

Com isso, verifica-se que a produção de mercadorias e serviços e a reprodução da vida e sociabilidade são esferas indissociáveis e articuladas, por meio das quais tem se mantido a opressão às mulheres, no contexto da sociedade capitalista.

1.3 A luta feminista como forma de resistência à barbárie

Como explicitado, as mulheres estão submetidas ao patriarcado e a uma situação diferenciada de exploração nos marcos do capitalismo. Embora o patriarcado seja anterior ao capitalismo, esse sistema socioeconômico soube se aproveitar da inferiorização imposta às mulheres, para explorá-las de maneira mais acentuada, como já observado; assim, é impossível dissociar a luta contra o patriarcado da luta contra o capitalismo.

Para Nogueira (2004), o processo de inserção social da mulher no mercado de trabalho traz em si um aspecto positivo que é a constituição de avanços no processo de emancipação feminina, o que pode minimizar as formas de dominação patriarcal. Por outro lado, um aspecto negativo fundamental refere-se à condição subalternizada e precarizada de tal inserção no mundo do trabalho, uma vez que o capital utiliza características ditas femininas, como polivalência e multiatividade, decorrentes das atividades no âmbito reprodutivo, para tornar as mulheres mais apropriadas às novas formas de exploração capitalista.

"Trata-se, portanto, de um *movimento contraditório*" (NOGUEIRA, 2004, p. 88, Destaques da autora), em que a emancipação parcial da mulher, promovida por meio de sua inserção no mercado de trabalho, traz sua precarização social, enquanto ser humano e trabalhadora. Com isso, postula-se que a emancipação feminina integral, o que implica a igualdade entre homens e mulheres, está intrinsecamente relacionada à emancipação geral do gênero humano, que não se dará nos marcos desta sociedade inerentemente desigual.

Nesse sentido, o feminismo socialista preceitua, para o fim do patriarcado, as lutas contra o machismo e pela revolução socialista, a ser realizada pelos/as trabalhadores/as, como forma de restituir o seu protagonismo nos processos de trabalho, bem como possibilitar a socialização da riqueza socialmente produzida.

Entretanto, a revolução socialista tem sido compreendida por alguns setores, erroneamente, como o único momento histórico capaz de fazer nascer novas relações sociais, muito mais livres, em que o machismo, a homofobia e o racismo serão suprimidos. De acordo com Paneghini (2014, p. 21),

> A afirmação, repetida diversas vezes por alguns/as militantes, "primeiro a revolução, depois, o fim das opressões", faz perder de vista o fato de que a classe trabalhadora tem dois sexos; etnias/cores e nacionalidades diferentes; orientações sexuais e identidades de gênero divergentes da heterossexualidade compulsória, etc.

A professora e militante Bia Abramides, em entrevista a Moncau (2010), qualifica como “etapistas e antimarxistas” as concepções que secundarizam a luta das mulheres contra o machismo, dentro das organizações de esquerda, já que, de acordo com a entrevistada, perdem de vista as mediações necessárias para o entendimento da totalidade de homens e mulheres, em que subjetividade e objetividade são duas dimensões que não se desassociam.

Os determinantes subjetivos e culturais dos sistemas de dominação, expressos no cotidiano, para além da relação capital *versus* trabalho, fazem parte do método de análise da realidade e de intervenção das feministas socialistas, dentro da perspectiva crítica marxista. Pelo fato de as opressões contra as mulheres terem surgido antes do próprio capital, pode-se dizer que o patriarcado faz parte de uma estrutura social autônoma, mas interligada ao sistema de exploração capitalista. Isso quer dizer que apenas a luta pela revolução não fornece subsídios para o fim do machismo e do patriarcado, enquanto sistema de opressão.

Reafirmando essa concepção, Saffioti (2011 [1969], p. 85) é uma das primeiras feministas a citar a dupla direção que assume a opressão patriarcal contra as mulheres. Para ela,

> Reificando-se a mulher, reifica-se também o homem, pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda a sua humanidade. A verdadeira libertação da mulher é encarada por Marx, portanto, como processo geral de humanização de todo o gênero humano.

D´Atri (2011, p. 152-153) também menciona:

> Por que nós, os revolucionários, consideramos que cada vez que uma mulher é abusada, golpeada, humilhada, considerada um objeto, discriminada, submetida, a classe dominante se perpetua um pouco mais no poder. E a classe trabalhadora, por outro lado, se enfraquece. Porque essa mulher perderá a confiança em si mesma, em suas próprias forças. Atemorizada, passará a crer que a realidade não é passível de mudança e que é melhor submeter-se à opressão do que enfrentá-la e por sua vida em risco. A classe trabalhadora, por outro lado, se enfraquece, também, porque esse homem que golpeou sua companheira, que a humilhou, que a considerou sua propriedade, está mais distante que antes de se transformar num trabalhador consciente de suas algemas, está um pouco mais longe de reconhecer que, na luta para romper seus grilhões, deve propor libertar toda a humanidade de sua cadeia e contar com todos os oprimidos.

Assim, é tarefa dos/as trabalhadores/as a consecução da luta contra as opressões ao mesmo tempo em que lutam por uma nova sociedade, sem exploração. Sabe-se que a dominação e a exploração convivem vinculadas e, por isso, não se pode pensar em eliminar

ambas por etapas: elas precisam ser combatidas pelos/as trabalhadores/as ao mesmo tempo, nos períodos anterior e posterior a qualquer revolução socialista.

É importante ressaltar, também, que as mulheres devem ser as protagonistas no alcance de sua emancipação. Toda a esquerda deve ter em mente que a luta contra o patriarcado deve ser integrada à luta de classes mais geral.

Apesar de o feminismo socialista ter como norte a emergência de outra sociedade, suas reivindicações também estão pautadas no chão histórico do capitalismo - em que as mulheres precisam garantir direitos para melhorar suas condições de vida, de trabalho, etc. - inclusive ao lado das ditas feministas liberais, caso compartilhem de bandeiras de lutas que digam respeito a todas as mulheres, como é o caso da luta contra a cultura do estupro e contra a violência doméstica.

Neste contexto, D´Atri (2011, p. 151) também afirma:

> Acreditamos que todos os direitos formais que as mulheres conseguiram no capitalismo com nossa luta se convertem em letra morta se não se aponta a transformação do coração do sistema, baseado na mais abjeta das hierarquias, pautada em um punhado de pessoas viver à custa da exploração descarada de milhões de seres humanos. Apesar disso, não cremos que haja etapas necessárias obrigatórias na luta por nossa emancipação. Consideramos que enquanto lutamos por um sistema onde não existam nem a exploração nem a opressão, é nosso dever irrenunciável apoiar e tomar parte na luta das mulheres por melhores condições de vida possível ainda no capitalismo, pelos direitos democráticos mais elementares, inclusive em aliança com todos e todas que lutem por esses direitos – ainda que não compartilhem a ideia de que outro sistema de verdadeira igualdade e liberdade seja possível.

Para o feminismo socialista, a luta contra o machismo, e ainda contra a homofobia e o racismo, tem sido levada adiante de forma articulada e interdependente. As feministas socialistas lutam contra o racismo na sociedade, por considerarem que as mulheres negras são ainda mais oprimidas por sua condição de raça/etnia, sobretudo no Brasil, de histórico escravocrata e patrimonialista, em que as mulheres negras e indígenas eram concebidas como objetos sexuais. O mesmo ocorre em relação à luta contra a homofobia, a lesbofobia e a transfobia. Em um país cristão, onde a laicidade do Estado não é bem definida, a luta pelo progresso nos direitos civis do público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais) se faz de enorme relevância.

É inegável que a incorporação da luta contra o racismo e a homofobia, à luta feminista, no Brasil, ocorreu, em grande medida, a partir do legado de Heleieth Saffioti, sobretudo, no que se refere à sua obra mais conhecida do grande público, *O Poder do Macho* (1987).

Nesse livro, escrito para um público não acadêmico, a feminista, que já havia escrito *A Mulher na Sociedade de Classes*, utilizou linguagem simples, o que fez com que se tornasse um marco teórico e histórico para o feminismo nacional.

Saffioti (1987) expressa que a sociedade, ao contrário do que pensam as feministas radicais[10], não está dividida entre homens dominadores e mulheres subordinadas, mas, sim, entre homens e mulheres que dominam outras mulheres e homens.

Assim, existem diferentes perspectivas históricas da opressão feminina e variadas formas de luta contra o patriarcado, uma vez que as mulheres não compõem um grupo homogêneo em si, e, portanto, têm interesses diferenciados, de acordo com sua posição econômica na sociedade, como exposto anteriormente.

Saffioti (1979) afirma que o capitalismo pode até ser maleável e também permitir mudanças nas vidas das mulheres. Porém, não é o sistema que possibilitará a integração social feminina, já que, nesse modo de produção, as características biológicas (sexo e raça) tornam-se mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam para a preservação da sociedade de classes.

Para Saffioti (1987), o patriarcado não é o único princípio estruturador da sociedade, mas há uma simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. Nesse contexto, a autora aponta para a transversalidade da opressão patriarcal, consentânea aos marcos do capitalismo. Assim, ela reflete sobre o fato de a sociedade de classes ser atravessada por outras contradições, que não devem ser ignoradas, uma vez que reproduzem social, econômica e culturalmente outras formas de opressão e de exploração. Portanto, ao contrário do que muitas autoras feministas pensam, de maneira alguma Saffioti dá ao capitalismo o mesmo grau de importância dos demais sistemas de dominação-exploração (racismo e patriarcado).

Pelo contrário, ao afirmar que há essa simbiose, Saffioti apenas reflete, como marxista, sobre a necessidade de homens e mulheres socialistas lutarem contra o machismo, a homofobia e o racismo, com o mesmo empenho com que lutam contra o capital.

Ressalta-se, que esta dissertação focará a questão do trabalho como prioritária para o entendimento da subordinação das mulheres, uma vez que tal categoria tem prioridade ontológica. Nesse sentido, entende-se que o surgimento da propriedade privada e do trabalho alienado engendrou todas as demais formas de dominação-exploração, como o próprio patriarcado e o escravismo.

---

[10] As especificidades dessa vertente do movimento serão analisadas no item 1.4 *Há feminismos e feminismos: breve história do movimento internacional.*

A seguir, é apresentada breve história das lutas e resistências empreendidas pelas mulheres, por meio do movimento feminista, contra a situação opressora e subalterna que vivenciam.

1.4 Há feminismos e feminismos: breve história do movimento internacional

De acordo com D´Atri (2008), o movimento revolucionário feminista é oriundo do período anterior à Revolução Francesa, quando as mulheres burguesas, com as camponesas e artesãs, formaram a vanguarda das manifestações contra o sistema feudal. O movimento revolucionário da Era das Luzes, impulsionado pela burguesia sedenta de poder econômico e político, foi extremamente progressista, incluindo diversos atores na busca pela implantação da ordem burguesa.

Com o advento da Revolução Francesa, o lema Liberdade, Fraternidade e Igualdade converteu-se, na vida das mulheres, em uma realidade de desigualdade relacionada à classe e ao gênero. Esse cenário trouxe à tona um movimento feminista reivindicatório em torno dos direitos de cidadania das mulheres, cujo principal expoente francês foi Olympe de Gauges, que lutou pela igualdade entre homens e mulheres, redigindo a *Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs* em resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que tinha viés bastante falocêntrico.

Na medida em que o sistema capitalista precarizava as condições de vida dos proletários, inserindo também mulheres e crianças em trabalhos penosos, com longas jornadas de trabalho e remuneração diminuta, as mulheres trabalhadoras foram ganhando espaço nas lutas sociais, a partir de paralisações que se generalizavam e se agudizavam cada vez mais, enquanto as mulheres burguesas, em sua luta feminista liberal, lutavam pelo direito ao sufrágio que, com o passar do tempo, também foi incorporado pelos movimentos operários.

No início do século XX, o feminismo burguês era dividido em duas vertentes: aquele que lutava por igualdade de direitos entre os sexos, considerando as mulheres membros da humanidade, assim como os homens; e aquele baseado nas diferenças sexuais entre mulheres e homens, que se fundamentava na correspondência de responsabilidades específicas para homens e mulheres como inerentes, na qual a luta pela proteção à maternidade era bastante representativa. Os dois pensamentos estiveram presentes e em conflito no feminismo da segunda onda, a partir dos anos 60.

No que tange ao feminismo socialista, muitas mulheres trabalhadoras passaram a engrossar as fileiras de sua classe, nos processos revolucionários ou naqueles que diziam respeito a circunstâncias mais pontuais de reivindicação, como greves, piquetes, etc. Segundo D´Atri (2008), as mulheres trabalhadoras foram importantes para as revoltas que deram origem à Comuna de Paris, em 1871, e à Revolução Russa, de 1917.

No caso da Comuna de Paris, uma mulher, em especial, brilhou ao lado de outras lutadoras que deram sua vida à revolução. De acordo com Vidal e Reck (2009), Louise Michel foi uma professora e poetisa combativa da Comuna de Paris, que participou do processo revolucionário não apenas com suas mensagens incendiárias, mas, também, empunhando armas.

Entre março e maio de 1871, com a Comuna, os/as trabalhadores/as de todo o mundo conheceram a primeira experiência revolucionária de um governo proletário. As mulheres puderam lutar contra as opressões geradas pelo Código Napoleônico, que restringia os direitos femininos, como o não direito ao voto e a dependência total e irrestrita aos seus pais e maridos. As mulheres saíram às ruas para tomar o lugar dos homens assassinados nos campos de batalha; compuseram um batalhão feminino da guarda nacional e trabalharam em fábricas de armas e munições, nos hospitais e nas cozinhas de retaguarda.

De acordo com Mendes e Goulart (2011), a Comuna de Paris não deu voz às mulheres; elas que deram vida à Comuna, ao passo que se colocaram contra os canhões inimigos. Foram presas, exiladas ou executadas, quando da derrota da Comuna. Para as autoras,

> As mulheres, em seu contexto de exploração e miséria, vivendo numa sociedade patriarcal e machista, se rebelaram e tomaram a decisão de participar ativamente com papel, muitas vezes, decisivo no processo da Comuna. Numa sociedade que esperava da mulher castidade, fidelidade, devoção e obediência aos homens (que tudo podiam), demonstraram das mais diversas formas: a luta de classes também lhes pertencia. (MENDES; GOULART, 2011, p. 80).

A Comuna, apesar de ter se estendido por apenas 72 dias, eliminou, em sua Proclamação, a submissão das crianças e das mulheres aos chefes de família; instituiu o aborto, o direito à informação sexual e à anticoncepção.

Na Revolução Russa, as proletárias iniciaram, no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora de 1917, conforme contagem do calendário ortodoxo russo, uma greve que disparou a insurreição que culminaria, alguns meses mais tarde, na derrocada do czarismo e na ascensão do governo proletário bolchevique e soviético.

Lênin, em 1919, pronunciou que o Estado proletário tinha dupla tarefa quanto aos direitos femininos: a eliminação de leis que discriminavam as mulheres e a instauração de condições objetivas, necessárias para que tais leis pudessem ter concretude na vida das mulheres trabalhadoras, uma vez que ele concordava com o fato de que a igualdade legal não representa a igualdade na vida.

Assim, de acordo com a historiadora estadunidense Wendy Goldman, em entrevista (Disponível em: <http://nucleopaoerosas.blogspot.com.br/2013/12/mulher-e-revolucao-entrevista-com.html>. Acesso em: 19 jan. 2014), os direitos mais importantes conquistados pelas mulheres após a Revolução Russa foram o direito ao divórcio e ao aborto legal e gratuito. Segundo ela, esses direitos foram essenciais para que as mulheres russas obtivessem independência ante as instituições patriarcais, como a Igreja Ortodoxa e o controle dos pais e maridos.

O Estado bolchevique focou sua atuação na socialização do trabalho doméstico, uma vez que a independência das mulheres dependia de sua autonomia financeira em relação aos homens, possibilitada por seu ingresso na educação formal e no trabalho. Assim, para se libertar do julgo masculino, as mulheres precisavam se libertar dos aspectos mais monótonos e pesados do trabalho doméstico, para contribuir com a construção do socialismo e participar ativamente da vida em sociedade.

A importante feminista socialista, Alexandra Kollontai, contribuiu com o processo de implantação de serviços públicos que socializavam os trabalhos domésticos e de cuidados, como lavanderias, creches, escolas e restaurantes comunitários, além de ter apoiado as transformações culturais que reclamavam igualdade para as mulheres naquele contexto revolucionário na Rússia.

Sua crítica à dupla moral sexual, auxiliou na construção de homens e mulheres “de tipo novo”, que realizam e concebem suas relações sexuais de forma livre, sem cair na banalidade do ato sexual. Sua obra *A Nova Mulher e a Moral Sexual* simboliza um marco contra o ato sexual pautado no desejo de propriedade da vida e do corpo do outro. Da mesma forma, a obra simboliza denúncia ao fato de o casamento e a vida sexual dos casais estarem pautados nos interesses econômicos da sociedade capitalista.

Outra importante feminista do período foi Clara Zétkin. Conforme Vidal e Reck (2009), Clara nasceu em 1857 e foi importante dirigente do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), destacando-se como organizadora de sua seção feminina. Dirigiu, de 1907 a 1917, a revista *A Igualdade*, que se tornou um dos canais de expressão mais destacados da Internacional de Mulheres Socialistas.

No ano de 1910, em Copenhagen, Suíça, Clara ficou conhecida como a mulher socialista que proclamou o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, no III Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em homenagem às trabalhadoras queimadas e mortas em Nova York (Estados Unidos da América - EUA), na fábrica *Cotton*.[11] Entre 1920 a 1932, Clara representou o Partido Comunista Alemão no parlamento, tentando combater o avanço do nacional-socialismo. Em 1920, foi eleita presidente do Movimento Internacional das Mulheres Socialistas e, em 1933, quando o nazismo alcançou o poder, exilou-se na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) [12], onde morreu pouco tempo depois.

Em suas discussões com Lênin, inscritas em *Notas do meu Diário, Assim foi Lênin*, Clara conta como o líder da revolução encarava a questão da sexualidade. O tema de um dos diálogos, em específico, se relaciona à criação de uma organização internacional de mulheres comunistas, ação que Lênin colocava como primordial para o avanço do proletariado revolucionário. Embora reconhecesse que as mulheres já estavam organizadas e que elas foram (e ainda eram) importantes para a revolução, Lênin tinha uma preocupação: o foco revolucionário parecia estar se desviando diante do perigo de uma contrarrevolução. Dizia ele:

> [...] as companheiras ativas tratam da questão dos sexos, das formas de casamento no passado, no presente e no futuro. Elas estimam que seu primeiro dever é instruir as operárias nesta ordem de ideias. Pretende-se que a brochura de uma comunista de Viena sobre a questão sexual tem larga difusão. Que tolice esta brochura! [...] Mas nada de dar lugar a este gênero de ocupação no Partido, entre o proletariado que luta, consciente de seu espírito de classe (ZETKIN, 1979 [1934], p.129-130).

Zétkin (1979 [1934], p.130) contestou tal assertiva de Lênin, afirmando a importância da reflexão das mulheres revolucionárias sobre temas como casamento, propriedade privada e sexualidade, uma vez que o violento processo revolucionário tinha acentuado conflitos relacionados a tais questões, sobretudo, à sexualidade.

> A guerra e suas conseqüências, dizia eu, agravaram extremamente para a mulher esses conflitos e sofrimentos que existiam antes nas relações entre os sexos. Os problemas encobertos, até aqui, são aclarados aos olhos das mulheres, na atmosfera da revolução que vai começando. O mundo dos velhos sentimentos, das velhas ideias, estala de todos os lados. Os laços sociais de outrora enfraquecem e quebram. Vemos aparecer os germes de novas premissas ideológicas, que ainda não tomaram forma para as relações entre os homens. O interesse que estas questões suscitam é explicado pela necessidade de uma orientação nova. Além, aparecem também a reação que se produz contra as deformações e a falsidade da sociedade burguesa.

---

[11] Apesar das divergências quanto ao ano em que o incidente aconteceu, este trabalho utiliza como referência a menção de Sal (1981), para quem, no dia 8 de março de 1908, 129 trabalhadoras da fábrica têxtil *Cotton* foram queimadas dentro da instalação, em resposta do patronato à ocupação do prédio, por parte das operárias, na greve realizada contra as péssimas condições de trabalho.

Lênin, discordando, afirmou que aquele não era o momento de incitar as proletárias a pensar nesse tipo de questão, já que os pensamentos das mulheres socialistas deveriam estar na revolução, a qual criaria as bases de uma renovação real no casamento e nas relações sexuais; para ele, portanto, havia outros problemas mais urgentes. Apesar de esse diálogo ter acontecido no período de 1917 a 1920, muitos "companheiros", ainda hoje, acreditam que, em primeiro lugar, vem a luta de classes e, depois, o fim das opressões.

Apesar das divergências quanto aos temas femininos citados, colocados como secundários, a URSS empreendeu esforços para que as mulheres tivessem direitos iguais, como já apontado. No entanto, de acordo com Saffioti (2011[1969]), para que houvesse maior grau de emancipação da mulher, se fazia necessário um desenvolvimento econômico elevado, para concretizar, integralmente, todos os serviços sociais e de saúde para as mulheres, o que não acabou acontecendo, devido ao atraso econômico vivenciado pela Rússia, quando da Revolução de 1917.

Após a morte de Lênin e a ascensão de Stálin, os direitos femininos, como o próprio direito ao aborto, sofreram retrocessos consideráveis. A ideia de que a mulher foi feita para ser o receptáculo de uma nova geração de comunistas permeou as políticas de "planejamento familiar" na URSS, no governo stalinista, que passou a conceder medalhas às mulheres com maior número de filhos, enquanto inúmeras crianças morriam de fome nas ruas.

Além da participação feminina nos processos revolucionários citados, as mulheres socialistas/comunistas, assim como as anarquistas, tiveram grande importância no enfrentamento ao fascismo, na Guerra Civil Espanhola, de 1936 a 1939.

As mulheres socialistas também participaram das lutas e revoluções sociais na América Latina, como é o caso das trabalhadoras chilenas e da tipógrafa Carmela Jeria, responsável pelo *La Alborada,* o primeiro jornal operário feminista da primeira década do século XX. De acordo com seu primeiro editorial, escrito por ela, o jornal defendia a classe operária, além de apoiar os avanços material, intelectual e moral das mulheres trabalhadoras. Carmela oferecia especial atenção aos escritos sobre as formações intelectual e política das mulheres trabalhadoras do Chile. Foi uma feminista socialista que não subalternizou a opressão específica sofrida pelas mulheres à luta de classes, por compreender que ambas as lutas deviam acontecer simultaneamente.

No México, do final do século XIX ao início do século XX, a economia combinava formas pré-capitalistas de produção no campo e industrialização na cidade. Nesse contexto, surgiram as primeiras organizações de mulheres voltadas para sua emancipação e contra a ditadura de Porfírio Diaz. Elas lutavam pela revolução social e também por isonomia salarial,

licença-maternidade e educação para mulheres camponesas e indígenas. Na Revolução Mexicana de 1910, as mulheres atuavam no campo, nas cidades e nas fábricas.

No campo, os/as campesinos/as e trabalhadores/as agrícolas começaram, desde o início do século XX, a insurgir-se contra o domínio dos latifundiários e dos fazendeiros. O exército zapatista[13] contava com soldadeiras, mulheres que carregavam as armas dos soldados, e adelitas, mulheres que faziam provisões para feridos e crianças. Em muitos casos, eram essas mulheres que convenciam as tropas porfirianas a passar para o lado da revolução. Lucrecia Toriz, operária têxtil, teve participação destacada na greve de Rio Blanco, que abarcava trabalhadores/as têxteis de Puebla, Veracruz e Tlaxcala. As mulheres trabalhadoras colocavam, em seus *rebozos*[14], pedaços de pão que eram jogados na polícia e nos fura-greves.

A Colômbia, na década de 1920, viu surgir os nascentes sindicatos e o embate dos trabalhadores contra o imperialismo estadunidense. María Cano, também conhecida como a Flor do Trabalho, tinha origem na classe média de Medelín e se aproximou da classe trabalhadora por meio de seu projeto de literatura popular, que se constituiu a partir de sua participação em um grupo literário, o *Cyrano*, que reunia simpatizantes da Revolução Russa. Esses mesmos intelectuais lançaram uma publicação na qual María é sua única colunista mulher. Agitadora das ideias socialistas nos portos, nas plantações e indústrias, María Cano sofreu preconceito da sociedade conservadora. Inseriu-se no Partido Socialista Revolucionário, que mais tarde se tornou Partido Comunista, que a expulsou. Apesar disso, Cano continuou levando adiante seu trabalho de educação popular.

Enquanto as mulheres trabalhadoras tornavam-se a linha de frente do movimento operário, as mulheres burguesas temiam que seus privilégios de classe social acabassem, apesar de também serem subjugadas pelo patriarcado.

No período marcado pelas I e II Guerras Mundiais, conforme D´Atri (2008), o feminismo se dividiu da seguinte forma: de um lado, as feministas burguesas, que estavam a favor da guerra para consolidar a soberania da burguesia de seus países e, do outro lado, as

---

[13] O movimento zapatista era formado por camponeses e indígenas mexicanos que defendiam uma gestão democrática do território. Liderado por Emiliano Zapata, o movimento combateu o regime autocrático de Porfírio Diaz e deixou marcas até os dias atuais. Em 1994, os seguidores de um movimento nacionalista e democrático, inspirados pelo movimento zapatista do começo do século, começaram a se manifestar contra o North American Free Trade Agreement (Nafta)/Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá). Um dia, o Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) deu início a uma manifestação contra a participação do México nesse acordo. Há vinte anos, esse mesmo Exército Zapatista toma o controle do território de Chiapas, onde "manda el pueblo e el gobierno obedece", conforme menção em placa da cidade. De acordo com David Harvey, em entrevista para a revista *Carta Capital*, os zapatistas abordam diversas questões importantes relacionadas à emancipação feminina, e muitas de suas lideranças são mulheres.

[14] Peça do vestuário feminino, utilizado como xale.

feministas socialistas, que lutavam contra a guerra, por meio da cultura pacifista, por entenderem que as guerras implicavam a eliminação de membros da classe trabalhadora de um país por outros soldados, desta mesma condição, em nome da acumulação capitalista e de interesses imperialistas. Nesse contexto, pode-se perceber, mais uma vez, que as ideias difundidas por uma e por outra vertente do feminismo são diametralmente diferenciadas, por estarem inseridas em interesses opostos no cerne da luta de classes.

O período do pós II Guerra marcou o advento do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus e o surgimento de novas tecnologias que facilitam o trabalho doméstico. Esse momento é marcado também pelo surgimento dos contraceptivos, que propiciam o controle da mulher sobre o próprio corpo. Tal estágio da civilização, de grande acumulação capitalista, possibilitou um crescimento cada vez maior do número de mulheres no mercado de trabalho, colaborando para sua participação ativa como peças importantes para a ampliação dos recursos econômicos da família. Tal inserção no mercado de trabalho foi também fruto das lutas feministas, sobretudo, nos países europeus e nos EUA.

A partir dos anos 60, no contexto da Guerra Fria, surgem vários levantes populares, como o Maio Francês, de 1968, e as insurreições de jovens americanos contra a Guerra do Vietnã. O movimento feminista de segunda onda vem na confluência dessas dinâmicas. De acordo com Schwebel (2009, p. 145-146),

> O impacto do feminismo dos anos 70 talvez não seja tanto o de afirmar novas formas de reivindicações e demandas de direitos, mas o de interrogar os domínios do político. Prolongando o movimento da contracultura dos anos 60, uma das prioridades dos movimentos de liberação das mulheres é a afirmação de que *o privado é político* (Freeman, 1975). (Destaque da autora).

Conforme D´Atri (2008), o feminismo, nesse contexto histórico, ganhou novos contornos no interior de sua organização e concepção: de um lado, surgiu a corrente do feminismo radical, aquele que adapta certos conceitos do debate materialista-histórico e dialético, mas considera que homens e mulheres formam duas classes sociais antagônicas; e, de outro lado, a corrente vinculada ao feminismo da igualdade, que se inspirava nas mulheres feministas francesas pós-revolução burguesa, a qual concebe que o gênero é uma construção social, não estando relacionado às determinações biológicas que demarcam diferenças entre homens e mulheres.

Enquanto as feministas liberais se distanciavam do debate do feminismo radical, por meio da proposição de lutas relacionadas às demandas das mulheres para o debate político institucionalizado, em termos de política de Estado, as feministas radicais eram provenientes

de movimentos de emancipação ou de partidos políticos, e algumas eram marxistas, mas com concepção deturpada sobre os dois gêneros que compõem a humanidade; essas feministas levavam o debate para caminhos tortuosos, já que explanavam sobre a opressão da mulher sob o ponto de vista apenas patriarcal, sistema que regularia outros âmbitos da vida.

Shulamith Firestone (1976), a criadora do feminismo radical, em seu *A Dialética do Sexo*, recusa a explicação materialista de Engels sobre a opressão da mulher, a partir do surgimento da propriedade privada. Ela afirma que há de se fazer uma análise materialista para a abordagem feminista, mas com base apenas e tão somente no próprio sexo. Para a autora, a própria determinação biológica do sexo, e nisso, a procriação, estaria na base da contradição entre homens e mulheres, que são formados de maneira diferente, desde o surgimento da humanidade. Essa distinção não necessitaria dos sistemas de classe, ou da dominação de uma classe sobre a outra. A necessidade da dominação entre classes antagônicas teria surgido, para ela, da formação psicossocial de homens e mulheres na família biológica. A diferença natural entre os sexos teria levado à primeira divisão do trabalho que, segundo ela, estaria na origem de todas as divisões posteriores de classes.

Ou seja, Firestone ontologizou a opressão sofrida pelas mulheres a partir do mero caráter biológico, pelo qual a “classe” das mulheres seria dominada pela “classe” dos homens. A proposta para superar essa situação, de acordo com a autora, seria a revolta da “classe baixa” (mulheres) contra a “classe alta” (homens), incluindo uma revolução socialista. Uma revolta capaz de colocar as mulheres no poder, para que passassem a controlar a reprodução, tanto no que se refere aos seus próprios corpos, como às instituições de socialização do trabalho doméstico e de cuidados. E, da mesma forma que a revolução do proletariado não objetiva apenas o fim do privilégio da burguesia sobre os trabalhadores, mas também o fim da distinção entre as classes, a revolução feminista não requereria apenas o fim do privilégio masculino, mas o fim da distinção sexual. Assim, as diferenças sexuais biológicas não mais teriam o significado cultural que possuem atualmente. Uma pansexualidade livre substituiria a homo, a hetero e a bissexualidade. A reprodução da espécie ocorreria artificialmente e o trabalho não mais existiria, a partir dos avanços da cibernética.

De acordo com Teles e Leite (2013), a concepção de patriarcado para Firestone está centrada na análise de que seria ele uma engrenagem de controle da sexualidade feminina. A autora não reconhece que a ideologia patriarcal permeia todas as instituições sociais e não apenas a família. A demasiada ênfase na reprodução como fator determinante da subordinação das mulheres, não explica como, até hoje, as mulheres não conquistaram a sua libertação, mesmo se considerados os avanços científicos nos métodos contraceptivos.

Além disso, a autora incorre em um erro teórico-metodológico, uma vez que o trabalho é um aspecto insuprimível da vida dos seres humanos, em qualquer sociedade que vier a existir. Para Saffioti (1987), o feminismo radical é sexista, visto que não aceita nem sequer as diferenças biológicas. Assim, oferece munição à mídia e ao capitalismo para nivelar o feminismo por baixo, ridicularizando a luta, por restringi-la a uma guerra entre os sexos.

Por sua vez, as feministas socialistas, nessa época, fortaleceram a sua luta contra o patriarcado e pela igualdade de gênero, combinando a crítica marxista das classes com a análise sobre a opressão à mulher, o que contribuiu para a construção do conceito de patriarcado a partir do desenvolvimento histórico dessa forma de organização das relações sociais, nos diferentes modos de produção. De acordo com Saffioti (1987), o feminismo socialista é o único radical, na acepção política da palavra, uma vez que vai até a raiz do entendimento do esquema de dominação/exploração.

O período de constante levante popular, dos anos 60, originou respostas do Estado, seja por meio da concessão de direitos aos/às trabalhadores/as, como no caso dos países centrais, seja com a implantação de ditaduras civis militares, como observado nos países periféricos latino-americanos. O feminismo, nos países centrais, passou a se institucionalizar por meio da inserção de militantes no poder político, enquanto o Estado precisava, ante a pressão da luta das mulheres, incorporar suas demandas como pontos da agenda política. A institucionalização gerou mais uma divisão no interior do movimento, visto que, para algumas feministas, “o processo agudo de institucionalização [...] implicou a cooptação do movimento por parte do patriarcado, o que demonstrava que a luta pela igualdade não questionava as próprias bases do sistema que oprimia as mulheres” (D´ATRI, 2008, p. 122-123).

Apesar dos aspectos negativos da institucionalização do movimento, a denúncia das violações aos direitos humanos das mulheres chegou à Organização das Nações Unidas (ONU), e possibilitou a produção de uma série de concepções e instrumentos legais, para que as mulheres passassem a contar com mecanismos especiais de proteção aos seus direitos.

De acordo com Piovesan (2003), as lutas das mulheres demonstraram que o enquadramento do gênero feminino em uma perspectiva geral e abstrata de ser humano era insuficiente para que as suas demandas específicas pudessem ser respondidas de forma concreta. Assim, o sistema especial de proteção tem a função de especificar o sujeito em sua concreticidade e suas particularidades. Nessa perspectiva, determinados sujeitos de direito ou determinadas violações de direitos merecem respostas específicas.

A instituição do Ano Internacional da Mulher, em 1975; a Conferência Internacional da Mulher, no México, no mesmo ano; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas

de Discriminação contra a Mulher, de 1979[15]; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1994[16], dentre outros instrumentos legais internacionais, foram de extrema importância para que a comunidade internacional pudesse promover a igualdade entre os sexos e o combate às violações dos direitos humanos femininos. De acordo com Piovesan (2003, p. 218),

> Através dos instrumentos internacionais examinados, busca-se proteger o valor da igualdade, baseado no respeito à diferença. Consagra-se a ideia de que a diversidade deve ser vivida como equivalência e não como superioridade ou inferioridade.

De acordo com Trindade (2010), ainda que os Direitos Humanos pós-Segunda Guerra abarquem direitos humanos inalienáveis, a partir da preservação da propriedade privada e, ainda, que não rompam com o capitalismo, os direitos humanos postulam avanços civilizatórios, fruto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, tais conquistas, ainda que restritas e insuficientes, devem ser abarcadas pela tradição marxista para que se ampliem nos marcos da ordem vigente, tendo sempre como norte a superação de tal modo de produção. O autor ainda afirma que parte da plataforma dos direitos humanos, sobretudo aqueles relacionados às conquistas sociais, se harmoniza com a teoria marxista própria dos tempos atuais, que implica resistência em períodos de retrocesso.

Ainda nos anos 70, ressurge uma vertente do feminismo muito mais controversa. Trata-se do feminismo da diferença, que consiste no ato de destacar as diferenças entre homens e mulheres, valorizando o que é biologicamente feminino e, nesse sentido, o papel reprodutivo da mulher é valorizado. Exaltavam-se os atributos femininos tidos como inerentes, como, por exemplo, o pacifismo, enquanto os homens eram criticados por suas características, também colocadas como inerentes, como a brutalidade e a violência. O feminismo da diferença exprimia tal concepção, pois, segundo suas militantes, o feminismo da igualdade (aquele que se baseia no gênero humano como fator imponderável para a distribuição equânime de benefícios e direitos) exaltava padrões de masculinidade e, por isso, reivindicava direitos iguais às mulheres. Com isso, o feminismo da diferença buscava a instauração de uma contracultura, oposta à cultura que colocava o masculino como padrão, valorizando a feminilidade.

---

[15] Ratificada pelo Brasil em 1984.
[16] Ratificada pelo Brasil em 1995.

O feminismo da diferença é duramente criticado pelas feministas da igualdade. Conforme D´Atri (2008, p. 126):

> O feminismo da diferença não faria outra coisa senão ontologizar as diferenças construídas socialmente e por meio das quais as mulheres são submetidas à discriminação de gênero. De outro ponto de vista, o feminismo da diferença é criticado por condenar as mulheres de maneira irremissível à marginalização.

Nesse contexto histórico, surge, no interior do movimento feminista de conjunto, a acusação, por parte das mulheres negras e/ou homossexuais, de que o feminismo levava adiante um "[...] discurso imperialista que pretendia representar o interesse de todas as mulheres a partir da posição exclusiva e particular das mulheres brancas anglo-saxônicas de classe média e heterossexuais" (D´ATRI, 2008, p. 130).

De acordo com Schwebel (2009), o pertencimento ao movimento implica nova ideologia, voltada a sentidos e valores comuns. Essa nova ideologia recebe o nome de "sororidade" [17] e está pautada na concepção *Sisterhood is Powerful* (irmandade feminina é poderosa), como se a irmandade feminina, esvaziada de sentido quanto aos determinantes de classe, raça/etnia e diversidade sexual, pudesse promover a libertação feminina por completo.

> Mas as questões da identidade racial ou nacional dividem o movimento, e a solidariedade comum das mulheres é rapidamente questionada pela suspeita da ignorância dos problemas próprios de cada grupo identitário, pelo temor da criação de novas formas de dominação entre homossexuais e heterossexuais, entre burguesas e proletárias, entre as mães e aquelas que não o são, entre as mulheres brancas e as mulheres negras, sobretudo nos Estados Unidos. (Schwebel, 2009, p. 146)

Nesse sentido, os segmentos mais oprimidos dentre as mulheres começaram a denunciar as opressões específicas vivenciadas em seu cotidiano. As mulheres negras denunciavam a tríplice discriminação à qual estão submetidas, relacionada à sua condição de classe, gênero e etnia. As mulheres lésbicas, por sua vez, denunciavam a discriminação diferenciada à qual estão subordinadas, tanto em relação às mulheres heterossexuais, como aos homens homossexuais.

De forma confusa, o feminismo liberal passou a incorporar o debate do racismo e da lesbofobia pelas vias do multiculturalismo, engessado na concepção de valorização de identidades marginalizadas, não considerando as determinações históricas, econômicas e sociais, que levaram esses grupos estigmatizados à condição de opressão em que vivem.

---

[17]Sororidade é um pacto de fraternidade entre as mulheres que se reconhecem como irmãs. É um termo, portanto, que está distante de qualquer contextualização de classe e que se baseia no idealismo infundado de que todas as mulheres são oprimidas de igual maneira e, por isso, podem se solidarizar umas com as outras, independentemente da condição/posição social que ocupem na sociedade.

A partir dos anos 80, o feminismo passou a incorporar seus debates na academia, em partidos políticos e em sindicatos, de forma mais qualificada. A introdução dos debates feministas no interior da universidade possibilitou a criação de novas categorias, como aquelas relacionadas ao termo gênero.

Com a derrocada das ditaduras nos países periféricos latino-americanos, a democracia passou a ser uma forma de conter a luta de classes, já que as lutas contra a carestia de vida e pela anistia aos presos políticos colocavam o poder do capital em xeque. Com a crise econômica agudizada, os Estados, até mesmo aqueles considerados socialdemocratas, passaram a implantar a cartilha neoliberal na economia e na regulação social de seus países. Com o avanço da globalização, as agências de financiamento passaram a ditar e a financiar o terceiro setor nos países periféricos, ante o surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Muitos coletivos feministas tornaram-se ONGs, aprofundando uma grande divisão entre as feministas autônomas e as institucionalizadas, visto que as ações das ONGs passam a ter caráter diferenciado das tarefas do movimento, são confundidas com este e, em alguns momentos, irritam as feministas combativas, que lutam, inclusive, contra o financiamento das agências internacionais, já que estas representam o imperialismo e a submissão de seus países aos países centrais.

Pode-se dizer que a história tem sido percorrida pelo feminismo, da forma apresentada, ao longo dos últimos anos até a primeira década do século XXI. Apesar disso, outras correntes feministas têm se levantado e lutado de forma espontânea contra a opressão machista, à qual todas as mulheres estão submetidas. Um exemplo bastante forte desse novo momento são as manifestações artísticas e culturais realizadas em torno da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que se dão em meio a passeatas e atos políticos, cujo maior expoente tem sido a Marcha das Vadias, ou *SlutWalk*, em inglês, a qual surgiu no Canadá, após uma série de estupros ocorridos na Universidade de Toronto, em 2011. Na ocasião, um policial, convidado para orientar sobre a segurança do local, disse que se as mulheres não se vestissem como vadias, não seriam estupradas, o que causou o furor das estudantes, que criaram a *SlutWalk*.

> O movimento que começou em Toronto, rapidamente se expandiu para outras dez cidades dos EUA e do Canadá, com perspectivas de chegar a mais 40 cidades americanas e 19 outras pelo mundo. Nova York, Houston, Londres, Johannesburgo e Buenos Aires estão no roteiro para reivindicar o significado da palavra "*slut*" (traduzível como "puta" ou "vadia", mas que na origem era "mulher desordeira") (Disponível em: <http://marchavadiasjc.wordpress.com/2012/04/13/origem-da-marcha-das-vadias>. Acesso em: 14 jan. 2014).

Na Ucrânia e em vários países, o movimento Fêmen tem sido signatário de nova forma de se fazer feminismo, totalmente despolitizado e vazio de conteúdo teórico, visto que os corpos seminus das militantes tornam-se estandartes da luta pela causa feminina.

Tais mobilizações têm levantado polêmicas em torno do que seja o feminismo e de como fazê-lo. As principais críticas a esses movimentos (Marcha das Vadias e Fêmen) estão relacionadas ao fato de reiterarem a condição da mulher enquanto objeto sexual, vez que o seminu causa impactos contrários aos propostos, em muitos homens e mulheres que se encontram afastados desse debate, de modo a não promover a conscientização, por parte da população, do devido domínio da mulher em relação ao seu próprio corpo. Outra crítica recorrente é que as manifestações estão vazias de crítica política, apenas denunciando a violência como fato dado e colocando todo o peso sobre a liberdade individual das mulheres, cobrando dos homens postura mais respeitosa em relação a elas, sem considerar o contexto machista e patriarcal em que os sujeitos concretos estão sendo construídos.

Apesar de o fenômeno ser parecido, as implicações teórico-metodológicas de Fêmen e Marcha das Vadias são diferentes. Este último, no Brasil, tem se politizado cada vez mais, a partir de sua aproximação com coletivos feministas importantes, do ponto de vista histórico, como a União de Mulheres de São Paulo. Em algumas de suas manifestações, já há prelúdios da discussão de classe, entre as feministas, o que pode facilitar a entrada de demandas das mulheres trabalhadoras no movimento.

Já o Fêmen tem se demonstrado pouco politizado e desrespeitoso para com as lutas feministas do passado, ao passo que desconsidera todos os avanços históricos conquistados pelo movimento até o momento. Não consegue promover uma formação política básica de seus quadros, através da leitura de feministas clássicas, como a própria Simone de Beauvoir, por compreenderem tal leitura como enfadonha. Concebem que as mulheres só são ouvidas quando nuas, o que escarnece da luta feminista histórica, na qual as mulheres lutaram para alçar suas vozes e serem ouvidas e reconhecidas por suas ideias e ideais, e não pelo que seus corpos trazem de bonito ou sensual.

1.5 História do feminismo no Brasil

1.5.1 O momento inaugural e a primeira onda

Conforme Teles (1999), a história das mulheres brasileiras teve, e ainda tem, pouca divulgação na educação formal de crianças e adolescentes, além do pouco reconhecimento por parte da sociedade em geral. Ainda que as mulheres tenham importância crucial nas lutas sociais desenvolvidas até então pela humanidade, a história oficial tem sido escrita por homens brancos e da elite, que pretendem omitir os enfrentamentos empreendidos pelo gênero feminino e, em especial, as lutas das mulheres trabalhadoras e pobres.

No Brasil, os primeiros registros sobre a mulher surgiram apenas quando as mulheres da classe dominante chegaram ao país, antes da vinda da corte de Portugal e da criação do Reino Unido, em 1808. Ainda assim, as mulheres lutadoras eram consideradas loucas, ou prostitutas, de maneira geral.

Ao analisar a condição feminina no Brasil Colônia (1500-1822), a autora menciona que muitas mulheres das classes dominadas se levantaram contra a opressão e as mulheres negras são exemplos, como Felipa Aranha, no Pará; e Teresa de Qariterê, no Mato Grosso, que lideraram quilombos[18]. Outras escravas lutaram contra os capitães-do-mato, como Zeferina, africana de origem nagô que, em 1826, liderou os homens escravos nas revoltas dos negros da Bahia, defendendo o quilombo de Urubu. Dandara, companheira de Zumbi, lutou ao lado do povo negro em defesa do quilombo dos Palmares, em Alagoas. Sabia lutar capoeira e pegava em armas para defender a liberdade dos escravos no século XVII. Preferiu suicidar-se no quilombo dos Palmares a retornar à escravidão, após a derrota sofrida.

Em relação ao Brasil Império (1822-1889), muitas feministas se uniram à luta pela abolição da escravatura, algumas vezes, identificando a situação subalterna das mulheres com a do povo negro. Nos anos 70, do século XIX, uma das primeiras feministas brasileiras, Nísia Floresta Brasileira Augusta defendeu publicamente a abolição da escravatura, ao lado da reivindicação pela educação e emancipação femininas, bem como pela instauração da

[18]Quilombos eram locais bem escondidos e fortificados, no meio da mata, ocupados pelos escravos que fugiam de seus senhores. Neles, homens e mulheres viviam segundo sua cultura de origem, de matriz africana, além de produzirem em comunidade. Esses quilombos deram origem às comunidades quilombolas (quilombos remanescentes).

República. Nascida em 1809, no Rio Grande do Norte, foi a primeira a traduzir, em 1852, o livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de Mary Woolestonocraft.

É também nesse contexto histórico que surgiu a primeira romancista brasileira, a negra maranhense Maria Firmina dos Reis, que escreveu *Úrsula*, primeiro romance abolicionista brasileiro elaborado por uma mulher. Narcisa Amália, professora carioca, escreveu diversos artigos sobre a escravidão vivenciada pela mulher, no Brasil, e se posicionou a favor da abolição da escravatura.

Luísa Mahim, mulher negra e mãe do poeta abolicionista Luís Gama, transformou sua casa em quartel-general das revoltas negras do século XIX, em Salvador/BA. Participou da Revolta dos Malês, última grande manifestação de escravos ocorrida na capital baiana, fugindo para o Rio de Janeiro, por causa da repressão desencadeada pelo governo da província baiana. No Rio de Janeiro, participou de outras revoltas negras, até ser deportada para a África, como contam alguns historiadores.

Ainda no período do Império, Chiquinha Gonzaga despontou na cena artística, compondo marchinhas de carnaval, como *Oh, Abre-Alas*, e operetas, que não foram encenadas, por causa do machismo que caracterizava a sociedade. Primeira mulher a reger em público, no Brasil, fundou, em 1917, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Antes disso, Chiquinha também se inseriu no movimento abolicionista e repudiava o regime monarquista, assim como a bailarina italiana Maria Baderna, que se dedicou aos movimentos de rebeldia da época, ajudando a formar diversos quilombos no Rio de Janeiro, onde morreu, em 1870, doente e pobre.

Pinto (2003) menciona que, no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o direito à informação tornou-se luta constante daqueles que pretendiam reformar o regime político. A exclusão do direito ao voto, imposta às mulheres e aos pobres, era justificada, sobretudo, porque consideravam que mendigos e analfabetos, assim como mulheres, não podiam ter opinião própria.

A classe média urbana e culta buscava a imprensa para expressar suas opiniões e obter a adesão da opinião pública; as mulheres se destacaram, nesse cenário, ao divulgar suas ideias. A atividade de feministas em jornais tornou-se expressiva e se espalhou por todo o país, já que, além da grande mídia, havia ainda jornais de sindicatos, associações, dentre outros.

Os primeiros jornais de caráter feminista, de acordo com Teles (1999), surgiram em meados do século XIX. O *Jornal das Senhoras*, de 1852, apesar de alertar as mulheres quanto às suas necessidades e capacidades, enfatizava a importância de amar seus filhos e agradar a

seus maridos. Diferentemente, o jornal *O Sexo Feminino*, que após a Proclamação da República alterou seu nome para *15 de Novembro do Sexo Feminino*, defendia a ideia de que a dependência econômica das mulheres em relação aos homens determinava a sujeição feminina. Defendia, também, que uma educação melhor possibilitaria às mulheres elevar o seu *status* social. Na sua última fase, já durante a República, o jornal tornou-se mais político, mostrando os avanços na vida pública das mulheres em outros países.

Naqueles anos, alguns jornais feministas, por partilharem de ideias que se gestavam sem muito amadurecimento teórico e até histórico, defendiam que a educação feminina poderia ser um elemento importante para que as mulheres desenvolvessem habilidades como mães, esposas e donas de casa, reforçando e naturalizando esses papeis, ao invés de possibilitar a reflexão sobre como as mulheres poderiam impulsionar processos de emancipação, por meio do conhecimento obtido pela educação.

Já a revista *A Mensageira*, de Prisciliana Duarte de Almeida, apresentava questões universais pioneiras para o feminismo, como a solidariedade internacional entre as mulheres. Em uma de suas edições, trouxe reportagem sobre a criação da Sociedade de Produção Materna, uma creche em Paris, como bom exemplo para o Brasil, país em que “as mães que trabalham com os filhos no colo sofrem enormes suplícios”.

No século XIX, as mulheres europeias e norte-americanas começavam a travar lutas por direitos sociais, trabalhistas e políticos, que influenciaram as mulheres latino-americanas e brasileiras. Em 1880, as mulheres, na Inglaterra, se empenharam para conquistar o direito ao voto e, em 1890, lançaram campanhas para eliminar as causas sociais e econômicas da prostituição, denunciando a educação burguesa e patriarcal como responsável pela submissão das mulheres.

As norte-americanas iniciaram sua luta pelo voto na segunda metade do século XIX. Na América Latina, devido ao acentuado grau de inferioridade conferido às mulheres, a proibição ao voto feminino não era sequer tema de reflexão, vez que apenas os homens eram considerados cidadãos. Foi assim que as chilenas, em 1876, aproveitam uma lacuna na Constituição para votar e, em 1888, uma lei chilena proibiu taxativamente o voto feminino naquele país e muitas Constituições latino-americanas passaram a negar o direito de voto às mulheres.

Sob essa influência as mulheres brasileiras começaram a lutar pelo direito ao voto. Esse período do feminismo, marcado pela ascensão da Primeira República, pode ser considerado a primeira onda do feminismo brasileiro, de acordo com Pinto (2003).

No Brasil, o feminismo não representou uma transposição do modelo de organização europeu, tendo expressões particulares, devido às suas especificidades históricas (colonização, escravidão, subserviência ante a divisão internacional do trabalho, etc.). Para a autora, na virada do século XIX, até o ano de 1932, quando as mulheres conquistaram o direito ao voto, o movimento feminista organizado passou a ter duas vertentes principais, também relativas à asserção de classe das mulheres: uma vertente era o feminismo "bem-comportado", liderado por Bertha Lutz, que lutava por algumas tímidas conquistas femininas dentro do sistema capitalista; e a outra tendência era o feminismo "malcomportado", liderado por uma gama heterogênea de mulheres intelectuais, anarquistas e socialistas, que tinham visão muito mais radical sobre o sistema que ratificava a dominação dos homens sobre as mulheres.

De acordo com Pinto (2003), desde o final do século XIX, havia mulheres lutando pelo direito ao voto, ainda que de forma individual e não organizada. Essa questão, inclusive, foi discutida na Constituinte republicana de 1891 e teve como apoiadores os posteriores Presidentes da República Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. Apesar de essa Constituição não ter proibido explicitamente o voto feminino[19], as mulheres foram excluídas do texto constitucional propositalmente. Isso fez com que muitas encontrassem essa brecha na lei para requisitar sua participação nas eleições, ao longo dos mais de 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891.

Enquanto isso, Teles (1999) aponta que, desde o início do século XX, as mulheres trabalhadoras impulsionavam lutas sangrentas por seus direitos, ao lado dos demais trabalhadores. É no contexto de industrialização e urbanização crescentes que as mulheres trabalhadoras começaram a se insurgir contra suas péssimas condições de trabalho. O ideário anarquista, vigente entre operários europeus no Brasil, sobretudo, italianos e espanhóis, nas primeiras greves, contribuiu para radicalizar o debate relacionado à exploração capitalista sobre o trabalho. Além disso, os anarquistas mantinham uma impressa muito ativa e as mulheres contribuiam com suas publicações.

De acordo com Pinto (2003), as primeiras manifestações do feminismo classista de que se tem notícia, no Brasil, foi um manifesto distribuído pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, em que era ilustrada a condição das mulheres trabalhadoras e apontado o fato de que não haveria emancipação, sem que os trabalhadores lutassem contra a opressão às mulheres nas fábricas. Com isso, tornaram-se

[19] Pinto (2003), citando a Constituição de 1891, em seu Art. 70, menciona que não podiam votar: os analfabetos; os mendigos; os pracinhas (soldados de nível inferior na hierarquia militar), exceto os alunos de nível superior em escola militar; os religiosos sujeitos a voto de obediência.

precursoras de uma luta inglória dentro do próprio movimento operário, ao passo que indicaram que os explorados sofriam opressões de naturezas diferenciadas.

Em 1907, ocorreram diversas greves e as tecelãs aderiram a elas, sendo que as costureiras tiveram processo destacado na luta. A principal reivindicação era a jornada de oito horas, mas as costureiras não a obtiveram, ficando com nove horas e meia de jornada diária de trabalho. Ernestina Lésina publicou, em 1910, o jornal *Anima Vita*, conclamando as mulheres a aderirem à luta dos trabalhadores e, em particular, pela regulamentação do trabalho feminino.

Em 10 de junho de 1917, as operárias têxteis da fábrica Crespi começaram a paralisação que foi o estopim para a greve geral, em São Paulo. Apesar da repressão policial aos manifestantes, o movimento conseguiu a promulgação da lei que proibia o trabalho noturno de mulheres, crianças e adolescentes. Em 1919, 30 mil trabalhadores/as têxteis entraram em greve, em São Paulo e no interior do estado. A repressão policial se abateu, sobretudo, contra crianças e mulheres, que participavam massivamente dos processos de greve.

Enquanto isso, o movimento sufragista no Brasil ganhava força. Em 1910, foi criado o Partido Republicano Feminino composto por mulheres que agiram à margem da política institucional, tornando-se, estrategicamente, importante fator da luta política pelos direitos das mulheres. Em seu estatuto, as dirigentes falavam de emancipação e independência. Atribuíam à mulher qualidades para a inserção no trabalho e na política, já que seriam detentoras de patriotismo. Propugnavam, ainda, o fim da exploração sexual, bandeira de luta bastante avançada para a época. Suas fundadoras tinham histórias de vida que refletiam o intuito do partido: a professora Leolinda Daltro criou sozinha seus cinco filhos e percorreu o interior do Brasil em uma cruzada em defesa dos índios e contra o extermínio promovido pela catequese; a outra fundadora, Gilka Machado, era poetisa e escandalizou com seus poemas eróticos. Elas promoveram, em 1917, uma marcha no Centro do Rio de Janeiro, que reuniu 90 mulheres, em uma época em que a rua era interditada para elas.

Em 1920, a bióloga Bertha Lutz e a professora Maria Lacerda de Moura fundaram, no Rio de Janeiro, a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, um grupo de estudos que tinha como objetivo principal a igualdade política das mulheres. De acordo com Pinto (2003), entretanto, Maria Lacerda de Moura logo se afastou de Bertha Lutz, porque concluiu que sua luta beneficiaria a poucas mulheres.

Diferentemente de Lutz, Maria Lacerda, professora anarquista de origem pobre, publicou vários livros em que expunha suas ideias feministas, que iam desde a participação

política até as ideias do amor livre e da educação sexual. De acordo com Teles (1999), a professora era pacifista, anticapitalista, opositora do fascismo e do militarismo e, portanto, não estava presa só à reivindicação de igualdade política com os homens, escrevendo diversas histórias libertárias em sua revista *Renascença*. Contra a proposta do direito ao voto, propôs uma participação feminina na política muito mais ampla. Não acreditava em Deus e refutava o amor à pátria; considerava o capitalismo como o responsável pela condição subalterna da mulher na sociedade. Daí sua recusa a lutar por direitos civis e políticos, dentro desse sistema socioeconômico.

Assim como a anarquista Maria Lacerda, uma comunista também pode ser considerada representante do feminismo malcomportado, nos termos de Pinto (2003). Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, nasceu em 14 de junho de 1910. Destacou-se no meio literário como escritora, poetisa e jornalista, participando do movimento artístico antropofágico, com artistas que representavam a vanguarda modernista. Declarava-se marxista e feminista. Na década de 30, assumiu, com seu companheiro Oswald de Andrade, a direção editorial do jornal *O Homem do Povo*, no qual escrevia a sua coluna, *A Mulher do Povo*, em que criticava o feminismo liberal. Escreveu o livro *Parque Industrial*, com o pseudônimo de Mara Lobo. Essa obra caracteriza-se como radicalmente feminista e socialista, na medida em que apresentava a dura realidade das mulheres pobres e operárias.

Após perceber os desvios do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da política stalinista levada adiante por esse partido na época, Pagu saiu da organização e escreveu a *Carta de uma Militante*, em que criticava a centralização política e administrativa da URSS, salientando que a Revolução Russa não podia ser encarada como um fim em si mesmo, mas que devia ter continuidade no plano internacional. Pagu demonstrou ser, portanto, uma apoiadora das ideias trotskistas, apesar de nenhum historiador confirmar tal asserção.

Já no que tange às representantes do feminismo bem-comportado da época, Pinto (2003) salienta que Bertha Lutz era filha de uma enfermeira e de um dos cientistas mais renomados de todos os tempos, Adolfo Lutz e, portanto, fazia parte de duas elites, ao mesmo tempo: a econômica e a intelectual. Em Sorbonne, na França, onde se formou em biologia, teve contato com as sufragistas. Quando retornou ao Brasil, tornou-se bióloga do Museu Nacional, como servidora pública. Em 1934, formou-se em Direito, escreveu em jornais e viajou novamente para a Europa e os Estados Unidos, representando o país no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher, nos EUA. Estava, portanto, intimamente influenciada pelo feminismo do hemisfério norte.

A forma bem comportada de sua luta e as facilidades que tinha de acessar a mídia, ou de viajar, ou mesmo de organizar as mulheres, são reveladoras das origens econômica e social de Bertha Lutz e do prestígio que dispunha na sociedade. Em 1922, quando organizou o I Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), a mais conhecida organização de defesa dos direitos das mulheres da época. Há notícias de federações criadas em Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte. Isso em uma época de intensa dificuldade de locomoção e comunicação.

A luta central da FBPF era o direito ao voto feminino, o que encontrou eco entre alguns republicanos. A FBPF elaborou um abaixo-assinado, pelo direito ao voto feminino, encaminhado em 1927 ao Senado, que recebeu 2 mil assinaturas de mulheres de todo o país, em uma época em que as mulheres estavam restringidas às suas casas e eram, em sua maioria, analfabetas.

A FBPF compôs, portanto, um grupo homogêneo que fazia pressão aos poderes constituídos para a implantação do direito ao voto, o que demonstra os motivos pelos quais recebeu apoio até das elites mais conservadoras da sociedade. Caracterizou-se, desta forma, como um feminismo bem-comportado, porque não superava o limite da pressão intraclasse, além de não colocar em xeque as bases do patriarcado.

Enquanto as mulheres burguesas lutavam nos limites da política institucional, as mulheres trabalhadoras, por sua vez, lutavam ao lado de sua classe, combatendo o machismo desde as primeiras ocasiões revolucionárias, dentro das fileiras da esquerda. Teles (1999) aponta que, em 1924, foi registrada a ação de mulheres vivandeiras[20], na Coluna Prestes[21], de cujas marchas e combates participaram. Logo, Luiz Carlos Prestes proibiu a inclusão delas nos destacamentos, por considerar que as mulheres indisciplinavam os soldados. Esse é só um dos exemplos da postura machista apresentada pelos homens comunistas na história da esquerda, no Brasil.

A proibição de Prestes não fez com que essas lutadoras desistissem: elas seguiam a cavalo os homens da Coluna, atravessando rios e pântanos. Faziam serviços de enfermagem e cozinha, mas também colhiam informações importantes para a Coluna, por meio de seu contato com os moradores. Passavam fome e enfrentavam o cansaço dos pântanos;

[20] Mulheres que acompanham tropas de soldados, oferecendo-lhes comida, bebida e outros gêneros.

[21] A Coluna Prestes foi um movimento político, liderado por militares (tenentismo), contrário às elites agrárias (os coronéis) e ao governo da República Velha, que cerceava a democracia, realizava fraudes eleitorais e facilitava a concentração do poder nas mãos dos coronéis. Ocorreu entre 1925 e 1927 e recebeu este nome por ter sido liderado por Luís Carlos Prestes, proeminente líder comunista e esposo de Olga Benário. Visava percorrer o interior do Brasil, para incentivar a população a se rebelar contra as elites agrárias.

carregavam os fuzis dos homens e providenciavam-lhes água. Tia Maria, Joana, Hermínia, Chiquinha são os nomes de algumas lutadoras que foram silenciadas pela história oficial.

A luta pelo direito ao voto terminou em 1932, quando o novo Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora desse direito. Apesar disso, apenas as mulheres casadas, com a autorização de seus maridos, e as viúvas ou solteiras com renda podiam votar. O sufrágio feminino só foi confirmado pelo Código Eleitoral e pela Constituição brasileira, ambos de 1934.

Nesse ano, surgiu a União Feminina como parte integrante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo objetivo principal era a derrubada do então presidente Vargas, e era dirigida por comunistas. Em 1935, a União é posta na clandestinidade e diversas militantes são presas, dentre elas, Olga Benário, que mais tarde foi deportada para a Alemanha e encarcerada em um campo de concentração, onde teve sua filha. Em 1942, foi assassinada pela Gestapo (polícia secreta do III Reich).

Em 1937, Getúlio Vargas impôs um Golpe de Estado, tendo em vista a sua manutenção no poder. Nessas condições, a luta das mulheres fundiu-se à de todo o povo, contra a ditadura e pela democracia. Logo em 1945, foram fundados o Comitê de Mulheres pela Democracia e a Associação de Donas de Casa contra a Carestia.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1946, entretanto, não contou com nenhuma mulher. A Constituição de 1946 não tratava da questão de discriminação por sexo, condenando, porém, o preconceito racial. Não foram reconhecidos os direitos do filho adulterino e o direito de voto aos analfabetos, o que fez com que 10 milhões de mulheres fossem excluídas desse direito, por não saberem ler ou escrever.

Surge, na mesma época, a Associação Feminina do Distrito Federal que, no Rio de Janeiro, espalhada em 30 bairros, lutava contra o despejo em favelas, contra a carestia de vida, pelos direitos femininos, pela defesa da vida, da infância e pela paz. Em 1947, Alice Tibiriçá, militante pelo direito ao voto, assumiu a presidência da recém-criada Federação das Mulheres do Brasil (FMB), que se propunha a fazer com que as mulheres debatessem questões de seu interesse, seus direitos, a proteção à infância e à paz mundial (TELES, 1999). Essas duas organizações surgiram sob a influência do PCB, que tentou mobilizar as mulheres para as campanhas contra a carestia de vida.

Em 1952, se deu a I Assembleia Nacional de Mulheres, com representantes de nove estados brasileiros, pela defesa dos direitos das mulheres, sobretudo, das trabalhadoras, da infância e pela paz mundial que, naquele momento era impulsionada pelo combate à Guerra

da Coreia. Neste mesmo ano, foi realizada a II Assembleia Nacional de Mulheres e, em 1956, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência Nacional de Trabalhadoras.

Embora tenha sido reconhecido como democrático, o governo Juscelino Kubitschek suspendeu o funcionamento de várias organizações femininas. Apesar disso, em 1960, foi fundada a Liga Feminina do Estado da Guanabara que liderou campanhas contra a carestia, organizando um abaixo-assinado com 100 mil assinaturas.

Como se percebe, a luta das mulheres, naquela época, estava focada em questões muito concretas da vida cotidiana, como a luta contra o alto custo de vida, pela instalação de saneamento básico nos bairros e contra os despejos. A defesa da maternidade, da infância e pela implantação de creches também era constante.

No que se refere às questões políticas mais gerais, as mulheres se destacavam na luta pela anistia, pela democracia, pela paz mundial e pela defesa das riquezas naturais brasileiras, como o petróleo, sempre ameaçadas pelo imperialismo.

Em 1963, foi realizado o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, em que foi defendido o salário igual para trabalho igual e a aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas a favor da mulher. Na época, as mulheres trabalhadoras reivindicavam a extensão dos direitos trabalhistas às que labutavam no campo e organizaram campanhas para a sindicalização das mulheres, ajudando-as para que alcançassem a direção dos sindicatos.

No que se refere à luta específica das mulheres, centrava-se na reforma do Código Civil para anular os artigos discriminatórios relacionados à mulher casada. Questões relativas à sexualidade, aborto e controle de natalidade não eram sequer mencionadas.

1.5.2 A segunda onda do feminismo e o golpe militar

Conforme Teles (1999), entre 1960 e 1964, ocorreram diversas manifestações de massas, devido à crescente politização dos trabalhadores: os camponeses arrefeciam a luta pela reforma agrária, enquanto os estudantes discutiam com afinco o imperialismo.

As mulheres, por sua vez, começaram a experimentar mudanças nas suas relações no trabalho, na família e na política, o que trouxe modificações em suas vidas objetiva e subjetiva e em seu comportamento ante o mundo. De acordo com Teles e Leite (2013), o uso da pílula anticoncepcional, a partir dos anos 60, permitiu às mulheres a experiência do prazer sexual, sem medo de uma gravidez não planejada. Portanto, uma parte das brasileiras

descobriu o prazer do orgasmo e o direito à escolha de ser ou não mãe, proporcionado pelos avanços científicos e tecnológicos.

Enquanto isso, algumas mulheres permaneciam embrutecidas em casa, ou no trabalho, o que possibilitava sua reificação no plano político. De acordo com Teles (1999), em 13 de março de 1964, o presidente João Goulart, no Comício da Central do Brasil, falou sobre sua intenção de colocar em prática as reformas de base. Foi quando as forças sociais reacionárias organizaram milhares de mulheres contra o espectro comunista. Organizações de mulheres reacionárias, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) ajudaram a arregimentar mulheres trabalhadoras para compor a Marcha de Deus com a Família.

De acordo com Teles (1999, p. 53), as forças políticas reacionárias

> Precisavam de demonstrações de massa e, para isso, lançaram mão das mulheres. Milhares delas foram utilizadas para saírem às ruas, em defesa das forças de direita, engrossando a Marcha de Deus pela Família e a Liberdade. Quinhentas mil "marchadeiras" em São Paulo, 200 mil em Minas e assim por diante.
> As entidades que encabeçavam o movimento tinham começado a surgir em meados de 1962: União Cívica Feminina, Movimento de Arregimentação Feminina, conhecido pela sigla MAF e Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e outras mais. Suas lideranças estavam bem conscientes do que pretendiam: acabar com a "ameaça comunista" e contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular.
> Mas a grande massa feminina que, de fato, engrossou essa campanha, se compunha de empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras. Acompanhavam essas lideranças por princípios religiosos e iludidas de que, assim, poderiam salvar o Brasil.

Essa é a história de como as "marchadeiras" foram fundamentais para a derrocada de um governo legitimamente eleito e para a ascensão de um governo ditatorial, repressor e violento. De acordo com Teles (1999), o sucesso dessas ações se deu, em grande parte, devido à desarticulação das feministas de esquerda e de outras forças progressivas, que não esperavam tal reação da direita.

Assim, em 1º de abril de 1964, os militares tomaram o poder, perseguindo e esfacelando todas as organizações de esquerda até então existentes, institucionalizando apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava a ditadura, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que compunha uma oposição consentida. Muitos intelectuais, cientistas e membros do governo deposto tomaram o caminho do exílio, e foram acolhidos em embaixadas latino-americanas e europeias.

Pinto (2003) menciona que, a partir de 1968, muitos militantes de esquerda se exilaram em países sul-americanos, como o Chile, antes da ditadura de Pinochet, e europeus, como a França, cuja capital, Paris, tornou-se o local de maior concentração. Havia, dentre os ativistas, muitas mulheres militantes ou esposas de militantes exilados. Todos/as os/as

exilados/as na França, a partir dos anos 70, encontraram uma efervescência cultural e de costumes diversa da que vivenciavam aqui, o que possibilitou a muitas mulheres entrarem em contato com o ideário feminista.

Essa revolução cultural colocava em xeque o poder do macho na família, o que desagradava aos homens de esquerda, tanto porque questionava o seu poder ante as mulheres, como porque julgavam o feminismo como ameaça ao proletariado por se tratar, segundo eles, de um desvio em relação à luta de classes. É nesse contexto que surgiram os primeiros grupos feministas, formados por mulheres brasileiras em Paris e em outras partes do mundo.

Danda Prado, uma comunista autoexilada em Paris, criou, nesse contexto, o Grupo Latino-Americano de Mulheres, em 1972. Esse grupo discutia a condição das mulheres em mesas de bar, o que possibilitou a agregação de cem mulheres ao grupo e facilitou a articulação com grupos feministas de outros países, inclusive do Brasil, culminando na publicação do boletim *Nosotras*, até o ano de 1976. Os militantes de esquerda viam com maus olhos esse grupo, já que o consideravam despolitizado; além disso, segundo eles, o grupo não fazia o enfrentamento à ditadura brasileira. De acordo com Pinto (2003), esse grupo estava politizando as relações familiares, fato que deixava os militantes de esquerda estupefatos. Assim, muitos deles exigiram que suas esposas saíssem do grupo e a Frente de Brasileiros no Exílio deixou de destinar recursos financeiros de apoio para as famílias cujas mulheres participavam de suas atividades.

Nessa mesma época, Branca Moreira Alves criou, na cidade de Berkeley, Estados Unidos, seu próprio grupo feminista, influenciada muito mais pelas conversas com Danda do que propriamente pelo feminismo norte-americano de segunda onda.

Porém, o grupo mais importante de mulheres foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que durou de 1975 a 1979 e contou com a participação de muitas mulheres que saíram do exílio no Chile e foram para Paris. Nesse contexto, o Círculo de Mulheres originou-se a partir do lançamento de um documento chamado *Por uma Tendência Feminina Revolucionária*, em que o grupo se colocava na perspectiva de um posicionamento de esquerda, ao lado dos/as trabalhadores/as.

Esse grupo assumiu extrema importância, pois além de seu posicionamento radical, identificado com a luta de classes, as mulheres discutiam suas particularidades em grupos de reflexão, implantando uma política de intercâmbio e articulação com grupos feministas de outros países, o que estimulou, também, a divulgação do movimento para sua expansão.

A indústria, no Brasil, passava a crescer novamente, causando o arrefecimento do êxodo rural e a aceleração do processo de expansão urbana. Muitas mulheres migrantes foram

incorporadas nas indústrias, com salários bem mais baixos do que os rendimentos masculinos e em condições precárias de trabalho. A falta de creche se fazia sentir de maneira cruel, uma vez que essas mulheres estavam em cidades desconhecidas, sem seus parentes e amigos próximos, com quem seus filhos pudessem ficar. Enquanto isso, nos anos de "milagre econômico", o Brasil alcançou o 8º lugar na economia mundial.

Os últimos anos da década de 1960 e os primeiros da década de 1970 reservaram os momentos mais duros da Ditadura Militar. A repressão do general Médici fez com que qualquer manifestação fosse proibida e a coerção chegava a níveis de violência antes inimagináveis. Enquanto a repressão torturava, sequestrava e matava, as mulheres foram as primeiras a sair às ruas, à procura de seus parentes presos ou desaparecidos políticos. Em 1968, foi criada a União Brasileira de Mães, em defesa de seus filhos ante a repressão policial, contando com a filiação de mais de 500 mães.

Outras mulheres tentaram participar de organizações clandestinas, dispostas a lutar com os homens pela democracia. Os operários de Contagem/MG e Osasco/SP romperam em greve. Os protestos foram reprimidos e os trabalhadores presos, mesmo destino dos estudantes presentes no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna/SP.

O Ato Institucional n. 5 (AI-5) encerrou as atividades do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa, dando plenos poderes ao Presidente da República. A censura intensificou-se e foi eliminado o *habeas corpus* para presos detidos por infração à Lei de Segurança Nacional. Foram fechadas todas as possibilidades de se fazer política legalmente e a repressão política demonstrava a impossibilidade de se promover qualquer forma de mobilização contra a ditadura.

As organizações clandestinas de esquerda absorveram as mulheres tanto no campo, como na cidade. As entidades guerrilheiras, no entanto, tinham dificuldade em absorver as mulheres como militantes capazes de entender as estratégias de guerrilha e pegar em armas, pelo fato de suas lideranças conceberem tais atividades como atribuições masculinas. Muitos homens e mulheres sobreviveram às torturas e à prisão, mantendo as integridades ética e política. Outras/os não conseguiram superar as sequelas daquele tempo de horror.

Em entrevista para Moncau (2010), Maria Amélia Teles, feminista histórica, presa e duramente torturada com seu marido, conta como as mulheres sofriam de maneira diferenciada nas sessões de tortura. Segundo ela, os agentes da repressão tentavam chantageá-la, ameaçando agir com violência contra seus filhos, enquanto que, nas torturas impostas ao seu marido, os filhos não eram nem citados. Muitas mulheres foram estupradas pelos agentes

repressores, que também agrediam física e psicologicamente mulheres grávidas; algumas sofreram aborto, por esse motivo.

Teles (1999, p. 72) expõe o relato de Criméia Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia e presa quando estava grávida de sete meses. Criméia denuncia o seguinte:

> [...] a violência sexual esteve sempre presente na nudez durante os interrogatórios, nos choques elétricos na barriga e nos seios e no que cada um dos torturadores achava de "melhor" ou "pior" no meu corpo; e todos foram unânimes em achar "terrivelmente feio" um corpo de mulher grávida. Nessas condições, a mulher pode dar uma resposta inesperada – à ameaça de morte, podemos responder com uma nova vida.

Quando as mulheres entraram na luta armada, de 1969 a 1974, sentiram a discriminação por parte de seus companheiros de luta, que as subestimavam, quando não as superprotegiam. Já os comandantes queriam que as mulheres tivessem os mesmos atributos físicos e comportamentais masculinos. Nesse contexto de convivência marcada sempre pelo medo e pela apreensão de serem capturados pela ditadura, alguns homens mudaram sua atitude machista. Muitos choraram ante a perda de seus companheiros nas batalhas. Muitas mulheres tentaram se aproximar de um modelo masculino de fazer guerrilha, enquanto outras reafirmaram as diferenças, numa intenção de construir outras formas de fazer política.

Nas estratégias militares no meio rural, as mulheres executavam tarefas de observação, levantamento de informações e preparo logístico, mas o comando, na maior parte das vezes, ficava com os homens. A inclusão da mulher na luta armada aconteceu a partir de sua própria exigência. No meio urbano, as mulheres significaram um trunfo para a luta armada, já que fugiam ao estereótipo do comunista guerrilheiro, e passavam despercebidas pelos agentes da ditadura.

No início da década de 1970, outros importantes movimentos se desenvolveram. De acordo com Teles e Leite (2013), eram organizados de maneira clandestina e velada, nos bairros periféricos das grandes cidades, com participação de pessoas ligadas à Igreja Católica. Nesse sentido, os Clubes de Mães foram protagonistas na denúncia do alto custo de vida, dos baixos salários e da ausência de creches, assuntos vistos como subversivos, na época. As mulheres que organizavam os Clubes eram perseguidas por policiais infiltrados, que queriam saber de sua ligação com a esquerda, o que fazia com que essas mulheres buscassem maneiras alternativas de se mobilizar. De acordo com as autoras, o conteúdo classista estava presente nas discussões, por meio também de uma oposição operária em relação à ditadura.

Além disso, no começo dessa década, a atuação de outra importante feminista contribuiu para fortalecer as lutas das mulheres no Brasil. Rosie Marie Muraro nasceu em 1930, praticamente cega. Pertencia a uma das famílias mais ricas do Brasil, mas renegou sua posição de classe, incorporando-se à Ação Católica, que na época já se posicionava ao lado das lutas sociais, por meio de sua aproximação com dom Helder Câmara. Formou-se em Física e Economia, e constituiu-se, também, como pensadora da condição humana e, sobretudo, da condição das mulheres. De acordo com Boff (2014), ela não se limitava aos estudos sobre a desigualdade de gênero, denunciando, ainda, as relações de opressão contidas na cultura, nas instituições, correntes filosóficas, no sistema econômico e Estado. Escreveu, dentre seus 44 livros, *Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil* (1996), o qual, de acordo com Boff (2014), trata-se de uma pesquisa de campo, em que a autora analisa de que forma é vivenciada a sexualidade, tomando em conta a situação de classe das mulheres. Importante pensadora das causas relacionadas ao capitalismo, enquanto sistema econômico predador da humanidade e da natureza, em 2005 recebeu o título de Patrona do Feminismo no Brasil, pelo governo federal. Faleceu em 21 de junho de 2014.

Ainda no que tange ao feminismo nos anos 70, Pinto (2003) menciona que, a partir de 1972, surgiram grupos feministas formados em São Paulo e no Rio de Janeiro, que tinham formato privado, constituindo-se quase como uma reunião entre amigas. Para entrar nesses seletos grupos feministas, quase sempre compostos por intelectuais de esquerda e profissionais de meia-idade, era necessário um convite formal, por parte da liderança. A difícil conjuntura de repressão aos movimentos sociais moldou, de certa maneira, o formato desses grupos, que não se manifestavam em praça pública, constituindo-se mais como grupo de estudos e reflexões.

Tais grupos eram compostos por 20 pessoas, no máximo, em uma conjuntura bastante difícil para as feministas, visto que a esquerda rechaçava qualquer forma de mobilização que não estivesse ligada à luta de classes. Assim, Pinto (2003) comenta que as mulheres se organizavam nesses grupos quase se “desculpando” por tratarem de problemas femininos, em uma época em que o país precisava do enfrentamento político direto.

O primeiro desses grupos teve início em São Paulo, em 1972, a partir da iniciativa de mulheres que haviam residido nos EUA. As discussões do grupo, de acordo com Costa (*apud* PINTO, 2003) iam desde a literatura (incluindo autoras como Virgínia Woolf e Anais Nin) a doenças venéreas, embora tenha demorado a falar sobre sexualidade. Finalizou suas atividades em 1975. O primeiro grupo, no Rio de Janeiro, foi formado por Branca Moreira Alves, após seu retorno dos Estados Unidos e da efervescência política da cidade de Berkeley,

onde já havia montado um grupo feminista. Esse grupo também falava apenas sobre literatura feminina, até 1973, quando foi reestruturado por um grupo mais jovem que passou a discutir temas como sexualidade e intimidade feminina.

De acordo com Pinto (2003, p. 52),

> [...] o que é importante reter aqui é o caráter de pioneirismo das discussões então realizadas [...], todas essas mulheres foram responsáveis por introduzir questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil.

Enquanto isso, as mulheres da periferia protagonizavam a luta por habitação, saúde pública, creches e escolas para seus filhos e por melhores condições de vida para si e para sua comunidade. O movimento contra a carestia de vida foi o primeiro a se manifestar publicamente desde a promulgação do AI-5, surgido a partir da iniciativa dessas mulheres, que lutavam contra o alto custo dos produtos de extrema importância para a subsistência (alimentação, vestuário, moradia, etc.). Muitas dessas mulheres, que compunham as Sociedades Amigos de Bairro (SABs) e/ou os Clubes de Mães, pesquisavam, com os/as moradores/as do bairro, quais os principais problemas pelos quais lutariam. Faziam moções e manifestos, divulgando-os nas paróquias. No Ano Internacional da Mulher, essas mulheres aproveitaram a ocasião para redigir e divulgar a Carta das Mães às Autoridades do Brasil, em que denunciavam o baixo salário, os altos gastos, a falta de creches e escolas, o abandono e o trabalho infantil e a dissolução da família operária.

Em 1978, na Praça da Sé, as mulheres da periferia levaram um manifesto e um abaixo-assinado para a adesão ao movimento contra o custo de vida e pelo aumento de salário. Só nesse dia, conseguiram 16 mil assinaturas; a polícia apenas acompanhou a manifestação. Uma das manifestantes levava um cartaz, que dizia o seguinte: “O preço do custo de vida sobe pelo elevador, enquanto nosso salário sobe pela escada” (TELES, 1999, p. 80).

O ano de 1975 foi promulgado, pela ONU, como Ano Internacional da Mulher, e foi celebrado na Conferência de mesmo nome, ocorrida no México, onde foi aprovada a moção brasileira pela anistia. Também nesse ano, as mulheres que lutavam pela anistia promoveram um abaixo-assinado, anexado ao Manifesto da Mulher Brasileira, que correu todo o país conseguindo adesão de muitas pessoas. Assim, nasceu o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini.

Todos os movimentos passaram a integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia, que contribuiu para a aprovação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979. No Congresso Nacional pela Anistia, realizado em janeiro desse mesmo ano, um grupo de mulheres sugeriu a unificação dessa luta com os movimentos que tratavam de reivindicações femininas, deliberando, dentre outras medidas, sobre a realização, pelo Comitê, de levantamento censitário das mulheres atingidas pela repressão e de campanha de assistência às presas políticas.

Mas, ainda em 1975, no Brasil, o Ano Internacional da Mulher foi comemorado com o patrocínio do Centro de Informação da ONU, em evento com o título de *O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira*, no Rio de Janeiro. O evento foi organizado por dois grupos feministas cariocas informais e privativos e enfrentou resistência dos poderes constituídos, o que fez com que seu próprio nome fosse construído de maneira estratégica, já que o termo "feminista" assustava as pessoas. As mesas também foram estrategicamente constituídas com diversos homens, para caracterizar o evento como misto.

Nesse evento, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira[22], grupo importante para a expansão do ideário feminista, já que congregava mulheres de diferentes correntes do pensamento: havia feministas liberais, radicais e socialistas (até mesmo aquelas com orientação política stalinista) convivendo dentro do mesmo grupo, não sem conflitos ideológicos. Assim, enquanto algumas marxistas sobredeterminavam as questões femininas à luta de classes, as feministas radicais levantavam questões mais polêmicas, como sexualidade e aborto, o que pode ter facilitado a emergência de tais temas para a discussão, no interior do movimento. O Centro foi dissolvido em 1979.

Pinto (2003, p. 59), ao utilizar depoimento anônimo reproduzido por Goldberg (1987), aponta a seguinte opinião das feministas da época:

> Todas no Centro da Mulher Brasileira se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade.

[22] De acordo com Pinto (2003), o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira tinha por estrutura um centro de estudos, reflexão, pesquisa e análise; e um departamento de ação comunitária que tratava, em níveis locais, dos problemas da mulher. O objetivo do Centro era combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais.

Conforme Pinto (2003), a partir de 1975 as feministas de São Paulo, formadoras dos grupos informais e privados já destacados, passaram a criar sessões nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), um dos poucos espaços de discussão crítica no país que conseguia burlar a repressão da ditadura, justamente por se inserir no âmbito acadêmico. A primeira reunião, realizada em Belo Horizonte/MG, contou com diversas feministas ligadas à academia, sobretudo, às áreas de ciências sociais e educação. Esses encontros, realizados até 1985, deram a orientação dos primeiros estudos do feminismo acadêmico no Brasil, uma vez que impulsionaram a pesquisa científica sobre a condição da mulher.

A partir de 1975, algumas mulheres de esquerda começaram a criar estratégias para a expansão do ideário feminista, com vistas a atingir a grande massa de mulheres brasileiras. Ante a repressão da ditadura e dos próprios grupos de esquerda, que consideravam menos importante a luta feminista, passaram a escrever jornais que colocavam a posição subalterna das mulheres na sociedade capitalista e patriarcal em xeque. Nesse cenário, surgiram os dois jornais feministas mais importantes da época, o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*, ambos com sede em São Paulo.

De acordo com Teles e Leite (2013), ambas as publicações, além de serem feministas, tinham um recorte de classe bastante proeminente, devido ao fato de suas editoras serem, também, socialistas. De acordo com a análise das autoras, o feminismo dos anos 1975-1980 tinha como matriz teórica o marxismo, contudo, crítico às leituras marxistas de cunho economicista e dogmático, em que a questão das mulheres era sobredeterminada pela luta de classes.

A imprensa feminista de 1975 a 1980 foi ao encontro de incipientes e fragmentados movimentos populares e, com eles, passou a construir um feminismo de resistência, luta e ação. As feministas de classe média e cultas, por meio dos jornais, tinham mais um meio de se juntar às mulheres, unindo movimentos femininos populares e feministas, o que ampliou as reivindicações dos movimentos de mulheres, que antes giravam em torno da luta por saneamento básico, iluminação e creche. Temas tratados nos jornais, como sexualidade, aborto, violência doméstica e divórcio, foram inclusos nas pautas das reuniões desses movimentos de mulheres. Percebe-se que o trabalho de base dos grupos feministas com mulheres da periferia buscava não apenas a transformação social e econômica da sociedade, mas, também, a mudança de valores culturais.

De acordo com o levantamento documental realizado por Teles e Leite (2013), a situação das mulheres no mercado de trabalho era o ponto mais debatido nas matérias de

ambos os jornais, devido ao fato de essa categoria ter centralidade na análise marxiana, além de ser aspecto de conflito na vida das mulheres trabalhadoras, relacionado à dupla jornada de trabalho.

Isso denota uma asserção de classe bastante nítida, por parte dessas feministas, que queriam que o debate sobre o trabalho assalariado e a dupla carga de trabalho fosse apreendido pelos grupos populares, politizando as relações desiguais entre homens e mulheres no sistema capitalista.

Apesar do sucesso das publicações, o movimento feminista ainda precisava construir outros espaços de reflexão e luta, como debates e congressos. De acordo com Teles (1999), após o começo da Ditadura, em 1964, o dia 8 de março voltou a ser comemorado apenas em 1976. Em São Paulo, a manifestação ocorreu no auditório do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) e reuniu por volta de 300 pessoas convidadas pelo jornal *Brasil Mulher* e Movimento Feminino pela Anistia. Na ocasião, uma mulher negra e lésbica falou ao microfone sobre as discriminações que sofria. Tal fato, infelizmente, causou mal-estar nas feministas que ali estavam, uma vez que, na época, a homossexualidade era um tabu, mesmo para o movimento.

Em 1977, no Auditório da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, mais de 600 pessoas se reuniram no dia 8 de março. Desta vez, as mulheres trabalhadoras e da periferia apareceram com mais força, trazendo suas demandas - como a reivindicação pela aposentadoria para a mulher aos 25 anos de serviço - e denunciando a precarização do trabalho e a ausência total de políticas públicas.

Em 1977, o divórcio transformou-se em lei e feministas e profissionais de saúde impulsionam uma campanha contra o Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco, iniciativa governamental de controle de natalidade das mulheres pobres. Aquelas com mais de 30 anos, que tivessem mais de três gestações, que fossem cardíacas e desnutridas, constavam entre as mulheres com gravidez de alto risco; 70% das mulheres brasileiras viviam sob essas condições.

No cenário de efervescência do movimento operário, ocorreu, nos dias 21 e 28 de janeiro de 1978, o I Congresso da Mulher Metalúrgica, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Apesar de o evento ter reunido 300 mulheres, apenas homens, dentre eles Luiz Inácio Lula da Silva, compuseram a mesa que dirigiu os trabalhos. O Congresso sofreu forte repressão dos patrões, que demitiram funcionárias antes, como forma de evitar a inserção delas, e depois do Congresso, como punição pela

participação. Muitos homens colocaram-se a favor das demissões, pois acreditavam que lugar de mulher não era no sindicato.

Apesar disso, as corajosas trabalhadoras do setor levaram adiante suas principais bandeiras de luta: salário igual para trabalho igual; acesso a cargos de chefia e a cursos profissionalizantes sem discriminação por sexo; contra o trabalho noturno e por iguais oportunidades de trabalho; contra o controle do tempo para ir ao banheiro e contra o abuso de autoridade imposto pela chefia; por creches e berçários, bem como por restaurantes coletivos, nos locais de trabalho; pelo direito de amamentar durante o trabalho; pela estabilidade da mulher casada e gestante; por melhor assistência médica; por maior participação política e sindical; e pela criação de departamentos femininos nos sindicatos. Essa última bandeira era rechaçada pelos dirigentes homens. Uma operária, participante do movimento, expressou o seguinte:

> A gente vê hoje que as mulheres da classe operária têm problemas próprios que não são sentidos por toda a classe. Sentimos mais os problemas dos filhos, a falta de creches e de refeitórios nas fábricas. Trabalhamos mais e somos mais desvalorizadas. A gente tem que trabalhar na fábrica e ainda tem que assumir um mundo de tarefas em casa. As mulheres são mais controladas pelos chefes e sempre recebem cantadas deles (*In* TELES, 1999, p.111).

Nesse mesmo ano, eclodiram as greves metalúrgicas do ABC paulista[23], em que, além da luta por "trabalho igual, salário igual", não se viam outras demandas femininas nas pautas de reivindicação. Apesar do cerceamento das lutas sindicais particulares das mulheres por parte dos "companheiros", as mulheres trabalhadoras não pararam de lutar, como aponta Teles (1999, p. 109) sobre os/as 7 mil trabalhadores/as da Philco que entraram em greve:

> A maioria era de mulheres. Cruzaram os braços diante das máquinas. No pátio, elas faziam tricô enquanto tomavam sol, aguardando a resposta dos patrões. As operárias mães reclamavam que não podiam faltar quando seus filhos adoeciam e a empresa não tinha creche para seus filhos. Mas a grande reivindicação unitária era o aumento do salário.

Em 29 e 30 de abril de 1978, 70 mulheres químicas realizaram seu primeiro congresso. As mulheres compunham 37% do setor e ganhavam metade do que os homens recebiam. Elas protestaram contra os padrões de comportamento e beleza exigidos da mulher para sua inserção no mercado de trabalho, além de apontar o eminente risco de se acidentarem em seus locais de trabalho, por causa da precariedade à qual estavam expostas: faltava até

[23] Conjunto de cidades da Região Metropolitana de São Paulo, composto por Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

equipamentos de proteção, em algumas empresas. Também elegeram uma comissão para manter-se organizadas dentro do sindicato e concluíram que a presença de mulheres na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) era essencial.

No Rio de Janeiro, em agosto de 1978, operárias da DeMillus, de 14 a 18 anos de idade, cruzaram os braços e fizeram passeatas para denunciar a revista obrigatória ao fim do expediente, os baixos salários e a repressão e humilhação à qual estavam expostas. Em 1988, essas operárias fizeram nova greve contra a revista obrigatória, que acontecia diante de seguranças, ao final do expediente, ocasião em que tiravam as roupas para comprovar que nada estavam levando para casa, o que provocou, inclusive, moção de repúdio à DeMillus, por parte do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim):

> Isto é uma indignidade, isto é uma afronta, isto é um estupro moral.
> Nós, mulheres, podemos fazer mais do que simplesmente ficarmos vermelhas de raiva com isso. Nós podemos tirar as calcinhas, os sutiãs, e tudo o mais que a DeMillus fabrica. Para sempre (CEDIM, *apud* TELES, 1999, p. 110-111).

A coragem com que as mulheres trabalhadoras tiveram de enfrentar o machismo dos "companheiros" sindicalistas possibilitou sua inserção paulatina nos sindicatos e inclusive nos cargos de direção, como foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de São Paulo, logo em 1989. Porém, na maioria dos sindicatos e centrais sindicais, as pautas das mulheres ainda são relegadas apenas ao nível da organização por "opressões" (grupos de negros, mulheres, população LGBT, etc.), e não são colocadas como assunto que rebate em toda a classe trabalhadora.

A partir de 1979, a reforma partidária e a promulgação da anistia possibilitaram um cenário de redemocratização brasileira. O fim do bipartidarismo fez com que as múltiplas correntes do MDB, até então o partido oposicionista do regime, se expressassem de maneira autônoma.

Esses acontecimentos principais marcaram a década de 1980 e fizeram com que o movimento feminista também tomasse novos rumos. Assim, muitas feministas vinculadas ao MDB, se dividiram entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB, e o Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com Pinto (2003), houve nova divisão entre as feministas: de um lado, aquelas que lutavam pela institucionalização do movimento e aproximação do Estado e, de outro, as autonomistas, que viam um sinal de cooptação nessa aproximação.

Surgiram, ao longo da década, muitos grupos feministas temáticos, relacionados ou não a essa divisão, entre os quais se destacam os que passaram a tratar da violência contra a

mulher e da saúde feminina. A partir de 1979, a relação do feminismo com a política institucional foi marcada por três perspectivas, de acordo com Pinto (2003): a conquista de espaços institucionais, como os Conselhos da Condição da Mulher e as Delegacias da Mulher; a presença de mulheres em cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política. Tudo isso foi obtido após muitas tensões, devido à resistência encontrada em um campo dominado por homens e à reação do próprio movimento, que via o campo da política como ameaça à sua unidade.

Como forma de unir as feministas às demandas das mulheres trabalhadoras, foram realizados, a partir de 1979, os Congressos da Mulher Paulista. O primeiro foi organizado por entidades como Associação de Mulheres, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação das Donas de Casa, Departamento Feminino da Casa de Cultura Guarulhos, Clube de Mães, Movimento do Custo de Vida, Oposição Sindical da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo/Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Sabesp/Cetesb), Serviço de Orientação Familiar, e os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*.

Pela primeira vez, intelectuais, donas de casa e operárias superaram seu isolamento e passaram a colocar suas questões específicas para todas. Esse Congresso fortaleceu as mulheres para que se expressem em espaços mistos de militância, como partidos e sindicatos. No encerramento, o Congresso contava com 2 mil participantes.

No I Congresso da Mulher Paulista, foi criado o Movimento de Luta por Creche, abrangendo bairros, sindicatos e grupos feministas. A creche apareceu como a reivindicação principal do encontro, representada pela insígnia “Creches totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica”.

O movimento teve importante papel no combate ideológico à afirmação de que “a criança é só da mãe”, além de ter lançado a concepção de que as crianças têm direito à educação desde pequenas, o que possibilitou o combate à perspectiva de creche como instituição assistencialista.

O II Congresso da Mulher Paulista ocorreu em 1980, com, aproximadamente, 4 mil mulheres, entre donas de casa, empregadas domésticas, operárias, estudantes e profissionais liberais. Os temas tratados envolveram sexualidade, trabalho doméstico, aborto, contracepção, educação, creche, violência e lesbianismo. Organizado por 52 entidades, entre sindicatos, SABs e movimento estudantil, o congresso contou com a ajuda de homens, que se disponibilizaram a auxiliar na infraestrutura do evento, como transporte, alimentação e creche.

A disputa pela hegemonia do movimento, entre PT e PMDB, os partidos políticos legalizados na época, e os clandestinos Partido Comunista do Brasil (PCdoB), PCB e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), causou tumulto no evento, uma vez que cada um tentava impor sua linha programática e ideológica ao movimento, sem levar em conta as particularidades da luta das mulheres. A partir do II Congresso, cerca de 150 feministas participaram do encontro de Valinhos/SP, onde discutiram suas prioridades que, naquele momento, diziam respeito à luta contra o controle da natalidade e à violência sexista, além de enfatizarem estratégias sobre como manter a autonomia do movimento. Já em 1981, muitas entidades feministas surgiram, como o Centro de Informação Mulher (CIM), o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, e a União de Mulheres do Município de São Paulo.

Na preparação do III Congresso, o MR-8, movimento com atuação dentro do PMDB, de caráter stalinista, arregimentou uma série de entidades que organizavam o evento, para combater as feministas e as lésbicas. Essa organização aproveitou-se dos preconceitos contidos na sociedade contra a feminista e a lésbica, para conquistar a simpatia popular e a hegemonia do movimento, ganhando a disposição de dirigentes do PCdoB e do PCB.

Nesse contexto, ocorreram nos dias 7 e 8 de março de 1981 dois congressos diferentes: um, do MR-8, no Pacaembu e, o outro, das feministas e lésbicas, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A mobilização das feministas direcionada às mulheres nos bairros, fábricas e favelas, trazia à tona outras questões candentes: as mulheres falavam de sua dificuldade no acesso ao atendimento médico, tanto no que se referia ao período de gravidez, como para seus filhos pequenos. Para as donas de casa, o acesso à saúde era ainda mais difícil: só o conseguiam quando estavam trabalhando com carteira assinada, ou quando seus companheiros tinham vínculo formal de trabalho[24]. Essa situação agravava-se com a ausência de saneamento básico nos bairros. Nessa época, as mulheres começaram a delinear uma proposta de política de saúde, além de protagonizar a implantação de melhorias nos bairros de periferia, relacionadas ao saneamento básico e à instalação de postos de saúde.

As mulheres queriam também evitar filhos e ter mais prazer sexual, em um contexto no qual a sexualidade e o planejamento familiar passavam a ser discussões constantes nas reuniões de mulheres nos bairros populares. A separação entre sexo e procriação estava em voga e as mulheres queriam mais informações sobre os métodos anticonceptivos.

---

[24] Antes da Constituição Federal de 1988, só tinha acesso aos hospitais públicos os/as trabalhadores/as com carteira assinada, ou seja, aqueles que contribuíam para a Previdência Social. Os/as demais dependiam dos hospitais de filantropia. Com a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso à saúde se universalizou, abarcando a todos, independentemente de sua condição empregatícia.

Teles (1999) pontua que o jornal *Nós Mulheres* trazia artigos sobre como a sexualidade podia ser fonte de prazer, além de enriquecer a afetividade. Além disso, o jornal, assim como todo o movimento feminista, combatia a política de controle de natalidade. As discussões sobre o direito das mulheres lésbicas a uma livre orientação sexual apareciam nesse bojo, e o jornal *Chana com Chana*, do Grupo de Ação Lésbico-Feminista, foi importante instrumento para que as mulheres heterossexuais compreendessem a sexualidade lésbica e desconstruíssem preconceitos.

As feministas vinculadas ao tema da saúde impulsionaram importantes ações, sobretudo, no que se refere à implantação de serviços para o atendimento alternativo em saúde, como o SOS Corpo, em Recife, e o Coletivo Feminista de Saúde, em São Paulo, que tinham duplo caráter: assistência à saúde da mulher e reflexão sobre o tema, para a elaboração de políticas. A experiência das feministas no tema da saúde foi fundamental para a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism), em 1983, pois algumas, inclusive, fizeram parte de sua coordenação. Em 1986, aconteceu a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, em Brasília/DF, na qual as feministas puderam sugerir e controlar a política de saúde para as mulheres.

Tal programa abrangia todas as fases da vida da mulher, desde o nascimento até a velhice, não se debruçando apenas sobre aspectos biológicos, mas também os de caráter psicossocial, que envolviam a saúde da mulher. Apesar disso, nos anos 90, o Paism deixou de ser uma política abrangente, restringindo-se a experiências pontuais.

Ainda nos anos 90, as feministas passaram a se preocupar mais com a contaminação das mulheres pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) que crescia a cada dia. Elas reivindicavam a existência de métodos preventivos femininos, já que, na época, as mulheres ainda não tinham acesso ao *condon* feminino.

Enquanto isso, o feminismo já despontava no espaço acadêmico, em que a questão da mulher era inserida, paulatinamente, no campo dos estudos de gênero. A mais importante iniciativa nessa área foram os concursos para dotação de recursos, promovidos pela Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford, de 1978 a 1998. A Fundação Carlos Chagas também era responsável, em 1981, pela publicação do jornal *Mulherio*. De acordo com Pinto (2003), o jornal foi a mais importante publicação da década, com uma comissão editorial composta por destacada equipe de feministas. Seu último número é datado de 1988.

Apesar dos resultados positivos, obtidos por meio dos mencionados concursos, os estudos sobre a mulher, salvo exceções, não se institucionalizaram em cursos, departamentos ou programas de pós-graduação, diferentemente do que aconteceu nos EUA e em alguns

Centros Universitários europeus. Apesar da dificuldade de encontrar espaço na estrutura acadêmica mais pesada, núcleos de estudo sobre a mulher surgiram em muitas universidades. Enquanto alguns núcleos se reduzem a salas dentro de universidades, com restrita identidade e pouca produção, outros englobam grupos significativos de pesquisadoras, com produção acadêmica de alto nível[25].

Mas, enquanto isso, nos anos 80, outra mulher despontava nos estudos de gênero, relacionados ao mundo do trabalho: Elizabeth Souza Lobo (1943-1991). De acordo com Hirata (1991, p. 3), as pesquisas de Beth Lobo, em Sociologia do Trabalho, Relações de Gênero e Movimentos Sociais Urbanos renovaram o debate sobre o tema, dentro das Ciências Sociais brasileiras, "principalmente pela leitura do universo da produção a partir das relações de gênero". É dela uma das obras mais importantes a respeito da condição das mulheres no mundo do trabalho, a saber, *A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência* (1991), na qual lança luzes precursoras sobre o trabalho feminino, dentro do campo da Sociologia do Trabalho, no Brasil, quando a categoria gênero ainda era incipiente nesse ramo do conhecimento (LEMOS, s/d).

A partir dos anos 80, surgiram, também, os Conselhos da Condição da Mulher. Tudo começou quando mulheres ligadas ao PMDB buscaram, nos novos governos estaduais assumidos por seu partido, espaços para a defesa de sua causa. Já o grupo de feministas ligados ao PT tendia a opor-se à institucionalização, que estava acontecendo por meio da implantação dos Conselhos da Condição da Mulher. A história da institucionalização do movimento pelo Estado, por meio da organização de Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional, está relacionada à vitória do PMDB em alguns estados brasileiros e, especialmente, de Franco Montoro, no estado de São Paulo, onde o movimento era bastante organizado e contava com figuras de projeção nacional nas áreas acadêmica, política e cultural.

Em São Paulo, no ano de 1983, o Conselho da Condição Feminina foi oficializado como o primeiro no Brasil. Suas prioridades eram: o acesso à creche, à saúde, ao trabalho e aos programas de combate à violência. Com caráter consultivo e propositivo, o conselho não possuía orçamento próprio e era composto por mulheres do partido que vencesse as eleições, proporcionando confusão entre movimento e partido, e contrariando o princípio de autonomia em relação às propostas do governo.

---

[25] Dentre os núcleos, tornou-se referência o Pagu, da Universidade de Campinas (Unicamp), que se aproximou dos chamados Women´s Studies, dos Estados Unidos e, além de fazer pesquisas e publicar uma revista acadêmica homônima, acolheu o primeiro curso de doutorado sobre gênero e família no Brasil.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, ligado ao Ministério da Justiça, cuja presidente tinha o *status* de ministra, além de orçamento próprio. As 17 conselheiras eram nomeadas pelo ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e uma Secretaria Executiva. Em 1989, o Conselho encerrou suas atividades, já que, com o governo Collor, o CNDM perdeu seu orçamento. A influência do Conselho relaciona-se à sua intervenção na Assembleia Nacional Constituinte, concretizada na própria Constituição de 1988.

A Assembleia Constituinte foi marcada pela existência de uma bancada feminina, apesar da ausência de feministas no espaço legislativo. Para a Câmara dos Deputados, na legislatura de 1986-1990, as mulheres representavam 5,7% da Casa. Um número significativo de mulheres foi eleito por partidos de direita: nove do Partido da Frente Liberal (PFL) e duas do Partido Democrático Social (PDS), partidos pouco permeáveis às questões das mulheres.

Na época, as conselheiras do CNDM reuniram, em Brasília, o movimento feminista, o que culminou na Carta das Mulheres. De acordo com Teles (1999), o denominado Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte contou com 1.500 mulheres, entre trabalhadoras rurais, aposentadas, negras, posseiras, operárias, profissionais liberais e estudantes, além das candidatas a deputadas constituintes. Feministas e grupos de mulheres exerceram pressão, percorrendo o Congresso e debatendo suas pautas com os políticos, para convencê-los. A principal exceção relacionou-se com o direito ao aborto. E, mesmo nesse caso, a participação das feministas impediu um retrocesso nas leis brasileiras. Deputados evangélicos e católicos, já naquela época, pretendiam introduzir na Constituição o direito à vida desde a concepção, proibindo o aborto mesmo nos casos em que é legalizado pelo Código Penal de 1940: nos casos de risco de vida à mãe e de estupro. De forma intrépida, as feministas reagiram logo contra essa proposta, pedindo a legalização, colhendo mais de 30 mil assinaturas para a Emenda Popular 65; no dia 26 de agosto de 1987, uma feminista subiu à tribuna para fazer a defesa dessa proposta.

De acordo com Pinto (2003), a Carta das Mulheres, um dos documentos mais importantes da história do feminismo brasileiro, era dividido em duas partes: a primeira, mais ligada aos direitos que extrapolavam as especificidades das mulheres, como a defesa da justiça social, da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), do ensino público e gratuito em todos os níveis, da reforma agrária e da autonomia sindical, etc. Na segunda parte, o documento tratava das demandas específicas das mulheres, no que se refere à sociedade conjugal, trabalho, saúde, etc.

O texto é original em relação à violência contra a mulher, pois há uma proposta de defesa das integridades física e psicológica das mulheres, redefinindo o conceito de estupro, apenando o explorador sexual e solicitando a criação de delegacias especializadas. Apesar de a Carta não propor a legalização do aborto, postula um preceito constitucional que dá brecha para sua discussão posterior, com a frase "Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo". Apesar disso, qualquer discussão sobre o aborto foi retirada do documento Proposta à Assembleia Nacional Constituinte, do CNDM.

Apesar de a ação de algumas feministas dentro do aparato estatal não possibilitar uma revolução social, que facilitasse a emancipação das mulheres por completo, a participação no Processo Constituinte foi de extrema importância para melhorar as condições de vida das mulheres, mesmo dentro do capitalismo.

1.5.3 A terceira onda do movimento no Brasil e o retorno da luta em torno de questões candentes: violência e sexualidade

A partir da década de 1990, o movimento feminista sofre um período de refluxo em um cenário de retração de todos os movimentos sociais. De acordo com Pinto (2003), ocorre tanto uma dissociação entre o pensamento feminista e o movimento *stricto sensu*, como o aprofundamento da profissionalização do movimento, por meio das ONGs.

Estava aberta uma nova época para o feminismo, na qual está em voga o que se denomina de feminismo difuso. Trata-se de um discurso feminista e um rechaço ao machismo que estão pulverizados na fala de homens e mulheres, não necessariamente militantes de movimentos feministas. O feminismo difuso, com certeza, é produto da luta das feministas que, apesar de todos os entraves, conseguiram pautar suas demandas nos debates políticos e na sociedade.

A partir dessa década, os direitos das mulheres aparecem nos discursos políticos, impulsionados por candidatos aos diversos níveis de governo, dada a popularidade que o tema obtém na sociedade, influenciando as escolhas na arena política. Portanto, a entrada do tema na agenda pública e nas campanhas eleitorais deve-se, sobretudo, ao poder de angariar votos, dada a uma nova configuração cultural, produto da luta do movimento nos anos anteriores.

A raquítica participação política das mulheres nas esferas políticas tradicionais - em que pese a insuficiência de mulheres no âmbito institucional, pois nem ao menos a cota de

30% nas listas partidárias é preenchida - ocorre, de acordo com a autora, devido às inúmeras dificuldades das mulheres chegarem à organização política, sobretudo, em partidos. Apesar disso, a presença das mulheres nos níveis institucionais da política, nos anos anteriores e, sobretudo, na Constituinte, foi fundamental em diversos aspectos, como na formulação e implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) e do PAISM.

Apesar da fraca atuação institucional, as feministas organizaram outras formas de participação, em que a criação das ONGs foi fator decisivo. Essas instituições não governamentais são financiadas por agências estrangeiras ou pelo próprio governo, o que implica, na maioria das vezes, a terceirização de serviços públicos. Na Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), há diversas ONGs com esse perfil, que têm em comum a fragmentação dos públicos-alvo para atendimento – prostitutas, mulheres rurais, negras, portadoras de HIV, etc. –, o que, em última instância, reproduz a fragmentação das lutas femininas.

Apesar disso, salienta-se que a criação de tais ONGs está vinculada à ausência de serviços diretos às mulheres, a serem prestados pelo Estado. A não responsabilização do Estado pelo atendimento a ser prestado às diversas demandas das mulheres fez com que alguns grupos institucionalizem muitas reivindicações, por meio de entidades da sociedade civil, o que aponta para o caráter contraditório da constituição de tais entidades.

Como exemplo, Pinto (2003) ressalta o trabalho do Gelédes - Instituto da Mulher Negra, ONG criada em 1988, com o objetivo institucional de lutar contra o racismo e o sexismo, pela valorização e promoção da comunidade negra, em geral, e das mulheres negras, em particular (Disponível em: <http://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra>. Acesso em: 2 jun. 2014).

Quanto às manifestações feministas observadas a partir do início do século XXI, percebe-se que uma questão candente, apesar de antiga, tem sido o combate à violência sexista. O tema da violência teve importante destaque já nas discussões proporcionadas pelo movimento, na virada dos anos 70 para os 80. Nessa década, surgiram, em São Paulo, instituições feministas de atendimentos psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência. O SOS Mulher foi inaugurado em São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Já no estado de Minas Gerais, foi implantado o Centro de Defesa da Mulher. Além do atendimento às mulheres, as entidades contavam com grupos de reflexão e tentavam estimular o debate da opinião pública.

Mesmo com o esforço das feministas em realizar os grupos de reflexão, muitas mulheres retornavam aos seus maridos agressores, devido à dependência econômica e/ou

emocional. Nesse sentido, as feministas de classe média passaram a compreender que não bastava uma política para afastar o agressor da mulher, mas outras políticas públicas que, articuladas, oferecessem respostas a outros aspectos da vida das mulheres pobres e trabalhadoras, para que tivessem condições de sair daquela situação.

No decorrer dessa luta, tornou-se evidente a conivência da sociedade, da Justiça e da Polícia. Ao receber a denúncia da vítima, os delegados comuns tratavam a situação de violência como mera desavença familiar, como ocorre ainda hoje, tentando reconciliar vítima e agressor; quando não ocorria, a mulher era posta como culpada.

Nesse cenário, as feministas passaram também a denunciar o estupro como forma de violência sexista, e a reivindicar que, nas leis, fosse considerado crime contra o ser humano e não contra a honra e a moral, evocando que a mulher não podia ser culpabilizada pela violência sofrida.

Em 6 de agosto de 1985, Franco Montouro criou a Delegacia Policial de Defesa da Mulher, composta, em sua estrutura, por funcionários internos e externos, de busca e captura. Após um ano, a unidade passou a atender 24 horas. De 1985 a 1992, foram implantadas, no estado de São Paulo, 69 novas unidades, além de várias outras espalhadas pelo Brasil, o que possibilitou, em um primeiro momento, a resposta aos setores feministas que reivindicavam por essa instituição em que as mulheres pudessem ser ouvidas e respeitadas, diferentemente do atendimento prestado pelas delegacias comuns, além de se caracterizar como esperança de atendimento qualificado, às próprias mulheres vítimas de violência. Era ainda uma política pública de ampla visibilidade e baixo custo, além de resolver outro problema: a entrada, cada vez mais expressiva, de mulheres nos cargos de delegadas, que passaram a ser designadas para as unidades específicas, o que diminuiu a competição entre homens e mulheres, para o avanço na carreira. Muitas delegadas comprometiam-se com a luta contra a violência, enquanto outras viam a transferência para as delegacias especializadas como depreciação do próprio trabalho.

Passados os primeiros 15 anos da implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, a realidade ainda era de muita violência ante a impunidade de seus parceiros. Os crimes de violência eram julgados pela Lei 9.099/1995, e as ocorrências tratadas nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, onde havia a tentativa de mediar o conflito entre homem agressor e mulher agredida. Ambos retornavam para casa, onde o homem continuava espancando sua companheira, sem nenhuma perspectiva de punição. Quando não, o juiz punia o agressor com a obrigatoriedade de doar cestas básicas para instituições filantrópicas.

Em 2001, de acordo com Teles (2006), o Brasil foi condenado pela OEA por ter violado a Convenção de Direitos Humanos e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Na oportunidade, o Comitê Latino-americano de Defesa dos Direitos da mulher (Cladem) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CECJIL) encaminharam a denúncia de que Maria da Penha, farmacêutica, teria sido vítima de tentativa de homicídio, em 1983, em Fortaleza/CE, por parte de seu então marido, Heredia Viveiros. Ele havia disparado uma arma de fogo, enquanto Maria da Penha dormia, e após 18 anos, continuava impune.

A OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, responsabilizou o Brasil pela tolerância e omissão em relação à violência contra a mulher. O acontecimento culminou na promulgação da Lei 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, além de instituir os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e alterar o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Além disso, a Lei Maria da Penha cria medidas de proteção para as mulheres (afastamento do agressor, Casas Abrigo, etc.).

Após 9 anos da promulgação da Lei Maria da Penha, as mulheres brasileiras continuam, paulatinamente, sofrendo a violência sexista no âmbito doméstico. O Mapa da Violência de 2012 afirma que, de 1980 a 2010, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo 43,7 mil só na última década.

Segundo o estudo, o crescimento efetivo se deu de 1980 até 1996, quando as taxas de homicídio duplicaram de 2,3 para 4,6 homicídios, para cada 100 mil mulheres. Até 2006, esses números permaneceram estabilizados, com tendência de queda, de 4,5 para cada 100 mil mulheres. Já em 2007, primeiro ano da Lei Maria da Penha, as taxas diminuíram um pouco, voltando a crescer até 2010, o que igualou o patamar máximo já observado pelo país, no ano de 1996.

Na comparação internacional, o Brasil é o 7º país com maior incidência de assassinatos de mulheres em decorrência da violência doméstica, dentre 84 países, nos anos de 2006 a 2010, estando atrás de El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize. O Mapa da Violência de 2012 também mostra que as principais vítimas desse tipo de violência são mulheres com idades entre 15 e 29 anos. De 2000 a 2010, o intervalo que mais cresceu foi das que têm idades entre 20 e 29 anos. O Mapa ainda mostra que, independentemente da idade, a residência da vítima é o lugar onde mais ocorre a violência sexista contra a mulher (71,8% dos casos), especialmente até os 10 anos de idade e a partir dos 30 anos.

Os percentuais de reincidência da violência são mais elevados, principalmente, a partir dos 30 anos de idade da vítima, o que demonstra que a violência doméstica não tem sido enfrentada de forma efetiva pelos governos.

De acordo com reportagem sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência Doméstica do Senado Federal, o Brasil não possui banco de dados que sistematize nacionalmente os dados sobre a violência contra a mulher. Ainda de acordo com a CPI do Senado, a maioria dos programas voltados às mulheres em situação de violência é executada pelos Estados e municípios, e que,

> Nos últimos oito anos, o governo federal separou do Orçamento da União R$ 25,1 milhões anuais, em média, para ações contra esse tipo de violência. A CPI classificou o valor de "módico" — equivale a R$ 4.600 por município e R$ 0,26 por mulher. Na prática, porém, só R$ 11,6 milhões anuais foram efetivamente aplicados (Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/especiais/2013/07/04/cpi-da-violencia-contra-a-mulher-governo-destina-pouco-dinheiro-para-combater-as-agressoes-domesticas>. Acesso em: 17 ago. 2013.).

As contrapartidas financeiras dos estados e das prefeituras nos convênios com o governo federal têm sido um problema, uma vez que são insuficientes ou mesmo inexistentes. A mesma CPI encontrou casos em que a prefeitura recebeu recursos federais destinados à construção de centros de orientação às mulheres, mas os serviços logo tiveram de ser fechados, visto que o orçamento municipal não previa dinheiro para o salário dos funcionários e as contas de água, energia elétrica e telefone.

Além disso, houve corte nos gastos relacionados às políticas voltadas às mulheres, em 2012, com diminuição de 6,3% do orçamento em relação a 2011, e, mesmo nesse ano, os recursos destinados não foram globalmente investidos e empenhados nas políticas públicas para as mulheres, o que dificulta a execução de programas, projetos e serviços (Disponível em: <http://mulheresemluta.blogspot.com.br/search?updated-max=2013-03-01T11:08:00-08:00&max-results=7>. Acesso em: 17 ago. 2013).

Em 2011, o SUS registrou o atendimento de 44,2% de casos de violência física, tipo predominante, conforme os dados do Mapa da Violência de 2012, seguidas pela violência moral, ou psicológica, que somam 20,8% do total. A violência sexual aparece em 3º lugar, com 12,2% das ocorrências. O que é preocupante é a faixa em que a violência sexual se concentra: entre 1 e 14 anos de idade.

Pinto (2003) menciona que a entrada do tema da violência na agenda pública indica um avanço fundamental para as mulheres, que passaram a ser vistas como vítimas e não como culpadas, e agora com o direito de receber atendimento proporcionado por órgãos públicos.

Atualmente, a luta também envolve o combate ao retrocesso empreendido por legisladores cristãos, que tentam barrar qualquer legislação progressista em relação ao aborto ou à livre expressão da sexualidade, divergente do padrão heteronormativo.

Estima-se que, em 2012, o Disque 100 – serviço de atendimento por telefone da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – tenha recebido 6.809 denúncias de violência contra a população LGBT. Esse também foi o ano em que mais lésbicas morreram, no Brasil. Por serem homossexuais, 19 mulheres foram mortas. O número parece pequeno, mas representa cinco vezes mais do que a média de assassinatos de lésbicas, em três décadas. O Brasil concentra um índice recorde de assassinatos por homofobia, em âmbito mundial: 44%. A cada 26 horas, um/a LGBT é assassinado/a.

As jovens lésbicas, na maioria das vezes, sofrem, dentro da própria casa, espancamentos, ofensas e desprezo de seus parentes quando os mesmos descobrem sua orientação sexual. Por serem economicamente dependentes de seus responsáveis, essas jovens são mais vulneráveis, abdicam de relacionamentos afetivo-amorosos, deixam de frequentar determinados lugares, ou de conviver com certos/as amigos/as.

Os “estupros corretivos” que acontecem quando homens forçam mulheres lésbicas a manter relação sexual com eles, geralmente com muita violência, para “ensiná-las” o que é “correto” em termos de sexualidade, ocorrem com frequência na vida dessas mulheres, bem como as ofensas proferidas por homens que desejam manter relações sexuais com um casal de lésbicas sem sua vontade e os assassinatos perpetrados por familiares que tentam “limpar a honra” da família. As lésbicas sofrem também violência doméstica cometida por suas próprias parceiras. As vítimas de agressão, no âmbito de uma relação homoafetiva, estão muito mais vulneráveis, já que pesa um sentimento de medo de sofrer violências psicológicas impostas pelas autoridades, em decorrência do forte preconceito quanto à sua orientação sexual, apesar de a Lei Maria da Penha preceituar o atendimento não discriminatório em função da orientação sexual, classe, raça, etc.

Soma-se a esse cenário de intolerância, a forte influência religiosa dentro do aparelho do Estado. Grupos fundamentalistas de evangélicos, espíritas e católicos, cujos integrantes têm composto os altos níveis da política institucional (na Câmara dos Deputados federais, principalmente), têm formado uma coalizão dentro do aparato estatal para que os direitos de LGBTs e mulheres sejam restringidos.

Além do projeto já arquivado relacionado à “cura *gay*”, em que os psicólogos teriam anulado a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que preconiza que o/a profissional psicólogo/a não poderá oferecer atendimento terapêutico de modo a coibir a livre

expressão da sexualidade de seus pacientes, o Projeto de Lei (PL) 478/2007, denominado Estatuto do Nascituro, pretende reconhecer como sujeitos de direito os indivíduos desde o momento de sua concepção, ou seja, desde o momento em que o esperma fecunda o óvulo, criando o embrião, em detrimento de mulheres já nascidas e historicamente criadas, que queiram ou que necessitem interromper a gravidez.

O PL pretende eliminar o direito das mulheres ao aborto, mesmo nos casos em que é legalizado: gestação de feto anencéfalo; risco de vida à gestante; e gravidez em decorrência de estupro. No último caso, aliás, o PL prevê um "benefício" pecuniário mensal às mulheres estupradas que deverão prosseguir com a gravidez, fruto de relação sexual não desejada. A mulher, portanto, receberia, dos cofres públicos, a chamada "bolsa estupro", enquanto o estuprador não reconhecesse a paternidade da criança e lhe concedesse uma pensão alimentícia.

A violência sexual traz feridas físicas e emocionais profundas, e impor à mulher a responsabilidade por uma criança fruto de um estupro seria violentá-la mais uma vez. É válido lembrar que a cultura do estupro, na qual a sociedade está imersa, legitima a imposição da violência sexual às mulheres, com diversos pretextos, que anulam o direito a uma sexualidade livre, bem como à sua liberdade de se expressar, de forma geral. Muitos culpam as mulheres pelo estupro por estarem com "pouca" roupa, por andarem muito tarde nas ruas, por demonstrarem comportamentos ditos libidinosos, etc.

Apesar de a violência sexual ser aspecto de muita dor e sofrimento para as mulheres que a sofrem, pesquisas recentes mostram que a população brasileira culpabiliza as mulheres por serem estupradas. Sobre isso, a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2014, denominada *Tolerância Social à Violência Contra as Mulheres,* demonstra o seguinte:

> Diante da frase "mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas", a maioria dos/as entrevistados/as afirmou discordância. Residentes no Sul/Sudeste, jovens e pessoas com educação média e superior apresentavam chances ainda menores de concordar com a afirmação. No entanto, a assertiva que traz o termo "estupro" explicitamente e que apresenta a ideia de culpabilização da mulher de maneira mais evidente – "se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros" – encontrou um alto grau de concordância, 58,5%. Por trás da afirmação, está a noção de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais; então, as mulheres, que os provocam, é que deveriam saber se comportar, e não os estupradores. A violência parece surgir, aqui, também, como uma correção. A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar. O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir "adequadamente". (IPEA, 2014, p.22).

No que se refere à assertiva que justifica os “ataques” masculinos sobre as mulheres em decorrência da roupa que vestem, 26% dos entrevistados concordaram, parcial ou totalmente, que as mulheres são culpadas, o que ainda é um percentual bastante significativo se considerados os avanços possibilitados pelo feminismo ao longo de mais de um século de lutas. Além disso, a mesma pesquisa demonstra que muitas pessoas ainda consideram que em “briga de marido e mulher, não se mete a colher” (81,9% concordam parcial ou totalmente com essa assertiva); 89% concordam total ou parcialmente com o dito popular “roupa suja se lava em casa”; e 65,1% das pessoas entrevistadas concordam total ou parcialmente com a afirmação “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”.

É por isso que a luta das mulheres contra a violência e por uma sexualidade livre continua sendo central para o feminismo, que tem levado essa questão ao público por meio de manifestações e protestos no dia 8 de março, na Marcha das Vadias, e no dia 25 de novembro, o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, reconhecido pela ONU, em 1999, em homenagem às irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), assassinadas pela ditadura de Leônidas Trujillo, na República Dominicana. Além disso, as mulheres não organizadas em movimentos têm se manifestado pelas redes sociais, indicando que recusam a barbárie imposta pela sociedade. A campanha “#EuNãoMerecoSerEstuprada”, por exemplo, ganhou popularidade e divulgação, além do apoio de mulheres de todo o mundo, apesar de sua curta duração, dado ao caráter efêmero de tais mobilizações nas redes sociais.

Como se pôde apreender, o feminismo é composto por diversas correntes e seu desenvolvimento histórico, sobretudo, no Brasil, contém virtudes e contradições. A vertente do movimento feminista que se coloca em relevo, neste trabalho, refere-se àquela em que a luta contra a opressão vivida pelas mulheres não se esgota no combate às desigualdades de gênero no capitalismo, tendo como cerne a destruição desse sistema de dominação-exploração.

Há de se ponderar, ainda, que as diversas vertentes do feminismo trazem em si ideários diversos, os quais podem se expressar na vida e no trabalho (qualquer que seja sua natureza) das militantes que fazem parte de coletivos de diferentes recortes.

O ideário expresso pelo feminismo socialista refere-se ao combate às opressões e à luta do proletariado contra a burguesia, na perspectiva da construção de uma ordem social socialista e comunista. Assim, o feminismo socialista traz em si o combate à cultura que dá vazão e que reproduz o machismo, o racismo e a homofobia, da mesma forma que incorpora a questão de gênero à análise de conjuntura da sociedade, afirmando o combate à cultura machista/homofóbica/racista como parte essencial da luta de classes. Assim, como já

observado, subjetividade e objetividade da vida social são dois elementos indissociáveis de análise e de intervenção do feminismo socialista.

Depois desse prelúdio sobre o movimento feminista, no que se refere à sua concepção de mundo e às suas vertentes, pode-se inquirir sobre quais são as inflexões do ideário contido no feminismo socialista para o Serviço Social. Nesse contexto, no próximo capítulo analisa-se, a partir de levantamentos teórico e documental, se o feminismo socialista interfere de alguma forma no projeto ético-político, na formação profissional e no trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

CAPÍTULO II
O SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O GÊNERO FEMININO

Neste capítulo, aborda-se o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e sua interação com as demandas dos/as trabalhadores/as[26]. O objetivo é lançar luz sobre breve história a respeito do Serviço Social, desde seu surgimento até sua renovação, contextualizada na conjuntura da ditadura militar e dos grupos que empreenderam sua reconceituação, bem como informar a relação da profissão com o gênero feminino, em seu decorrer histórico.

2.1 Breve histórico sobre os primórdios do serviço social e sua relação com as mulheres trabalhadoras

De acordo com Martinelli (2007 [1989]), o surgimento do Serviço Social, no Brasil, datado dos anos 30, está relacionado à iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2012 [1982]), a profissão decorre do interesse das classes dominantes em enfrentar as expressões da questão social, por meio de ações assistenciais institucionalizadas, e realizadas, normalmente, por moças católicas e de classe média ou alta.

Conforme esses autores, a questão social refere-se tanto às contradições inerentes ao antagonismo contido na relação capital *versus* trabalho (superexploração, empobrecimento das massas trabalhadoras, etc.), como às manifestações de resistência dos/as trabalhadores/as contra o capital.

Nesse período, o Brasil vivia um momento em que a acumulação capitalista deixava de se pautar nas atividades agrárias e de exportação, centrando-se na expansão da industrialização nos grandes centros urbanos. De acordo com Cisne (2012), o Estado brasileiro, até 1930, tratava a questão social como caso de polícia. Com o avanço da

[26] Este trabalho, portanto, ressalta a atuação das/os assistentes sociais enquanto trabalho partícipe da dimensão social do trabalho coletivo. Neste sentido, aproxima-se da contextualização oferecida por Iamamoto (2012), e opõe-se à concepção de que o Serviço Social, por ser uma práxis secundária (de mediação comunicacional entre os indivíduos), não seria trabalho, como colocado por Lessa (2007), que postula a categoria trabalho como sendo, exclusivamente, a práxis empreendida pelo homem, na transformação da natureza.

industrialização e do recrudescimento da urbanização, os/as trabalhadores/as passaram a se organizar enquanto atores políticos, a partir da tomada de sua consciência de classe e de suas condições de vida, ameaçando, dessa forma, o *status quo* vigente, ao evidenciarem, em suas lutas, as contradições e os antagonismos entre capital e trabalho.

Assim, no Estado Novo, Getúlio Vargas implantou legislações trabalhistas, além de possibilitar a emergência de uma série de instituições sociais de cunho paternalista, assistencialista e cujas ações possibilitavam o envolvimento ideológico dos/as trabalhadores/as assistidos/as, com vistas à integração das classes antagônicas. É nesse cenário que surgiu o Serviço Social, mediante a necessidade de o Estado implementar políticas sociais que atendessem aos segmentos explorados, o que amenizaria os conflitos entre as duas classes sociais fundamentais.

O Serviço Social está intrinsecamente relacionado ao surgimento dessas instituições sociais, preconizadas pelo Estado burguês, para o controle social sobre os/as trabalhadores/as. Apesar do caráter coercitivo e de controle, o trabalho dos/as assistentes sociais permite a operacionalização de benefícios e serviços importantes para a reprodução da força de trabalho da "clientela" atendida. Nesse sentido, para Iamamoto e Carvalho (2012 [1982], p. 101), o Serviço Social é uma profissão partícipe da divisão sociotécnica do trabalho, situando-se no processo de reprodução das relações sociais, como atividade "auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora".

Dessa forma, o Serviço Social contribuía para a criação de bases legitimadoras da ordem burguesa, a partir de sua inserção no Estado, nas empresas e nas entidades assistenciais. De acordo com os autores, a profissão:

> Intervém, ainda, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho "educativo", exercido por esses agentes profissionais. Porém, como o processo reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que as conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das manifestações do cotidiano da vida em sociedade. A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, *participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis de uma mesma unidade* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012 [1982], p.101. Destaques dos autores).

Para Martinelli (2007 [1989]), o Estado surgido na República Nova, com vistas a solidificar o controle da burguesia sobre os trabalhadores, fortaleceu sua aliança com a Igreja

Católica, a qual incorporava interesses e valores conservadores, opondo-se tanto ao comunismo, como ao liberalismo exacerbado. De acordo com Cisne (2012, p. 43),

> Pautada nesse objetivo antirrevolucionário, a Igreja será a grande mediadora do pensamento conservador burguês para manutenção da ordem capitalista por meio da adequação das pessoas, evidentemente sob uma forte dominação ideológica, mascarando a "questão social".

Com a aliança entre burguesia e Igreja Católica, a herança conservadora do Serviço Social se configurou. A intervenção profissional sobre os/as trabalhadores/as, principalmente sobre suas famílias, era realizada de modo a controlá-los/as ideologicamente, a partir de ações educativas que os subordinavam às diretrizes da classe dominante.

Assim, conforme Cisne (2012), o Serviço Social surgiu para atender aos interesses capitalistas contra o comunismo, mediante a forte influência da Igreja Católica, sendo marcado pelo fato de se constituir como um movimento majoritariamente feminino, que emergia dos setores abastados.

Segundo Cisne (2012, p. 45),

> É por intermédio do humanismo cristão, que serão instituídas as práticas e os valores em torno da carreira de Serviço Social. Esses últimos, por sua vez, articulam-se às expectativas, habilidades e qualidades naturalmente atribuídas ao feminino na tradição ocidental cristã. Com isso, a profissão se configura, no seu surgimento, com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações e missões de servir ao próximo e do cuidado com o outro, adequando-se às funções socialmente imputadas às mulheres pelo patriarcado: o casamento e a maternidade.

De acordo com Cisne (2012), o exercício do Serviço Social por essas mulheres referia-se à extensão de suas atividades domésticas no âmbito do trabalho externo ao lar. Assim, como já sinalizado no capítulo anterior, o Serviço Social constituiu-se como uma alternativa de trabalho, adequada às qualidades femininas exigidas pela sociedade patriarcal, naturalizadas como inerentes às mulheres: dedicação, abnegação, sacrifício, delicadeza, vocação natural para ajudar, etc.

Conforme Cisne (2012, p. 47),

> Por meio destas características, tidas como naturalmente femininas, as(os) profissionais apresentam bases para alcançar os objetivos de uma profissão que emergiu da necessidade do capital em controlar os conflitos sociais, ou seja, nada melhor que a "docilidade, a meiguice, a compaixão e o dom de comunicação, convencimento e acolhimento" – conferidos historicamente às mulheres através da educação – para envolver a classe trabalhadora e atenuar os conflitos sociais.

Para Grassi (1990, p. 103), as atribuições ditas femininas, nas quais as primeiras práticas do Serviço Social se fundamentaram, referem-se a uma dada divisão (sócio) sexual do trabalho, da qual o capitalismo se beneficia.

> Sin embargo, la supuesta existencia de un "instinto maternal" y la "natural sensibilidad femenina", formam parte de la mitologia de nuestra sociedad, a través de la cuál se da sentido y se legitima una serie de prácticas sociales que, em lo essencial, reafirman uma clara división sexual del trabajo.

Assim, a profissão Serviço Social surgiu do signo existente na sociedade capitalista e patriarcal, que se utiliza da divisão sociossexual do trabalho para aprofundar a margem de lucro da burguesia. Faz-se importante ressaltar que a mulher tem inserção específica no mercado de trabalho e na vida pública, devido à sua identidade socialmente construída, conforme os aspectos já explorados neste e no capítulo anterior. Para Heckert (1991), a divisão (sócio) sexual do trabalho coopera para que existam determinados "guetos" profissionais tipicamente femininos; assim, "a baixa remuneração e o desprestígio social são duas consequências da concentração feminina em determinadas carreiras" (HECKERT, 1991, p. 60). De acordo com ela, o Serviço Social, assim como as demais consideradas "carreiras femininas", traz em seu perfil todos os aspectos em comum àquelas, a saber, desvalorização, caráter de complementariedade e baixa remuneração.

Por seu turno, as mulheres trabalhadoras e/ou empobrecidas eram vistas pelas assistentes sociais como intermediárias na transmissão de valores conservadores para a família operária, sendo, para as instituições sociais, importante instrumento para a preservação da ordem social. A concepção de mulher, de acordo com Cisne (2012), como aquela que detém uma missão sagrada ante a sociedade, advém da concepção "marianista" de família, em que a Virgem Maria é o exemplo de mulher a ser seguido, em sua pureza, dedicação e sacrifício. Assim, de acordo com Veloso (*apud* CISNE, 2012, p. 50),

> [...] o serviço social tinha por objetivo o controle da classe trabalhadora, que se daria por intermédio da família e mais especificamente através da mulher. Buscava-se intervir sobre a família da classe trabalhadora utilizando-se a mulher como um instrumento privilegiado de reprodução do controle social, já que esta possuía os valores que se procurava vincular junto às famílias.

De acordo com Barroco (2010), as mediações éticas nas quais a profissão fundamentava-se, em sua origem, estavam vinculadas ao tratamento moralista oferecido à questão social, que se dava com vistas à legitimação do Estado burguês e de projetos societários conservadores, como o da Igreja Católica. Para tanto, a base da formação

profissional estava no neotomismo e no positivismo, duas vertentes do pensamento usadas pela burguesia. Como afirma Barroco (2010, p. 74), as/os assistentes sociais reiteravam ideias e práticas que reforçavam a

> [...] repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida dos preconceitos e modos de comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista a não aceitação do que não se adéqua aos padrões de comportamento estereotipados como "corretos".

No âmbito da relação do Serviço Social com o gênero feminino, de acordo com a autora, estava instituída a ideia de que a entrada dos/as trabalhadores/as nas fábricas gerava uma série de "desajustamentos"; um deles seria o "abandono" das funções da mulher no lar, tidas como prioritárias.

A origem socioeconômica dessas primeiras assistentes sociais que, como visto, vinculava-se às classes dominantes e ao pensamento católico, possibilitava que elas fossem influenciadas pelos padrões da moral conservadora. Os principais valores que formavam o pensamento brasileiro, de acordo com Azzi (1987), referiam-se aos pensamentos católico e positivista, pois ambos defendiam a preservação da família tradicional e negavam a participação da mulher na vida pública, uma vez que ela teria habilidades inatas para o cuidado com o lar e a educação dos filhos. Ambos os pensamentos tratavam os conflitos e as contradições sociais como questões morais.

O Estado burguês, por meio da implantação de instituições sociais, fragmentou e tornou parciais as expressões da questão social, oferecendo-lhes um acompanhamento institucional individualizado, em que os "problemas" enfrentados pelos/as trabalhadores/as eram vistos como determinados por aspectos de ordem moral, o que fazia com que os sujeitos fossem responsabilizados por sua situação.

A intervenção profissional, por sua vez, tinha o fito de eliminar os "desajustes sociais" por meio de uma ação moralizadora, de caráter individualizado. Os "problemas sociais" eram vistos como "disfunções sociais" em uma ordem social totalmente perfeita e harmônica.

No tocante às estratégias/instrumentos de intervenção profissional, o Serviço Social latino-americano orientou sua prática a partir dos atendimentos individuais. De acordo com Setubal (1983, p. 155):

> A pessoa portadora de problema social era individualizada e vista como um "caso social" que requeria tratamento, por não estar ajustada às estruturas sociais vigentes. [...]. O Serviço Social no Brasil nasce, pois, numa dimensão eminentemente prática, colocando de lado a dimensão teórica, como se não lhe coubesse construí-la. Nasceu

> com o objetivo de ajustar sem questionar a ordem vigente. Não via criticamente a história brasileira, nem a vida e o cotidiano do "assistido". A ideia de mudança não existia. A sociedade era vista de forma estática, com valores e tradições às quais o indivíduo tinha que se ajustar, se integrar ou se acomodar.

Heckert (1991), ao argumentar sobre as características do Serviço Social em seus primórdios, comenta que as primeiras profissionais tendiam a combater tanto o feminismo bem-comportado, liderado pelas sufragistas, como o feminismo de esquerda. O movimento feminista brasileiro de primeira onda, em seu conjunto, surgiu, historicamente, em paralelo à profissão, embora permanecesse distante dela. No caso do movimento sufragista, o Serviço Social não dialogava com suas ideias liberais, apesar de haver identidade de classe entre as primeiras assistentes sociais e as militantes desse movimento. Já o movimento feminista de "esquerda" era composto por mulheres do proletariado e/ou dos estratos médios da população, as quais se opunham ideologicamente às teorias anticomunistas que fundamentavam o Serviço Social.

Com isso, a autora explicita que o movimento feminista não teve repercussão considerável entre as assistentes sociais, o que pode explicar a sua posição antifeminista, postulada pela doutrina social da Igreja.

Ela ainda pondera que as encíclicas papais *Rerum Novarum*, de 1891, e *Quadragésimo Anno*, de 1931, exerceram um papel ideológico importante no desenvolvimento da profissão. Apesar de ambas não se debruçarem especificamente sobre a questão feminina, a tratativa que oferecem à questão social indica de que forma as mulheres deveriam ser observadas. A primeira reitera o papel da mulher como responsável pelos afazeres domésticos e pela socialização dos filhos, confinando-a no âmbito do lar. A segunda, além de reiterar esse papel, nega, a partir da concepção da primeira encíclica, a necessidade de a mulher ser financeiramente independente em relação ao seu marido, bem como o direito à busca da satisfação pelo trabalho remunerado e a realização pessoal por meio dele, de acordo com a autora.

Conforme Barroco (2010), os pressupostos neotomistas e positivistas deram o tom dos Códigos de Ética, de 1948 a 1975, apesar de a edição de 1965 ser considerada um pouco mais avançada, mesmo em relação à de 1975, como se verá a seguir. A partir de um *ethos* fundado na defesa da tradição, ordem e autoridade, o conservadorismo moral reproduz preconceitos e se opõe à liberdade.

A ampliação da base técnico-científica da formação profissional, a partir de 1940, possibilitada pelo intercâmbio cada vez mais recorrente entre o Serviço Social brasileiro e o

Serviço Social estadunidense, não baniu seus fundamentos doutrinários conservadores que, de acordo com Cisne (2012), vão se fundir com mais força ao positivismo, como teoria social voltada à manutenção do *status quo* capitalista, portanto, conservadora.

O positivismo traz ao Serviço Social forte conteúdo tecnicista e pragmático, sendo voltado ao ajustamento dos indivíduos a partir do trabalho desenvolvido, principalmente, com as mulheres trabalhadoras, as quais, segundo os positivistas, eram a base da família que, por sua vez, era o fundamento da sociedade. Com o positivismo, há um reforço do papel da mulher como dona de casa, educadora do lar e mãe.

De acordo com Setubal (1983), o intercâmbio entre o Serviço Social brasileiro e o estadunidense repercutiu não apenas em preocupação científica e instrumental para com a profissão, mas, também, em adesão a novas teorias, inadequadas para o contexto de subdesenvolvimento econômico e social brasileiro.

Na época, afloraram as denominadas práticas de Serviço Social de caso, de grupo e de Organização de Comunidade. Para a autora, o Serviço Social de caso objetivava proporcionar mudanças na personalidade do atendido; o indivíduo, nessa perspectiva, devia ser trabalhado, de maneira a se ajustar ao meio social, desenvolvendo bem seu papel, atribuído socialmente no sistema vigente. Já o Serviço Social de grupo era utilizado em uma perspectiva educacional, em que se procurava fortalecer o caráter dos indivíduos, com ênfase dada à sua capacidade de liderança e à tomada de decisão, levando os indivíduos a autodesenvolverem habilidades que permitissem o exitoso desempenho do papel que lhe foi confiado pela sociedade.

O Serviço Social de Organização de Comunidade, posteriormente denominado Serviço Social de Desenvolvimento de Comunidade, se apresentava com características semelhantes aos demais. Objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao mesmo tempo em que realizava intervenção de cunhos moralista e religioso, em pequenas áreas carentes.

Os referenciais ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social brasileiro alteraram-se, em seu desenvolvimento histórico, tendo como marco de mudanças o movimento de reconceituação latino-americano, a partir dos anos 60.

Nessa década, como visto no capítulo anterior, os valores e costumes tradicionais da sociedade eram questionados, expressos nos protestos dos jovens norte-americanos contra a guerra do Vietnã e do surgimento da segunda onda do feminismo. Barroco (2010, p. 100) avalia que, nesse contexto, os movimentos feministas contribuíram para a formação de “um novo *ethos* ampliador da consciência de gênero”, na medida em que se alargavam as bases sociais para a emancipação da mulher que, como visto, ocorreu de maneira apenas parcial.

No contexto geral, as mobilizações ocorridas na época aumentavam a possibilidade de romper com padrões preconceituosos e moralistas, contribuindo para a instituição de novos papeis e valores. Entretanto, essa série de rupturas morais para com os papeis femininos socialmente designados, não repercutiram no trabalho profissional dos/as assistentes sociais direcionados às mulheres, nas décadas de 1960 e 1970. Conforme Barroco (2010, p. 103), para a profissão

> [...] o eixo condutor da construção de uma nova moralidade não se objetiva explicitamente pela oposição aos padrões culturais e morais repressivos que perpassam pela vida cotidiana, mas por uma intenção de ruptura político-ideológica com a ordem burguesa.

Nesse sentido, o Serviço Social parece ter se apropriado das demandas das mulheres trabalhadoras por meio de sua aproximação aos movimentos socialistas, que caracterizaram o processo de reconceituação do Serviço Social, a partir, sobretudo, dos fins da década de 1970, como se verá a seguir.

2.2 Os marcos da ruptura profissional com o conservadorismo

De acordo com Netto (2011), a renovação do Serviço Social, no Brasil, aconteceu na quadra histórica da vigência da ditadura civil militar instaurada em 1964, uma vez que, mesmo antes e nesse período, muitas das demandas profissionais foram alteradas devido às mudanças macroestruturais. Redimensionaram-se, nesse contexto, tanto a inserção dos quadros profissionais nas estruturas sócio-ocupacionais, como a formação técnica e teórico-metodológica dos/as novos/as profissionais. A autorrepresentação da profissão também não ficou imune a este quadro. A renovação do Serviço Social, para Netto (2011), é produto de pluricausalidade e multilateralidade.

Apesar dos diversos mecanismos lançados pela autocracia burguesa[27] para reiterar o tradicionalismo profissional, ela própria permitiu a constituição de uma série de condições

[27] De acordo com Fernandes (1987), a autocracia burguesa é uma configuração estatal própria de sociedades capitalistas dependentes e periféricas, nas quais a repetição de uma revolução burguesa clássica torna-se impossível, o que permite que ocorra a dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia. Conforme Maciel (s/d), o Estado autocrático burguês tomou diversas formas no Brasil, oscilando entre a forma ditatorial e a forma democrático-liberal. Apesar disso, o Estado autocrático burguês, nas conjunturas precedentes, não havia demonstrado uma forma dominante em sua pureza, havendo um sincretismo em que se combinavam mecanismos políticos distintos, desde os democráticos representativos, até os mecanismos oligárquicos e fascistas. Mesmo nos períodos em que predominavam os mecanismos democrático-representativos, o Estado brasileiro funcionou

novas, inerentes à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade, que feriram o Serviço Social em dois aspectos: a prática e a formação profissional.

Quanto à prática profissional, a "modernização conservadora" [28] gerou um mercado nacional de trabalho para os/as assistentes sociais, tanto dentro do aparato do Estado como nos setores administrados diretamente pelo capital. O desenvolvimento das forças produtivas, no contexto de pauperização dos/as trabalhadores/as, possibilitado pelos arranjos econômicos vaticinados pela autocracia burguesa, fez surgir um campo de refração das expressões da questão social (NETTO, 2011), administradas pelas políticas sociais centralizadas do Estado ditatorial.

Nos anos 50 e início dos 60, o mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais - já criado a partir dos anos 30, com o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social - expandiu-se graças ao desenvolvimento da industrialização pesada. A reorganização do Estado, que se racionalizou para gerenciar o processo de desenvolvimento que privilegiava os grandes monopólios, redimensionou não apenas o sentido das políticas setoriais (voltadas para favorecer o grande capital), mas a estrutura organizacional capaz de planejá-las e executá-las.

Esse redimensionamento, a partir de 1966-67, foi tanto organizacional quanto operacional, visto que não só implicou a complexificação dos aparatos em que os/as assistentes sociais se inseriam, mas acarretou uma diferenciação e especialização das atividades profissionais, em decorrência do elenco mais amplo das políticas sociais, bem como das sequelas advindas do modelo econômico.

O crescimento industrial que se operava no contexto do "milagre econômico", dos anos 60 aos 70, tornou a inserção de assistentes sociais em empresas mais expressiva, o que se processou devido à necessidade de vigilância e controle da força de trabalho, no território da produção. Além disso, a crescente pauperização relativa e absoluta da população, como sequela do desenvolvimento voltado para a valorização do grande capital, e os processos

---

como uma "ditadura dissimulada", em que os setores populares eram cooptados e as classes burguesas dominavam o setor político. Para o autor, o auge da autocracia burguesa foi a ditadura militar, "parteira do capitalismo monopolista, onde o Estado tornou-se o dínamo do poder burguês, vocacionado para a autodefesa e a expansão máxima da ordem social burguesa" (MACIEL, s/d, p. 7).

[28] A modernização conservadora caracteriza-se como linha mestra do "modelo econômico" induzida pela ditadura militar, implicando a concessão de benefícios ao capital estrangeiro e aos monopólios nativos, fora de qualquer controle democrático ou parlamentar. A expansão da indústria e a construção de grandes obras viárias, etc., estão no bojo da chamada modernização conservadora, a qual possibilitou a existência de uma série de outras marcas na economia nacional, como a territorialização e internalização do imperialismo; concentração da propriedade e da renda, o que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização voltado ao fomento de demandas elitizadas do mercado interno e direcionadas desde e para o exterior; um processo de pauperização relativa sem precedentes e uma polarização de classes bastante demarcada, apesar de complexa; concentração geopolítica das riquezas nacionais, o que contribui para a constituição de profundas desigualdades regionais (NETTO, 2011).

migratórios que fizeram crescer a população urbana impeliram organizações de filantropia privada a requisitar a inserção desses/as profissionais.

Esse quadro possibilitou um conjunto de novas exigências para o desempenho profissional, seja nas organizações estatais, seja nos espaços privados recém-inaugurados. De acordo com Netto (2011), o enquadramento profissional em estruturas mais complexas e com interconexões múltiplas e polifacetadas, alterou o relacionamento dos/as assistentes sociais com as hierarquias às quais se submetiam, com os/as outros/as profissionais e com os/as usuários/as de seus serviços. Segundo o autor, esse contexto fez com que os/as assistentes sociais demandassem uma postura "moderna", no sentido de compatibilizar o seu desempenho às normas, aos fluxos, às rotinas e finalidades que a racionalidade demandava. Tal postura "moderna" implicou a erosão do Serviço Social "tradicional", ou melhor, a sua substituição por procedimentos "racionais".

Proporcionar o profissional "moderno" implicava mudança dos padrões de formação profissional. As instituições de ensino precisaram romper com o confessionalismo, que historicamente envolveu o ensino de Serviço Social, o que culminou em sua inserção no ensino universitário, vigente na autocracia burguesa. A incorporação da formação profissional à universidade introduziu os cursos nas dinâmicas próprias da academia, subvertendo as condições do ensino que, anteriormente, se dava em escolas isoladas, mantidas por organizações confessionais ou leigas, com escassos recursos materiais e financeiros, e levado adiante por docentes que viam o ato de formar quadros profissionais como missão moral.

A inserção da formação profissional no âmbito acadêmico não aconteceu sem que expressasse contradições: se, por um lado, a profissão recebeu o influxo das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia, da Psicologia Social e da Antropologia; por outro, esse mesmo influxo se deu sob o viés do que tais disciplinas tinham de mais pragmático, dado o contexto tecnocrático impulsionado pela universidade da ditadura que, segundo Barroco (2010), era pautado em concepções teóricas acríticas, em que a cientificidade era esvaziada de ideologia.

Esse cenário proporcionou as condições para a laicização do Serviço Social, que implicou a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a disputa pela hegemonia do projeto de formação, dos órgãos de representação, dos paradigmas de intervenção, etc. Apesar de se operar desde os fins de 50, a laicização é possibilitada pelas relações capitalistas durante a "modernização conservadora" e só pode ser levada em conta no contexto de ampliação do mercado nacional de trabalho e na mudança de paradigma das agências de formação profissional.

A redefinição do Serviço Social ante a autocracia burguesa possibilitou não apenas o surgimento de traços de funcionalidade ao regime ditatorial, mas, também, núcleos de oposição e contestação. A partir da década de 1970, surgem elaborações teóricas sobre a profissão, que implicaram um significativo debate teórico-metodológico, o que estava intrinsecamente ligado à inserção profissional no âmbito universitário. Ainda que tal inserção tenha se dado em uma universidade domesticada pela ditadura, as resultantes das pesquisas acadêmicas conformaram espaços de reflexão usados para gestar uma massa crítica. Pela primeira vez, eram criadas as bases para definir um padrão acadêmico destinado a exercitar a elaboração profissional.

A renovação empreendida pelo Serviço Social implicou a construção de um pluralismo profissional, teórico, ideológico e político, rejeitando o monolitismo ideal, o qual dizia respeito a uma profissão responsável por estabelecer o bem-estar da pessoa humana, constituindo-se como um recurso à solução cristã dos problemas (VIEIRA, 1985). Era a primeira vez que a profissão mesma se colocava como um objeto de pesquisa: é a partir desse movimento que o Serviço Social se questiona e se investiga a si próprio.

A partir daí, também ocorre crescente diferenciação das concepções de Serviço Social, no que se refere, sobretudo, à sua natureza, suas funções, seus objetos e objetivos, derivada da utilização de recursos teórico-metodológicos alternativos à homogeneidade até então registrada. Nesse movimento, o Serviço Social se insere nas interlocuções acadêmica e cultural, com vistas a superar sua subalternidade intelectual, a partir de suas discussões com o conjunto das ciências sociais.

No processo de renovação, a Associação Brasileira de Assistência Social (Abas), a até então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess) e o Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (Cbciss), que até então dinamizavam as discussões sobre a profissão, foram afetadas. Nos eventos empreendidos por essas instituições, não se registraram apenas a ampliação do número de profissionais e o aprofundamento das temáticas vinculadas ao Serviço Social, mas, também, um nível de problematização crescente sobre a profissão: a superficialidade, apresentada nas celebrações oferecidas à profissão, foi se reduzindo pouco a pouco; por outro lado, houve um aprofundamento teórico mais crítico, em torno das demandas emergentes da época.

Nesse contexto, o papel das instâncias organizativas se modificou, ao verem a sua legitimidade em xeque, estabelecendo nova sintonia com parcelas importantes da categoria profissional, tanto no que se refere aos aspectos corporativos, como às questões teóricas, ideológicas e políticas.

De acordo com Netto (2011), a reconceituação do Serviço Social, no período de autocracia burguesa, envolveu um processo complexo de rompimentos que se entrecruzavam e se sobrepunham a continuidades e reiterações, o que implicou uma tensão de vetores de transformações e permanências.

Como já observado, as expressões da questão social, manifestadas com os impactos da industrialização pesada, colocavam novas demandas às práticas profissionais, que superavam os processos individuais e grupais de intervenção. Daí a necessidade de promover outras modalidades interventivas, como a abordagem "comunitária", suscitadas pela incidência das disciplinas das Ciências Sociais, que sensibilizavam os profissionais para o contexto macrossocial. Ainda que o universo conceitual dos paradigmas relacionados ao Desenvolvimento de Comunidade fosse acrítico e mistificador dos processos sociais reais, não abrindo espaço para contestar o tradicionalismo profissional, ele abria um flanco para se pensar as desigualdades, inerentes à sociedade de classes. Além disso, outra consequência importante para a profissão, na época, foi a inserção de assistentes sociais em equipes multiprofissionais.

Nas Ciências Sociais e na atividade política, a tônica era a temática dos meios pelos quais o subdesenvolvimento brasileiro seria superado, justamente quando estava em voga o desenvolvimentismo[29], como política de Estado. Era, porém, grande a inserção dos profissionais na ideologia do Desenvolvimento de Comunidade, não apenas porque profissionais de renome estudavam e ratificavam tal incorporação, mas porque, para muitos profissionais, essa era uma forma de intervenção sobre a realidade consentânea às necessidades da sociedade brasileira. É, contudo, nesse mesmo cenário, que surgem as condições para a "erosão das bases do Serviço Social tradicional" (NETTO, 2011, p.138), uma vez que os profissionais discutiam sua intervenção para além do caso e do grupo, o que foi permitido pelo novo contexto histórico-social e econômico da época.

Entretanto, não se pôde constatar, nesse contexto, uma crise do Serviço Social tradicional, apesar de ela já ser sinalizada. Tal erosão, na verdade, é produto da democratização brasileira anterior ao golpe; do amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros/as profissionais, com grupos da população politicamente organizados e com os aparatos estatais; da emergência de setores progressistas

---

[29] De acordo com o *site* <http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=72>, o desenvolvimentismo diz respeito ao conjunto de estratégias, geradas pelos Estados, principalmente nos 30 anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, que tinha como objetivo a criação de condições para estimular o crescimento, a industrialização e o avanço social. No caso do Brasil, o desenvolvimentismo não conseguiu universalizar os direitos sociais e econômicos.

da Igreja; e da propagação do movimento estudantil, que ingressava nas escolas de Serviço Social.

Nesse contexto, surgiram três vertentes profissionais: aquela que embasava o seu trabalho no Desenvolvimento de Comunidade e em procedimentos e representações "tradicionais"; aquela que via o Desenvolvimento de Comunidade como um meio de mudar as estruturas macrossociais, mas por dentro do capitalismo; e aquela que via o Desenvolvimento de Comunidade como um instrumento de transformação social, conectado à emancipação das classes e segmentos subalternos.

A erosão do Serviço Social tradicional, para Netto (2011), com certeza, não foi um processo restrito ao Brasil. Antes, se configurava como um fenômeno internacional, circunscrito, principalmente, à América Latina. Como já exposto no capítulo anterior, os países latino-americanos sofreram a influência da efervescência cultural e política que caracterizava as manifestações políticas e culturais, principalmente, contra a guerra do Vietnã, do Maio Francês e, também, das mobilizações proletárias na Itália.

O pano de fundo de tais mobilizações refere-se ao período conhecido como "onda-longa" de crescimento do capitalismo, que vinha desde o final da Segunda Guerra Mundial até o término dos anos 60. A classe trabalhadora e os segmentos populares mobilizaram-se, nesse sentido, direcionando os recursos de tal crescimento às suas demandas, seja por meio de seus enfrentamentos diretos, seja com o redirecionamento dos recursos às políticas sociais. A partir de então, também surgem novos movimentos relacionados às opressões específicas, como de negros, população LGBT, jovens, etc.; as reivindicações ligadas ao direito à cidade e a um ecossistema equilibrado, dentre outras. Assim, Netto (2011) menciona que a contestação ao Serviço Social tradicional, por parte de alguns grupos profissionais, procedeu do exterior da profissão, a partir das lutas sociais das décadas de 1960 e 1970.

A reconceituação do Serviço Social latino-americano surgiu a partir de 1965, ascendendo por quase uma década. Netto (2011) vê a reconceituação como parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social tradicional, "que se inscreve na dinâmica do rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora" (FALEIROS, 1987, p. 51). Visava, portanto, adequar a profissão às demandas no âmbito continental. De acordo com Setubal (1983), os/as assistentes sociais do Brasil, ao lado dos/as profissionais uruguaios/as e argentinos/as, foram os/as precursores/as da reconceituação na América do Sul, a partir do despertar crítico desses/as profissionais, que procuraram elaborar teorias e metodologias adequadas às respectivas realidades locais.

Entretanto, a unidade da reconceituação latino-americana se esvaiu num período de cinco anos: primeiro, porque a "modernização" empreendida pelas ditaduras burguesas e o enrijecimento da repressão política fizeram cessar qualquer proposta popular democrática, seja ela reformista ou revolucionária, o que dificultou o processo de renovação do Serviço Social; segundo, porque a contestação do Serviço Social tradicional partiu de concepções da sociedade e da profissão diversas. De acordo com Netto (2011, p. 148), "o conjunto de renovadores era um leque extremamente heterogêneo, que necessariamente articularia uma renovação caleidoscópica".

A relação da profissão com a tradição marxista remete a esse momento. Porém, o uso da tradição marxista pelos reconceitualizadores não aconteceu sem problemas, já que se deu pelo acesso não às obras originais de Marx, mas por meio de manuais de qualidade duvidosa ou de versões deformadas pela influência do neopositivismo. Além disso, a apreensão da obra marxista no processo de reconceituação ocorreu a partir de um viés eclético, o que redundou em confusão ideológica e reducionismo referente ao ativismo político, obscurecendo a fronteira entre a militância *stricto sensu* e a profissão.

No primeiro momento do processo de renovação, na segunda metade dos anos 60, o impulso organizador da contestação veio do CBCISS que, então, abriu os caminhos para os seminários de teorização[30]. No segundo momento (até um decênio depois – final dos anos 70), além dessa organização, surgiram as contestações advindas das pesquisas dos programas de pós-graduação em Serviço Social, sobretudo da PUC-SP e RJ. No terceiro, acresce-se a essas duas fontes os organismos ligados às agências de formação (Abess) ou, diretamente, à categoria profissional (associações profissionais e, posteriormente, os sindicatos). Portanto, tanto os organismos vinculados à formação como as organizações da categoria foram ganhando importância, no contexto da já mencionada laicização.

Essa diversidade de organismos, porém, tinha conexões diferenciadas com os projetos de ruptura. Nesse sentido, Netto (2011) cita que, com a erosão do Serviço Social tradicional, a reflexão profissional se deu de maneira diferenciada, seja teórica, seja cronologicamente, em três direções principais. A primeira foi a perspectiva modernizadora, que envolveu

> [...] um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2011, p. 154).

[30] De acordo com José Paulo Netto (2011), alguns desses seminários de importância vital são: Araxá/MG (março de 1967), Teresópolis/RJ (janeiro de 1970), Sumaré/SP (novembro de 1978) e Alto da Boa Vista/SP (novembro de 1984).

Trata-se de uma perspectiva da segunda metade dos anos 60, cujos documentos de Araxá/MG e Teresópolis/RJ são seus concretos representantes. O núcleo central dessa perspectiva refere-se à tematização do Serviço Social como interveniente, integrador e dinamizador no processo de desenvolvimento, o que demonstra seu traço de continuidade com o acúmulo profissional do fim dos anos 50, o qual se apresenta, no entanto, seletivo e parcial. Há nova fundamentação para legitimar os procedimentos e o papel do Serviço Social: se houve reiterações do modelo tradicional, ao menos os/as profissionais que enxergavam a renovação sob a perspectiva modernizadora avançaram, inequivocadamente, a partir dos aportes extraídos do estrutural-funcionalismo. Tal perspectiva aceitava como inquestionável a ordem política gerada pela ditadura militar e procurava apresentar à profissão procedimentos e instrumentos que pudessem intervir nas novas demandas profissionais, a partir de um viés tecnicista.

Para Barroco (2010), do ponto de vista da ética profissional, o Código de Ética de 1965 menciona diversos apontamentos afeitos a essa perspectiva modernizadora. O Código de 1965 é progressista em dois aspectos: o primeiro, é o entendimento da importância do pluralismo, no que se refere às posições filosóficas dos profissionais, perspectiva ausente no primeiro Código, de 1948, que apontava para uma base filosófica homogênea do Serviço Social; em segundo lugar, esse Código aponta para a participação dos/as assistentes sociais nos órgãos públicos, conforme os “princípios democráticos”, na “luta pelo estabelecimento de uma ordem social justa” (CFAS, *apud* BARROCO, 2010, p. 113). Essas duas indicações são retiradas do Código de 1975, o que pode apontar para um recuo conservador.

A partir do Código de Ética de 1965, o Serviço Social aparece como profissão liberal, não mais inscrita no circuito religioso da caridade. Ainda assim, o Código aponta para valores tradicionais, como “zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade” (CFAS, 1965, *apud* BARROCO, 2010, p. 128).

A perspectiva modernizadora foi contestada a partir da metade dos anos 70, por uma parte da categoria que ainda estava atrelada ao tradicionalismo profissional e resistente à laicização. Tal segmento, vinculado à Igreja Católica, privilegiava os componentes mais conservadores do Serviço Social, mostrando-se refratário às inovações introduzidas pela perspectiva modernizadora. Netto (2011) denomina a perspectiva desse segmento conservador como reatualização do conservadorismo, uma vertente que recuperou a história e os fundamentos conservadores da profissão, no que tange à sua autorrepresentação e à sua prática, repondo-os sobre uma base teórico-metodológica nova, repudiando tanto o positivismo como o pensamento crítico, de raiz marxista.

Opera-se a reatualização das práticas e dos fundamentos do passado, mas com um esforço para fundá-los “em matrizes intelectuais mais sofisticadas” (NETTO, 2011, p. 157). De acordo com o autor, essa vertente esteve distante da agenda de debates que se davam no interior da profissão, não se constituindo, portanto, como um grupo divergente em torno de questões e proposições polêmicas. Apesar disso, a perspectiva conservadora teve força suficiente para se expressar no Código de Ética de 1975.

Conforme Barroco (2010), esse Código retrocede ainda mais, em relação ao Código anterior (1965), no que tange ao tema família: de acordo com o documento, os/as assistentes sociais deviam zelar pela família, estimulando “medidas que favoreçam sua estabilidade e integridade” (CFAS, 1975, *apud* BARROCO, 2010, p. 129). Também afirmava a negação de autonomia profissional, ante as necessidades do Estado, quando dispusesse das atividades profissionais. De acordo com a autora, esse Código, portanto, não apenas apontava para a tradição conservadora da profissão, como se colocava na perspectiva de adequá-la às demandas da ditadura, distanciando-se da concepção modernizadora, expressa no Código anterior e nos documentos de Araxá/MG e Teresópolis/RJ.

A terceira direção do processo de reconceituação do Serviço Social, identificada por Netto (2011), é a intenção de romper com o Serviço Social tradicional. Diferentemente das demais, essa perspectiva desenvolveu uma crítica ao desempenho profissional tradicional e às suas bases teóricas, ideológicas e metodológicas. Intentou romper com a herança conservadora (tradição positivista) e com os paradigmas de intervenção social, a saber, o reformismo conservador. Constituiu-se a partir do resgate crítico das tendências do pré-64, que supunham a adequação das respostas profissionais às demandas originadas do desenvolvimento brasileiro. Tal perspectiva toma forma a partir da composição de quadros docentes e profissionais, recorrendo progressivamente à tradição marxista, revelando as dificuldades da sua afirmação no marco da ditadura brasileira.

Essa vertente recebeu a importante influência do pensamento latino-americano reconceitualizado, implícito no descrédito político em relação à perspectiva modernizadora. Cooperaram para seu surgimento as condições de trabalho da “massa da categoria profissional” (NETTO, 2011, p. 160), ante a aproximação das condições de vida das classes trabalhadoras, público em que se recrutavam os novos profissionais; o clima efervescente do meio universitário na crise da ditadura; e, sobretudo, o quadro sociopolítico e ideológico dos primeiros anos da década de 1980, que conduziu à participação política grandes contingentes das camadas médias urbanas.

Ressalta-se que interessa, neste trabalho, deter atenção maior à direção que Netto (2011) denomina como intenção de ruptura, porque são os renovadores dessa vertente que possibilitaram a aproximação entre Serviço Social e as camadas populares e, assim, das demandas das mulheres trabalhadoras.

De acordo com Netto (2011), a direção da intenção de ruptura emergiu da estrutura universitária brasileira, na primeira metade dos anos 70. A formulação inicial dessa perspectiva ocorreu com o Método BH, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. O fato central que marca essa perspectiva é seu caráter de oposição à ditadura, além de sua contraposição à perspectiva modernizadora e de reatualização do conservadorismo.

Somente quando a classe operária brasileira retorna à cena política, é que a perspectiva da intenção de ruptura consegue transcender o espaço acadêmico, polarizando as atenções de segmentos profissionais consideráveis. Antes enclausurada na estrutura universitária, devido à repressão imposta pela ditadura, essa perspectiva, mais do que as outras, dependia de um clima de liberdades democráticas para avançar, sobretudo, no terreno da prática profissional. A reforma do Estado e a inserção de profissionais em seus quadros técnicos, no período autocrático, impedia as práticas subversivas; de outra feita, os espaços sócio-ocupacionais que se abriram no setor privado passaram a ser controlados. Ou seja, as possibilidades de inovações profissionais, tanto no setor público como no setor privado, mostravam-se restritas, devido ao contexto político ditatorial.

Historicamente, a perspectiva de ruptura era impensável, sem o processo democrático que se deu de 1961 a 1964 e sem a luta pela democratização da sociedade, após o golpe de abril. Na crise da ditadura, a relação dos/as assistentes sociais com as camadas populares implicou elaborações intelectuais que antes não se registravam. Netto (2011) aponta para três momentos constitutivos da perspectiva da intenção de ruptura: sua emergência; a consolidação acadêmica; e seu espraiamento na categoria profissional.

A emergência, como já apontado, se deu entre 1972 e 1975, motivada pelo grupo de jovens assistentes sociais que elaborou o renomado Método BH, mas não à toa: Belo Horizonte era palco importante das mobilizações populares e sindicais, além de espaço onde se expressava forte movimento estudantil, com implicações democráticas e também socialistas, e do qual surgiram importantes quadros de militantes que combateram a ditadura.

O Método BH exprime uma crítica teórico-metodológica e prática ao tradicionalismo profissional, propondo, em seu lugar, uma alternativa que rompe com o tradicionalismo em

todos os âmbitos: no plano teórico-metodológico, da formação profissional, da concepção de profissão, e da intervenção.

Diversos trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação e outros ensaios, no final dos anos 70 e no primeiro terço da década de 1980, registram as ações de intenção de ruptura que emergiram em Belo Horizonte/MG. Enquanto avançava a crise da ditadura, algumas instituições de ensino superior, em São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Campina Grande/PB, gestaram nova massa de intelectuais, que buscavam repor a crítica ao tradicionalismo profissional. Essa crítica beneficiava-se da aproximação com as disciplinas e teorias sociais, o que refletiu na formação da categoria profissional que se ampliava, na sua laicização, consolidação do mercado de trabalho e expansão das agências de formação.

De acordo com Netto (2011), nesse momento, a intenção de ruptura contava com três patamares: o primeiro, que foi até o início dos anos 80, construiu-se como análise crítica das propostas de renovação da profissão; tratava-se da formulação de estudos que resgatavam o projeto de ruptura nas elaborações latino-americanas e/ou avaliavam criticamente a perspectiva modernizadora. Tais produções visavam operar uma análise textual de propostas profissionais, com vistas ao seu desnudamento epistemológico e ideológico. O segundo patamar beneficiava-se do primeiro, contando com oxigenação diferente: cobrindo os primeiros três anos da década de 1980, capitalizou a crise da ditadura e sua ultrapassagem, com toda a mobilização social que a acompanhou e seus rebatimentos na universidade e na categoria profissional. A abordagem crítico-analítica passava a se pautar nas concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fontes originais.

Com isso, já não se pensava mais sobre as propostas de renovação da profissão, mas a própria instituição Serviço Social à luz de aportes teóricos e heurísticos, a partir das “fontes” clássicas da teoria social, o que marca a maturidade intelectual e teórica da perspectiva de ruptura. Essa perspectiva, portanto, “situa-se na interlocução paritária com as ciências sociais e com outras áreas da produção do saber, sem abrir mão da referencialidade profissional do Serviço Social” (NETTO, 2011, p. 266).

Na segunda metade da década, o projeto de ruptura inseriu-se nos debates da categoria profissional; deu o tom de sua produção intelectual; ofereceu rebatimentos à formação dos novos quadros profissionais; e atingiu as organizações representativas da profissão. Como já indicado, a aproximação à tradição marxista se deu de maneiras diferentes, ao longo de sua constituição. No momento de sua emergência, tal projeto se aproximou do marxismo por meio da militância política, frequentemente, político-partidária, ou na militância dos grupos progressistas da Igreja Católica. Dadas as circunstâncias históricas, essa

primeira aproximação aparece cheia de vícios, sem reflexão teórica sistemática. Nessa primeira etapa, portanto, a intenção de ruptura recolheu da tradição marxista o empirismo expresso no maoísmo; o epistemologismo de raiz estruturalista de Althusser; além de ter recorrido aos materiais do "marxismo soviético". Para Barroco (2010), nessa época, a profissão recorreu, portanto, a uma leitura marxista anti-humanista e a um discurso de esquerda desvinculado da práxis histórica de homens e mulheres.

Por seu turno, a aproximação eclética empreendida pelos/as assistentes sociais, em torno do marxismo e, por vezes, a mistura dessas postulações ecléticas com a Teologia da Libertação, fizeram com que alguns profissionais se direcionassem por uma interpretação messiânica e utópica do Serviço Social. Nessa perspectiva, a identidade do profissional se torna muito próxima a do militante, constituída nos processos de formação dos movimentos sociais e de partidos revolucionários.

De acordo com a autora, quando os valores identitários do militante são transportados para a identidade profissional, de maneira mecânica, eles perdem seu sentido histórico. No âmbito profissional, a militância política *stricto sensu* "desprofissionaliza" a profissão, já que a atividade toma um sentido voluntário, abnegado, de sacrifício, etc. Exemplo desse equívoco é o abandono às instituições, o que é possibilitado, também, pela leitura de manuais e intérpretes, ao invés da leitura marxiana da realidade.

No segundo momento vivido pelo projeto de ruptura, predominou o "marxismo acadêmico", em que a análise textual da profissão se aproxima das dimensões próprias da política e da história (NETTO, 2011). Ou seja, a transição democrática fez com que história e política influenciassem a análise da profissão, a partir da leitura dos clássicos do marxismo que, por sua vez, contemplam a dinâmica da historicidade, ao contrário dos autores estruturalistas.

No terceiro momento deste projeto, produto dos outros dois momentos mencionados, foram recuperados os autores marxistas para se pensar a atualidade da profissão, desde a formação até os meios de intervenção. Todo esse processo foi perpassado pelo ecletismo, que marcou presença na formulação belo-horizontina.

No plano político, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais[31], o chamado Congresso da Virada, que ocorreu de 23 a 28 de setembro de 1979, representa um "marco no processo de politização e mobilização dos profissionais e estudantes de Serviço Social e na

[31] Ou o III CBAS.

reativação das entidades sindicais em todo o país" (YAZBEK *et al*., 2008, p. 21), em que os assistentes sociais se colocaram como trabalhadores/as e ao lado dos segmentos populares.

O Congresso da Virada, de acordo com Netto (2009), só foi possível graças ao cenário de mobilização contra a ditadura, em que diversos setores da sociedade estiveram representados, com forte protagonismo dos/as trabalhadores/as. O evento também tornou possível a expressão das tendências democráticas, até então contidas e reprimidas no Serviço Social, o que possibilitou, ainda, a ruptura com o monopólio conservador das instâncias e dos fóruns da categoria profissional (Conselho Federal de Assistentes Sociais – Cfas; Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – Cras; e Abess) que, até então, se omitiam ante a ditadura, alienando-se do quadro político do país.

Conforme o autor,

> O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: *trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional.* E se o fez tardiamente, a responsabilidade deve ser debitada à força do conservadorismo que, derrotado naquele episódio histórico, nem por isto viu suprimida a pesada e duradoura hipoteca que impôs e impõe ao Serviço Social no Brasil.(NETTO, 2009, p. 33. Destaques do autor).

A partir do III Congresso, os assistentes sociais, invocando a condição de vendedores/as de sua força de trabalho e reivindicando para si o estatuto de trabalhadores/as, não apenas vincularam o projeto profissional aos interesses dos/as trabalhadores/as, como também se dedicaram a organizar a categoria em sindicatos.

De acordo com Abramides e Cabral (2009), a reorganização político-sindical dos assistentes sociais, articulada a partir de 1977, vinculava-se ao sindicalismo classista e combativo do *novo sindicalismo*, representado por sindicatos e centrais sindicais autônomos, independentes dos partidos e do patronato, de massas, e construídos pela base, que lutavam por demandas imediatas dos/as trabalhadores/as, contra a ditadura e pelo socialismo.

A organização política da categoria se inicia a partir da constituição da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), de 1979 a 1983, terminando com a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas)[32], que organizou os sindicatos da categoria de 1983 a 1992. De acordo com Abramides e Cabral (1995), o Ceneas e a Anas tiveram papel político de direção e centralização dos sindicatos da categoria, os quais lutavam por melhores condições de trabalho - por melhor salário e menor carga horária; abertura de concursos públicos nas diversas áreas de governo; além de denunciar os projetos

[32] A Anas é a continuação da Ceneas.

que lesavam a população. Além disso, Ceneas e Anas se posicionavam contra a ditadura e pela democratização do país, apoiando a anistia ampla, geral e irrestrita; travaram, ainda, lutas políticas no âmbito econômico, como a oposição à intervenção do FMI, pelo não pagamento da dívida externa e pelas reformas agrária e urbana.

No âmbito das opressões, as organizações colocavam-se contra o racismo e machismo, posicionando-se a favor dos/as trabalhadores/as negros/as e das mulheres trabalhadoras, em sentido amplo, apoiando a equidade salarial entre homens e mulheres. Ainda no que se refere à articulação das lutas feministas, Ceneas e Anas apoiavam a implantação de creches diretas, defendendo a organização das mulheres trabalhadoras em torno de suas demandas.

Neste sentido, essas entidades defendiam, também, a implementação de políticas públicas específicas para as mulheres, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, população em situação de rua, idosos, além de apoiar a livre orientação sexual (ABRAMIDES e CABRAL, 1995). A defesa das demandas femininas já apontadas denota que parte da categoria, sobretudo aquela vinculada aos sindicatos, já defendia os direitos das mulheres e da população LGBT, ligando-se, de alguma maneira, às bandeiras de luta feministas.

A inserção das entidades sindicais da categoria, no contexto do novo sindicalismo, foi determinante na construção do projeto ético-político da profissão, consolidado a partir do projeto de ruptura com o conservadorismo. Ressalta-se, com isso, a articulação das entidades sindicais da categoria com os movimentos e entidades populares e da classe trabalhadora. Conforme Abramides e Cabral (2009), os sindicatos da categoria alinharam-se, primeiramente, à Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), de 1977 a 1979 e, posteriormente, à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir de sua fundação, em 1983, participando dos comandos unificados de greve e estimulando a organização sindical dos/as servidores/as públicos/as. Os/as assistentes sociais sindicalistas apoiaram, também, a luta dos movimentos populares que foram construídos na Central de Movimentos Populares (CMP), em 1993, e a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Neste sentido, as autoras mencionam que, a partir de 1977, tem início o processo de articulação da esquerda com os organismos sindicais da categoria e dos setores progressistas preocupados com a formação profissional, voltado ao movimento estudantil. Desenvolveu-se, também, uma articulação, dentro dos sindicatos, para que fossem formadas chapas classistas e combativas que concorressem às direções dos conselhos federal e estaduais de assistentes sociais, na disputa com o conservadorismo do setor modernizador/conservador. A estratégia

do Ceneas/sindicatos, nesse sentido, tornou-se exitosa, uma vez que as entidades profissionais passaram a se renovar nos marcos do projeto de ruptura, sendo o Congresso da Virada um divisor de águas para esse processo. Segundo as autoras,

> [...] O debate político travado, as posições públicas assumidas coletivamente, pela categoria, na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e no reconhecimento pelos profissionais de sua condição de assalariamento, como parte da classe trabalhadora, estabelecem as marcas que demarcam a inflexão do projeto de ruptura no Congresso da Virada (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 59).

Ainda de acordo com as autoras, o III CBAS foi constituído por direções conservadoras/modernizadoras, que compunham o conjunto Cfas/Cras; porém, nesse congresso compareceram representantes dos 18 sindicatos da categoria, articulados pela Ceneas, com vistas a intervir politicamente nos rumos do evento. Muitos/as profissionais, que faziam parte desses sindicatos, já participavam de outros movimentos sociais e vivências de enfrentamento à ditadura militar; alguns/as apresentavam práticas profissionais comprometidas com as reivindicações e lutas dos/as trabalhadores/as; e outros/as eram docentes que se articulavam na Abess.

Com isso, parte da categoria, organizada nos sindicatos, levou a esse Congresso um documento combativo, fruto dos debates que aconteceram no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, o qual criticava diversos aspectos do III CBAS, como o alto valor da inscrição no evento, o que fez com que boa parte da categoria não pudesse participar; a ausência de discussões prévias, com a categoria, sobre os assuntos a serem tratados; a restrição à participação dos/as estudantes (dois por unidade de ensino); e o convite de honra para algumas figuras políticas que representavam a ditadura militar, dentre os quais o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu atitudes repressivas à luta dos/as trabalhadores/as[33]. Esse documento foi utilizado como referência inicial para o debate e a deliberação na assembleia que desencadeou a Virada do Congresso.

No III CBAS, os/as dirigentes sindicais inseriram-se em todos os grupos temáticos do Congresso e perceberam a insatisfação dos/as participantes com os rumos do evento. Os/as assistentes sociais sindicalistas e outros/as participantes passaram a intervir de forma bastante

[33]De acordo com Abramides e Cabral (2009), a natureza oficialesca e conservadora, impressa ao III CBAS, manifestou-se, sobretudo, através da Comissão de Honra que homenageava dirigentes da ditadura, como: o presidente-general Figueiredo, o ministro da Previdência, Jair Soares, além do ministro do Trabalho já citado e de algumas figuras políticas de caráter duvidoso, como o então governador de São Paulo, Paulo Maluf.

contundente, nesses grupos, criticando veementemente as homenagens aos representantes da ditadura militar.

Após a primeira assembleia no III CBAS, organizada pela Ceneas, que contou com mais de 500 participantes e de outras assembleias de profissionais que se opunham à forma como o Congresso estava sendo direcionado, os/as assistentes sociais críticos/as e combativos/as conseguiram reverter aquele processo conservador, fazendo com que o encerramento do evento contasse com a participação de entidades democráticas, movimentos sociais e sindicatos dos/as trabalhadores/as; a comissão de honra, que homenagearia "figurões" da ditadura, foi destituída e deu lugar a uma homenagem a Todos os Trabalhadores que Lutaram e Morreram pelas Liberdades Democráticas, inscrita em faixa fixada na mesa principal. A mesa final foi composta por várias lideranças de movimentos sociais e sindicais, bem como dos organismos sindicais da própria categoria, a saber, a Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (Apassp), entidade pré-sindical dos assistentes sociais e a Ceneas (ABRAMIDES; CABRAL, 2009).

As organizações sindicais da categoria estiveram em eventos relacionados ao movimento de mulheres, o que pode ser comprovado pela participação da Apassp na organização do I Congresso da Mulher Paulista, com outras organizações sindicais, femininas e feministas. A própria Apassp era composta por inúmeras mulheres, o que revela a aproximação das assistentes sociais com as mulheres trabalhadoras naquele período de reconceituação e de contestação do conservadorismo.

De acordo com as autoras, a organização sindical dos/as assistentes sociais tomou novos rumos, desde a extinção da Anas, em 1992, devido à deliberação da IV Assembleia Sindical Nacional, que aconteceu em Campinas, em 1989, e determinou a inserção dos/as assistentes sociais em organismos sindicais agrupados por ramo de atividade, e não mais por categoria profissional, já que a organização por ramo de atividade possibilita que o conjunto dos/as trabalhadores/as de um mesmo espaço sócio-ocupacional estabeleça pautas e reivindicações unificadas, direcionadas ao mesmo empregador – Estado ou patronato[34].

[34] De acordo com Abramides e Cabral (2009), a transitoriedade sindical dos assistentes sociais ainda permanece inconclusa, uma vez que, mesmo após a deliberação da IV Assembleia Sindical Nacional, cinco sindicatos permaneceram organizando a categoria, em detrimento da sindicalização por ramo de atividade, o que acabou culminando na criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (Fenas), em 2000, opondo-se ao deliberado, inclusive, pelo conjunto Cfess/Cress, que têm estimulado os/as assistentes sociais a se incorporarem aos sindicatos por ramos de atividade, como, por exemplo, dos servidores públicos, em seus diversos níveis (municipais, estaduais e federal).

2.3 Os rebatimentos da reconceituação: a ressignificação profissional

O esforço organizativo no âmbito sindical rebateu em outras esferas da categoria profissional. Assim, já na entrada dos anos 80, foi possível desalojar da Abess os conservadorismos político e acadêmico, e dar prosseguimento à elaboração de projetos consistentes de formação profissional, redimensionando a qualificação acadêmica dos/as assistentes sociais.

De acordo com Behring e Ramos (2009), dois momentos marcantes para a renovação política da Abess[35] foram a Convenção de 1979, quando a entidade assumiu a tarefa de articular e coordenar a formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social; e a elaboração do Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social de todo o país, que aconteceu em 1982, a partir das propostas discutidas na citada Convenção. Conforme as autoras,

> Essa nova proposta curricular representou, juntamente com o Código de Ética de 1986, uma profunda renovação profissional, signo daquelas "conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social" (CFESS, 1996, p. 176). O centro da revisão curricular de 1979/1982 foi a conexão da formação com a realidade brasileira em um momento de redemocratização e ascensão da luta dos trabalhadores (BEHRING; RAMOS, 2009, p. 158).

O Currículo Mínimo representou a afirmação da nova direção hegemônica no âmbito acadêmico-profissional, o que se consolida com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada em documento de 1999, pela Comissão de Especialistas, após longos debates realizados pela categoria profissional, em que foram socializadas experiências vivenciadas nas diversas unidades de formação acadêmica, de todas as regiões do país, tendo sido, esse debate, intensamente impulsionado pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e pelo Conselho Federal de Serviço Social (Cfess).

Em análise das referidas Diretrizes, constata-se que a única menção acerca da questão de gênero ou raça/etnia refere-se apenas ao tópico de estudo (disciplina) Classes e Movimentos Sociais, no qual se encontra o seguinte:

---

[35] A Abess é criada em 1946, como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Em Convenção realizada em 1979, muda o seu nome para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Na década de 1990, muda novamente a sua denominação para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), devido à sua função de defesa dos pressupostos de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e de articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade de explicitação de sua natureza científica.

> **Classes e Movimentos Sociais -** As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideopolíticas e socioculturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. *Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais.* Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor (BRASIL, 1999, p. 6. Destaques nossos).

Os demais tópicos de estudos obrigatórios para a formação de bacharel em Serviço Social não apresentam a importância dos estudos sobre gênero, tampouco a interface desse tema com a categoria classe social. Assim, as disciplinas de Formação Sócio-Histórica do Brasil; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social; Serviço Social e Processos de Trabalho; dentre outras, não apresentam as implicações do ser mulher para a profissão nem o significado da condição feminina para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no mundo. Da mesma forma, o tópico Trabalho e Sociabilidade não apresenta a dimensão da divisão sócio-sexual do trabalho nem a do trabalho doméstico como parte do trabalho que recria valor novo para a força de trabalho, conforme se verifica a seguir:

> **Trabalho e Sociabilidade** - Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho (BRASIL, 1999, p.6. Destaques do autor).

Apesar de as Diretrizes Curriculares da Abepss não mencionarem, no geral, a evidente preponderância, para a formação dos/as assistentes sociais, da interface entre a questão de gênero e as dimensões de classe e raça/etnia, o documento representa um avanço para o ensino e pesquisa no âmbito do Serviço Social, já que aponta para a perspectiva de totalidade, prevendo a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão dos processos constitutivos da sociedade e do significado da profissão no capitalismo. As Diretrizes encontram-se em consonância com a regulamentação da profissão, a Lei 8.662, de 7 de junho de 1993; e com o Código de Ética mais recente, Resolução Cfess 273, de 13 de março de 1993, analisados no decorrer deste capítulo.

Além disso, ressalta-se que a Abepss tem dado abertura ao debate sobre raça/etnia e gênero, o que pode ser constatado pela criação do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) sobre Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades, que tem contribuído para que as discussões de gênero sejam pautadas nos cursos de Serviço Social. Os GTPs são estratégias criadas pela Abepss (assim como por

outras associações de Ensino e Pesquisa, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, por exemplo), que objetivam

> [...] romper com possíveis situações de isolamento dos pesquisadores e de suas produções, coletivizar debates de ponta, pautar temas relevantes, incidir na mudança das subáreas hoje vigentes na Capes e no CNPq [...], alimentar o debate da formação e do exercício profissionais, alimentar as publicações da área, estimular a organização de redes de pesquisa, fomentar a articulação com a pesquisa desenvolvida por UFAs e instituições de pesquisa na América Latina, África e demais continentes, constituir os eixos estruturadores do Enpess, dentre outras possibilidades (ABEPSS, *apud* LIMA, 2014, p. 59).

Tais grupos consideram a transversalidade entre os eixos teórico-históricos, que dão norte às Diretrizes Curriculares, a saber: os fundamentos do trabalho profissional, da realidade brasileira e da vida social.

De acordo com Lima (2014), os GTPs encontram-se demarcados entre oito áreas temáticas[36]. Nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess) e nas Oficinas Nacionais da Abepss, a categoria aprofunda os debates em torno dos GTPs, facilitando a visibilidade de temas que até então não eram tão discutidos pela profissão, no âmbito da formação. Nesse sentido, na Assembleia Geral da Abepss, pós XIV Enpess, em 2014, a disciplina de Classe, Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade foi aprovada como obrigatória na grade curricular, e, a partir de então, torna-se universal nos cursos de Serviço Social e não mais optativa (quando o/a aluno/a precisa se inscrever para estudá-la). Tal deliberação é marco importante da luta das feministas no interior da Abepss.

No campo da ética profissional, Barroco (2010) considera que é a partir do Congresso da Virada que os valores ético-políticos inscritos no projeto de ruptura adquirem materialidade, o que se explicita na organização da categoria, na ruptura com o tradicionalismo e no amadurecimento da reflexão, a partir das bases marxistas. Em 1986, o Código de Ética foi reelaborado, para garantir nova moralidade profissional.

O pensamento de Gramsci começava a aparecer em algumas produções dos anos 80, o que permitia nova interpretação do processo de ruptura, que rebateu nas Diretrizes Curriculares de 1982 e no Código de Ética de 1986, marcos formais, concebidos por Barroco (2010), da ruptura ética, com o conservadorismo, na medida em que ambos pressupunham o compromisso com as classes populares e a explicitação da direção social da formação e do

[36]Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Movimentos Sociais e Serviço Social.

trabalho profissional. O amadurecimento da vertente de ruptura com o conservadorismo, proveniente da leitura de Marx desde suas fontes e da aproximação com Gramsci, permitiu que o mecanicismo, moralismo e voluntarismo ético-moral fossem recusados.

Ainda na década de 1980, o Serviço Social aproximou-se dos estudos teóricos sobre cotidiano, com Lukács, Heller, Goldman e Lefèbvre. Porém, ainda não se colocava em pauta a discussão sobre a ética marxista ou o debate filosófico em Marx, o que prejudicava as formulações sobre a fundamentação ética da profissão, iniciadas quando filósofos ou assistentes sociais vinculados ao ensino de filosofia passaram a apontar a necessidade dessas discussões no interior da profissão.

O Código de Ética de 1986 postula o compromisso dos profissionais com os interesses da classe trabalhadora, a partir da perspectiva de que os valores da sociedade não estão acima dos interesses de classe. A necessidade de mudar os pressupostos da profissão aparece como resultado da dinâmica social e da vinculação profissional com a luta dos/as trabalhadores/as. Ou seja, o compromisso explícito com a classe trabalhadora visava garantir uma atuação profissional voltada às demandas dos/as usuários/as, tratados/as, historicamente, como membros da classe trabalhadora. Opondo-se ao neotomismo, o Código tenta superar as noções abstratas de pessoa humana e bem comum.

Entretanto, Barroco (2010) considera a sua formulação aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos da época. Para a autora, o erro reside, justamente, no fato de o documento ter se comprometido com uma classe e não com valores e isso significa afirmar que a classe trabalhadora é, a princípio, detentora de valores positivos, o que se configura como uma perspectiva idealista, em que não se leva em conta a alienação.

Dessa forma, a autora considera que há um descompasso entre o amadurecimento teórico-político e a teorização ética: apesar de a profissão apreender sua natureza político-ideológica a partir da reflexão crítica, o mesmo não acontece com a reflexão sobre seus fundamentos e mediações éticas. Segundo ela,

> [...] a insuficiente apreensão ética não equivale à ausência de transformações ético-morais; tendo em vista as determinações que incidem sobre o questionamento de valores e sobre a adoção de novos papeis e princípios éticos, podemos considerar que, embora não sistematizados e refletidos em sua significação, o *ethos* tradicional do Serviço Social foi sendo negado na prática, através da vivência cotidiana, nas várias dimensões que rebatem na ação profissional, constituindo uma nova moralidade profissional (BARROCO, 2010, p. 178. Destaque da autora).

As fragilidades do Código de 1986 são superadas no Código de 1993; para Barroco (2004), o amadurecimento teórico, referente à ética, só se desenvolve a partir de 1990, tendo como pressupostos o acúmulo anterior e o avanço possibilitado pelo enfrentamento do

conhecimento filosófico, de bases marxistas; a ampliação do conhecimento sobre as teorias éticas e sobre o pensamento político moderno e contemporâneo; as reflexões acerca da ontologia do ser social, dentre outros.

Importante citar que os reflexos da reconceituação não refletem apenas no Código de Ética de 1993, enquanto documento normativo que norteia a prática profissional. Antes, todo esse processo tem rebatimentos concretos no projeto ético-político profissional, para além das normatizações expressas no Código. De acordo com Sant´ana (2000), a dimensão política dos projetos profissionais vincula-se ao fato de estarem vinculados a projetos societários maiores, que incluem o conjunto da sociedade. Desde 1986 e até a atualidade, o projeto profissional do Serviço Social nega o projeto societário hegemônico, posicionando-se a favor de uma nova ordem social sem dominação e exploração de classe, raça/gênero e etnia.

O Código de Ética de 1993, Resolução Cfess 273, de 13 de março, prevê princípios éticos que norteiam o trabalho do/a assistente social com a população usuária, os/as demais profissionais com quem trabalha e as instituições empregadoras. O Código de Ética do/a Assistente Social ainda prevê normas para os direitos e as responsabilidades gerais dos/as assistentes sociais, bem assim as penalidades (quando as normas e os princípios preconizados são violados pelos/as profissionais) e os processos éticos implícitos ao seu cumprimento.

No tocante ao tema aqui analisado, é importante citar que a Resolução Cfess 594, de 21 de janeiro de 2011, altera alguns aspectos do Código de Ética, incorporando a linguagem de gênero ao texto original, a partir da adoção das formas feminina e masculina (o/a; os/as) para designar usuários/as, trabalhadores/as, dentre outros/as, e da substituição da nomenclatura “opção sexual”, contida no Código de Ética de 1993, por “orientação sexual”, em consonância com a linguagem utilizada pelo movimento LGBT. Em seus “considerandos”, a mencionada normativa reitera

> [...] a necessidade de garantir a linguagem de gênero, incluindo nos textos do Código de Ética a menção de “ambos os gêneros”, conforme procedimento que vem sendo adotado em todos os textos e publicações do Cfess, de forma a contribuir com uma atitude de desconstrução do machismo na linguagem gramatical;
> Considerando, ainda, a supremacia da categoria dos assistentes sociais representada, nacionalmente por mais de 95% de mulheres [...]; (CFESS, 2011a, p. 01).

A mencionada resolução é exemplo de como a categoria avançou em relação ao tema, tanto no que se refere ao reconhecimento da necessidade de adotar a descrição de ambos os gêneros como forma de combater o machismo na linguagem, como no que tange ao reconhecimento de que a maior parcela da categoria é composta por mulheres.

Um dos princípios éticos que orientam o trabalho do/a assistente social, conforme o referido Código de Ética, refere-se ao “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993).

Os/as assistentes sociais, em seu trabalho profissional, devem pautar a sua atuação no reconhecimento da liberdade dos sujeitos atendidos, impulsionando ou, ao menos, não restringindo a sua autodeterminação, enquanto sujeitos ético-políticos. Tal princípio, assim como o da democracia, fundamenta os demais valores contemplados no Código, articulando-se, diretamente, com todos os outros princípios (BARROCO; TERRA, 2012). Por sua vez, o valor de natureza humano-genérica mais central do Código de Ética refere-se à emancipação, sendo que “(...) os demais princípios (valores) essenciais: a liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são simultaneamente valores e formas de viabilização da emancipação humana” (BARROCO *in* BARROCO; TERRA, 2012, p. 58).

Outros importantes pressupostos do Código são a defesa dos direitos humanos, o reconhecimento do pluralismo e a recusa do autoritarismo. Destacam-se, também, os princípios relacionados ao empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade e à participação de grupos socialmente discriminados; o exercício da profissão sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, condição física e idade.

Nesse contexto, percebe-se que o Serviço Social, por meio da direção ético-política hegemônica atualmente assumida, tem empreendido esforços no enfrentamento de suas origens conservadoras, trazendo ao debate o combate à discriminação de gênero, de raça/etnia e de orientação sexual/identidade de gênero, o que demonstra importante diferença se comparada com a direção política assumida no surgimento da profissão, em que as/os assistentes sociais adotavam posturas antifeministas. O respeito ao pluralismo, bem como a defesa intransigente dos direitos humanos e da recusa do arbítrio e do autoritarismo apontam para o novo direcionamento assumido pela profissão, em que a tutela sobre a vida dos/as usuários/as, a partir de uma perspectiva individualizante e moralista, deve ser combatida.

Dessa forma, o projeto ético-político atual é norteado pela intenção de romper com o conservadorismo, na medida em que ratifica o lugar da categoria a favor da democracia e da luta pela efetivação dos direitos humanos, dentro ainda do capitalismo. Apesar disso, também se conecta a um projeto ético-político societário, que aponta para a construção de uma nova ordem social, na qual os indivíduos poderão produzir livremente e tomar parte na produção

social da humanidade, o que poderá permitir a expansão da liberdade dos sujeitos membros do gênero humano, a partir do reconhecimento dos demais como partícipes desse mesmo ente genérico.

Outro princípio importante do Código de Ética refere-se ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com o aprimoramento intelectual, visando à competência profissional. Além de esse preceito estar prescrito no Código de Ética, na década de 1990, a demanda pela capacitação ética dos quadros profissionais emergiu de maneira urgente, uma vez que a ética não se esgota apenas na afirmação do compromisso político, mas requer a mediação de estratégias concretas, em que esse compromisso se articule às competências teórica e técnica, com vistas à garantia dos direitos sociais.

Quanto aos conselhos que representam a categoria profissional, Netto (2011) infere que a superação do conservadorismo nessas instâncias se deu tardiamente, na transição dos anos 80 para os 90. Nessa década, mais especificamente em 1993, os Conselhos Regionais e Federal deixam de se chamar Conselhos Regionais/Federal de Assistentes Sociais (Cras/Cfas), para se denominaram Conselhos Regionais/Federal de Serviço Social (Cress/Cfess), por meio da já citada Lei 8.662/1993, de Regulamentação da Profissão. Os conselhos regionais e federal têm por objetivo disciplinar, orientar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão, além de prestar assessoria técnico-consultiva às instituições públicas e privadas, em matéria de Serviço Social.

Apesar de tardia, a crítica do Cfess à sociedade capitalista e patriarcal tem se dado tanto em seus manifestos, como em algumas resoluções, que dão norte à profissão. Além da mencionada Resolução Cfess 594/2011, que inclui no Código de Ética a linguagem antissexista, o Cfess conta com outras duas resoluções relacionadas às lutas feministas, a saber, a Resolução 489/2006, que “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional” (CFESS, 2006, p 01); e a Resolução Cfess 615, de 8 de setembro de 2011, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional” (CFESS, 2011b, p. 01). (Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-e-portarias-cfess>. Acesso em: 14 set. 2014).

A primeira resolução está em consonância com a instituição da Campanha Nacional pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual *O amor fala todas as línguas: assistentes sociais na luta contra o preconceito*, aprovada no XXXIV Encontro Nacional Cfess/Cress.

Além disso, a Resolução menciona, em seus “considerandos”, a dimensão crítica apresentada pelo projeto ético-político profissional quanto ao tema dos direitos humanos, a qual refuta sua abordagem liberal-burguesa. Ademais, a resolução também reconhece a necessidade de estimular a reflexão sobre o sentido da liberdade e a necessidade histórica de os indivíduos escolherem por sua sexualidade e afetividade, além de reconhecer que os diferentes tipos e modalidades de preconceito à população LGBT corroboram para naturalizar a invisibilidade das práticas homoafetivas e de suas identidades.

No *CFESS Manifesta* publicado após a referida campanha, o Cfess informa o seguinte:

> Pensar, portanto, essa campanha no âmbito do projeto ético-político-profissional nos remete ao entendimento de que as profissões não atualizam suas agendas de forma linear, como mera evolução no tempo. Ao contrário disso, as mudanças no âmbito do Serviço Social são produto das determinações sócio-históricas e de um processo coletivo, revelado no esforço teórico-ético-político para sintonizar nossa profissão com demandas e questões que possibilitem apreender o exercício profissional antenado com um projeto de sociedade radicalmente crítico à sociabilidade do capital em seu movimento permanente de reprodução da desigualdade e de naturalização de múltiplas formas de opressão e exploração” (CFESS, 2007, p. 01).

Assim, a Campanha não só teve o objetivo de mobilizar a categoria quanto ao tema, combatendo a homofobia no âmbito do trabalho profissional com a população usuária, como demonstrou estar em sintonia com um projeto societário mais abrangente, produto do debate social estimulado nos processos coletivos de mobilização contra a homofobia e a heteronormatividade, evocando a necessidade da construção de uma sociedade em que o capitalismo seja superado. Vale ressaltar que essa Campanha levada adiante pelo Cfess foi realizada em parceria com os movimentos do Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual (Divas); Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Já a Resolução Cfess 615/2011 aponta em seus “considerandos” diversos aspectos feministas e libertários, além de trazer elementos que expõem a necessária construção de uma sociedade sem classes, como segue:

> [...] é objetivo do Cfess a construção de uma sociedade radicalmente justa e democrática sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, em consonância com o Código de Ética do (a) Assistente Social; [...] os direitos à livre orientação sexual e à livre identidade de gênero constituem direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), e que a sua proteção requer ações efetivas das entidades do Serviço Social no sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais); [...] toda pessoa tem direito ao tratamento correspondente a

> sua identidade de gênero; [...] se define identidade de gênero como a "experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos" (Princípios de Yogyakarta, 2006). [...] a presente Resolução traduz os pressupostos do Projeto Ético e Político do Serviço Social que contem a projeção de uma outra sociabilidade – "aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação." (CFESS, Código de Ética do(a) Assistente Social, 2011) (CFESS, 2011b, p. 01).

Nessa resolução, é evocado o artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe sobre a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer distinção, e em que são assegurados os direitos à liberdade, à igualdade, ao respeito e à dignidade da pessoa humana. A partir dela, as/os assistentes sociais travestis e/ou transexuais podem requerer a inscrição de seu nome social na cédula e na carteira de identidade profissional, bem como nos procedimentos e atos do conjunto Cfess/Cress.

O documento é uma das expressões mais claras de que o Serviço Social tem atentado para a luta LGBT e feminista pelo reconhecimento da identidade de gênero de homens e mulheres, independentemente de seu sexo biológico, reafirmando os princípios do Código de Ética profissional, na luta contra todas as formas de discriminação e na afirmação da diversidade humana, caminhando na contracorrente da moral conservadora.

Além dos documentos citados, foram analisados os conteúdos dos *CFESS Manifesta*, documentos políticos em que o Conselho Federal da categoria se posiciona sobre determinado assunto de interesse dos/as usuários/as dos serviços em que as/os assistentes sociais se inserem. Para tanto, realizou-se a busca dos documentos cujos títulos enunciados tratassem de temas como o combate à violência contra a mulher; combate à homofobia, lesbofobia e transfobia; combate à exploração sexual de mulheres e crianças, dentre outros temas de interesse dos movimentos feministas e de mulheres (<Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>. Acesso em: 14 set. 2014).

As pesquisas referiram-se aos manifestos publicados de agosto de 2007 a abril de 2011. A partir de maio de 2011 e até maio de 2014 (mês e ano em que este trabalho parou de contabilizar tais documentos), os *CFESS Manifesta* foram analisados por meio da publicação *CFESS Manifesta: Gestão Tempo de Luta e Resistência* (CFESS, 2014). Para a análise, foi elaborada uma problematização norteadora, a saber: Os textos apresentam uma visão feminista socialista?

Para respondê-la, a pesquisa incorreu na análise de outras duas questões: O texto analisado apresenta relação/apoio aos movimentos feministas ou LGBTs, afirmando a sua importância para a luta conjunta entre categoria profissional e sociedade? E o manifesto apresenta a articulação entre os temas classe e gênero? Após a análise textual, os manifestos foram agrupados por ano, título e ocasião (motivo pelos quais foram lançados). Os resultados estão expostos no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de *CFESS Manifesta* sobre temas feministas, por ano, nome e ocasião

Ano	2007
Título	**Ocasião**
O amor fala todas as línguas – assistente social na luta contra o preconceito	Campanha pela livre orientação e expressão sexual do CFESS
Ano	2008
Título	**Ocasião**
CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual	1ª Conferência Nacional LGBT
Em defesa da mulher	Dois anos de Lei Maria da Penha
“Por mim, por nós, pelas outras...”	Dia Internacional da não violência contra a mulher (25 de novembro de 2008)
Ano	2009
Título	**Ocasião**
Pelo fim da violência contra a mulher	Repúdio à violência sofrida por uma assistente social da cidade de Salvador, provocada por seu “companheiro”
Três anos de conquista no enfrentamento à violência contra a mulher	Três anos da Lei Maria da Penha
Visibilidade lésbica: respeito à liberdade de expressão sexual	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto de 2009)
Pela descriminalização e legalização do aborto	Dia latino-americano e caribenho de luta pela descriminalização e legalização do aborto (28 de setembro de 2009)
Uma vida sem violência é um direito das mulheres: comprometa- se, tome uma atitude, exija seus direitos	Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher (25 de novembro de 2009). Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres: de 20 de novembro a 10 de dezembro de 2009

(Continua)

Quadro 1 – Relação de *CFESS Manifesta* sobre temas feministas, por ano, nome e ocasião (Continuação)

Ano	2010
Título	**Ocasião**
Autonomia, autodeterminação e liberdade!	Centenário do Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2010)
Liberdade de orientação sexual, não à homofobia!	Dia Internacional do Orgulho LGBT (28 de junho de 2010)
O amor exige expressão e reverência coletiva	Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto de 2010)
Ano	2011
Título	**Ocasião**
Luta das Mulheres	Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2011)
A nossa luta é todo dia contra a homofobia	Dia Mundial de Luta contra a Homofobia (17 de maio de 2011)
Um basta ao tráfico de mulheres e crianças	Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças (23 de setembro de 2011)
"Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas"	Dia latino-americano e caribenho de luta pela descriminalização e legalização do aborto (28 de setembro de 2011)
Assistentes sociais lutam pela autonomia e emancipação das mulheres	3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
Assistentes sociais em defesa da diversidade humana	2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT
Ano	2012
Título	**Ocasião**
Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres	Dia Internacional do Orgulho LGBT (28 de junho de 2012)
Estão tratando ser humano como mercadoria	Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças (23 de setembro de 2012)

(Continua)

Quadro 1 – Relação de *CFESS Manifesta* sobre temas feministas, por ano, nome e ocasião (Continuação)

Ano	2013
Título	**Ocasião**
O direito à identidade trans	Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de janeiro de 2013)
Sou assistente social. Luto contra o desrespeito, defendo direitos	Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2013)
Para romper a herança da escravidão	Dia Nacional do Trabalho Doméstico (27 de abril de 2013) *
Denunciar é proteger. Sou assistente social. Eu denuncio!	Dia Nacional de Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (18 de maio de 2013)
Ano	2014
Título	**Ocasião**
Pelos direitos humanos das mulheres nos âmbitos público e privado	Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2014)
Total	**25 manifestos**

Fonte: Cfess, 2014.
Nota:
* Trata-se de manifesto realizado pelo Cfess, na ocasião da aprovação da PEC 66/2012, que culminou na Emenda Constitucional 72, de 2 de abril de 2013, a qual equalizou os direitos dos trabalhadores/as domésticos/as aos direitos dos/as demais trabalhadores/as, urbanos/as e rurais. Este tema foi contabilizado, uma vez que a regulamentação do trabalho doméstico diz respeito à normatização de direitos de uma categoria profissional composta, majoritariamente, por mulheres (de acordo com o próprio manifesto, 95% dos trabalhadores domésticos são mulheres e 61% delas são negras). Ademais, o documento faz menção ao sexismo e racismo que caracterizam as condições de trabalho das domésticas, o que está em sintonia com a crítica feminista socialista.

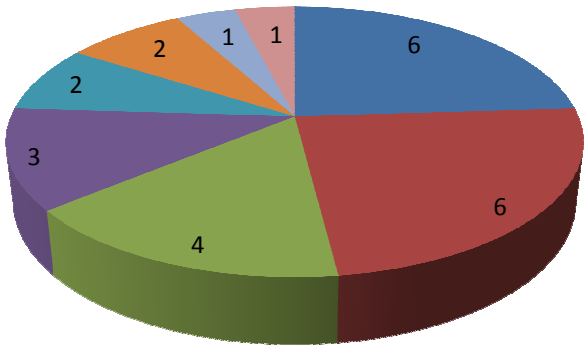
Após o levantamento inicial dos títulos e circunstâncias dos manifestos elaborados pelo Cfess, no período citado, os temas foram agrupados com vistas à análise sobre quais são os de maior incidência, conforme Tabela 1 e Gráfico 1.

Tabela 1 – Incidência de temas feministas dos *CFESS Manifesta* (2007-2014).

LGBT (geral)*	6
Combate à violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes**	6
Dia Internacional da Mulher	4
Lei Maria da Penha e Políticas para Mulheres	3
Legalização e Descriminalização do aborto	2
Visibilidade Lésbica	2
Visibilidade Trans	1
Trabalho doméstico remunerado	1
Total	**25**

Fonte: Cfess, 2014.
Notas:
* Nesse item foram contabilizados manifestos diversos relacionados ao público LGBT em geral; as questões específicas acerca da visibilidade lésbica e trans foram contabilizadas separadamente.
** Neste quesito, foram englobados temas como exploração sexual e tráfico de mulheres e crianças/adolescentes, bem como o tema do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Gráfico 1 – Incidência de temas feministas dos *CFESS Manifesta* (2007-2014).



- LGBT (geral)
- Combate à violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes
- Dia Internacional da Mulher
- Lei Maria da Penha e Políticas para Mulheres
- Legalização e Descriminalização do aborto
- Visibilidade Lésbica
- Visibilidade Trans
- Trabalho doméstico remunerado

Fonte: Cfess, 2014.

Nos manifestos analisados, datados a partir do ano de 2007, pôde-se perceber que a maioria menciona o movimento feminista. Aqueles que não fazem menção direta, apresentam de maneira clara demandas femininas que dizem respeito às bandeiras de luta do feminismo.

Alguns remetem aos movimentos LGBT e negro, sobretudo quando se referem aos dias de luta LGBT ou da visibilidade lésbica. Nos manifestos que englobam esses temas, são mencionados não apenas os movimentos feministas lésbicos, mas os marcos históricos em que as lutas contra a lesbofobia se desenvolveu. O movimento feminista socialista é mencionado em dois manifestos, de maneira clara e direta. Alguns manifestos homenageiam a Lei Maria da Penha, apesar de apontarem para os seus limites, como a ausência de investimento nas políticas relacionadas às medidas protetivas.

Em todos os manifestos, há interface entre as dimensões de classe e de gênero, seja de maneira explícita (quando são mencionadas as condições de vida das mulheres trabalhadoras, por exemplo) ou de maneira mais velada, como é o caso da menção à luta contra toda forma de exploração e opressão, com vistas à construção de uma sociedade em que a emancipação humana seja integralmente possível. Muitos manifestos citam o combate ao capitalismo patriarcal e/ou mencionam a articulação entre o capitalismo, patriarcado e o racismo, como sistemas de dominação/exploração que marcam a cultura e a sociabilidade brasileiras. Assim, muitos manifestos mencionam as condições de vida às quais as mulheres negras estão expostas, evocando a luta contra o racismo e a mercantilização do corpo da mulher negra como um dos pontos de reivindicação do próprio movimento feminista de conjunto, o que denota conhecimentos teórico e prático sobre o movimento, por parte da/o conselheira/o que redigiu o manifesto.

Nesse mesmo sentido, as péssimas condições de trabalho das trabalhadoras domésticas são analisadas no manifesto *Para Romper a Herança da Escravidão*, como produto da divisão sócio-sexual do trabalho, em que o trabalho doméstico é invisibilizado e visto historicamente como não trabalho, devido às heranças patriarcal e escravocrata, ainda tão presente neste país. Tal afirmação aponta para o fato de que a categoria tem estado em sintonia com a luta das mulheres trabalhadoras, contra a precarização das relações de trabalho.

A interconexão dos temas profissão e movimentos (feministas, de mulheres, LGBT ou negro) aparece em alguns manifestos de forma explícita, como é o caso do *CFESS Manifesta* publicado na ocasião da Campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, coordenada pela Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende) a qual o Cfess não apenas apoiou, mas, também, integrou.

> Atue individual e coletivamente na defesa da Lei Maria da Penha. Esta Lei é resultado das lutas feministas e de vários sujeitos coletivos. Não podemos permitir retrocessos no enfrentamento às formas de violência contra a mulher. O Cfess orienta-se na defesa intransigente dos direitos humanos e na luta contra todas as formas de exploração e de opressão. As militantes feministas, assistentes sociais e demais profissionais que lutam para que a perspectiva de gênero, de raça/etnia e orientação sexual sejam incorporadas em todas as políticas públicas e em seu exercício profissional, fazem a diferença na construção cotidiana da história. (CFESS, 2009, p.02).

Em muitos manifestos, o Cfess reconhece a participação das assistentes sociais em movimentos feministas e LGBTs ou negros. E, em todos eles, o Cfess elenca os princípios do Código de Ética, articulando-os com as bandeiras de luta dos movimentos citados.

Nesse sentido, o Cfess, em seus manifestos, tem reiterado a luta contra a homofobia, apoiando a aprovação do PLC (Projeto de Lei do Congresso) 122/2006, que a criminaliza, e participado de conferências concernentes aos direitos humanos da população LGBT; tem denunciado a ausência de serviços públicos de saúde que ofereçam atendimento para homens e mulheres que queiram passar pelo processo transexualizador[37], denunciando o fato de os serviços existentes contarem apenas com os procedimentos para a mudança do sexo biológico masculino para o feminino; tem apoiado, desde 2009, a descriminalização do aborto e, desde 2010, sua legalização[38], compondo, inclusive, a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; tem combatido a perspectiva de maternidade compulsória e lutado para que o direito à maternidade seja garantido de forma plena, por meio da implantação de creches, serviços de contraturno escolar, serviços de saúde, lazer etc; tem apoiado o direito à equidade salarial e de trabalho entre homens e mulheres e combatido os assédios moral e sexual, no ambiente de trabalho; tem combatido a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, que têm violado os direitos humanos, principalmente das meninas[39].

---

[37]No *CFESS Manifesta O direito à identidade Trans*!, o Conselho denuncia que há apenas quatro hospitais públicos, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás, que são credenciados e especializados, pelo SUS, para realizar cirurgia de mudança de sexo.

[38]Nesse aspecto, cabe um comentário para esclarecer a diferença entre descriminalização e legalização: descriminalizar o aborto significa tirá-lo das legislações penais, não imputando pena à mulher que interrompa a gravidez. Já a legalização diz respeito a um conjunto de medidas mais amplas, que inclui a regulamentação da política para o abortamento seguro, bem como a implantação de serviços que o realizem de maneira qualificada, humanizada e gratuita e a inclusão, no SUS, de políticas relacionadas ao planejamento familiar e aos direitos sexuais e reprodutivos femininos, para que não seja mais necessária a prática do aborto.

[39] De acordo com o *CFESS Manifesta Denunciar é Proteger. Sou Assistente Social. Eu Denuncio!*, elaborado para o Dia Nacional de Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, no ano de 2013, oito em cada dez vítimas eram meninas.

No tocante à violência doméstica, o Cfess tem destacado as dimensões política e pública desse tema, participando de discussões para ampliar as iniciativas de proteção às mulheres e pela punição aos agressores.

Assim, pode-se responder afirmativamente à problematização que guiou a análise sobre o conteúdo dos *CFESS Manifesta*: o Cfess têm se posicionado de forma feminista e classista ante as principais demandas das/os usuárias/os. Apesar de a categoria profissional ter evoluído sobremaneira quanto aos assuntos mulher, feminismo, aborto, população LGBT, etc., a conjuntura em que se dá o trabalho profissional, a partir dos anos 90, é impactada negativamente pela implantação do modelo neoliberal no Brasil e pela precarização do trabalho dela decorrente.

Como observado no primeiro capítulo, tal modelo representa uma resposta da burguesia à crise do capitalismo, na década de 1970. No Brasil, foi implantado com vigor a partir do final dos anos 80, início dos 90, com os Presidentes da República Sarney e Collor de Mello, consolidando-se com Fernando Henrique Cardoso e aprofundando-se com Luiz Inácio Lula da Silva. A programática neoliberal altera sobremaneira a relação entre Estado e sociedade, na medida em que transfere para o mercado os mecanismos de reprodução social direcionado aos segmentos da população com maior poder aquisitivo.

Ao mesmo tempo, o que se vê na relação entre Estado e sociedade, no contexto da implantação do neoliberalismo e da decorrente subordinação desse Estado aos interesses econômicos e políticos dominantes, é a redução da ação estatal no investimento público, com vistas ao atendimento dos interesses capitalistas, mediante a restrição dos gastos sociais, em nome de uma pretensa crise fiscal do Estado, fato que culmina em amplo processo de privatização da coisa pública (IAMAMOTO, 2012).

Desta forma, o Estado vale-se de parcerias com organizações sociais ou de exíguos investimentos nas políticas sociais estruturantes, conforme o preconizado pela Reforma do Estado, destinando aos segmentos pauperizados da classe trabalhadora serviços públicos precários (ABRAMIDES; CABRAL, 2009).

Para Raichelis (2011), as formas de precarização do trabalho e do emprego assumem novas configurações, nesse contexto, apesar de a precarização do trabalho no Brasil ser um fenômeno que remonta aos primórdios do capitalismo urbano-industrial. As transformações no mundo do trabalho, decorrentes da retração e/ou da erosão do trabalho regulamentado e contratado, bem como os ataques aos direitos trabalhistas e sociais, ampliam a relação entre trabalho e adoecimento, refletindo aspectos negativos nas saúdes física e mental dos/as trabalhadores/as.

Essa dinâmica de flexibilização e precarização também causa impactos no trabalho dos/as assistentes sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem. A sua condição de assalariado faz com que estejam submetidos às mesmas inflexões da precarização do trabalho que acometem os/as trabalhadores/as de conjunto: insegurança no emprego, precárias formas de contratação, rebaixamento dos salários, intensificação do ritmo e conteúdo do trabalho, cobrança pelo aumento da produtividade e por resultados imediatos, etc. Nesse sentido, de acordo com a autora:

> Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social (RAICHELIS, 2011, p.423).

Esse cenário aponta para a tensão existente entre o projeto ético-político dos/as assistentes sociais e seu estatuto assalariado, o que rebate diretamente na autonomia relativa dos assistentes sociais, legitimada pelo aparato organizativo e legal que dá ao Serviço Social o caráter de profissão “liberal”, conforme a legislação pertinente. Tal autonomia é determinada pelas lutas hegemônicas contidas na sociedade, permeadas pelos interesses de classes e de grupos sociais, as quais alargam ou retraem as bases sociais que norteiam o trabalho do assistente social com a população.

O Serviço Social também tem sido duramente atingido no projeto de formação profissional, ante a precarização dos cursos universitários e a proliferação do ensino a distância, o que tem rebatimento direto na materialização do projeto ético-político da profissão. De acordo com Behring e Ramos (2009), a incidência do projeto neoliberal sobre a formação profissional dos/as assistentes sociais, no âmbito da universidade, está relacionada à exigência estrutural das políticas sociais, as quais requisitam profissionais que levem adiante um tipo de trabalho tecnocrático, limitado ao preenchimento de cadastros e atendimento de metas quantitativas, em detrimento do atendimento de qualidade a ser prestado às/aos usuárias/os.

Com certeza, o projeto neoliberal tem encontrado a profissão mais organizada em torno de suas demandas. De acordo com Boschetti (2009), a organização política das entidades da categoria, a saber, do conjunto Cfess/Cress, com a Abepss e Enesso, possibilita uma mediação fundamental para que seja estabelecida a relação entre o projeto profissional e

um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade. Outra mediação fundamental para o estabelecimento dessa relação é o próprio trabalho profissional, que desenvolve e formula projetos para viabilizar o acesso aos direitos; tenciona o fundo público; luta pela democratização da política, contrapondo-se às regras institucionais autoritárias e burocratizadas. No âmago dessa questão, cresce ainda a necessidade, de acordo com Abramides e Cabral (2009), de incentivar os/as profissionais a se inserirem nas lutas sociais, contra as reformas privatistas e neoliberais na educação, nas políticas de trabalho e sindicais, com vistas, ainda, a combater qualquer forma de violação aos direitos humanos.

Nesse sentido, o próximo capítulo analisa de que forma o ideário feminista socialista têm contribuído para a execução do trabalho profissional com a população, por parte das assistentes sociais feministas socialistas, que empreendem militância em coletivos com esse recorte.

CAPÍTULO III
PESQUISA *IN LOCO* COM ASSISTENTES SOCIAIS FEMINISTAS SOCIALISTAS: PERCURSO, PROCESSUALIDADE E ANÁLISE

Neste capítulo, são apresentados o percurso da pesquisa, onde será citado o motivo pelo qual houve o interesse da autora pelo tema; a processualidade da pesquisa de campo, onde serão observadas as problemáticas levantadas, bem como a hipótese e os critérios para a análise das assertivas das assistentes sociais entrevistadas; e a análise do conteúdo das afirmações trazidas pelas assistentes sociais nas entrevistas, com vistas a caracterizá-las e a avaliar qual a interferência do ideário feminista socialista para o trabalho profissional das assistentes sociais militantes de movimentos com esse recorte.

3.1 Percurso da pesquisa: interesse pelo tema na graduação, na militância e no exercício profissional

A autora do presente trabalho passou a se interessar pelas questões de gênero a partir do sexto semestre da graduação, quando, com um grupo de estudos, formulou uma pesquisa sobre a violência contra a mulher, apresentada para a disciplina de Oficina em Serviço Social, a qual era ministrada articuladamente com a disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social.

Após este primeiro trabalho, a autora teve a oportunidade de conhecer o Grupo de Mulheres e Diversidade Sexual Pão e Rosas[40], por meio de algumas estudantes da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (Fapss/SCS), que levaram as militantes desse coletivo para uma apresentação sobre o Centenário do Dia Internacional da Mulher. Esta pesquisadora interessou-se pelo referido Grupo, nele inserindo-se posteriormente; a aproximação com esse coletivo ocorreu a partir de seu núcleo no ABC, composto por

[40]O Grupo de Mulheres e Diversidade Sexual Pão e Rosas é vinculado à Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), uma organização impulsionada pela Fracción Trotskista Cuarta Internacional (Fração Trotskista Quarta Internacional), entidade internacional de luta revolucionária dos trabalhadores, signatária dos preceitos de Leon Trótski. O Pão e Rosas tem como estratégia de luta a denúncia do patriarcado no contexto capitalista e a defesa das mulheres trabalhadoras, englobando aquelas que pertencem aos segmentos mais explorados, como as funcionárias terceirizadas e temporárias, abarcando, ainda, em seus debates a questão das mulheres negras e da discriminação à população LGBT, sempre na perspectiva socialista.

estudantes da Faculdade de Filosofia e Letras (Fafil), pertencente à Fundação Santo André (FSA), universidade privada, mas fundada pela Prefeitura do Município de Santo André.

Por meio dessa participação, a pesquisadora teve condições de formular, no quarto ano de faculdade, boa parte da concepção política implícita (e explícita) em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo título foi *O Papel do Assistente Social em Ações Socioeducativas para Mulheres Vitimizadas*.

A pesquisadora permaneceu nesse coletivo por um ano, saindo, posteriormente, para o Movimento Mulheres em Luta (MML), vinculado à CSP-Conlutas[41], do qual se desligou recentemente. Esse coletivo é composto por várias militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), bem como por outras correntes de esquerda.

Enquanto isso, a autora realizou o curso de Promotoras Legais Populares (PLPs), organizado pela União de Mulheres de São Paulo e pelo Coletivo Dandara, composto por estudantes de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Além disso, passou a trabalhar como assistente social, a partir do mês de outubro de 2011, dez meses após sua formatura. A primeira instituição que a empregou foi o Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami), onde atuou por três meses, na cidade de São Bernardo do Campo/SP, atendendo crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (psicológica, física, sexual, etc.) e seus pais e mães, os/as quais, algumas vezes, eram os atores que perpetravam as violências citadas.

Após esse período, a autora trabalhou como assistente social em um Pronto-Socorro, também na cidade de São Bernardo do Campo; depois de um mês nesse emprego, foi convocada para trabalhar no Ministério Público do Estado de São Paulo, após ter passado em concurso público. Atualmente, a pesquisadora exerce cargo de Analista de Promotoria I – Assistente Social, no Ministério Público do Estado de São Paulo, onde compõe, com outros/as assistentes sociais e psicólogos/as, o Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (NAT).

A denominação do cargo desempenhado, conforme registros quando da admissão e na carteira funcional, demonstra a natureza do trabalho da pesquisadora nesse espaço sócio-ocupacional: como assistente social, realiza visitas (domiciliares e institucionais) e estudos sociais (de casos individuais e institucionais), com psicólogos/as e outros/as assistentes sociais, com vistas à elaboração de pareceres técnicos, separados quanto às especificidades de

[41] Central sindical oriunda do Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) de 2010, originária da cisão entre as Centrais Intersindicais e a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Porém, a fração da Intersindical que se uniu à Conlutas passou a ser denominada Central Sindical e Popular (CSP), enquanto outra fração da Intersindical, que não se uniu a essa fusão, permaneceu com o velho nome.

ambas as profissões, como resposta às solicitações de promotores/as de justiça do Ministério Público Estadual.

O interesse por esse tema partiu do fato de o feminismo socialista acompanhar, de alguma forma, a intervenção profissional da autora deste trabalho, por meio da concepção de mundo que caracteriza o ideário transmitido por movimentos dessa natureza. Em 2012, a equipe técnica do NAT, da subárea de Direitos Humanos, fez visitas institucionais aos Centros de Acolhida, voltados à população de rua adulta, da cidade de São Paulo. Assim, pôde-se perceber que algumas instituições demonstraram, a partir da fala de gerentes e técnicos (assistentes sociais ou psicólogos/as), a inobservância das especificidades do público feminino[42] em seu trabalho cotidiano, o que corrobora para a violação de alguns de seus direitos[43]. Isso fez a pesquisadora pensar sobre quais os limites e as possibilidades para que as/os assistentes sociais pudessem desenvolver, em seu cotidiano profissional permeado por péssimas condições de trabalho, baixos salários e insuficiente articulação entre as políticas intersetoriais, atividades com o público feminino, visando à contestação de sua subalternização nas vias públicas, na família, no mundo, etc.

Assim, esta pesquisa teve o objetivo de analisar se o feminismo socialista interfere no trabalho cotidiano das assistentes sociais que militam em movimentos dessa natureza. Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos: compreender se a militância nesses espaços contribui para a educação permanente de tais assistentes sociais; apreender as lacunas na formação profissional acadêmica, quanto ao trato desse tema; entender se as assistentes sociais feministas têm colocado em prática, no seu trabalho profissional com a população usuária dos serviços em que atuam, os elementos libertários presentes no ideário feminista socialista, ante o contexto institucional em que se apresenta o seu espaço sócio-ocupacional; analisar quais os avanços do debate sobre gênero e classe, no curso da profissão, após a renovação do Serviço Social, e como as assistentes sociais entrevistadas veem esse processo.

---

[42]De acordo com as análises elaboradas pela equipe técnica do NAT do Ministério Público do Estado de São Paulo, após as visitas realizadas aos Centros de Acolhida e às Tendas (Espaços de Convivência para Adultos em Situação de Rua), pôde-se perceber que as mulheres em situação de rua estão expostas de maneira ainda mais cruel ao machismo, ao racismo e à lesbofobia.

[43]Em alguns serviços, não era realizado trabalho socioeducativo para que as mulheres pudessem refletir sobre as relações desiguais de gênero e de classe em que se inserem. Além disso, o desconhecimento, por parte de alguns serviços destinados à população de rua, do atendimento prestado pelos Centros de Referência da Mulher dá conta de que, mesmo tendo sofrido violências que as levaram à situação de rua, as mulheres atendidas não eram alvo de trabalho técnico conjunto, que pudesse fortalecê-las em sua luta contra o machismo e suas péssimas condições de vida.

3.2 Processualidade da pesquisa de campo

Para a realização da pesquisa, uma hipótese e uma problematização, além dos objetivos geral e específicos, nortearam as perguntas elaboradas para as entrevistas. A hipótese refere-se à afirmação de que a militância política nos movimentos feministas socialistas contribui para o trabalho profissional das/os assistentes sociais com a população atendida, ante a insuficiência da perspectiva feminista socialista no âmbito da formação profissional acadêmica.

Já a problematização refere-se à seguinte questão: A militância no movimento feminista de caráter socialista, empreendida por assistentes sociais, é importante para sua formação profissional contínua e, até mesmo, para a construção de um trabalho profissional articulado à luta dos segmentos oprimidos e da classe trabalhadora, no contexto do projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo?

Além disso, foram formulados alguns critérios de seleção para a aplicação da pesquisa de campo, quais sejam: as entrevistadas deveriam ser assistentes sociais, integrantes de movimentos feministas socialistas, vinculados ou não a partidos políticos e a centrais sindicais; e, quanto à inserção no mercado de trabalho, essas profissionais deveriam estar trabalhando, em qualquer espaço sócio-ocupacional, ou ter trabalhado (situação de desemprego/promoção para outro cargo) como assistentes sociais.

Assim, foram selecionadas três assistentes sociais, militantes de movimentos feministas socialistas, que concederam entrevistas pessoalmente à pesquisadora. As questões, anexas ao final deste trabalho, dizem respeito ao seu histórico profissional e de militância, bem como à interferência do feminismo em seu trabalho profissional. As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por todas as participantes; antes de sua realização, o projeto de pesquisa denominado Assistentes Sociais e o Feminismo Socialista: que *práxis* é essa?, que deu origem à pesquisa desenvolvida, foi submetido à Plataforma Brasil e, por sua vez, ao Comitê de Ética da PUC-SP.

As entrevistas foram realizadas em locais que respeitavam o sigilo ético da pesquisa, e apenas uma delas ocorreu em ambiente público, mas sem a interferência de terceiros. As participantes foram entrevistadas entre os meses de junho e agosto de 2014. Após a gravação, as entrevistas foram transcritas, com vistas a orientar a análise de conteúdo das respostas oferecidas pelas assistentes sociais feministas socialistas.

Depois da transcrição, foram destacadas algumas categorias de análise, a saber: locais onde trabalhou; histórico de militância; desafios atuais no trabalho profissional (ligados aos limites institucionais e/ou aos obstáculos impostos pela conjuntura, na qual as políticas públicas são elaboradas e executadas); formação acadêmica profissional e formação acadêmica posterior; contribuição do feminismo socialista para a execução do trabalho com os/as usuários/as e como esse ideário diferencia o trabalho das assistentes sociais feministas socialistas, quando comparado ao trabalho dos/as demais assistentes sociais, que não militam em movimentos dessa natureza; combate ao machismo no local de trabalho; percepção quanto à relação da categoria com os movimentos sociais e quanto aos desafios e possibilidades da categoria profissional no contexto atual; e contribuição do feminismo para o projeto ético-político da profissão.

A análise está dividida em duas partes: a primeira refere-se à caracterização das militantes e, a segunda, à análise das categorias antes apresentadas, com vistas à avaliação qualitativa do conteúdo das assertivas das profissionais.

3.3 Análise das entrevistas

3.3.1 Caracterização das participantes

Como exposto, este seguimento da pesquisa se atém à caracterização das participantes. Para manter o sigilo ético na pesquisa, as participantes serão denominadas como Participante A, Participante B e Participante C, ainda que não tenham apresentado ressalvas quanto à utilização de seus nomes.

Assim, são analisados os quesitos que se referem a:

- Ano de formação, unidade de ensino superior em que se formou;
- Experiência profissional;
- Se está trabalhando como assistente social no momento. Onde o espaço sócio-ocupacional em que trabalha está situado. Quais as atividades realizadas;

- Se percebe alguma dificuldade na execução do trabalho profissional, partindo da conjuntura de implantação agudizada do neoliberalismo (focalização das políticas, sucateamento dos serviços, privatizações e terceirizações, etc.);
- Histórico de militância;
- Se possui atividade acadêmica, para além apenas da graduação (projeto de iniciação científica, extensão universitária, pós-graduação *lato* e/ou *stricto sensu*);
- Se a resposta para o indicativo anterior for positiva, relacionar os temas abordados em tais atividades;
- Como conheceu o movimento feminista socialista do qual faz parte;
- Quais as atividades realizadas nos espaços de militância (saber se já exerceu liderança, se já compôs a direção/executiva de centrais populares do movimento feminista socialista; se já escreveu para *blogs*/jornais/revistas; se já participou de livros organizados coletivamente);
- Se já realizou militância em entidades representativas da categoria (Enesso, Cfess/Cress, Abepss);
- Se militou em organismos da luta da classe trabalhadora (sindicatos, partidos, frentes/oposições sindicais, outros movimentos mistos contra as opressões, etc.).

Dessa forma, seguem algumas considerações das assistentes sociais às perguntas feitas pela pesquisadora.

A Participante A formou-se em Serviço Social em 2010, pela PUC-SP. Trabalhou como assistente social em um Centro de Acolhida misto para a população em situação de rua adulta, em São Paulo, administrado pela Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste (Apoio); em um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) e em um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica), na cidade de Poá/SP; ambos administrados pela Aldeias Infantis SOS Brasil. Atualmente, é coordenadora do Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem (Recifran), também com população de rua, na cidade de São Paulo/SP, desde novembro de 2013. A iniciativa é administrada pelo Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras). De acordo com ela:

> *O Recifran está na tipificação como um serviço de inserção social e produtiva e trabalha com a ideia de formação em educação ambiental e cooperativismo social e economia solidária. Daí ensina a população de rua a trabalhar, desenvolver uma renda através dos materiais recicláveis; como triar, como vender, [...] para que tenham uma primeira porta de entrada no mercado de trabalho de novo. Porque ninguém dá um emprego para quem está em situação de rua* (Participante A).

Por meio da reciclagem, os “participantes” do serviço, como ela mesma os denomina, auferem experiência profissional no ramo, para inserir-se, posteriormente, em cooperativas de reciclagem.

> *Em geral, depois, eles são inseridos em cooperativas e o Recifran acaba sendo uma referência melhor de endereço ou de experiência de trabalho do que os próprios Centros de Acolhida* (Participante A).

No que tange às suas atribuições profissionais, enquanto trabalhava como assistente social nas diversas instituições nas quais atuou, a Participante A informa o seguinte:

> *[...] com população de rua, as demandas são bem mais imediatas. Era Abordagem e encaminhamento... abordagem e encaminhamento. O processo de acompanhamento se dava, em alguns casos, quando eram de portadores de (transtornos em) saúde mental, ou então idosos. É que detinham menor autonomia e acabavam permanecendo tempo maior no serviço, o que possibilitava um desenvolvimento da questão. No acolhimento, era bem diferente, porque a Aldeias Infantis tem uma ideia diferente do que é feito no exercício dos assistentes sociais. Então, o assistente social não tem relação imediata com as crianças. Se evita um pouco essa relação imediata, a não ser quando são casos de processo de emancipação ou adolescentes em conflito com a lei. No mais, tentam desenvolver um ambiente muito familiar para as crianças. E o assistente social acaba sendo uma figura mais institucional. Eu fazia raros atendimentos com as crianças. Em geral, os atendimentos só com os adolescentes em conflito com a lei ou então que estavam em processo de internação terapêutica. Coisas do tipo, ou em emancipação e especialmente focado com as famílias. Todo o desenvolvimento do trabalho era feito com as famílias e muito processual, com a Vara da Infância e a rede. É bastante diferente. E no Centro Social também. As Aldeias preservam a relação com as crianças. Assistente social era mais para a comunidade, para a articulação de rede e atendimento das famílias* (Participante A).

Mais especificamente em relação ao seu trabalho no CCA, informa que suas atribuições estão bastante focadas na constituição de articulações entre a rede de serviços, com as crianças e os adolescentes e suas famílias:

> *[...] Articulação da rede. Tentar o atendimento integral da família, da criança. Tanto o acolhimento, quanto o CCA era do mesmo cargo de assistente social; eu acumulava. Eu desenvolvia [...] épocas eu ficava mais presente no Centro Social, épocas ficava mais presente no acolhimento* (Participante A).

No que tange à militância, a Participante A começou a tomar parte nas lutas sociais desde a adolescência. Ela conta o seguinte:

> *Comecei a militar com 14 anos. Desde os 14 anos. Uma moça estava chamando pessoas para comporem um grêmio estudantil da escola e ela era uma militante do PT. Ela já era do Ensino Médio, já estava no 2º, 3º ano. E, aí, passou na minha sala e eu era filha da zeladora. Como eu reclamava já a muito tempo das coisas que faziam na escola, levantei a mão e entrei. E aí, como sempre fui muito "caxias" com as coisas, sempre acreditei que eu tinha que levar as coisas em que acreditava até o fim. Então, a parte de organização política começou por aí. Que se tinha algo a mais a se entender daquilo através de um plano político, então, eu tinha que entender aquele negócio. Entrei no PT com 14 anos. Saí do PT com 17, após a eleição do Lula. Eu já tinha uma avaliação bem negativa do processo, da organização interna do próprio partido. Fiquei afastada de organização partido por um bom tempo, mas, ainda no magistério, peguei uma parte da reforma do ensino, que fechou o magistério. Todo mundo tinha que ter Nível Superior para ser professor. E a gente ainda fazendo o diploma do magistério. Então, fiz a organização com o sindicato da Apeoesp [Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo] junto. Tinha uma aproximação, articulação bem bacana. Centro Acadêmico no Serviço Social da PUC, gestão do Centro Acadêmico. Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Toda essa articulação e Partido Comunista Brasileiro* (Participante A).

A Participante A milita no Coletivo de Mulheres Ana Montenegro desde 2009, conhecendo-o por meio do partido e de uma militante histórica, que compõe o grupo.

> *[...] é um coletivo feminista classista, o Ana Montenegro. E o coletivo é uma das frentes de massa do partido. Eu não comecei pelo coletivo para depois ir para o partido. Muitas pessoas começam pelas frentes de massa para fazer uma aproximação com as ideias do comunismo. Comecei pelo partido, uma aproximação direta com o partido e aí o coletivo foi uma necessidade política de organização frente a poucas mulheres dentro do partido no período em que entrei, a pouca articulação nas questões de gênero. São Paulo tava passando por um cenário muito nesse sentido. E aí, uma das tarefas era reorganizar o coletivo em São Paulo. O coletivo é muito grande, no país todo. Tem articulações em diversos Estados, principalmente na Bahia. Mas em São Paulo, pela perda de alguma militância, ficou parado um tempo. A tarefa era reorganizá-lo. E faço parte tanto do coletivo, quanto da União da Juventude Comunista* (Participante A).

Dessa forma, a Participante A, integra, atualmente, tanto o Coletivo Ana Montenegro e a União da Juventude Comunista (UJC), os quais são frentes de massas do Partido Comunista Brasileiro, como o próprio partido citado. Quanto às atividades realizadas pelo Coletivo Ana Montenegro, a Participante A afirma:

> *Realiza, depende da onde estamos. Então, por exemplo, em São Paulo, realizamos muita articulação com ocupações de moradia. Algumas inserções em movimento periférico, que a articulação é de bairro. Realizamos algumas palestras muito mais de impacto, e procuramos sempre bater nos temas que as feministas clássicas não pegam. Então, tráfico de mulheres, muito relacionado à questão da Copa. Pegamos, recentemente, também a prostituição e a atuação política das prostitutas. Porque teve a questão da legalização do Jean[44]. Pegamos muito debate sobre aborto, que é*

[44] O PL 4.211/2012, de autoria do deputado federal Jean Wyllys (Psol), que pretende regulamentar a atividade dos profissionais do sexo, tem sido combatido por alguns grupos feministas socialistas. De acordo com artigo do Movimento Mulheres em Luta, o projeto de lei, ao regulamentar a exploração sexual como "I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro; II- o não pagamento pelo serviço

> *uma bandeira clássica. Que mais? Pegamos a discussão sobre o amor, bastante porque tem um rechaço de discutir o amor e as formas de amor e a manutenção da relação monogâmica, do amor monogâmico, do padrão da sociedade romântica, que mata tantas mulheres. Pegamos umas discussões assim de arrepiar os cabelos. O pessoal lá do partido fica enlouquecido (risos). [...] Mas, depende muito de onde estamos atuando. E cada militante do coletivo vai tendo uma característica muito peculiar. Algumas militantes atuam muito de frente com os movimentos LGBT. Algumas militantes têm inserção mais rural ou mais universitária. Ou, então, mais dos movimentos populares mesmo. Então, vamos integrando onde é possível e assim, na nossa atuação a gente sempre se coloca como uma militante comunista. É independente da onde a gente esteja, a gente também carrega conosco as bandeiras do feminismo classista. E saímos batendo nessas bandeiras onde a gente vai, seja numa frente de juventude, seja numa frente do próprio partido. Sempre procuramos levar essa como uma chancela importante na atuação e na organização política da classe* (Participante A).

Quanto à militância na UJC, a Participante A menciona:

> *Temos três bandeiras fundamentais, que é a Articulação dos Jovens Trabalhadores; a Organização de Base dos Estudantes; e a Mobilização de Cultura da Juventude. Saímos agitando algumas questões nesse sentido. Por exemplo, uma das bandeiras que puxamos é pela universidade popular, no seio estudantil. Porque achamos que é uma forma de mediação com o contexto atual da universidade. Que dialogamos. Sobre os jovens trabalhadores, que a maior parte dos jovens é essa massa, assim, nebulosa por pelo menos uns dez anos de sua vida, quando ele não tem um mercado de trabalho formal, estável, para que consiga se estruturar e passa por diversas formas de exploração. E aí, telemarketing é um ramo absurdo de jovens. E um desgaste tremendo e vamos dialogando com eles. Vamos dialogando onde está essa massa muito pulverizada. E nas frentes de cultura, que vamos discutindo com questões mais de cultura periférica mesmo. E aí, alguns jovens, por exemplo, que têm talento para algumas ações culturais e tudo o mais e não conseguem empreender essas ações em outros lugares; então, nos juntamos a todo mundo e vamos tocar o rolê. Por assim dizer. Fizemos, recentemente, um seminário de cultura em Pernambuco, foi bem bacana* (Participante A).

A Participante A tem se destacado em posições de liderança no Partido e no Ana: tem sido secretaria de juventude do PCB; é membro da coordenação estadual do PCB, da UJC e do Ana; também é membro da coordenação nacional do Ana Montenegro. Não chegou a escrever individualmente produções intelectuais nesses espaços de militância, mas inseriu-se em produções coletivas.

---

sexual contratado; III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência" (BRASIL, Projeto de lei 4.211/2012, Lei Gabriela Leite. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposiçõesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6B36ABE9BB3888A92006C4B8DAC8C951.proposicoesWeb2?codteor=1012829&filename=Tramitacao-PL+4211/2012>. Acesso em: 13 dez. 2014), torna legítima a prática do cafetão (alguém que aufira até 50% dos rendimentos oriundos da prática do/a profissional do sexo) e a casa de prostituição, conforme o Parágrafo Único do Art.3 do citado PL. Assim, para esse movimento, se aprovada, tal PL apenas aumentaria a expansão da indústria do sexo e do tráfico de mulheres, ao passo que acaba por legitimar e regulamentar a exploração sexual, ao invés de "desmarginalizar" as mulheres que se prostituem. Os demais argumentos a esse respeito podem ser encontrados no *site* do Movimento Mulheres em Luta (Disponível em: <http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2013/03/em-defesa-das-prostitutas-contra.html?q=jean> Acesso em 13 dez 2014.).

Nas instâncias organizativas da categoria, a Participante A já compôs a representação da Enesso e do Centro Acadêmico de Serviço Social da PUC-SP. Apesar de não participar das atividades da Abepss, recentemente, tem se aproximado das atividades do Cress, como segue:

> *Tenho acompanhado recentemente uma ou outra discussão mais de perto, mas ainda muito cautelosamente, para não assumir mais coisas do que aguento carregar* (Participante A).

No que tange à incidência em sindicatos, além de ter se articulado à Apeoesp, quando fazia magistério, a Participante A informa o seguinte, sobre quando trabalhava no IBGE, como temporária:

> *[...] no IBGE, eu me filiei ao Sindicato. Agora, como era pesquisadora temporária, eu ficaria dois anos no Centro de Pesquisa; é muito difícil chegar a algum lugar no sindicato, nesse sentido. Eu chegava numa fala mais de empoderar a questão, de validar uma posição mais politizada frente aos pesquisadores, que estavam ali temporariamente e que passariam pelos danos daquilo temporariamente e nunca relatariam ao sindicato. Então, eu tomei parte disso.* [...] (Participante A).

Apesar de não ter militado na direção ou na estrutura de outros sindicatos, a Participante A menciona que apoiou alguns sindicatos em articulações e processos eleitorais (como quando ajudou na eleição da Associação dos Professores da PUC-SP - Apropuc), criticando o sindicato que engloba a categoria dos/as assistentes sociais no ramo dos serviços conveniados da assistência social, do qual não recorda a denominação:

> *[...] Depois disso, sempre atuei trabalhando para os sindicatos. Por exemplo, trabalhei em alguns processos de eleição. Em algumas articulações. Em algumas ações conjuntas, mas nunca militei na direção ou na estrutura de um sindicato. Até mesmo porque o sindicato que hoje incorpora a categoria profissional, no âmbito da assistência, é bizarro. Então, ele incorpora, sem a menor segregação, desde empresas de limpeza a organizações sociais. Então, você não tem atuação de luta na área* (Participante A).

Com isso, a Participante A, inclusive, desabafa, dizendo que a categoria precisa encontrar mais espaços de militância trabalhista, com vistas a superar a sua inserção restrita ao Cress, o qual apresenta natureza bastante diversa daquela encontrada nos sindicatos, por ser um conselho profissional e não um espaço para colocar reivindicações relacionadas às lutas trabalhistas.

> *Eu tive pela Aldeias a oportunidade de estar nele [no sindicato antes citado] e agora, pela associação franciscana, por exemplo, o sindicato que a organização é filiada é o das instituições religiosas. Tampouco vai ter alguma luta nesse sentido. Os assistentes sociais não conseguiram achar um conjunto de articulação, que mais nos unifique do que o próprio conselho* (Participante A).

No que se refere à formação acadêmica para além da graduação, a Participante A menciona dificuldade concreta relacionada à sua condição de mulher na sociedade capitalista e patriarcal, pois não conta com políticas públicas suficientes para que seu filho possa estudar ou conviver com outras crianças, sem sua presença:

> *Então, antes de pensar nas extensões que eu podia fazer. Fui mãe solteira. Eu sou mãe solteira desde os 19 anos. Comecei a faculdade quando meu filho tinha 8 meses. Todo esse processo de movimento estudantil e organização foi com ele. [...]* (Participante A).

A participante A encontra, ainda, diversas dificuldades em se inserir no ambiente da pesquisa científica, relacionadas à sua condição de trabalhadora e mãe:

> *[...] Tentei ingressar duas vezes com um projeto de iniciação científica, mas eu tinha dificuldade muito grande com as informações, com o fluxo de tempo que era tido aqui (na PUC). Não conseguia segurar a rotina de trabalho para deixar ele e ao mesmo tempo pegar os prazos da própria universidade para embarcar. Aí, tenho dois projetos de iniciação científica na gaveta [...]* (Participante A).

Pretendendo fazer o mestrado em uma universidade pública, a Participante A enfrentou resistência política dos professores da banca no processo seletivo para admissão, o que fez com que seu projeto de pesquisa fosse recusado. Tal resistência teria sido provocada pelo conservadorismo que cerceava, naquele contexto, o debate sobre a universidade popular na universidade pública:

> *Comecei a namorar de fazer o mestrado. Entrei no processo seletivo por duas vezes. A primeira vez, entrei mais empolgada, acreditando no mundo; a banca não me aprovou, fazendo uma análise de que o projeto não condizia com a realidade da universidade. Porque o meu projeto discutiu universidade popular... e a universidade era pública e, portanto, não precisava discutir universidade popular... foi o argumento deles. [...] Prestei na Unifesp [Universidade Federal de São Paulo]. [...] Mas também era um rechaço, porque eles tinham acabado de ter uma greve e uma das bandeiras dos estudantes era "universidade popular". [...] E aí, na segunda vez, quando voltei de Cuba, prestei a prova novamente, mas já estava meio desmotivada. Não consegui passar na prova* (Participante A).

Os dois processos seletivos prestados pela Participante A foram no programa de Ciências Sociais da Unifesp. Ela conta que não o fez para a pós-graduação em Serviço Social por motivos financeiros e também pelas dificuldades relacionadas ao cuidado com o filho:

> *[...] Em Serviço Social, eu não, primeiro que não conhecia os programas de mestrado das universidades públicas [...] a Unesp [Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho] é muito distante para mim. Teria que me mobilizar com meu filho e não é um dos planos* (Participante A).

Os dois projetos de pesquisa para mestrado referem-se à questão da universidade popular, o que está diretamente ligado com o fato de a Participante A ter feito o magistério e de sempre se preocupar com os desdobramentos das expressões da questão social na vida dos/as trabalhadores/as. Sobre isso, conta:

> *Pelo fato de ter feito magistério, sempre tive um pé lá, na questão da educação, e o outro pé no social. Quando eu fazia magistério, fazia estágio nas escolas que ficavam na região da Lapa, eu pegava muita criança que trabalhava. E, aí, as professoras botam eles para fora, porque, dentro da sala, são essas crianças mais danadas do mundo. Mas ninguém olhava para eles, se estavam trabalhando, o que fizeram fora da escola, se comeram, se vestiram, tal. As crianças chegavam terríveis assim. E, para mim, elas me interessavam [...] Essa questão da formação sempre foi muito interessante* (Participante A).

A Participante A publicou artigo, com base em seu TCC, cujo tema é o ensino a distância e seus rebatimentos na formação profissional.

A Participante B também milita e constrói os três espaços de militância dos quais a Participante A faz parte: o Partido Comunista Brasileiro, a União da Juventude Comunista e o Coletivo Ana Montenegro. Também faz parte de outros espaços de luta, apontados a seguir. Mas, antes, faz-se importante informar, por ordem de temas aqui expostos, o seu ano de formação, qual a Instituição de Ensino Superior em que se formou e sua experiência profissional.

A Participante B formou-se em 2011, na Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo). Fez estágio, durante dois anos, na Prefeitura do Município de São Paulo, mais precisamente na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), sendo um ano no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e um ano no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Formada, trabalhou por três meses em um Serviço de Assistência Social às Famílias (Sasf)[45], já como assistente social; depois, passou a atuar como assistente social da Casa Viviane dos Santos, onde atende mulheres vítimas de violência, desde maio de 2012.

No que tange às atribuições da assistente social e da equipe do Sasf, seu primeiro emprego, a Participante B informa o seguinte:

---

[45] O Sasf é um serviço terceirizado da assistência social, que realiza visitas domiciliares às famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda, no âmbito da assistência social. O Sasf não consta na *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS 109/2009), mas apenas na tipificação própria do Município de São Paulo, a saber, *Tipificação Municipal dos Serviços Socioassistenciais*, Portaria 46/2010. É, portanto, um serviço "inventado" dentro da Smads para realizar o atendimento que é de competência do Programa de Atenção Integral à Família (Paif), de operacionalização do CRAS, e que só existe porque a política de assistência social de São Paulo não consegue oferecer, dentro da administração direta, os serviços planejados pela Política Nacional de Assistência Social, devido à ausência de profissionais nos quadros dos serviços públicos estatais da proteção social básica e da proteção social especial de média/alta complexidades.

> *Quando acompanhamos as famílias, identificamos as demandas. E fazemos os encaminhamentos para os órgãos competentes. Então, se tem demanda de Conselho Tutelar, encaminhamos para o Conselho Tutelar da região. Se tem demanda de Ministério Público, geralmente notificava o Cras, para que fizesse esse procedimento, só que também podíamos fazer, dependendo da demora, como aqui fazemos. Por exemplo, aqui, na Casa Viviane, mandamos para o Ministério Público, quando o Cras não dá resposta* (Participante B).

Quanto às atividades realizadas pela Casa Viviane, a Participante B postula:

> *Pela Tipificação, da prestação de contas que temos com a prefeitura, a Casa Viviane atende, mensalmente, cem mulheres. Mas sempre acabamos atendendo um número maior de mulheres, porque entendemos o atendimento como uma coisa mais ampla. Então, as atividades que acontecem aqui, para além do atendimento técnico, também consideramos como um atendimento a essas mulheres. Então, temos atendimento técnico, que é o atendimento social, o atendimento jurídico [...] e o atendimento psicológico [...]. Temos esses três atendimentos. Para além desses atendimentos, temos as oficinas que desenvolvemos aqui, que é a oficina de saúde corporal, que tem dança e ginástica. [...] Tem as palestras, que desenvolvemos, aqui, no caso, temos uma atividade que chamamos de [...] chá lilás, que acontece toda última quinta-feira do mês. E sempre trazemos um tema que, muitas vezes, as mulheres elencam durante a discussão: "Ah, é legal discutir isso", ou discutir a Lei Maria da Penha. Ou falar sobre a saúde. Isso é feito também no chá lilás com uma pessoa de fora. Sempre trazemos um palestrante para fazer essa discussão. Este mês, vamos discutir o Dia Latino-americano, e Caribenho da Mulher Negra, de combate à violência contra a mulher negra. Virá uma moça do Quilombagem, agora não estou lembrando o nome dela, que vai vir discutir a questão da violência contra a mulher negra, o dia latino-americano e caribenho da mulher negra, que não é muito divulgado* (Participante B).

A Participante B cita que a Casa foi vencedora, recentemente, da seleção de um projeto de incentivo cultural denominado *Vai*, por meio do qual será desenvolvido um projeto cultural com as mulheres atendidas, com foco na "contação" de histórias. Por meio da poesia, as mulheres contarão suas histórias, que estarão em um livro chamado *Contos de Viviane*. Como forma de incentivar as mulheres a participar desse projeto, a Casa tem possibilitado a presença das atendidas em saraus da região em que a casa se localiza, a Zona Leste da capital de São Paulo, mais precisamente no Distrito de Lajeado, em Guaianases.

> *[...] Recentemente, ganhamos um projeto aqui, do* Vai, *não sei se já ouviu falar, que é um programa de incentivo à cultura e escrevemos um projeto, as meninas, na verdade, que eu nem estava aqui, estava de férias. Elas escreveram um projeto e ganhamos o* Vai, *para desenvolver um projeto com as mulheres da Casa Viviane sobre contação de histórias. As mulheres vão contar a sua história através de poesia, e essas poesias vão virar um livro, que se chama* Contos de Viviane. *E como incentivo, estamos levando as mulheres nos saraus aqui da Zona Leste. Sábado fui acompanhar um grupo de mulheres no sarau que estava falando sobre a questão da mulher negra. Sempre pegamos saraus que têm como temática o feminismo, a discussão da mulher. Nesse fim de semana, fomos em um no Itaim, que estava discutindo a questão do feminismo e da mulher negra. Depois, vamos em um daqui*

> *do Lajeado, Guaianases, que é de um grupo de meninas chamado* Juntas na Luta *e elas discutem a questão do feminismo periférico. E o outro não estou lembrada aonde vai ser [...]* (Participante B).

Apesar deste seguimento do capítulo se propor apenas a apresentar breve caracterização das participantes da pesquisa, faz-se importante, desde já, observar a asserção de classe e de gênero da Participante B, a partir de seu posicionamento, que faz parte, também, de um posicionamento coletivo e de um entendimento institucional (da Casa Viviane), que afirma a importância de essas mulheres terem acesso não apenas às políticas básicas, que poderão lhes favorecer a saída da situação de violência, mas também às políticas de cultura, que podem possibilitar a visibilidade de suas histórias, com vistas ao enfrentamento da violência de gênero na sociedade. O acesso à cultura pode promover, nessas mulheres, a transcendência de suas vivências cotidianas imediatas, encontrando-se com todas as mulheres oprimidas e, por suposto, com todo o gênero humano, já que, de acordo com Heller (1972), a arte é um dos elementos que fazem com que os seres humanos superem sua própria cotidianidade alienada e alienante. De acordo com a autora:

> Temos de acrescentar ainda que a arte cumpre também, enquanto autoconsciência e memória que é da história humana (para usar a definição de Georg Lukács), essa função de "elevar" a particularidade individual ao genericamente humano; por esse motivo, podemos observar – aludindo mais uma vez a Lukács – que não é casual que uma das categorias mais centrais da arte, a catarse, seja propriamente uma categoria ética (HELLER, 1972, p. 6).

Assim, a aproximação entre essas mulheres e a cultura periférica, relacionada ao gênero e à raça, deve favorecer o seu fortalecimento no âmbito coletivo, a partir do entendimento de sua opressão não como um aspecto individual, vivenciado apenas por elas, individualmente, mas como uma opressão presente nesta sociedade patriarcal, racista e capitalista, que submete milhões de mulheres às mesmas violências. O mesmo aspecto coletivo desta luta é assumido novamente pela Participante B, quando explica o porquê realiza, também, a intervenção em grupo:

> *[...] Tem o grupo social que desenvolvo e, na verdade, ainda faz parte do trabalho técnico, porque divido o trabalho técnico em dois momentos: um é o do atendimento mais individual com cada mulher e a partir do momento em que identifico demandas de âmbito de políticas públicas, que são semelhantes, faço um grupo para que possamos discutir coletivamente, pensar coletivamente estratégias de enfrentamento; por exemplo, problema com Delegacia da Mulher, que não é uma só que tem, são todas que têm. Tentamos juntar todas as mulheres para que, no relato de uma e outra, todas as outras se reconheçam nesse processo também, de violação de direito, de atendimento precarizado. E tentamos tirar algumas ações no grupo social, para que essas mulheres possam fazer o enfrentamento e empoderar elas*

> *para o enfrentamento mesmo. Esse é o atendimento de grupo que faço uma vez por mês.* (Participante B).

Ou seja, a partir das demandas individuais das mulheres atendidas, a assistente social, Participante B, realiza atuação de cunho coletivo, com o objetivo de fortalecer as mulheres, para que possam reconhecer seus problemas comuns e pensar em estratégias coletivas para enfrentá-los. Como se percebe, é uma intervenção totalmente diferente daquelas em que as assistentes sociais pioneiras atendiam os/as "clientes" em grupo, para que os/as mesmos/as pudessem se adequar à ordem vigente; no caso em tela, há a contestação da ordem e a resistência à precariedade do atendimento realizado pelas políticas públicas, o que não ocorria outrora, como se pode compreender da literatura sobre os primórdios do Serviço Social. Além disso, o grupo, no caso aqui exposto pela Participante B, também é uma boa possibilidade de fazer com que as mulheres atendidas possam compreender e reconhecer, a partir de seu próprio discurso, sua situação de classe, ao menos em si:

> *[...] No último grupo que fiz semana passada, discutimos a questão da saúde. E elas trouxeram diversos relatos de violação de direitos, em relação à saúde da mulher. Como as mulheres são tratadas nos hospitais... e tal, uma delas falou uma coisa: "É, mas a gente é tratada assim, porque não tem dinheiro. Porque se a gente tivesse dinheiro, teria outro tratamento". Eu falei: "Muito legal sua análise. A gente pertence a outra classe social. E uma classe social que é explorada, e que seus direitos são negados". E poder ouvir isso de uma mulher e saber que ela entendeu o que estamos falando, é fantástico [...]* (Participante B).

O grupo, como se pode perceber, é uma boa oportunidade de relacionar a questão de classe com a precariedade das políticas públicas, além de estabelecer maneiras de se enfrentar coletivamente tal precariedade.

No que tange ao seu histórico de militância, a prévia inserção nas lutas sociais foi, inclusive, determinante para que a Participante B escolhesse o Serviço Social como profissão, conforme segue:

> *Comecei a militar com 14 anos, na Pastoral da Juventude (PJ), no tempo que tinha ligação muito forte com a Teologia da Libertação. Tinha contato muito forte com a questão do MST, mas tinha esse vínculo da religião, muito forte. Peguei, na realidade, o restinho do restinho da Teologia da Libertação, no momento de resistência, ainda, frente aos carismáticos [...] à renovação carismática, como dizem. Considero como militância, o meu trabalho, assim, a minha inserção na PJ. Foi lá que conheci uma amiga, que é muito querida, que coordenava o grupo de jovens e saiu pra fazer Serviço Social. E eu fiquei: "Nossa, Serviço Social, que é isso?". Falei que queria conhecer. Aí fui, frequentei algumas aulas da Isaura, porque ela fazia Serviço Social na PUC [...]. Eu falei: "Não, é isso que eu quero". Foi quando decidi também fazer Serviço Social, não porque eu estava na Igreja, mas por causa dessa minha amiga, que para mim era uma referência dentro das*

> *ideias revolucionárias e tal e indo nas aulas, assistindo às aulas no curso de Serviço Social, eu falei: "É isso aí... é isso aí que eu quero para a vida" [...]* (Participante B).

Após a entrada no curso de Serviço Social, a Participante B saiu da Pastoral da Juventude e, após ter tomado conhecimento da Enesso, passou a compor a militância no movimento estudantil de Serviço Social, conhecendo, posteriormente, o partido, acontecendo com ela o mesmo que com a Participante A.

> *[...] E lá na Unicastelo, eu conheci a Talita, que foi fazer uma fala sobre movimento estudantil. Eu não fui, nesse dia dessa fala, mas uma amiga foi e começou a se aproximar muito da Enesso, da Executiva Nacional, das ações e ela ficava: "Vamos participar, vem, vamos participar". Só que, na época, eu estava num trabalho que me consumia muito. Eu trabalhava de segunda a segunda, só tinha tempo mesmo para ir para a faculdade e trabalhar. E foi quando eu saí do trabalho, em 2010, na verdade, em 2009, e aí eu entrei para construir a gestão do Centro Acadêmico. Comecei a construir a gestão do Centro Acadêmico, conhecendo pessoas [...]. Na época, eu estava na coordenação regional da Enesso. Comecei nesse processo de aproximação aos partidos políticos, porque eu sentia que o movimento estudantil era importantíssimo, mas que ia acabar. Porque o movimento é cíclico. Eu ia me formar, eu não ia ficar no movimento estudantil para sempre. Em 2011, decidi militar de fato dentro do Partido Comunista. Então, ingressei, em 2011, no Partido Comunista. Comecei a militar de fato, porque até então eu tinha só proximidade e amigos em comum (do movimento estudantil, que estavam no partido). Mas nunca quis me envolver porque eu via muitas vezes alguns equívocos de militância, de confusão entre movimento estudantil e partido, que outros agrupamentos políticos faziam e eu tinha muito problema com eles... Eu falei: "Não... movimento estudantil, vamos lá". Só que depois comecei a entender. Assim, de todos os partidos que me aproximei, aquele tinha uma linha política com que me identificava [...]* (Participante B).

A aproximação da Participante B da luta feminista classista se deu, sobretudo, por considerar que na Enesso faltava a discussão de gênero ou era realizada de forma superficial.

> *[...] era muito rasa, a discussão de gênero, não tinha e isso me incomodava um pouco. Falei: "Um curso que é majoritariamente composto por mulheres; temos encontro onde tem 350 mil mulheres e três caras. Cadê nossas pautas? As pautas do feminismo? Não dá para ser discutido aqui dentro da Enesso?" [...]* (Participante B).

Atualmente, a Participante B acredita que a Enesso tem avançado bastante no tema, não apenas a partir das discussões de gênero, que foram se adensando, mas também por meio das condições objetivas com as quais a Enesso vem favorecendo a participação das mulheres, em seus espaços de discussão. Um dos exemplos utilizados pela Participante B é a inserção, no estatuto da entidade, da previsão de implantação das cirandas nos encontros (locais onde as crianças são cuidadas, enquanto suas mães participam das atividades da Executiva):

> *[...] Fiquei muito feliz, porque a Enesso veio avançando nesse processo, assim, fez um encontro para discutir gênero recentemente, lá em Franca, no Eress [Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social]. Desenvolveram um projeto que conseguiram colocar como pauta no estatuto da Enesso, que é a Enessinho, que é a creche, a ciranda, para que as mulheres estudantes e mães possam participar dos espaços de discussão tranquilas, porque terão onde deixar os seus filhos, numa boa. Então, avançou muito nesse sentido, mas isso por uma provocação, que já vinha há muito tempo, dessa discussão do papel da mulher dentro dos movimentos sociais, dentro do movimento estudantil[...]* (Participante B).

Além disso, outro fator que demandou a inserção da Participante B no Coletivo Ana Montenegro foi o seu trabalho com as mulheres em situação de violência na Casa Viviane. A necessidade de entender a situação da mulher trabalhadora na sociedade patriarcal e de classes fez com que aumentasse seu interesse de militar em coletivos feministas com recorte de classe.

> *[...] Quando me formei, e comecei a trabalhar aqui na Casa Viviane, eu já era organizada no Partido, mas não tinha nenhuma aproximação com o Ana ainda. O que senti? Que eu precisava me organizar. Precisava entender a mulher muito para além da mulher, a usuária do serviço; mas eu precisava entender a situação da mulher. Precisava entender como nós, mulheres, nos relacionamos na sociedade. E fui me aproximando do Ana, das discussões que vinha fazendo, das formações internas, porque, nesse período, estava muito interno, em 2012, fortalecendo, fazendo leituras, discussões, planejamentos; participando da construção de algumas atividades coletivas como o 8 de março, que é uma construção mais coletiva. Mas estávamos nesse processo de amadurecimento nosso. E foi muito bacana, porque pude perceber que as linhas que aquele coletivo estava dando, eram as linhas que eu curti [...].* (Participante B).

No que tange às atividades e características desse Coletivo feminista socialista, a Participante B afirma:

> *[...] Estamos num processo, não é de reestruturação, mas está entrando muito gente nova. Assim, estamos tentando nos aproximar um pouco mais dessa coisa, do feminismo, e mais aberto mesmo, para discutir a questão da mulher negra periférica. Porque muitos coletivos, às vezes, engessam a visão do feminismo e traçam aquilo como única e outras coisas não podem entrar, porque acaba fragmentando, quebrando a luta e, enfim, estamos nesse período de estudo mesmo. Tem algumas ações, no ano passado, muito por causa da nossa aproximação com alguns grupos que estavam discutindo a questão da Copa, então fizemos algumas discussões sobre a questão da prostituição. Trouxe uma discussão que foi muito bacana. A atividade, em si, não alcançou o que esperávamos, mas foi muito bacana conseguir fazer essa discussão, de uma forma mais teórica e concreta, que foi a discussão sobre o amor livre, sobre o amor romântico, o amor livre e pautado muito na discussão que a Kollontai traz, entre outras coisas, o Sérgio Lessa também, naquele livro* Abaixo a Família Monogâmica*, fizemos algumas discussões nesse sentido. Mas, estamos amadurecendo ainda* (Participante B).

No que se refere às suas atividades dentro do movimento, a Participante B já esteve na coordenação estadual da UJC e, atualmente, está na coordenação estadual do Ana Montenegro. No que se refere às produções intelectuais sobre o tema, a Participante B afirma

que escreveu, com uma amiga (a mesma que a influenciou na escolha pelo Serviço Social), um artigo para o CBAS, cujo tema refere-se ao trabalho da assistente social com mulheres vítimas de violência:

> *Em relação a escrever, eu escrevi, com minha amiga, que comentei com você um pouco no meio, que coordenava o grupo de jovens na igreja, ela fez o estágio no Heliópolis e atendia mulheres em situação de violência, escrevemos para o CBAS, uma produção que fizemos para o CBAS, discutimos sobre a questão da mulher e a atuação profissional no atendimento de mulheres em situação de violência. Mas foi no CBAS que fizemos isso, então, não tem relação direta com o coletivo* (Participante B).

Apesar de não ter escrito tal artigo no âmbito da militância, o tema refere-se às demandas das assistentes sociais que trabalham com esse público, bem como a uma bandeira central do próprio movimento feminista classista.

Enquanto militante do Ana Montenegro, a Participante B prefere participar das ações na base, a produzir materiais sobre o tema:

> *Enquanto coletivo Ana Montenegro, não produzi muito; sempre fui mais da ação mesmo, de estar na ação com as meninas. Então, organizei, o ano passado, organizamos duas palestras, e uma foi sobre a questão da prostituição e outra sobre a questão da família, uma tarde de formação feminista, que a gente colocou "Tarde de formação feminista: monogamia em questão", que foi quando discutimos a questão da monogamia e o ativo*[46] *do Ana, que organizamos também no ano passado* (Participante B).

Pode-se inferir que, mesmo não escrevendo artigos ou outros materiais relacionados às bandeiras feministas classistas, dentro do Coletivo, a Participante B apoiou na construção das atividades do Ana, o que demonstra que sua participação em tais ações tem sido importante, já que nelas também há exposição de ideias e conhecimentos sobre o feminismo, o que não deixa de ser uma produção intelectual dentro do movimento, embora não sistematizada.

No que se refere à militância nos organismos da categoria (Enesso, Abepss, Cress), a Participante B, como já citado, fez parte da Enesso. No tocante às outras instâncias, afirma que, pela distância entre o Cress e seu território, consegue acompanhar algumas atividades, apesar das dificuldades. Ela tem feito parte da Comissão de Instrução do Cress e se aproximado da Abepss, já que supervisiona, no seu campo de atuação, uma estagiária.

---

[46] Ativo é um evento coletivo em que são discutidos alguns posicionamentos políticos, não tendo, entretanto, caráter deliberativo.

> *[...] busco participar de todos os espaços que o Cress promove. Então, faço parte da Comissão de Instrução, onde fazemos orientação e apuração de alguns processos éticos, dentro do Cress. Das atividades da Abepss venho buscado participar, por causa da supervisão que faço também. Faço supervisão de estágio, e isso é importante para mim, para apurar a minha atuação como supervisora de campo. Mas não consigo acompanhar muito a Abepss, infelizmente, porque a Abepss é um espaço muito legal, mas eu não consigo. Então, tento me aproximar mais do Cress. Participei, por um tempo, do Núcleo Metropolitano de Assistência, por um tempo muito curto,... agora, vou para o encontro descentralizado, para o encontro nacional do Cress. Cfess/Cress, isso. Sai como delegada de base [...]. Os espaços do Cress são muito bacana, esses espaços de discussão, acho muito bacana, enriquecedor. Infelizmente [...], (o Cress) não consegue... atingir a categoria como um todo. Mas é um espaço muito bacana de formação contínua que temos, tirando as burocracias, claro. Mas aí as burocracias deixamos para a gestão, para a diretoria. A gente que está na base, tem mais a construção política e isso é muito gostoso. Muito importante, inclusive* (Participante B).

No que tange à participação em sindicatos do seu ramo de atividade, a Participante B diz:

> *Estou no pensamento de me sindicalizar, na verdade, porque nosso sindicato dos trabalhadores terceirizados, que é para conveniados e terceirizados, é o Sintraenfa [Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo]. E estou preparando o meu espírito, porque é importante ser sindicalizada, mas ainda não me sindicalizei e não tive nenhuma incidência, atuação, em nenhum sindicato* (Participante B).

Para a Participante B, sindicalizar-se é importante, embora acredite que a incidência no sindicato não pode atrapalhar suas outras atividades, como as intervenções no Partido e no Ana Montenegro, além daquelas atividades voltadas à capacitação para trabalhar com as mulheres atendidas na Casa Viviane. Assim, pensa em ter um enfoque especial em tais atividades, para fazer tudo com qualidade, em vez de ter outras tantas intervenções espalhadas em diversas organizações, não conseguindo levar a termo nenhuma. Além disso, a Participante B tem se inserido no Coletivo Comunidades Unidas da Zona Leste, que estava atuando com o Comitê Popular da Copa:

> *Recentemente, passei a fazer parte de um coletivo também, que é o Coletivo Comunidades Unidas da Zona Leste, que discute as questões das comunidades atingidas pelas obras da Copa. Agora que passou a Copa, talvez tenhamos um respiro maior, mas estávamos fazendo 350 atividades, com o Comitê Popular da Copa, inclusive, em São Caetano, fui fazer uma atividade lá, pelo Cress de lá, discutindo as questões da Copa. Sempre tento trazer esse recorte de gênero, de como que são as mulheres, as matriarcas, porque, dentro das comunidades, são as mulheres, as chefes de família, são as matriarcas... trazer essa questão de gênero, para essa relação também, da habitação, então, tudo isso exerce, sabe, suga muito na real! Aí o sindicato vai ficando. Eu olho para o sindicato, penso nele, olho com carinho para ele, mas aí, a dinâmica vai engolindo, sabe!?* (Participante B).

Quanto à formação acadêmica para além da graduação em Serviço Social, a Participante B não realizou iniciação científica, nem extensão universitária. No entanto, mencionou que tem interesse em realizar mestrado em Serviço Social, com um projeto de pesquisa referente ao amor livre e sua relação com a opressão vivenciada pelas mulheres que sofrem violência. Ademais, também pensa em realizar graduação em filosofia, para aprofundar seus estudos feministas nessa área do conhecimento. Quando indagada sobre de onde surgiu seu interesse por esse curso, ela menciona:

> *Na realidade, partiu desde o começo da graduação em Serviço Social. Porque temos filosofia, na Graduação de Serviço Social, temos dois semestres de filosofia, introdução à filosofia e, depois, filosofia mesmo. E me apaixonei [...] recentemente, fiz um curso na PUC, nas Ciências Sociais, sobre gênero e sociologia, e a professora falava muito das sociólogas feministas, das filósofas feministas, como era, como elas eram tratadas na história, que poucas eram lidas, poucas eram inseridas no pensamento dos sujeitos. Que é uma coisa muito engessada,... têm já os teóricos, filósofos, muito amarrado, e a gente fica lendo o cara e acaba não se aprofundando em outras linhas. "Então, dá para ser uma filósofa feminista e escrever sobre isso"* [...]. (Participante B).

Apesar de seu interesse pela filosofia ter surgido desde a graduação, a Participante B tem pensado em estudar mais o feminismo e as relações de gênero, apropriando-se desses temas no âmbito filosófico e não apenas da *práxis* política. Além disso, ela tem algumas pretensões futuras, no que se refere aos estudos:

> *[...] meu foco era fazer outra graduação e quem sabe fazer outra graduação e o mestrado e não trabalhar e só estudar. Mas não posso fazer isso... primeiro, não tenho pretensões de deixar aqui, gosto muito do meu trabalho aqui e, segundo, porque a* práxis *faz toda a diferença. Estar na academia é muito importante, mas estar na prática também é. E isso enriquece nossa análise, assim, na hora de escrever, na hora de formular, não sei... mas foi por isso, foi logo no começo da graduação que pensei: "Vou fazer filosofia, quando terminar isso aqui"* (Participante B).

A indissociação entre teoria e prática, comum no ideário feminista socialista, é notada na relação que a Participante B faz entre seu trabalho profissional e seus estudos. Nessa perspectiva, há uma relação dialética entre ambas (prática e teoria) em que a assertiva "na prática, a teoria é outra" não se aplica: para a Participante B, os temas de estudo são alimentados por sua vivência cotidiana com as mulheres com as quais trabalha, e seus estudos ainda fortalecem sua prática e seu método de intervenção sobre as expressões da questão social, que surgem como demandas institucionais.

Voltando ao tema da Pós-Graduação em Serviço Social, a Participante B iniciou curso de pós-graduação *lato sensu* em Políticas Sociais, porém, não gostou do curso e parou antes de terminá-lo. Também começou outro curso na mesma modalidade na Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), semipresencial, cujo tema principal refere-se aos estudos sobre gênero e sexualidade:

> *[...] na realidade, tentei uma pós e estou louca para ver se vai dar certo, se vai abrir de novo, que é uma pós semipresencial, pela Universidade Aberta do Brasil, na UFRJ, que é uma especialização em Gênero e Sexualidade, que oferecem lá. Tentei em 2013, não consegui entrar... vou esperar ver se abre agora, em 2015, de novo, que é a cada dois anos.[...].* (Participante B).

Já o tema de seu projeto de pesquisa para a pós-graduação *stricto sensu*, refere-se às suas demandas profissionais vivenciadas com mulheres atendidas em seu espaço sócio-ocupacional e tem como matéria norteadora, como já exposto, o amor romântico e sua relação com a opressão machista:

> *Meu projeto de mestrado surge a partir das minhas angústias aqui, do atendimento da Casa Viviane. Porque, quando eu começo a discutir o que é amor romântico e a fazer algumas leituras, a participar de alguns cursos, começo a perceber uma coisa que já tinha percebido, mas não tinha dado nome para isso, que é o amor romântico. Eu achava que a dificuldade que muitas mulheres tinham de romper com esses caras, assim, era uma coisa muito mais econômica. Então, ficava muito focada nessa coisa de "vamos dar a base para essa mulher romper". Mas, muitas vezes, está ligada a uma relação, a um sentimento que foi construído para elas. Como o amor romântico. Então, eu quero discutir quais são as implicações do amor romântico na violência de gênero. O que prende essa mulher a uma relação violenta? O que é esse amor romântico que é construído para as mulheres, para nós, mulheres? Me colocando também na sociedade, porque faço parte dela. O que é esse amor romântico e... se der, pensar em alguma coisa nova, aí no meio de campo. Construir na pesquisa, de repente, identificar alguma coisa nova que ainda não foi pensada, não sei* (Participante B).

Dessa forma, infere-se que a Participante B, por meio de seu trabalho e de sua concepção de mulher e de mundo - em parte propiciada pelo feminismo socialista - conseguiu ultrapassar o mero determinismo econômico, passando a perceber de que forma o valor subjetivo do amor romântico pode ser o fator preponderante para a continuidade de uma situação opressora, como é o caso da violência de gênero. Isto pode demonstrar que o feminismo socialista tem levado adiante o importante papel de romper com o economicismo e também com o subjetivismo, a partir da noção dialética contida na concepção de indivíduo, havido como totalidade, em que subjetividade e objetividade se imbricam.

A Participante C formou-se em 2012, também na Unicastelo. Estagiou durante um ano na Casa Cidinha Kopcak, atendendo mulheres em situação de violência doméstica, na região da Zona Leste. Fez, ainda, um ano de estágio na Secretaria de Educação de Diadema, no programa de educação integral do município. Depois de formada, trabalhou durante 11 meses como assistente social do Sasf, assim como a Participante B. No começo do ano de

2014, a Participante C passou a trabalhar no Guri Santa Marcelina, contratada pela Organização Social Santa Mercelina Cultura. O Guri

> *[...] é um programa de educação musical do Santa Marcelina, em parceria com a Secretaria de Cultura do Governo de São Paulo. [...] O Guri é administrado por duas ONGs, a APG e a Santa Marcelina* (Participante C).

O Guri é conveniado com a Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo e integrado ao Complexo Santa Marcelina, onde está situado também o Hospital Santa Marcelina e o CCA Itaquera; o trabalho do Serviço Social no Guri refere-se ao atendimento das famílias e à articulação com a rede, conforme a Participante C:

> *Lá, sou assistente social, faço acompanhamento dos alunos e alunas do programa. Especificamente, fazemos o monitoramento da frequência; o acompanhamento desses alunos para verificar quais são os eventuais motivos de uma ausência ou de uma evasão escolar, que é uma escola de música; curso livre, mas é uma escola de música. E identificado o motivo que está levando esse aluno ou essa aluna a faltar ou a estar presente, mas ausente mentalmente, não tendo um bom desenvolvimento, fazemos uma intervenção social, articulada com a rede social, de saúde, de proteção da criança e do adolescente. Tem um... trabalho direto com famílias. O programa prevê isso, o trabalho do Serviço Social com famílias, com atividades socioeducativas, atendimento social, visita domiciliar com as famílias dos alunos e uma ação de inclusão sociocultural. Então, desenvolvemos atividades externas, os passeios para Sala São Paulo e para outros espaços de cultura, para garantir essa inclusão sociocultural dos alunos e seus familiares* (Participante C).

Diferente das duas participantes anteriores, que militam no Coletivo Ana Montenegro, a Participante C milita no Movimento de Mulheres Olga Benário, frente de massas do Partido Comunista Revolucionário (PCR) do qual também faz parte. Sobre seu histórico de militância, a Participante C expôs o seguinte:

> *Comecei a minha militância na Casa Cidinha Kopcak, na época em que eu fazia estágio lá. Eu participava de forma independente das atividades dos movimentos feministas em geral, da Marcha Mundial, das Jovens Feministas, mas eu não estava organizada efetivamente em algum movimento. Eu comecei a militar em um movimento através do Movimento de Mulheres Olga Benário. Conheci o movimento no final de 2011, mas comecei a ter atuação efetiva em 2012. Também em 2012, atuei no Movimento Estudantil Universitário; fiz parte da União da Juventude Rebelião, que é uma frente de luta da juventude do Partido Comunista Revolucionário...* (Participante C).

O interesse pelo movimento, por parte da Participante C, também se deu em virtude do seu estágio voltado às mulheres vítimas de violência, semelhante ao que aconteceu com a Participante B, que teve interesse pelo feminismo antes mesmo de se formar. A diferença é

que a Participante B começou mesmo a se aproximar de seu coletivo, o Ana Montenegro, após se tornar assistente social da Casa Viviane, enquanto o interesse da Participante C em se organizar em um coletivo se deu pelo mesmo motivo (inserção em serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência), mas quando ainda cursava o último ano de Serviço Social.

Atualmente, a Participante C encontra-se no PCR e no Olga Benário, apesar de já ter feito parte da União da Juventude Rebelião (UJR). A Participante C tem participado de forma ativa das atividades do referido Movimento de Mulheres, sobretudo na Zona Leste. Além do núcleo estabelecido no Centro de São Paulo, o Olga Benário atua no ABC (principalmente, em Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema) em Piracicaba e em Sorocaba.

Especificamente sobre como conheceu o Movimento do qual faz parte, a Participante C informa o seguinte:

> *Conheci (o Olga Benário) em outubro de 2011, na Conferência de Políticas para as Mulheres, da cidade de São Paulo. Em 2011, teve a Conferência de Políticas para Mulheres na cidade de São Paulo. Participei, pela casa Cidinha Kopcak. Organizamos as mulheres que são atendidas pela casa para participar da Conferência. E, em uma das atividades, a Vivian e a Aline Bailo, que são do Olga Benário, estavam fazendo panfletagem do manifesto do Movimento de Mulheres Olga Benário. Peguei o panfleto, li, me identifiquei totalmente. Até então, eu era uma feminista independente, não estava organizada em nenhum movimento. Aí, gostei, procurei uma delas para conversar e trocamos o telefone e elas começaram a me chamar para reunião, para participar das atividades* (Participante C).

A Participante C informa o seguinte sobre as atividades do Olga Benário:

> *No ABC, bem ali em Santo André, bem ali no Centro mesmo, eu não lembro o endereço agora... mas elas desenvolvem as reuniões do núcleo que têm lá. Tem o bazar, não é bazar que elas chamam... o brechó do Olga Benário. Realiza Cine Debates. Em São Bernardo, elas têm uma porta aberta, um espaço que fica com porta aberta onde as mulheres podem chegar e... enfim, conhecer o movimento. Tem uma campanha de enfrentamento à violência contra a mulher. Elas desenvolvem algumas atividades na rua, passeatas, protestos. Não só no 8 de março, mas no 25 de novembro, também. E, em Diadema, o trabalho do Olga Benário está mais ligado, mais relacionado com o trabalho do MLB, que é o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas, que é o movimento de luta por moradia do PCR. Elas já chegaram a organizar algumas ocupações, não me recordo se foi em 2008, ou 2009, teve ocupação Olga Benário, lá em Diadema. Então, desenvolve um trabalho também relacionado à luta por moradia, fazendo esse recorte de gênero. E, aqui em São Paulo, estamos mais focados na campanha de enfrentamento à violência contra a mulher mesmo. Então, participamos do 8 de março, do 25 de novembro. Estamos construindo uma cartilha agora. Com textos sobre as bandeiras de luta do movimento, sobre os posicionamentos em relação aos mais diversos temas, às questões relacionadas às mulheres...* (Participante C).

No que tange às atividades realizadas no Movimento de Mulheres Olga Benário, a Participante C já exerceu coordenação municipal dentro da Comissão Estadual. Também escreveu matérias para o jornal *A Verdade*, do PCR, além de ter escrito para o jornal estudantil da Unicastelo e para o blog do Olga Benário:

> *[...] Já escrevi sobre a violência contra a mulher... as que foram publicadas foram essas duas: sobre violência contra mulher, sobre um trabalho que o movimento estudantil estava desenvolvendo na Unicastelo. Já escrevi para o jornal do movimento estudantil da Unicastelo, para o blog do Olga, também. [...] a matéria que escrevi com a companheira do movimento estudantil foi sobre uma comissão de estudantes que criamos na Unicastelo, na época em que os professores estavam sendo demitidos, principalmente os professores de Serviço Social, que lançaram uma carta denunciando as violações aos direitos trabalhistas, a perseguição política. Fizemos uma matéria denunciando essa situação em apoio aos professores e o jornal publicou. Foi uma atuação enquanto UJR, militante da UJR. [...]* (Participante C).

Atualmente, a Participante C está produzindo textos sobre a luta por creche e a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência na cidade de São Paulo, para a *Cartilha do Olga Benário*, na qual haverá o posicionamento do Movimento em relação às principais bandeiras de luta das mulheres.

Quanto à sua militância nos espaços de discussão da categoria, a Participante C disse que, apesar de ter tentado, não conseguiu participar das atividades da Enesso, uma vez que a coordenação, na época, divergia politicamente do PCR, partido com o qual tinha aproximação.

> *[...] Mas eu atuava assim, de forma independente no CA, no Centro Acadêmico. Participava das reuniões do CA. No Cress, eu compus uma comissão de instrução de processo ético, ano passado. Mas não peguei nenhuma outra comissão. Não quis,... Mas participo das atividades da categoria, nos seminários que o Cress organiza. Na Abepss, nunca participei de nenhuma atividade. [...] da Abepss, não me lembro. Não me recordo de ter participado de nenhuma atividade* (Participante C).

Além dos espaços citados, a Participante C tem composto o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de São Paulo (Senalba), o Fórum da Criança e do Adolescente, além de participar de debates realizados pelo movimento da população de rua. Ela expõe:

> *Eu me sindicalizei agora no Senalba, que é o sindicato que representa os trabalhadores das organizações de cultura, assistência social e educação. O ano passado, eu cheguei a participar de algumas atividades do Sintraenfa, sindicato da rede conveniada, mas não me sindicalizei. Fiz parte, o ano passado, da coordenação do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente de São Mateus e (assumi a vice-coordenação no ano passado), apoiamos a chapa que venceu a última eleição do Sintraenfa, mas minha participação foi indireta. Não estava organizada no sindicato. E, enquanto fórum, apoiamos a chapa 1, que venceu a última eleição do Sintraenfa. Tinha um companheiro do Fórum que, agora, é um dos diretores do Sintraenfa* (Participante C).

No que se refere à sua formação acadêmica para além da graduação, a Participante C informa que não realizou iniciação científica ou extensão; participou de algumas aulas do

programa de pós-graduação de Ciências Sociais da PUC-SP, sobre gênero, diversidade sexual e raça/etnia, mas não conseguiu continuar seus estudos nesse curso devido ao seu horário de trabalho, que mudou com as trocas de emprego. Ela começou a especialização em Gestão de Políticas, mas saiu do curso antes do término, porque não a agradou. No que tange ao seu interesse pelo mestrado, a Participante C informa que pensa em pesquisar algo sobre a organização das mulheres. A esse respeito, afirma:

> *Na verdade, eu ainda estou bem dividida. Quero pesquisar a organização sindical das mulheres. Às vezes, tendo a pesquisar a organização sindical das assistentes sociais. Tem hora que não quero focar na profissão. Eu ainda estou decidindo. Não sei ao certo. Mas quero fazer minha pesquisa voltada para o trabalho sindical. Ou no Serviço Social ou em Ciências Sociais, não sei...* (Participante C).

Assim como a Participante B, a Participante C também deseja continuar se aprofundando nos estudos de gênero e sobre a organização das mulheres, no âmbito acadêmico, o que demonstra que os movimentos feministas socialistas têm ensejado a qualificação de seus quadros.

A seguir, é analisada a incidência do ideário feminista socialista para o trabalho profissional.

3.3.2 Análise da incidência do feminismo socialista sobre o trabalho profissional

Nesta etapa, é analisada de que maneira o feminismo socialista tem contribuído para o trabalho profissional das assistentes sociais que têm militado em movimentos com esse recorte.

As perguntas abertas realizadas permitiram que as assistentes sociais feministas socialistas expusessem de forma livre o que pensam sobre os assuntos abordados.

Com o fim de analisar os desafios postos ao exercício profissional, foi realizada uma pergunta, a saber:

- Percebe alguma dificuldade na execução do trabalho profissional, partindo da conjuntura de implantação agudizada do neoliberalismo (focalização das políticas, sucateamento dos serviços, privatizações e terceirizações, etc.)?

No que tange, especificamente, à contribuição do feminismo para o trabalho das assistentes sociais pesquisadas, foram realizadas as seguintes perguntas:

- De que forma a militância nos movimentos feministas socialistas contribuiu para sua educação permanente enquanto assistente social, no que se refere às aquisições ético-políticas e teórico-metodológicas?
- De que forma a sua militância feminista e socialista se expressa no seu trabalho profissional cotidiano?
- Consegue perceber diferença entre a sua atuação profissional e a atuação das/os demais profissionais que não empreendem militância no movimento feminista socialista?
- Qual a sua visão sobre a profissão – quais os limites, desafios e potencialidades do Serviço Social na conjuntura atual, considerando a relação do projeto ético-político articulado ao projeto societário que busca o fim da exploração e da opressão?
- De que forma você tem enfrentado o machismo no seu espaço sócio-ocupacional de atuação profissional?
- Quais os limites da formação profissional acadêmica encontrados em relação à contribuição do feminismo socialista para a profissão (verificar as lacunas no curso de Serviço Social quanto ao tema do gênero, relacionado à classe)?
- Como tem vislumbrado a relação atual dos assistentes sociais com os movimentos sociais e com o movimento feminista socialista, especificamente?
- Você considera que o feminismo socialista contribuiu para o projeto ético-político atual da profissão, dentro dos marcos da contestação do conservadorismo profissional?

Abaixo, seguem considerações sobre a opinião de cada uma das Participantes, quanto aos quesitos levantados. Optou-se por dividir a exposição por tema e não mais por Participante, como no item anterior, com vistas a oferecer fluidez e coesão ao texto.

3.3.2.1 Dificuldades na execução do trabalho profissional

Como já exposto, foi realizada uma pergunta sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho profissional, partindo da implantação das políticas neoliberais e do sucateamento dos

serviços públicos. Os/as leitores/as perceberão que muitas dificuldades, vivenciadas pelas pesquisadas, referem-se não apenas aos limites postos pelas políticas públicas norteadoras do atendimento a ser prestado pelos serviços, nos casos em tela, vinculados a entidades filantrópicas, mas também aos próprios limites institucionais, também relacionados ao sucateamento das políticas sociais.

Para essa pergunta, a Participante A menciona que a própria mudança na política de acolhimento institucional para crianças e adolescentes alterou o trabalho realizado com o público atendido e suas famílias.

> *Tiveram algumas mudanças. Por exemplo, a política... o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária passou a prever, salvo engano, a partir de 2006, ou 2008, que as crianças só poderiam ser acolhidas no seu município. E Poá era uma cidade-satélite para acolhimento [...]. E até um dado período, Poá tinha cinco instituições grandes de acolhimento [...] a Aldeias era uma instituição de acolhimento. Tinham outras organizações sociais. Conforme veio a mudança da legislação, que não poderiam receber mais crianças de outros municípios, isso começou a enxugar e diminuir. Então, a Vara da Infância começou a ser interpelada para não encaminhar mais crianças de outros municípios para a cidade, porque não se faz o desenvolvimento do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária se a criança está no município distante da família. E as outras instituições de acolhimento já iam fechando nesse período* (Participante A).

Além disso, ela vincula a crise internacional de 2008 às mudanças institucionais, pelas quais o serviço de acolhimento em que trabalhava passou.

> *Agora, o impacto sobre o neoliberalismo, é muito grande. Posso dizer que na Aldeias Infantis, o [...] impacto que eu senti da conjuntura internacional foi quando teve a crise na Europa, porque, sendo uma organização social, a Aldeias tinha convênio muito ínfimo com a prefeitura. Ele não pagava nem 10% do orçamento do serviço e boa parte de sua subvenção era de doação internacional. Conforme teve a crise da Europa, quebrou muito a doação, e aí o serviço teve que encolher. Então, tive que trabalhar na diminuição da proposta de acolhimento das Aldeias Infantis. Então, as dez casas-lares, 111 crianças – considerando as famílias extensas, as famílias que já eram atendidas nas suas casas, eu tive que passar para o atendimento de três casas-lares e duas famílias extensas. No acolhimento* (Participante A).

Não foi apenas a crise internacional que fez com que a instituição encolhesse o seu atendimento, devido ao fato de as doações terem se tornado escassas. O ínfimo repasse da prefeitura para o serviço, que, de acordo com a Participante A, não cobria nem 10% de seu orçamento total, foi o fator determinante para que o atendimento fosse impactado, no contexto da crise.

> *Foi reduzido (o atendimento) drasticamente. Assim... o trabalho, nesse período, ainda que eu ficasse feliz de fazer esse trabalho, porque eu sempre considerei que o melhor lugar para a criança era com a família; e uma política muito de exacerbação, que o melhor lugar para a criança seria acolhida. E fui tentando desenvolver essa perspectiva de trabalhar com as famílias, nem sempre no avanço*

> *do tempo que eu queria de articular as políticas e tudo o mais. Mas, em si, boa parte delas voltavam para as famílias. Mas fecharam muitas casas. [...].* (Participante A).

Tendo que trabalhar na perspectiva de desinstitucionalização das crianças e dos adolescentes atendidos, ainda que "nem sempre no avanço do tempo" (Participante A) para articular as políticas da forma como desejava, a Participante A relaciona a crise internacional e a mudança da política de acolhimento institucional com o plano neoliberal e as reformas do Estado, para fazer menção aos impactos no seu trabalho profissional, o que revela uma leitura de totalidade, por essa Participante.

> *[...] o próprio Plano Nacional casado também com a crise internacional ajudou muito a fechar o projeto, a diminuir drasticamente o projeto.*
> *É um impacto na política e um impacto na conjuntura. Agora... articular com a ideia de um plano neoliberal é um pouco mais extenso. Dentro do âmbito das reformas do Estado, elas casam muito bem* (Participante A).

Outro desafio que a Participante A percebe em seu espaço sócio-ocupacional refere-se ao fato de seus empregadores conceberem que a coordenação pode ser acumulada com o trabalho do Serviço Social. Para ela, isso está implícito no fato de a instituição priorizar a contratação de assistentes sociais como coordenadores/as:

> *Sou só coordenadora. Aí, dizer que não acumula é lenda. Porque a organização tem preferência por contratar assistentes sociais como coordenação, até mesmo no sentido de fazer essa dualidade no trabalho do Serviço Social e coordenação. Por exemplo, agora, a minha assistente social está de férias; o primeiro pedido seria que eu acumulasse, durante as férias dela, os dois cargos. E bati o pé e falei não. Peço uma para substituir, porque é muita coisa para uma pessoa só* (Participante A).

Para a Participante B, os desafios conjunturais começam a partir dos fatores que fizeram com que a Casa Viviane retornasse ao seu território. A Casa foi furtada tantas vezes, quando estava em Guaianases, que teve de voltar a Lajeado, seu território de origem:

> *Estamos aqui nesse território, voltamos para cá, fazem dois anos, por quê? Estávamos em Guaianases, até 2012, só que sofremos uma sucessão de furtos. Fomos assaltadas 12 vezes, seguidas, e solicitamos para a prefeitura a mudança de território, o retorno para o Lajeado, porque a Casa Viviane nasce no Lajeado e depois vai para Guaianases. Então, voltamos para cá. Estamos aqui a esse período de dois anos. [...] Os assaltos impactaram muito, porque foram 12 assaltos. Inclusive, essa casa foi assaltada recentemente... décimo terceiro assalto. Entendemos que não é comum, o único serviço a sofrer tantos assaltos* (Participante B).

Apesar de não ter afirmado, a Participante B demonstra acreditar que o fato de a Casa sofrer tantos assaltos tenha a ver com sua condição de estar a serviço das mulheres que sofrem violência de gênero. Outros problemas enfrentados pela Casa referem-se, sobretudo, à

sua vinculação à Smads, em vez de estar articulada à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, à qual deveriam estar vinculados todos os serviços voltados às mulheres em situação de violência, dado a sua natureza.

> *[...] E qual é a percepção que temos... Aqui na casa, não posso dizer por todas,... mas 90% de nós, trabalhadoras da Casa Viviane, somos feministas e organizadas em algum espaço... têm as meninas que são da Marcha, eu, que sou do Ana; a Margarida, que você cumprimentou na cozinha, é promotora Legal Popular. Então, temos essa natureza de ir para o enfrentamento e questionar muitas questões que não estão andando. No âmbito das políticas públicas, fizemos diversos enfrentamentos com a prefeitura, no que diz respeito à não realização, à não materialização da política pública, porque existe no papel, mas não é executada como deveria. Na conjuntura, de forma real, sofremos sim diversas retaliações por fazer esses enfrentamentos cotidianos [...].*
> *[...] Então, travamos alguns diálogos. Alguns diálogos com a secretaria, principalmente, com a Secretaria de Mulheres, que está aberta para dialogar com a gente. Só que, como somos uma organização social, vinculada à Smads, nem tudo o que a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem, nesse momento, nos cabe, porque não pode fazer uma interferência entre secretarias. Então, estamos muito vinculada à Smads. E já a Smads não se põe em diálogo como a Secretaria das Mulheres. Por que a Secretaria das Mulheres se põe em diálogo? Porque são companheiras de luta, que estão com a gente, que estão na rua e sabem do sofrimento das mulheres, que estão passando por esse processo de violência. No entanto, a Smads se mostra de forma totalmente apática em relação aos problemas que levantamos em nosso serviço [...].* (Participante B).

Assim, há apenas três Centros de Referência da Mulher (CRM) na cidade de São Paulo - o Centro de Referência da Mulher da Rua 25 de Março, a Casa Eliane de Gramont e a Casa Brasilândia - administrados pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, já que são serviços públicos estatais, isto é, de administração direta da prefeitura. Os serviços conveniados de atendimento às mulheres são vinculados à Smads, fato que a Participante B critica:

> *Todos os outros Centros de Defesa conveniados estão na Smads. É outra luta que travamos agora, né, para ter recurso na Secretaria de Políticas para as Mulheres, por que ainda não tem orçamento, para que possamos migrar para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, porque entendemos que esse serviço é de natureza daquela secretaria. Não da Smads... que pouco entende de muitos serviços que estão lá, por exemplo, medida socioeducativa que está na Smads, pouco eles entendem do que é esse serviço, da magnitude desse serviço. E será que é mesmo na Smads que esse serviço deveria estar vinculado? É a mesma pergunta que fazemos com o Centro de Defesa. Entendemos que não, que deveríamos estar na Secretaria de Políticas para as mulheres, mas ainda é uma secretaria nova, tem um ano e meio, se não me engano, está com migração de equipe, ainda, então, entra gente, sai gente. Eles ainda estão modelando e dando uma cara para essa Secretaria e não tem orçamento, né. Então, não temos como ir para lá, porque a gente necessita de orçamento, né, de repasse público pra gente funcionar. Por enquanto, estamos na Smads* (Participante B).

Um dos principais desafios para a consecução do trabalho profissional com as mulheres vítimas de violência, de acordo com a Participante B, refere-se à demora para a inserção das atendidas em benefícios de transferência de renda, que poderiam apoiá-las em novos projetos de vida, para materializar a saída da situação de violência. Tal demora demanda da equipe o encaminhamento ao Ministério Público, o que causa preocupação à Participante B, uma vez que é contra o processo, cada vez mais recorrente, de judicialização das expressões da questão social:

> *[...] aqui, encaminhamos as mulheres para o Ministério Público, tem mulheres que estão há dois anos esperando Parceria Social*[47]*, e aí você pensa: "Se essa mulher dependesse do Parceria Social para romper com a violência e não morrer, ela teria morrido". Muitas mulheres saem das suas casas e vão para os abrigos, porque o Parceria Social não está funcionando, e elas acabam sendo institucionalizadas porque um programa, uma política, não vem sendo executada como deveria. Estamos nesse processo de organização das mulheres, já encaminhamos algumas mulheres para o Ministério Público, temos outras mulheres para encaminhar. Só que minha preocupação, também, é não ficar judicializando a vida dessas mulheres. Então, tudo é "Vamos para a justiça...". Algumas coisas precisam funcionar! Não é possível! [...]* (Participante B).

A ausência de preparo das demais políticas, para apoiar as mulheres que sofrem violência, causa impactos diretos à vida das atendidas. Devido à ausência de programas que as auxiliem, por exemplo, no âmbito habitacional, essas mulheres acabam sendo institucionalizadas, rompendo ou fragilizando diversos vínculos construídos com sua comunidade e com sua família de origem. A Participante B, nesse sentido, considera que os programas de transferência de renda oferecem valores irrisórios aos seus beneficiários e não são fatores determinantes para que as mulheres rompam com a situação de violência que vivenciam. Apesar disso, tais benefícios são importantes, pois oferecem às mulheres algumas alternativas para a saída dessa situação:

> *O Parceria Social é um dos problemas. Tem Programa de Transferência de Renda, que, muitas vezes, se não tivermos conhecimento, encaminhamos a usuária, ela faz o cadastro e depois nunca mais tem uma devolutiva. Não estou dizendo que o Bolsa Família e o Parceria Social vão fazer com que essa mulher rompa com o processo de violência, que sabemos que isso é muito maior, que precisa ser trabalhado aqui, mas é o suporte que essa mulher precisa para romper. Porque, se essa mulher tem uma garantia de que vai ter - e é um valor ridículo, que hoje em dia tem que ser*

[47] O Programa Parceria Social é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab)) e Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab). É destinado às famílias com renda de até três salários-mínimos e que estejam em áreas de risco habitacional, em alojamentos provisórios ou em terrenos desapropriados pela prefeitura. Além desse público-alvo, o programa se expandiu às mulheres vítimas de violência, em 2013 (Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/noticias/?p=142317>. Acesso em: 20 nov. 2014). O valor do benefício pecuniário é de R$ 300,00 e oferecido para que as famílias/indivíduos consigam alugar um imóvel.

> *revisto. Por exemplo, Parceria Social era R$ 300,00..., aqui na Zona Leste, aqui na periferia, você não aluga nada por esse valor. O Bolsa Família, o Renda Mínima, o Renda Cidadã, são benefícios, programas que entendemos que é para dar um suporte para o processo dessa mulher, que não é isso diretamente que vai fazer com que essa mulher rompa, mas que dá um suporte, dá uma segurança maior. Aqui em São Paulo, é muito difícil essa relação, com essa secretaria em especial e é a secretaria à qual estamos vinculados* (Participante B).

A carência de articulação entre as políticas públicas causam impactos negativos para o trabalho profissional:

> *[...] Isso, sim, impacta no nosso trabalho de tal forma que ficamos buscando estratégias para fazer o atendimento. Tem usuárias que atendo e que não sei mais o que dizer para ela. Porque, inclusive, tem usuária que encaminhamos para o Ministério Público e o Ministério Público devolveu, dizendo que não vai fazer mediação entre secretarias, que não pode fazer nada. Então, falo o quê, para essa mulher? Se o Ministério Público diz que não vai fazer mediação entre as secretarias; as secretarias "não têm recursos" ..., entre várias aspas, para liberar o benefício para essa mulher. Eu vou falar: "Minha senhora, fica em casa e se apega no que a senhora acreditar", porque, sabe, é o que a gente sente de angústia. Óbvio que não falo isso para ela... Tento, fervo os meus miolos, aqui, com as meninas, porque temos muito isso de compartilhar os casos. Então, vamos jogando tudo na mesa... assim, o que dá para fazer, tentamos tudo até o fim, ... e, aí, ficamos amarrados, então, é um desafio... eu coloco como um desafio, não coloco como limite, porque o limite nos paralisa, ... eu coloco como um desafio; atuar encima das políticas públicas em São Paulo é um desafio* (Participante B).

Outro fator que causa impacto para o trabalho profissional é o mau atendimento oferecido pelas políticas de segurança pública às mulheres que sofrem violência. As delegacias, quase sempre, não suprem as necessidades das mulheres que buscam o apoio necessário para superar tal situação. O mau atendimento recebido aliado às informações transmitidas pela mídia aberta, vaticinando uma suposta falência da Lei Maria da Penha, fazem com que o trabalho do Serviço Social tenha um desafio a mais para superar, em relação às mulheres atendidas:

> *[...] e isso é porque nem entramos ainda no âmbito de segurança pública. Porque vamos discutir o atendimento dessas mulheres nas delegacias, como os casos são tratados, as medidas protetivas que não são expedidas; muitas vezes nem são solicitadas e não é explicado para essa mulher o que é, a forma como elas chegam aqui desacreditando da lei e fazemos todo um trabalho de resgate, de mostrar para elas que a Lei Maria da Penha é recente... agora, em agosto, se não me engano, de 2007... agora em agosto vai fazer o quê? Sete anos. Então, é uma lei neném ainda, e que, mesmo assim, é muito redonda. É uma lei bonita mesmo, mas não é aplicada. E quando as mulheres chegam: "Ah, mas isso não existe" e entra a mídia, com outra estrutura do estado que temos, a mídia, a religião e a família. Esses três pilares que, quando a mulher se senta na nossa frente, com toda essa questão imbuída, ela fala: "Eu não vou na delegacia, porque eu vi no Datena ou eu vi no Marcelo Rezende, uma mulher que fez oito BOs [Boletins de Ocorrência] e morreu". Explicar para essa mulher. Porque essa mulher fez oito boletins, porque nada foi feito, é um trabalho nosso,... e então incide diretamente em nossa atuação, também... a não*

> *execução da Lei Maria da Penha, ... o descaso com que essa lei é tratada aqui no país e ai pegando o recorte menorzinho, aqui em São Paulo, Zona Leste, descaso total* (Participante B).

Assim, tanto o ideário sexista, imposto pela religião, como a estrutura familiar patriarcal e a mídia são, para a Participante B, importantes aspectos a serem trabalhados e desconstruídos com as mulheres atendidas pela Casa Viviane. Outro fator que dificulta o trabalho, de acordo com a entrevistada, é a ausência de recursos humanos compatíveis para o atendimento à demanda. A Smads, em sua normatização, abriu brecha para que diversos serviços socioassistenciais fossem tipificados com nomes e quadros de recursos humanos distintos da *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* (Resolução CNAS 109/2009). Com isso, muitos serviços ganham novos padrões, o que possibilita à Smads burlar, inclusive, os investimentos financeiros para a contratação de funcionários/as, bem como para a capacitação deles/as:

> *Aqui só tem um profissional de cada área, contrariando as normas técnicas de padronização dos serviços que,... pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Nacional, do Governo Federal, no programa de padronização, fizeram um documento, uma norma técnica de padronização dos Centros de Referência da Mulher: são dois assistentes sociais, dois psicólogos, dois advogados... não, um advogado, para orientação e dois educadores sociais. Aqui em São Paulo, isso não acontece. É totalmente defasado... tenho conhecimento de outros Estados, do Nordeste... que tem essa estrutura, óbvio que a questão salarial lá..., é muito menor do que aqui, mas eles garantem esse quadro e aqui não. Inclusive, pedimos aditamento para contratação de uma assistente social e de mais um psicólogo, porque a demanda psicológica é imensa e a demanda social também,... e eu faço 30 horas. Embora saibamos que as 30 horas, para nós, foi um avanço, um ganho, uma vitória, mas temos que fazer o enfrentamento constante para não fazer em 30 horas o que fazíamos em 40. E acabar sobrecarregando ainda mais. Então, só tem eu aqui, de assistente social* (Participante B).

Já para a Participante C, o sucateamento do serviço em que trabalha, causado em grande parte pelo recuo na aplicação dos recursos financeiros, faz com que tanto atendidos/as como trabalhadores/as sejam prejudicados/as. Um dos exemplos utilizados por ela, refere-se ao fato de que o Serviço Social não tem sequer uma sala apenas para atendimento, vez que o ambiente é utilizado também como depósito:

> *[...] entrei agora, no Guri, mas o tempo inteiro eu tenho ouvido que o projeto tem sido cada vez mais sucateado. Que a verba, há uns dois, três anos atrás, era bem maior. Essa verba sofreu um corte muito grande e isso interfere diretamente na execução do serviço. O Guri tem 44, 45 polos de ensino. Eu trabalho no polo que fica dentro do CCA Itaquera, mas a maioria dos polos ficam dentro dos CEUs [Centros Educacionais Unificados]. E são polos totalmente precarizados. Tem aluno com aula dentro do banheiro; que não tem instrumento suficiente. Então, tem polo em que as condições de trabalho são muito ruins, os computadores são*

> *péssimos. Tem falha de comunicação muito grande, por causa dessa precariedade dos instrumentos de trabalho oferecidos. No polo onde trabalho agora, a sala do Serviço Social, há uns dois anos que não fica pronta. Ela não está pronta. Faço atendimento lá por toda a questão do sigilo ético e respeito à pessoa que estou atendendo, mas não fico lá. É uma sala que não está pronta, não tem cabeamento de Internet, de telefone. Se for preciso fazer uma ligação, faço na sala de uso comum de todos os funcionários. E o sigilo já é prejudicado por essa questão. No atendimento, as pessoas têm que pular as carteiras, pular todo o material de depósito que está lá na sala do Serviço Social para conseguir sentar, para poder atender* (Participante C).

Como se apreende, o trabalho do Serviço Social, no Guri, tem sido prejudicado técnica e eticamente, devido à precarização do equipamento em tela: não há rede de Internet, o que é imprescindível para obter as informações pertinentes ao trabalho, como endereços de serviços para encaminhamento, normativas relacionadas ao trabalho profissional, ou mesmo notícias diárias, que podem impactar de alguma forma o trabalho profissional. Não há telefone e, assim, a Participante C precisa conversar com os/as atendidos/as em outra sala, prejudicando o sigilo. A sala do Serviço Social tem que ficar a maior parte do tempo fechada, já que, por guardar objetos, não é de fácil acesso a todos:

> *É uma sala dividida: uma parte é depósito, outra parte é a sala do Serviço Social. Então, fica fechada o tempo inteiro; não tem como deixar aberta, porque, se não, é um entra e sai e somem as coisas que estão no depósito. Então, a sala fica fechada, e quando tem atendimento, alguma questão que preciso resolver, aí eu vou, abro. Levo a pessoa lá, faço atendimento. Mas é muito ruim. Algo que me incomoda muito é a sala do Serviço Social ficar fechada. É uma sala que devia estar aberta o tempo inteiro, mas fica fechada por essa questão da infraestrutura que não é correta, não é adequada* (Participante C).

A assistente social informa que tem, incisivamente, reivindicado da instituição a resolução de tais problemas envolvendo a sala do Serviço Social, sem obter sucesso. Além disso, a Participante C afirma que há outros problemas de infraestrutura no Guri, além dos relacionados à política de hora extra dos funcionários, o que produz rebatimentos na remuneração dos/as trabalhadores/as:

> *E a maioria dos polos tem esses problemas na infraestrutura; tem problema com instrumento quebrado, que estão há um bom tempo sem conserto. Agora, baixaram nova normativa de recursos humanos, restringindo alguns direitos que se referem à hora extra, ao banco de horas. Tudo para ter um corte no nosso salário. Percebemos, sim, que tem impacto muito negativo: as mudanças na conjuntura, dentro do próprio governo, em relação à política de cultura, têm interferido de forma muito negativa na execução do projeto. Os alunos comentam bastante que antes, no Guri, tinha mais atividade, mais espaço, mais passeio e que, agora, já não tem tanto [...].* (Participante C).

Alguns problemas de infraestrutura causaram, inclusive, demandas de saúde nos/as trabalhadores/as e nos/as atendidos/as do Guri, o que fez com que a Participante C precisasse

mobilizar pais e mães dos/as usuários/as para reivindicar melhores condições no polo em que trabalha:

> *Nos últimos meses, foi horrível. Teve uma rebelião de pernilongos lá. Todos os pernilongos do mundo apareceram no CCA. E pedíamos material, repelente, qualquer coisa, dedetização, que aliviasse, que resolvesse o problema, e nada. Ficamos meses e meses orientando os alunos, os pais e as mães para ligarem na ouvidoria, para reclamar da situação. Alguns professores contraíram dengue, alunos também e não foi resolvido. O Guri não resolveu. Quem resolveu foi o jardineiro lá do Hospital Santa Marcelina que, em* off, *dedetizou o espaço. Ele não teve autorização para dedetizar, mas foi e dedetizou, assim, por debaixo dos panos, porque pedimos, porque não dava para suportar. No verão, foi um inferno total, porque as salas são superquentes, bem fechadas, não têm muita ventilação. Um calor insuportável e não tinha ar-condicionado, não tinha ventilador. Alunos passavam mal, durante a aula. Eu cheguei a passar mal, um dia, por causa do calor. E fazíamos solicitação de ventilador, solicitação de ventilador... Quando acabou o verão, que entrou o inverno, e começou um frio de matar, é que eles foram mandar os ventiladores. Mas, assim, é uma dificuldade enorme para conseguir equipamento básico para desenvolver um trabalho* (Participante C).

No caso do Serviço Social dentro da instituição, a Participante C percebe os desafios até mesmo na carga horária estabelecida, a qual não é compatível com o período de maior demanda para o atendimento, o que gera horas excedentes de trabalho, motivo de reclamação dos gestores:

> *[...] No Guri, sou uma única assistente social, no meu polo, para atender a 498 alunos, em seis horas. E o que a instituição faz, não define uma carga horária, não tenho carga horária definida. Por exemplo, das 9h às 15h, tenho que fazer meu horário de acordo com as necessidades do polo e tenho que me organizar para dar conta de tudo o que surge de trabalho e aí eles chamam isso de autonomia: "Ah, porque, damos autonomia para você trabalhar do seu jeito; para você fazer o seu horário". Mas, na verdade, é uma exploração bem silenciosa. É aquela coisa: se não estou no polo naquele horário, não vou ter como justificar que entrei mais cedo, porque de manhã, na quinta-feira, tem mais alunos. Eu tinha que estar de manhã e tenho que estar à tarde. Mas se gero banco de horas, tem cobrança porque estou com horas excessivas. Se desenvolvo uma atividade no sábado, porque na semana não deu, eu estou gerando hora extra excessiva. Então, é uma perseguição, exploração muito forte. Isso coloca muitos limites, não ter a valorização profissional, não ter o reconhecimento profissional. Não ter condições de participar dos espaços de organização e formação* (Participante C).

Além disso, a Participante C aponta como limites institucionais a ausência de valorização profissional, por parte das instituições contratantes, bem como a não liberação para que os profissionais participem das atividades de organização e educação permanente. Outros limites institucionais, de acordo com a entrevistada, referem-se ao caráter da instituição, que, além de ter um fundo religioso, é bastante ligada com o governo do Estado, o qual é gerido por um partido de direita:

> *[...] quem manda e desmanda são as irmãs marcelinas. [...] estou trabalhando numa ONG que tem relação direta com o PSDB [Partido da Social Democracia*

> *Brasileira]. As irmãs marcelinas são muito próximas do PSDB, e fazem defesa do governo, cega e temos que ter pulso firme no nosso espaço de atuação profissional, principalmente lá no CCA, que está no fundo do Hospital Santa Marcelina, onde elas têm livre acesso. Faz uns dois meses, elas levaram um candidato do PSDB lá, que eu não me recordo o nome. Estava fora do período de fazer campanha eleitoral, mas ele levou uns santinhos, algumas coisas. E aí, eu e alguns professores, tivemos que intervir, enfim. Então, tem essa relação que é bem complicada, essa relação política institucional que é bem complicada. [...]* (Participante C).

Percebe, assim, que a precarização dos serviços públicos tem sido um problema constante para a execução do trabalho das assistentes sociais pesquisadas.

A seguir, é vislumbrada de que forma o feminismo socialista tem sido utilizado, pelas participantes da pesquisa, como forma de fortalecer a materialização do projeto ético-político profissional, no trabalho cotidiano com o público atendido.

3.3.2.2 Aquisições feministas socialistas para o trabalho profissional

Quando indagada sobre como o feminismo socialista interfere ético-política e teórico-metodologicamente para o seu trabalho profissional, a Participante A menciona que rechaçava as leituras do feminismo liberal, por compreenderem a opressão vivenciada pelas mulheres em si mesma. Assim, ela apenas se aproximou das discussões de gênero, quando percebeu que poderiam ser analisadas articuladamente com a questão de classe:

> *[...] Porque eu tinha um cansaço da discussão, uma contação liberal, uma questão de mulheres só para mulheres. Quando peguei um viés classista, um viés socialista, que é o que fazemos, consegui começar a entender a condição da mulher dentro de um projeto de sociedade. E de que essa condição dessa mulher é necessária para perpetuar também esse projeto* (Participante A).

É analisando a condição da mulher dentro desse projeto de sociedade, conforme já descrito, que a Participante A avalia a situação das mulheres atendidas, bem como as possíveis conduções para o atendimento.

> *[...] Por muitas vezes, por exemplo, se você vai conversar com uma mulher, mãe de uma família, na qual ela é vulnerabilizada, é violentada, se você não entender ela, em nenhum momento, como mulher, não consegue fazer o atendimento dela* (Participante A).

De acordo com a Participante A, sua análise feminista socialista da realidade contribui, inclusive, para rechaçar condutas machistas, moralistas e autoritárias:

> *[...] Uma pessoa que estava discutindo que a mãe trancou os filhos, deixou com o avô e foi para a balada: "Ah, como assim, ela abandona os filhos e vai para a balada?". Eu falei: "Como assim, a vida em sociedade não permite que a mulher exerça sua vida sexual e social". Porque, por exemplo, para um homem, a estrutura familiar, se é pai solteiro, se mobilizam diversas estruturas familiares e sociais, para falar assim: "Eu cuido". Uma aliança de amigas que vão olhar a criança por ele, é uma aliança mais voluntariosa de família, que vai falar: "Não, você tem que ter uma vida sexual e social". Agora, para a mulher, isso é plenamente negado. E nenhum técnico vai discutir com ela aonde e como conseguir mecanismos para organizar isso. Para ela ter vida social e sexual. Até mesmo porque o controle dessa vida social e sexual é interessante, dentro da lógica de sociedade que a gente tem [...]* (Participante A).

Assim, percebe-se que o feminismo socialista, para a Participante A, conduz à construção de estratégias de atendimento aos/às usuários/as muito mais libertárias, por meio do rechaço a ações tuteladoras que visam coibir comportamentos com o objetivo de adequar os sujeitos ao modelo de sociedade vigente (capitalista, patriarcal, etc.). Ela exemplifica essa incidência do feminismo socialista sobre seu trabalho profissional, quando conta um pouco de sua história com as adolescentes acolhidas na instituição em que trabalhava.

> *[...] Muitas vezes, com as meninas do acolhimento, tinha. Não sei se eu me sentia mal ou se era melhor ou pior. Porque, a lógica é tão cruel, de você ter que virar para uma menina, que tem o desejo de ir para um baile* funk*, porque é algo que está posto para a idade dela. Você vira e fala: "Olha, não vai com essa roupa. Não vulgariza. Que sei lá o quê. Porque tais pessoas podem se aproveitar de você, e tudo o mais". E de você estar lá pensando: "Ela podia ir com o que quisesse, aonde ela quisesse ir". Mas eu tenho que ser a pessoa que vai tutelar uma fala nesse sentido, sabe. Então, você fica num conflito muito maior, objetivamente, constantemente, na mediação, principalmente com as meninas e com as mulheres, porque você tende, o trabalho do técnico, do assistente social, tende a cair na moralização de alguns aspectos, porque acaba sendo um processo, um mecanismo pedagógico de coerção das pessoas, de forma a adentrarem num padrão e resolverem as temáticas sociais mais fáceis.Quando quebrar esses aspectos, são muito mais difíceis, dão muito mais trabalho, dão uma articulação de relações pessoais muito maior, mas você emancipa a pessoa. [...]* (Participante A).

O dilema ético relatado, ganha resolução, quando a Participante A avalia que o feminismo socialista contribui, ética e politicamente, para que ocorra uma análise integral dos sujeitos atendidos, enquanto seres com perspectivas de desenvolvimento e liberdade, podendo escolher entre alternativas que se lhes apresentam em seu cotidiano, ao invés de apenas seguir recomendações dos/as assistentes sociais. Enfim, o feminismo socialista contribui para que as/os atendidas/os sejam compreendidos/as como sujeitos éticos.

> *[...] Você consegue conceber ela como humano integral, com todas as possibilidades, mediações, feliz, como uma pessoa que vai se desenvolver em diversos aspectos. Então, isso mexe muito. Agora, esse negócio não é fácil não (risos).* (Participante A).

O feminismo socialista também contribui para que as profissionais se vejam nas usuárias dentro de uma perspectiva humanista; a condição de classe aproxima usuária e trabalhadora, no caso, a assistente social. A Participante A exemplifica tal assertiva, contando uma história que vivenciou quando trabalhava no Centro de Acolhida misto para a população em situação de rua. De acordo com ela, muitos/as profissionais não gostavam de atender mulheres em situação de rua, uma vez que o fato de "estar na rua", para a mulher, simboliza a total degradação de sua vida e um dos últimos estágios de sua marginalização. Para não estar na rua, algumas mulheres se subordinam aos homens, o que faz com que as/os assistentes sociais tenham que efetuar uma intervenção ainda mais complexa, para que essas mulheres não saiam da situação de rua ou de institucionalização e caiam no círculo vicioso da subordinação de gênero e classe:

> *[...] as pessoas tinham uma ojeriza muito grande, e tem, no acolhimento de mulheres. Primeiro, porque mulher, quando vai parar em situação de rua, já está no ápice da marginalização. As mulheres se articulam, ou se tutelam por um homem muito mais facilmente para não pararem em situação de rua. Para muitas delas, quando estão na situação de rua, a saída é conseguir um homem. Então, o trabalho é muito maior. Mas, quando elas estão lá e já numa situação mais vulnerável possível, você fica tentando reconstruir a história delas. [...]* (Participante A).

Para exemplificar o que seja "reconstruir a história delas", a Participante A conta a história do atendimento de uma mulher que ninguém queria realizar. A usuária andava muito devagar e havia rumores de que seria portadora do vírus da Aids, e por isso as pessoas evitavam tocá-la. A Participante A, no papel de assistente social, foi a única profissional a conversar com essa mulher e a tratá-la como um ser humano; a atenção oferecida à usuária favoreceu a construção de vínculos entre ela e a Participante A, o que possibilitou que a assistente social conhecesse a história de vida dessa mulher:

> *[...] E aí, puxando as conversas, que eram muito difíceis com ela, vim a saber que ela foi prostituta durante muito tempo, e que daí, nos processos de drogadição, espancamento, da vida de trabalho sexual, teve um primeiro marido e quatro filhos, e perdeu a guarda de todos eles. Uma vez, chorando, ela pediu para falar com eles, por telefone, ela se lembrava do número. Liguei e a mulher não queria deixar eles falarem com ela. Eu comecei a falar sobre os direitos dela, também, de ter contato com as crianças, por mais que estivessem lá. [...]* (Participante A).

Os filhos da atendida estavam sob a guarda de uma mulher, que a usuária deixava sob os cuidados, quando trabalhava como prostituta. A Participante A, além de informar seus direitos quanto aos filhos, facilitou, também, seu encaminhamento para a retirada de documentos e atendimento em saúde mental, uma vez que ela o demandava.

> *[...] Ninguém tinha paciência de entender o que a vida fez com ela, para que estivesse naquela situação [...] Então, o tempo que fiquei com ela lá, conseguimos, por exemplo, provar que ela não tinha nenhuma doença sexualmente transmissível, que era o estigma que tinha em cima dela, remontar as documentações e começar a fazer o atendimento psiquiátrico. De forma que, até mesmo para fazer os atendimentos médicos e tal. Por exemplo, o médico, no emergencial, não conseguiu identificar porque ela tinha aquela dificuldade de locomoção e aquela lentidão. Ele apontou já para o psiquiatra, para ele analisar. Então, quando eu saí de lá, fiquei seis meses no Centro de Acolhida e consegui chegar até ali com ela. Para mim, era muito para quem estava tanto tempo sem nada* (Participante A).

Quando indagada sobre se o feminismo socialista a tinha auxiliado a ter paciência para entender o histórico de vida daquela atendida, a Participante A menciona o seguinte:

> *Sim, uma boa leitura de classe, de que classe eu faço parte, e me identifico muito mais com essas pessoas do que com qualquer outra e de que a história dela como mulher poderia ser a minha, porque essa sociedade vai fazendo da gente diversos objetos, me mobilizou a pensar. Porque quantas dessas mulheres já não foram feitas de mula, não passaram por tráfico, não passaram por qualquer situação e não que objetivamente elas tendessem àquilo, mas as coisas vão se encaminhando num sentido que, quando veem, já estão tão absorvidas, que o certo é tocar o barco. Estava discutindo muitos casos de tráfico humano, e fico apavorada, com medo de um dia entrar numa dessas rodas sem querer e ser engolida por ela, e você não vê mais como sair. Porque é o que acontece com boa parte delas. Elas entram nessas rodas da vida, dos objetos do mercado e não saem nunca mais* (Participante A).

A leitura de classe da entrevistada fez com que ela se colocasse no lugar da atendida: seu reconhecimento de classe permitiu que a Participante A se reconhecesse, naquela mulher, como membro da classe trabalhadora e mulher oprimida, o que facilitou a empatia entre assistente social e a acolhida, para que o atendimento fosse oferecido de maneira consentânea às necessidades dela. O entendimento da Participante A, em relação à asserção de classe da atendida, possibilitou o seu atendimento como membro da classe trabalhadora, com especificidades de gênero, e não apenas como mais uma usuária de serviços socioassistenciais de acolhimento para adultos/as, nos quais o atendimento costuma ser homogeneizado, bem como os encaminhamentos oferecidos aos sujeitos.

A Participante B também concorda que o feminismo socialista ajuda as assistentes sociais que militam nesses movimentos, no que tange a uma leitura mais geral da condição da mulher na sociedade patriarcal e de classes, o que facilita o atendimento das mulheres, para além de suas demandas aparentes. Quando indagada sobre até que ponto o feminismo socialista apoia a sua educação permanente profissional, a Participante B disse:

> *Para mim foi fundamental, porque vejo que sem compreender o que é a mulher nessa sociedade e, ainda mais, o que é a mulher trabalhadora, negra, periférica, nessa sociedade, nesse sistema capitalista em que vivemos, é não conseguir ter a visão da totalidade para fazer um atendimento. Sempre, quando eu atendo a uma usuária aqui na casa, tento colocar essa mulher em movimento. Onde essa mulher está? Da onde ela vem? Como chegou até aqui? O que ela está buscando de fato?*

> *Porque nem sempre, nos relatos iniciais, a essência do que ela está buscando aparece, e esse é o nosso trabalho. Entender a essência. E dentro do projeto ético-político, sempre trago essa discussão para as mulheres, e em grupo é até muito mais forte do que individualmente, porque vão trazendo coisas da vida, muito, muito, muito... e tento colocá-las em movimento, mostrar que isso que acontece com elas, acontece por um motivo[...]*. (Participante B).

De acordo com a Participante B, colocar as mulheres atendidas "em movimento" só é possível a partir dos estudos feministas e da militância no Ana Montenegro, e não na cotidianidade imediata. De acordo com ela:

> *[...] e é nos estudos feministas que vamos nos atendo, não no cotidiano, mas nos estudos feministas, vamos entender o quê? Como o trabalho dessa mulher é invisível, é entendido como não trabalho. E mostrar para ela que "não, esse trabalho gera valor". Não gera lucro direto, mas gera um valor, para a vida, para que as outras pessoas da casa possam se reproduzir no mercado de trabalho, o seu trabalho aqui dentro gera valor. E é nas discussões dentro do coletivo, que consigo ter essas percepções e aqui também, com as meninas, porque cada uma tem um agrupamento, mas a nossa visão, em alguns aspectos, claro, porque são agrupamentos diferentes, com linhas políticas diferentes também, mas temos muita convergência, e poucas divergências. O feminismo, para mim, para minha atuação, faz a diferença em tudo. Porque tudo o que faço, da hora em que acordo até a hora em que deito é com esse pensamento dessas relações de gênero, o tempo inteiro. [...] quando me apresento, inclusive, falo: "Meu nome é (...), sou assistente social, sou feminista...", isso diz muito de como atuo. Sei que tem muitas assistentes sociais, que atendem nos Centros de Defesa, que não são feministas. Mas não vou dizer que o trabalho delas é menos qualificado. Se elas estão incidindo e garantindo o acesso dessas mulheres às políticas públicas, que é uma das nossas atribuições, perfeito! Não dá para passar por um Centro de Defesa sem fazer essa discussão com as mulheres [...]*. (Participante B).

Para a Participante B, o feminismo socialista interfere totalmente em seu trabalho profissional com as mulheres vítima de violência, a partir do entendimento não apenas dos motivos pelos quais vivenciam tal situação, mas, também, de outros aspectos das relações desiguais de gênero dentro do capitalismo, como o próprio trabalho doméstico invisível, que cumpre importante papel para a reprodução da força de trabalho e, assim, para sua apropriação sem custos pelos capitalistas. O fato de se apresentar como assistente social feminista, afirma de que forma a assistente social em tela acredita que o feminismo socialista tem contribuído para seu trabalho profissional, conforme afirmou quanto à sua asserção de classe, que se diferencia do feminismo liberal:

> *Assim, sempre tento trazer para elas, porque não é só o coletivo onde participo, não é somente um coletivo feminista. Temos um recorte claro. Somos um coletivo feminista classista. Temos um lado na luta de classes. Sempre quando discuto com as mulheres aqui, com as meninas da equipe, ou em qualquer outro espaço que eu ocupe, trago o recorte de gênero e o recorte de classe, sempre. Porque não podemos nos esquecer de onde estamos falando, e muito menos das mulheres que estou atendendo. Vivemos num dos bairros mais pobres de São Paulo. Periferia... sabe, as contradições e as violações de direito são constantes. Não posso fazer um*

> *atendimento que não tenha como pano de fundo a discussão de classe e a discussão de gênero [...]* (Participante B).

Assim, a discussão de classe, atrelada ao gênero, auxilia na forma de entender a situação das mulheres periféricas e negras que atende, não esgotando a análise apenas na inserção subordinada das mulheres na sociedade. Tal entendimento faz com que a Participante B compreenda as mulheres atendidas não apenas em sua demanda por uma vida sem violência, mas construtoras de uma nova sociedade, em que os valores patriarcais e sexistas não sejam reproduzidos nas relações cotidianas, mesmo nos marcos do capitalismo:

> *[...] porque a maioria das mulheres são as matriarcas da casa, mas sofrem as contradições, as violações de direito, da mesma forma, assim, como é... elas ainda estão no sistema patriarcal, mas são as chefes da família. É mais ou menos isso que eu quero dizer... e dizer para elas que não, que elas não precisam ficar reproduzindo esse sistema patriarcal, que isso pode ser quebrado, que outra forma de se socializar nas relações com seus filhos, nas relações com a sociedade, que pode ser diferente... isso só é possível porque tenho algo fora. Aprendi muito aqui dentro, muito mesmo. Mas lá fora eu aprendi muito também. E a junção dos dois é o que me dá essa segurança de dizer para essas mulheres. De acreditar, de dizer para elas que acredito que elas são capazes, que elas podem romper com isso e de se relacionar de outra forma... com a sociedade, com o companheiro, com a vida, com a família, com filho... É nessa certeza que eu trabalho aqui... e essa é a diferença... eu acredito que é essa a diferença na minha atuação [...]* (Participante B).

O fato de trazer as mulheres para as discussões mais amplas da sociedade de classes, em que as desigualdades de gênero e de raça/etnia se cristalizam, faz parte de uma análise de totalidade da situação das atendidas, conforme a Participante B expressa sobre as abordagens utilizadas com as mulheres:

> *[...] Óbvio que não trago coisas complexas para elas, mas, às vezes, assistimos vídeos no coletivo e eu trago para elas assistirem também. Se é um vídeo bacana, que vai despertar uma discussão para elas, eu trago, porque isso ajuda a amadurecer. Porque, se eu não acreditasse de fato que somos passíveis de transformação e de romper com esse sistema patriarcal, capitalista, machista, racista, enfim... eu não sei... eu não veria muito sentido em ser assistente social também [...]* (Participante B).

Já a Participante C acredita que a militância no movimento feminista socialista auxilia na leitura de sociedade como um todo e não apenas na situação das mulheres trabalhadoras. Esse ideário, de acordo com ela, propicia a superação de sua cotidianidade profissional, reforça o seu entendimento de ser parte da classe trabalhadora e potencializa a ação direcionada aos/às usuários/as, para que eles/as também entendam sua condição de classe:

> *É essencial. É um movimento constante de reflexão sobre o cotidiano, não só sobre a condição e a situação das mulheres nessa sociedade de classes em que vivemos, mas sobre o sistema político vigente... sobre as questões estruturais, sociais e*

> *políticas que interferem diretamente em nosso trabalho e que geralmente no dia a dia da profissão, da execução da nossa profissão, da nossa prática, não temos muito tempo para pensar, para refletir, para se dotar de uma conduta crítica. Então, o movimento auxilia muito nesse processo. De eu me entender como alguém que está ali para garantir direitos, mas que também tem direitos, que também é trabalhadora, para reforçar minha consciência de classe e contribuir para que eu, de certa forma, ajude nessa construção da consciência de classe, também das pessoas que eu atendo; para trazer as pessoas para essa perspectiva da luta social, da luta contra o capitalismo [...]* (Participante C).

Assim, o feminismo socialista permite que o cotidiano profissional seja revitalizado pela crítica à sociedade vigente, rompendo com a alienante e alienada apreensão da cotidianidade, na qual os/as profissionais, por estarem tão envolvidos em seu caráter de imediaticidade, podem reproduzir o senso comum e a culpabilização dos/as atendidos/as, não intervindo de maneira crítica sobre as situações vivenciadas no trabalho profissional.

> *[...] Não fica um trabalho alienante. Porque estamos todo dia recebendo uma enxurrada de informações e histórias e de relatos que se não nos policiarmos, não pararmos para refletir, para analisar criticamente, reproduzimos o senso comum, acabamos criminalizando a pessoa que atendemos, acabamos criminalizando a situação de pobreza ou de vulnerabilidade em que a pessoa está inserida, justamente porque o dia a dia de trabalho não dá condições de pensarmos a nossa prática. Então, o movimento é um espaço que eu tenho não apenas de atuação e luta política, mas também de formação. Formação enquanto militante, formação enquanto profissional. [...]* (Participante C).

A Participante C considera que a militância no movimento feminista socialista ajuda na atuação profissional, por meio da incidência direta dos movimentos com esse recorte, na intervenção junto às atendidas:

> *E atuar no movimento também contribui com o desenvolvimento de ações no próprio espaço de atuação. Na Casa Cidinha chegamos a desenvolver algumas atividades, a roda de conversa; no Sasf, no 8 de março, ano passado, fizemos um seminário. O movimento de mulheres Olga Benário participou para falar o porquê da data, da necessidade de organizar a luta das mulheres. Então, contribui também com o desenvolvimento de algumas ações. [...] Querendo, ou não, algumas ações que desenvolvo no meu trabalho são pensadas e construídas no espaço de militância, assim. Não penso sozinha no Guri, como não pensava sozinha no Sasf. Muito da minha ação penso e construo com as companheiras do movimento* (Participante C).

Assim, a Participante C não apenas utiliza o conhecimento adquirido na militância, como também utiliza as ações do movimento em prol da intervenção.

3.3.2.3 Diferenças percebidas entre a atuação de quem milita e de quem não milita no movimento feminista socialista, na ótica das entrevistadas

Neste quesito, questiona-se as participantes se percebem diferenças entre a própria atuação, por militarem no movimento feminista socialista, e a atuação dos/as demais profissionais que não militam em movimentos com esse recorte.

A Participante A informa que percebe tal diferença, e que já teve problemas em duas oportunidades, com profissionais com as quais fazia dupla. Dessa forma, conta como foi um dos entraves com uma profissional, que tinha posicionamento distinto no atendimento às crianças e aos adolescentes acolhidos/as:

> *Consigo (perceber a diferença) porque quebro muito mais a cara argumentando. Então, acabo tendo um desgaste um pouco maior. [...] eu falava que se fosse necessário, para executar um passo militante na área da infância e articular o conselho municipal de direitos da criança e do adolescente, conselho da assistência, eu faria, como parte do meu trabalho também, porque aquilo era importante naquele momento para as crianças. Ela não concordava muito com essas coisas, achava que era passeio, que era diversão e fomos quebrando o pau [...]* (Participante A).

Por ter postura mais engajada na militância voltada à infância e juventude, a Participante A teve problemas com a assistente social com quem fazia dupla, a qual só dava atenção à parte superficial do atendimento (passeios que pudessem fazer com que as crianças e os/as adolescentes se divertissem). Não entendendo a diversão como um elemento menos importante no trabalho para com as crianças e os/as adolescentes, a Participante A considerava que havia outros espaços importantes, inclusive de discussão mais ampla da política, que poderiam facilitar o atendimento dos/as usuários/as, para além apenas das atividades recreativas. A maneira engajada com que levava a sua atuação causou impacto positivo em seu trabalho na rede de atendimento.

> *Por exemplo, na rede, sempre pressenti que meu trabalho era respeitado e que meu trabalho, se não fosse respeitado pela forma como se posicionava, era articulado, já vinha com todos os elementos prontos, era respeitado, porque era extremamente amarrado a um conjunto de coisas. Então, por exemplo, eu nunca fiz um relatório para interpelar algo para a prefeitura, [...] que já não tivesse amarrado com o fórum e com o conselho e tivesse construído a rede. Quer queira, quer não, o trabalho já estava todo estruturado. Então, essa atuação política, essa organização, esse entendimento, sempre foi um macete muito grande* (Participante A).

Para ela, a forma de articular as políticas locais, com vistas ao atendimento dos casos, também tem a ver com a militância feminista socialista. A Participante A infere que as

políticas devem ser trabalhadas articuladamente, inclusive no que se refere ao atendimento às mulheres:

> *[...] Inclusive, para dialogar com outros serviços, que todos os serviços têm mulher. Desde o de idosos, ao de população de rua, ao de habitação, todos têm o mesmo complexo dentro da vida da mulher, que é a parte mais vulnerabilizada. Então, se não temos nenhum entendimento dessa lógica e não entendemos a mulher no conjunto dessas relações, não conseguimos articular... é a mesma mulher que estava em situação de rua, é a mesma mulher que foi para a instituição de longa permanência, quando virou idosa* (Participante A).

Já a participante B consegue perceber a diferença na atuação por meio das análises que faz dos casos que atende:

> *Percebemos a diferença, Lú, em algumas análises mesmo. Porque fazemos a análise o tempo inteiro, dos nossos atendimentos, não fazemos? Atendemos e logo fazemos uma análise. E essa análise é feita a partir de um posicionamento político. Temos o nosso projeto ético-político, daí não interessa se você é organizada ou não. Isso é um horizonte. Tudo bem que não é hegemônico. Nem todo mundo o segue. Nem todo mundo acredita nele. É que somos muito ousadas. Nosso projeto, nosso código de ética, nosso projeto ético-político são muito ousados. E nem todos os nossos companheiros de categoria entendem, o compreendem. Por isso existe disputa. Por isso existe enfrentamento dentro da categoria. Percebemos na fala, na forma como o sujeito analisa os casos que tem* (Participante B).

Esse posicionamento político, com o qual analisa os casos, faz parte do que a Participante B comenta sobre a forma como o feminismo socialista contribui para sua atuação: para ela, a análise de gênero e classe ajuda no entendimento da situação das atendidas e na condução da intervenção, fortalecendo-as na construção de novas relações familiares, pessoais e sociais, dentro de uma perspectiva libertária, que rechaça o sexismo.

Além disso, o feminismo socialista proporciona um olhar mais cuidadoso para com a demanda atendida, independentemente da forma como se apresenta. A Participante B exemplifica essa fala, com uma situação que lhe aconteceu, quando atendeu uma mulher que era usuária de *crack*, enquanto cobria as férias de uma assistente social em um serviço voltado ao atendimento da população de rua:

> *Recentemente, eu estive fazendo um trabalho temporário no Recifran. [...] E a primeira usuária que atendi, me disse que era usuária de crack e que tinha um companheiro que não a apoiava no tratamento no Caps[Centro de Atenção Psicossocial]. E, na hora, falei: "Mas como é sua relação com ele?". Aí já começa a fazer outro atendimento. E ela começou a descrever, e eu comecei a perguntar: "Ele costuma agir assim, assim, com você?". E ela: "Sim". Aí falei: "E assim, assim, assim?". Ela: "Também". Eu falei assim: "Então, precisamos entender o que é essa sua relação com esse seu companheiro. Até que ponto é uma dependência pelo âmbito das drogas, até que ponto é uma dependência afetiva". Aí a encaminhei para o CRM. Eu falei: "Você vai no Centro de Referência da Mulher, porque lá elas vão fazer um trabalho com você. Assim, assim, assim...". Então, é entender além do aparente. A mulher nunca vai chegar numa porta de Cras, a não ser que esteja no limite, de dizer: "Estou sofrendo violência, preciso de ajuda". Não. Agora, na sua intervenção profissional, ouvindo e entendendo o que são as*

> *relações de gênero, você consegue perceber: "Esta mulher está em situação de violência". E propõe, porque não pode obrigar essa mulher. As mulheres têm seu tempo para vir. [...] Mas uma intervenção sua, ela saber que existe um serviço desse, já faz toda a diferença. E isso fazemos, para mim, quando temos um recorte de gênero e que nem todas nós temos... nem todas as mulheres são feministas, infelizmente. [...]* (Participante B).

Por meio de sua análise de gênero e classe, a Participante B percebeu a opressão vivenciada por aquela mulher, cujo companheiro não apoiava a sua inserção no Caps. Assim, ela conseguiu, por meio de aproximações sucessivas, compreender um pouco aquela situação, realizando um encaminhamento trabalhado na análise de gênero. O próprio respeito quanto ao tempo dessa mulher procurar ou não o serviço para o qual está sendo encaminhada, revela outras aquisições relacionadas ao alinhamento entre o feminismo socialista e o projeto ético-político profissional: a liberdade como valor ético central e todas as demandas que dela decorrem devem ser valorizadas, inclusive no que tange ao desejo individual das mulheres de procurar ou não o apoio nos serviços de atendimento ou mesmo de procurar saídas alternativas para a situação de violência.

Assim como a Particpante B, a Participante C também considera que o feminismo socialista auxilia nas análises que faz das situações e no direcionamento a ser dado ao trabalho com os/as atendidos/as. Isso diferencia sua atuação da dos/as demais profissionais que não militam em movimentos com esse recorte:

> *Se expressa [o feminismo socialista] na forma como analiso as situações, principalmente, se considerarmos, agora, na educação musical, nem tanto, mas quando eu trabalhava na assistência social, a maior parte da população atendida era formada por mulheres da classe trabalhadora. Mulheres que estão aí expostas às mazelas desse sistema e que sofrem de forma muito incisiva a opressão do capitalismo, a opressão sexista. Então, ser uma feminista socialista, fazer essa discussão, esse debate, nesse processo de formação constante enquanto feminista, enquanto militante, me auxilia não apenas na análise que faço das situações que surgem, que vão emergindo no cotidiano da profissão, da minha atuação profissional, mas também me ajudam a pensar a ação que vou desenvolver. [...]* (Participante C).

A Participante C explicita que, nas políticas sociais, a tendência é haver uma culpabilização da mulher e, sobretudo, da mãe:

> *[...] Porque é muito comum, principalmente, no trabalho da assistência social com famílias, a criminalização da mulher, uma responsabilização, uma culpabilização da mulher pela situação de miséria que a família está vivenciando, pela aproximação do adolescente com a criminalidade. É tudo culpa da mãe, da mãe, da mãe! Na educação, também tem muito isso. "É porque a mãe que não fez; é porque a mãe que não deu atenção. É porque a mãe que fica fora de casa e não cuida dos filhos. É porque a mãe que não limpa a casa direito"... tudo, tudo volta para a mulher. Então, se eu não fosse feminista e não tivesse essa perspectiva de classe, classista, não apenas de discutir questões de gênero, mas de discutir a relação do*

> *capital com a opressão da mulher, eu reproduziria facilmente essa culpabilização da mulher, ao invés de desenvolver um trabalho que desperte a consciência crítica e que desperte essas mulheres também para entender, para se identificar enquanto trabalhadoras, para se identificar enquanto mulheres; muitas não se identificam nem como mulheres... é só mãe ou esposa e não se reconhecem como sujeito de direitos, enfim...* (Participante C).

Nas políticas sociais atuais, como naquelas que originaram as primeiras ações assistenciais no Brasil, a mulher, por ser a "cuidadora" dos filhos e do lar, conforme os preceitos da sociedade capitalista patriarcal, tem a função (e somente ela a tem, dentro da família) de oferecer todos os cuidados para que crianças e adolescentes se desenvolvam integralmente. Assim, percebe-se que, apesar de se configurarem como um avanço civilizatório, as políticas de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes têm se dado, em grande medida, a partir da opressão vivenciada pela mulher na sociedade de classes, que deve se manter como a cuidadora, no âmbito doméstico, enquanto a figura masculina, ou seja, o pai (quando está presente, já que é crescente o número de mulheres que mantém sozinhas suas famílias), continua sendo o "mantenedor" da casa.

Atualmente, como já explicitado também pela Participante B, as mulheres têm exercido tanto a função de cuidadoras como de mantenedoras do lar (o que ela denomina de "matriarcas da família"), mesmo por causa desse distanciamento da figura paterna nas famílias trabalhadoras. Esse fato, em vez de melhorar o *status* da mulher na sociedade, causa sobrecarga ainda maior de trabalho, uma vez que elas não contam com serviços que possam dividir a tarefa de cuidados para com os/as filhos/as pequenos, idosos/as, pessoas com deficiência, e outros segmentos, os quais, culturalmente, tem demandado o trabalho feminino no âmbito doméstico/familiar.

A ideologia, que faz com que as mulheres sejam remetidas ao espaço do cuidado, faz com que elas mesmas não se percebam para além de seu papel de esposa e mãe, como afirma a Participante C, o que demanda uma energia ainda maior da assistente social em tela no trabalho com as mulheres, para que elas se vejam como sujeitos de sua história.

Assim como a Participante A, a Participante C teve entraves importantes com outras profissionais, assistentes sociais, por analisar as demandas institucionais apresentadas a partir da análise de classe e gênero:

> *[...] No Guri, nem tanto, mas no Sasf era super complicado. Eu tinha uma gerente ultraconservadora que se chegava uma mãe (elas tratavam a mulher como mãe), contando a situação de que a filha estava ajudando em casa, ela já queria mandar o caso para a Vara da Infância, para o Conselho Tutelar, porque a mãe... "porque isso é trabalho infantil, é exploração do trabalho infantil e essa mãe está errada, está impedindo a filha dela de ter um bom desenvolvimento". E ela não analisava a situação, não contextualizava a história dessa mulher, não entendia porque a*

> *família estava vivendo naquela condição, já queria adotar uma prática de criminalização mesmo, de tirar a guarda, o que é absurdo, é até contra o ECA; e aí você vai fazer uma ação que é totalmente diferente, escreve um relatório que é totalmente contrário do que gostaria que estivesse no relatório e ela queria interferir no relatório, que eu mudasse meu relatório. Não queria protocolar meu relatório no Cras, porque somos um serviço conveniado ao Cras, antes que eu mudasse o que eu tinha colocado, antes que fizesse outra análise, antes que tivesse uma conduta que ela queria e que eu não concordava nenhum pouco. Então, era um embate diário* (Participante C).

As análises de cunho feminista socialista realizadas pela Participante C, foram alvo de resistência por parte da coordenadora do serviço, a qual, inclusive, queria vetar a protocolização de relatórios no Cras de referência. Tal atitude da coordenadora do equipamento pode se configurar como violação à ética profissional, uma vez que os/as profissionais devem ter autonomia na condução de seus trabalhos. Apesar de não exercer a função, a coordenadora do serviço era assistente social. De acordo com a Participante C:

> *[...] E ela costumava bater no peito e dizer que não era assistente social lá; que era coordenadora. Aí, um dia, peguei o Código de Ética e falei: "Independentemente do cargo que executa, você está aqui porque é assistente social, você foi contratada porque é assistente social, então, você responde ao Código de Ética da mesma forma que eu", enfim. Eu tinha mais embate com ela do que com outras pessoas. Era muito complicado* (Participante C).

O feminismo socialista, atrelado ao projeto ético-político, permitiu à Participante C se colocar criticamente diante da situação, enfrentando quem fosse preciso (inclusive sua superiora imediata) para colocar em prática o trabalho profissional atrelado aos princípios éticos da profissão, postulados a partir do rompimento com o conservadorismo. Enfrentamento parecido, a Participante C empreendeu quando em discussão com uma assistente social do Guri, de outro polo, que também tinha atividade docente em uma universidade, no curso de Serviço Social:

> *Logo que entrei, fui conhecer os polos com as outras meninas que entraram comigo e, em um dos polos, a assistente social falou que, no começo do ano, iria desenvolver uma atividade com as alunas e com as mães das alunas para falar que a forma como elas estavam se vestindo não era adequada, que elas estavam usando roupas que não eram adequadas na aula e que isso acabava provocando a libido dos meninos. [...] Uma assistente social que, inclusive, já concluiu o mestrado. Ela é assistente social de outro polo [...], numa região da periferia e ela dá aula [...]* (Participante C).

Mais uma vez, a moralização dos comportamentos femininos aparece na dinâmica do atendimento de assistentes sociais, que não apenas exercem a profissão, mas atuam como professoras, e podem estar reproduzindo tal entendimento nas aulas, causando danos para a formação profissional dos/as novos/as assistentes sociais. A moralização, com a qual a assistente social em tela visava tutelar o modo de se vestir das atendidas, tinha como foco a

culpabilização das mães (mais uma vez) e a culpabilização das próprias meninas, por alguma violência sexual que viessem a sofrer, como se pode apreender da análise feita pela entrevistada:

> *[...] É, exatamente, a culpa é da mãe; a culpa é da aluna que usa uma saia, que, para ela, é inadequada e ela é estuprada, ali em [...], uma região que ela diz que tem muito estuprador... olha o preconceito com o local: "Não, porque aqui em [...], gente. Olha no seu entorno. Olha em volta", ela falava para gente* (Participante C).

Após a expressão de tais preconceitos, algumas assistentes sociais presentes se colocaram contra a forma de conduzir tal ação:

> *E logo na primeira semana, nesse primeiro contato com a assistente social, eu e outra assistente social que entrou comigo falamos: "Não, não concordamos. Não acho que essa é a atuação correta. É totalmente errado convocar as alunas e as mães para criminalizar a conduta dessas meninas, a forma como elas se vestem. O debate tem que ser outro. A ação educativa tem que ser outra e com todos os sujeitos envolvidos na história. E não de culpabilizar a mulher pela violência que ela sofre... mas é uma assistente social que tem essa conduta e que fala assim sem nenhum medo. E ela ainda olhou para mim e falou: "Mas você tem que tomar cuidado para não transformar a sua bandeira pessoal na bandeira do polo". Aí eu falei: "Não, a minha bandeira vai ser a bandeira do polo, sim. Isso é um absurdo"* (Participante C).

Apesar de ter forças para empreender embates diretos contra o machismo na instituição em que trabalha, a Participante C conta como, às vezes, se sente sozinha, pelo fato de não ter, nos espaços sócio-ocupacionais onde tem trabalhado, outras pessoas com entendimento de gênero e classe parecido com o seu, o que pode revelar que muitas pessoas envolvidas nas políticas socioassistenciais tenham um olhar conservador sobre as expressões da questão social:

> *[...] Ficamos o tempo inteiro num embate constante com as pessoas que trabalham conosco. E aí você é louca, é a feminazi, é a intolerante. A pessoa está expressando um preconceito, negando um direito que é do usuário, por uma visão discriminatória, preconceituosa. Você vai defender o óbvio, e é a intolerante, a louca, a maluca. Muitas vezes, minha atuação é muito solitária, justamente porque as ações que penso são diferentes das ações que as outras profissionais e os outros profissionais pensam e querem desenvolver. Não me submeto ao que eles acreditam e eles também não se submetem à minha forma de analisar a situação, então, acabo atuando muito sozinha, ou buscando parcerias em outros lugares, em outros serviços, com profissionais que conheço, que sei que tem a mesma perspectiva de luta. E é muito complicado, porque, além de trabalhar com as dificuldades que são impostas pela política pública, que é totalmente ridícula e precarizada, temos as dificuldades nas relações profissionais, nas relações trabalhistas. [...]* (Participante C).

Sua articulação no trabalho é realizada apenas com pessoas que têm o mesmo entendimento dos casos e a Participante C, muitas vezes, sente-se isolada, o que abre para a

discussão de como o conservadorismo profissional pode prejudicar não apenas as relações interpessoais no trabalho, como ela mesma expressa, mas de que forma também incide sobre a saúde dos/as profissionais. No caso, a entrevistada não demonstrou passar por nenhum sofrimento que esteja afetando sua saúde; porém, a incidência do conservadorismo institucional e mesmo nas relações entre os pares deve ser constantemente avaliada, visando ao fortalecimento das bases críticas da profissão e evitando as doenças ocupacionais, que podem estar articuladas a processos de assédio moral, por exemplo.

3.3.2.4 Percepção dos limites, desafios e das perspectivas da profissão na atualidade

Quando indagada sobre sua visão da conjuntura atual, vivida pela profissão, a Participante A concorda com a Participante C sobre a existência de diversos/as profissionais conservadores/as.

> *Tenho um entendimento bem crítico da profissão, porque saio brincando com os meus amigos, que não são assistentes sociais, de que assistente social hoje é que nem praga. Você acha um em cada esquina. Hoje, tem uma massa gigantesca de assistentes sociais; agora, é uma massa mínima de assistentes sociais politizados e articuladores e convictos de um projeto político profissional. E isso gera um grande enfrentamento com o senso comum, com aspectos morais, com aspectos de perpetuação de uma relação de mandonismo, tutela, de coisas que não são práticas da profissão. E vamos tendo problemas com isso. [...]*. (Participante A).

A Participante A tem plena consciência dos limites da profissão e também dos limites das políticas sociais. Para ela, o Serviço Social não possui imanência revolucionária, que faça com que os indivíduos possam revolucionar o Estado e/ou a sociedade. Mas oferece condições para que as pessoas, no mínimo, possam acessar direitos básicos, por meio dos quais possam se mobilizar e se organizar, para conquistar mudanças em suas condições de vida. A profissional ainda expressou que as políticas sociais são importantes para que as pessoas tenham direitos básicos garantidos, mas que têm limites bem demarcados nessa sociedade de classes, os quais se referem aos próprios limites relacionados, por exemplo, ao direito de propriedade.

> *[...] Não tenho uma visão idealista da profissão, de que vai transformar as pessoas através dos direitos sociais, isso não... os direitos sociais estão aí também para legitimar um* status *da sociedade e tem limites postos pelo direito de propriedade, pelo direito da burguesia e coisas afins, mas alguns que você consegue acessar são extremamente essenciais para algumas transformações. Por exemplo, o direito da mulher a ter uma vaga na creche para seu filho. É a possibilidade de ter autonomia*

> *para o trabalho e de conseguir autonomia em relação ao marido, de conseguir se mover em alguns aspectos de sua vida e de não ser tão vítima de um processo de exploração, de abuso, de relação servil e coisas do tipo. E aí eu tenho, minimamente, uma condição de chamá-la para um dia falar assim: "Olha, se você quiser se organizar, se você quiser lutar, se você achar que isso é importante pra você". Porque, sem isso, pensar que a classe pode se mobilizar dentro da sua miséria... é exigir muito de uma pessoa, que ela abandone a necessidade de comer, de vestir, de morar, pela luta da sociedade de classes [...]* (Participante A).

Desta forma, a Participante A considera, acertadamente, que os/ trabalhadores/as atendidos/as só poderão se colocar como lutadores/as na luta de classes, após a supressão de todas as suas necessidades básicas. Como já exposto, Marx (2012 [1932]) postula que para ter condições de fazer história, o homem precisa estar em condições de viver e, para tanto, precisa comer, beber, morar, vestir, dentre outras coisas mais. Fato interessante, na análise da Participante A, refere-se ao trabalho profissional que, para ela, não se esgota em seu caráter educativo, tampouco em seu caráter de mero executor das políticas sociais. Isso se dá, porque, para ela, as políticas sociais são importantes para dar a base material, para que os/as usuários possam se organizar e, assim, se mobilizar em torno das demandas dos/as trabalhadores/as.

Para a Participante B, os limites profissionais na conjuntura atual, para a profissão, referem-se ao dilema de tentar, por todas as vias possíveis, garantir os direitos dos/as usuários/as dos diversos serviços socioassistenciais, sem que isso seja acompanhado por sua efetivação, o que está diretamente ligado com o fato de a garantia de direitos ser bastante difícil dentro do capitalismo.

> *Nossos dilemas profissionais são esses, Lú. Viver num sistema capitalista, onde isso se reproduz em nossos atendimentos... essa exploração, essa violação de direitos se reproduz no nosso atendimento. E, entendendo que o Serviço Social tem esse caráter aí, de um período para cá, de garantia de direitos, de luta ao lado da classe trabalhadora, a minha visão do Serviço Social é essa. Temos como orientação do nosso projeto ético-político lutar ao lado da classe trabalhadora. Logo, garantir, viabilizar os direitos sociais para todos os sujeitos que atendemos, e que eu espero que, muito em breve, vivendo em outra sociedade, se eu viver até lá, que a nossa profissão já não seja mais necessária [...]* (Participante B).

A Participante B afirma que, apesar de não encarar o Serviço Social como militância, de alguma forma, a profissão complementa a sua luta. Ela explicita tal fato mencionando que o seu conhecimento, acumulado no trabalho profissional, possibilitou colocá-lo à disposição do movimento Comunidades Unidas, quando realizou estudo socioeconômico da população, com vistas a orientá-la sobre direitos, programas, projetos e serviços socioassistenciais:

> *[...] Mas eu acredito muito nessa profissão; que eu escolhi uma profissão certeira. Certa para aquilo que eu procurava, que complementa a minha luta. Assim, eu não faço do Serviço Social uma militância. "Nossa, eu sou uma militante do Serviço*

> *Social". Não! Mas os conhecimentos que eu adquiri, enquanto assistente social, eu coloco à disposição dos movimentos sociais. Que foi o que eu fiz, por exemplo, lá no Comunidades Unidas com outros companheiros, assistentes sociais. Levantamento socioeconomico, encaminhamento para rede socioassistencial. Isso eu posso fazer de forma autonôma. Meu código de ética me permite colocar meus conhecimentos a favor do movimento. Quantos podem fazer isso?! Eu posso. Então, isso me deixa muito feliz. E aqui, também, de contribuir com a história dessas mulheres, com o processo dessas mulheres [...]* (Participante B).

Já a Participante C menciona que os limites conjunturais apresentados à profissão referem-se, sobretudo, às precárias condições de trabalho e à desvalorização da profissão, sobretudo no que se refere à sua inserção no terceiro setor:

> *Os limites estão muito atrelados às precárias condições de trabalho, à desvalorização da profissão; essa... como eu posso dizer, submissão que a profissão e os profissionais têm em relação a essas ONGs "pilatrópicas", que não podemos nem dizer que são filantrópicas, que a maior parte das assistentes sociais está inserida nesses espaços, nessas instituições, que, além de não oferecer as condições de trabalho necessárias, tem uma política salarial totalmente absurda. Uma desvalorização absurda. Não oferece a oportunidade, a possibilidade de participarmos dos espaços de formação, de organização da categoria. Não conseguimos* (Participante C).

Apesar de tais limites, a Participante C aponta que a profissão é cheia de possibilidades, principalmente, quando ocorre a mediação direta entre assistentes sociais e usuários/as:

> *Mas, ainda assim, vejo que é uma profissão com muitas possibilidades... principalmente quando fechamos a porta da salinha do Serviço Social e estamos ali cara a cara com o usuário. Só eu e ele, ou eu e ela. Ter a possibilidade de fazer essa reflexão, de despertar a consciência crítica nas pessoas, de desenvolver as atividades socioeducativas, com uma perspectiva de não apenas orientar sobre os direitos, mas de propor essa reflexão sobre a sociedade que vivemos. Como está organizada. Qual o lugar que ocupamos no mundo. Enfim, despertar essa identificação com a classe trabalhadora e despertar a necessidade de lutar, sim* (Participante C).

Com isso, a Participante C, assim como as demais participantes, conclui que o Serviço Social tem espaço importante de discussão sobre a luta dos/as trabalhadores/as, em sua interlocução direta com os/as usuários/as, sendo este espaço não permeado (ou cerceado) pelo núcleo duro das políticas sociais ou mesmo das instituições. Dessa forma, a Participante C rechaça a visão messiânica dada à profissão, ao mesmo tempo em que avalia que o trabalho profissional é uma forma de fazer com que os/as usuários/as pensem sobre a sua condição na sociedade, despertando a necessidade de organização:

> *[...] O mais importante no Serviço Social não é ter uma postura messiânica de que somos as salvadoras, de que temos que brigar pelos usuários, que ser a voz dos usuários. Não... mas temos a possibilidade de, no nosso cotidiano profissional, com*

> *o conhecimento que temos, como o acúmulo de conhecimento da profissão e com os instrumentos de trabalho que temos de envolver todos os usuários e usuárias nas lutas sociais, nas lutas políticas... de despertar essa necessidade de organização. É isso...* (Participante C).

Assim, ela recusa a ideia de que os assistentes sociais "precisam falar pelos usuários", valorizando o protagonismo dos/as mesmos/as em sua inserção nas lutas sociais, para o qual a atuação do/a assistente social é apenas um instrumento para despertar reflexões críticas sobre a sociedade capitalista, racista e sexista.

3.3.2.5 Enfrentamento ao machismo nos espaços sócio-ocupacionais

Nesse quesito, indaga-se, às participantes, como tem ocorrido o enfrentamento das expressões do machismo em seus espaços de trabalho.

A Participante A, que trabalha como coordenadora de um serviço de inserção produtiva, por meio da reciclagem, menciona que, por trabalhar com alguns comerciantes desse ramo, precisa, cotidianamente, quebrar paradigmas machistas em seu trabalho profissional:

> *[...] No meu trabalho, pelo fato de a gente articular muitas cooperativas e articular, por exemplo, comerciantes de material reciclável, coisas afins, então, sempre tenho uma situação, das pessoas desviarem de falar comigo para ir falar com o administrativo... "Não, eu quero isso, isso e isso e tal, com quem eu negocio?", aí o administrativo vira e fala assim: "É com ela" (risos). Sempre tem uma quebra, assim, de paradigmas e aí as pessoas sempre tentam: "Não, então, é..." - como é que é? – "É lindíssima, gatinha, e que sei lá o que...". E eu falo assim: "Meu nome é [...], sou coordenadora aqui do serviço e vamos começar a conversar a partir de agora". Então, sempre tem uma coisa de tentar tratar a mulher pelos eufemismos, ou então pelos xavecos chavões, [...], para conquistar algumas coisas. E, isso, eu já quebro de pronto. [...]* (Participante A).

Por seu posicionamento de classe, a Participante A acredita que precisa de mulheres e homens trabalhando juntos pelos/as usuários/as do serviço. Assim, ela rechaça a postura de profissionais que creem que o atendimento tem que ser feito apenas por mulheres (ou mesmo, apenas por homens):

> *[...] A minha equipe é mista, assim, a coordenadoria anterior tendia a montar uma equipe basicamente de mulheres. Isso também é prejudicial, então, a minha leitura de classe não permite achar que um mundo feito só de mulheres também seja um mundo bom... temos que conseguir nos relacionar e nos relacionar dentro das ações que temos e tudo mais..., por exemplo, eu tenho um educador social homem e outro mulher, eu tenho um técnico homem e outro mulher, ... eu tenho uma pessoa que está nos serviços básicos, uma mulher, e um homem. Então, eu sempre tenho... a equipe está muito dividida. E eu tenho um respeito muito bacana da equipe. [...]* (Participante A).

Já no que tange ao atendimento, a Participante A menciona que, em alguns momentos, acredita ter recebido usuários que já haviam cometido abuso sexual no passado, por exemplo. Quando, nesses casos, há alguma insinuação, por parte de tais usuários, ela conta com o apoio emocional recebido desde a graduação em Serviço Social, visto que, por meio de uma disciplina sobre violência, aprendeu a se comportar ante algum tipo de tentativa de assédio:

> *[...] Já no atendimento dos participantes, algumas vezes, eu tenho aquelas coisas assim de vir, por exemplo, participante que, em algum momento, eu tenha acreditado que ele já possa ter sido um abusador, alguma coisa nesse sentido,... e que vai e começa a falar com você desenhando na mesa e se colocando que... aqui, temos uma formação bacana, eu fiz parte do núcleo de violência. Então, saber se posicionar quando uma pessoa quer se utilizar dos mecanismos de dominação numa conversa, de não levar o atendimento dele, por se sentir constrangida em algum aspecto, mas de colocar os padrões de que: "Olha, os limites dessas questões são estes". "Eu sou, aqui, técnica, eu sou aqui coordenadora, eu sou aqui assistente social, então, entenda um pouco dessa limitação" e tal. E, de alguma forma: "Você está me constrangendo"... "Ah não, não queria te constranger, só porque eu falei que você está bonita hoje... e tal". Eu falei: "Nananão, você está me constrangendo, vou pedir pra não fazer mais isso". Então, eu sempre fui muito franca nas coisas que eu preciso ser. Sem entrar nos melindres da coisa[...]* (Participante A).

A Participante A, por mais que tome parte das lutas feministas e socialistas, acredita que, em alguns momentos, é preciso não levar adiante uma crítica tão contundente aos propósitos institucionais, ainda que, por vezes, eles possam parecer machistas. Essa "segurada", conforme a própria expressão utilizada por ela, se dá dentro da articulação de estratégias para que o trabalho profissional consiga avançar em algumas circunstâncias:

> *[...] Eu consigo separar bem, tenho conseguido lidar bem, a não ser quando acaba sendo uma articulação que o mais essencial é eu conseguir a articulação do que eu mostrar para a pessoa, que ela está sendo machista e babaca, então, eu deixo as coisas de lado e vou avançando até onde eu preciso ir e em dados momentos eu situaciono o que preciso situacionar. Porque é muito. Quando começamos a enxergar tudo o que é machista, tudo o que se posiciona, todos os documentos, toda a estrutura, até mesmo porque eu estou numa organização que é da igreja católica. Então, toda a estrutura política dela também é machista. A estrutura social comercial é machista, as pessoas... como vamos fazer uma leitura se também não damos uma segurada; não conseguimos dialogar com mais ninguém, assim. E aí acaba ficando muito, o termo é misândrica[48], né? [...]* (Participante A).

Já a Participante B, apesar de não vivenciar nenhuma situação de machismo em seu trabalho, acredita que o machismo está implícito em algumas práticas coletivas da própria categoria, como congressos e encontros. Neles, de acordo com a Participante B, os homens,

[48] Termo que se refere a pessoas que odeiam ou têm aversão aos homens.

apesar de ser minoria no Serviço Social, sempre realizam a abertura dos eventos, sobretudo daqueles de maior expressão.

> *Vemos nos espaços de militância, você pode perceber, na própria categoria profissional: quem senta nas mesas para falar? [...] se chegar num evento, na mesa, tem três, quatro caras falando; meu, coloca uma mulher ali para falar: "Nossa, tem uma mulher ali". Numa categoria que tem muitas pessoas, muitas mulheres que formulam para caramba, que são ínteligentíssimas, mas aí ficam sempre naquelas mesmas pessoas, naqueles mesmos homens referência que falam. Então, reproduzimos na própria categoria. Eu me questiono. Quando cheguei no CBAS, tinha uma mesa só de homem, e falei: "E aí, galera, o congresso, de assistente social, tem que ter mulher" [...]* (Participante B).

Apesar disso, a Participante B acredita que, dentro da categoria, há um movimento de resistência levado adiante pelas assistentes sociais feministas, o qual reafirma a luta contra o patriarcado e pelo fortalecimento da voz das mulheres. Nesse sentido, ela menciona de que forma conseguiu compreender o motivo das mulheres se sentirem tão "tímidas", ou tão "nervosas", quando falam em público:

> *[...] Apresentei meu artigo, na sala da Mirla Cisne [...]. E ela falou, que matou uma charada que eu falei: "Eu não pensei nisso antes". Porque todas nós, que íamos lá na frente, "ai, tô super nervosa". [...] Aí, quando foi esplanar sobre os artigos, ela falou assim: "Gente, antes de tudo, eu queria dizer que todas vocês apresentaram muito bem". E eu fui uma delas, que fui lá na frente, eu estava falando, daqui a pouco, parei e falei: "Ah, gente, eu estou nervosa!" [...]. Aí ela falou: [...] "Nem percebi que você estava nervosa. Mas sabe porquê? Porque, para nós, mulheres, o mundo público é novo. Não é que seja novo. Sempre estivemos nos espaços públicos. Mas, aqui, segurando o microfone, falando, isso, para nós... não fomos educadas para fazer isso. Então, é muito comum que a gente se sinta envergonhada, tímida, estranhada, quando estamos nesses espaços falando. E isso só vamos quebrar, falando". Aí, eu falei: "É verdade". Uma coisa que pensamos que é timidez, que é nervosismo nosso, comum, normal. Mas nada é normal, tudo é construído. Assim, nosso meio constrói isso para nós, a vergonha, a timidez. [...] Achei fantástica a fala dela e hoje, toda vez que vou pegar o microfone pra fazer alguma fala, alguma palestra, em algum lugar, por mais que eu esteja nervosa, fico pensando: "Isso não é para mim. Eu posso fazer isso, eu posso fazer. Eu já fiz uma vez, posso fazer de novo"* (Participante B).

Desta forma, a Participante B tem se fortalecido nos espaços de militância e de discussão da categoria, por meio da própria prática feminista socialista, a qual recusa qualquer forma de imposição de limites às mulheres.

3.3.2.6 Limites encontrados na formação profissional acadêmica, em relação à contribuição do feminismo socialista

Nesse quesito, todas as participantes foram unânimes em dizer que não houve contribuições importantes da formação acadêmica, na graduação, quanto à apreensão dos temas relacionados às lutas feministas socialistas.

A Participante A, formada na PUC-SP, informa que não ocorreram muitas reflexões na graduação sobre o tema, apesar de considerar que teve aulas com professoras excelentes, quando o assunto era a luta social. Parte de sua reflexão a esse respeito revela o porquê da própria Participante A não conseguir aderir às aulas relacionadas às discussões de gênero: ela preferia não entrar em alguns debates com o recorte apenas de gênero, já que rejeita o feminismo burguês:

> *Posso objetivamente dizer, por exemplo, que tive professoras fantásticas, que enfrentavam, que lutavam. Tive professoras que eram tutoras de diversas discussões de classe e tudo o mais, assim, professoras que realmente faziam o enfrentamento nesse sentido. Agora, quando houve algumas aberturas para discutir questões de feminismo, fugi um pouco. Muito com ranço do feminismo liberal, que eu tinha uma esgueira disso [...]* (Participante A).

Além disso, a Participante A conheceu um grupo feminista socialista na gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social (Cass) da PUC-SP. Conta que, por haver divergências políticas entre esse grupo e outros de esquerda, algumas discussões sobre o feminismo tomaram caminhos tortuosos:

> *[...] Talvez no Centro Acadêmico aqui, com alguns coletivos feministas que tínhamos alguma rivalidade política, eles tocavam a discussão pelo feminismo e eu achava complicado, porque colocava... boa parte do grupo de meninas estudantes num processo mais de histeria coletiva do que num processo de organização coletiva e isso me irritava muito. [...]. Eu achava importantes, por exemplo, as discussões que as meninas tocavam sobre aborto e tal, eu falava: "Tem que discutir esse negócio, as mulheres precisam discutir esse negócio". Agora, eu não conseguia entrar naquele* hall *porque estava sendo construída também a base política delas naquilo. E as meninas, quando iam fazer o enfrentamento de volta, por vezes, em algumas falas minhas, falavam assim: "Você é machista, você nem parece mulher falando". Eu falava assim,... era uma retaliação às avessas, entende? Porque, pelo fato de eu tentar pautar um pouco mais as falas, deixar elas organizadas e políticas, no enfrentamento, e sendo de mulher para mulher, elas acabavam me colocando num papel de homem. Essas inversões aconteciam muito constantemente. [...]* (Participante A).

Assim, por causa de algumas rivalidades políticas, de acordo com a Participante A, ela era colocada, pelas militantes do outro grupo, como machista, o que fez com que evitasse

tais discussões. A Participante A também chegou a participar de algumas aulas sobre violência contra a mulher, o que lhe causou desconforto:

> *No núcleo de violência da qual fiz parte, discutimos muitos aspectos das mulheres que sofrem violência. [...] Mas aquilo me machucou bastante, assim,... o núcleo foi uma experiência de sofrimento (risos) para mim ... porque eu me aproximava muito das pessoas que sofreram de alguma violência. [...]. Tanto que uma coisa que não trabalho é com violência de gênero. Eu me distancio para preservar a integridade mental (risos), nesse sentido* (Participante A).

Além disso, acredita que o movimento feminista, em si, deve ser mais estudado nos cursos de graduação em Serviço Social, uma vez que as conquistas do movimento foram importantes não apenas para que os direitos femininos se ampliassem, mas para que o Serviço Social mudasse sua concepção a respeito das demandas das mulheres. Quando estava na graduação, a Participante A conta que teve disciplina sobre movimentos sociais, mas em nenhum momento estudou o movimento feminista:

> *[...] É importante que os espaços de formação sejam permeados pelas questões do feminismo, de uma forma mais clara. Mas, tive uma disciplina de movimentos sociais e em nenhum momento as pautas dos movimentos sociais foram o feminismo, o movimento feminista. Faria uma grande diferença, né. Por mais que tenhamos grandes movimentos sociais nacionais, como, por exemplo, o MST, os movimentos de moradia; hoje, o Passe Livre também é um movimento muito significativo no cenário, dada a luta do ano passado, mas o movimento feminista, historicamente, foi transformador da relação das mulheres da sociedade, e do olhar da categoria sobre as temáticas sociais. Então, precisa ter um carinho maior pela coisa, antes que se perca [...]* (Participante A).

A Participante B concorda com a Participante A de que há muitas lacunas relacionadas aos estudos sobre gênero e classe, tanto nos cursos de graduação, como nas próprias diretrizes curriculares do Serviço Social, como já discutido no segundo capítulo:

> *Teve lacunas, não tenho dúvidas. Porque, inclusive, tem dois trabalhos de TCC, de duas colegas da Unifesp, que uma [...] discute o feminismo e a matriz curricular do Serviço Social. [...]. Como base, ela usou aquele livro da Mirla [...] e [...] outras coisas [...]. Mas ela colocou em xeque a grade curricular do Serviço Social, porque ela fala: "Puxa vida, estamos numa profissão, numa categoria em que temos maioria de mulheres e não é discutido o feminismo dentro disso; a mulher negra, então, nem existe nessa discussão". Porque aí, a junção do racismo, é óbvio que o racismo não atinge só as mulheres negras, mas atinge, com muito mais força, as mulheres negras, e a questão da homofobia, da lesbofobia [...]. E, na minha visão, existia e existe ainda essa lacuna* (Participante B).

Ela menciona que teve acesso a poucas reflexões a esse respeito quando estava na faculdade, mais especificamente no terceiro semestre e por apenas um semestre:

> *Foi no terceiro, se não me engano, Lú. Terceiro semestre. Mas mesmo assim não dá conta, porque foi só um semestre. E... eu me lembro quase nada dessas oficinas. Muito do que eu aprendi sobre a discussão do feminismo, a questão étnico-racial, que, mesmo assim, ainda sou muito fraca, e falo:"Preciso ler mais, preciso me*

> *aprofundar mais nessa questão étnico-racial". Tenho ainda um discurso muito frágil. Na faculdade não deu conta, foi fora mesmo. Sobre o feminismo, sobre a questão da mulher, de gênero, de construção social do gênero, tudo isso foi fora. Foi na militância e aqui, na Casa Viviane. Na faculdade, eu me lembro pouquíssimo, mesmo. Então, étnico-racial, nem se fala. Sobre racismo, muito pouco, muito pouco mesmo. E, até hoje, considero ainda que tenho um discurso muito frágil, preciso me aprofundar mais, estudar mais. Até para compor com as companheiras, na luta aí* (Participante B).

Nesse caso, a oficina de Gênero e Raça/Etnia - ministrada de maneira conjunta e vinculada a uma disciplina, e de participação obrigatória – não ofereceu, à Participante B, os elementos necessários para o trabalho com a população atendida, precisando recorrer aos estudos realizados pelo próprio movimento ou pela Casa Viviane, para atender de forma qualificada às usuárias.

Da mesma forma, a Participante C, que fez a Graduação na Unicastelo, assim como a Participante B, menciona que teve de recorrer aos estudos feministas socialistas propostos pelo movimento no qual se insere, não recebendo nenhum apoio teórico da faculdade. Para ela, essa ausência de suporte teórico na academia não se relacionou apenas à falta de discussões sobre a situação da mulher e, mais especificamente, sobre a mulher negra. Ela afirma que precisou recorrer aos espaços de militância para buscar uma formação mais crítica em relação a todas as expressões da questão social, com as quais já teve contato em seu trabalho profissional.

> *Para ser honesta, boa parte da minha formação, do ponto de vista de desenvolver a criticidade e uma visão de totalidade das relações sociais... não tive na graduação ou em espaços da categoria, mas sim nos espaços da militância, não só no movimento de mulheres, mas movimento estudantil, movimento da população em situação de rua, que já cheguei também a acompanhar alguns debates. Eu me formei muito mais nesses espaços do que no espaço de formação profissional [...]* (Participante C).

Ela aponta que a disciplina que vinculava a questão de Gênero, Raça e Etnia, era ministrada de forma muito superficial e sem relação com os estudos de classe social. Diz que teve tal disciplina no quinto semestre e acredita que a ausência de tal relação fez falta para sua formação profissional. Assim como a Participante B, obteve essa formação mais crítica apenas nos espaços sócio-ocupacionais que lidam com as questões femininas e, mais especificamente, nos movimentos sociais dos quais fez parte e não apenas naquele de corte feminista e socialista.

> *[...] Na faculdade, tivemos seis meses de estudo de Gênero, Raça e Etnia, mas de forma muito superficial. Não foi um estudo atrelado à questão da classe. [...]. Eu estava no quinto semestre. Foi muito superficial; para dizer que teve a disciplina, que teve o debate, mas não ocorreu de forma que despertasse nos alunos essa*

> *análise maior, nessa perspectiva de totalidade mesmo, de entender que a questão de gênero está atrelada à opressão do capital, opressão capitalista. Enfim, não teve isso. E na própria universidade em que eu estudei, por ser uma faculdade que não teve iniciação científica, enfim, que não tinha espaço para fazer pesquisa... isso deixou muito a desejar, na minha formação. Senti que deixou muito a desejar mesmo. Fez falta. Se eu não tivesse ido estagiar com mulheres vítimas de violência doméstica. Se não tivesse participado desses espaços de militância, não teria a visão que tenho hoje, a percepção que tenho hoje, assim. No horizonte socialista, da luta das mulheres, não só contra a discriminação de gênero, pela igualdade de direitos, mas pelo socialismo. Não teria isso* (Participante C).

As assertivas das participantes sobre a ausência de formação relacionada ao gênero, à classe e raça/etnia, ou a sua realização de forma superficial, corroboram com as análises de Lima (2014) [49], para quem a análise específica sobre os temas apontados devem se dar logo nos semestres em que os/as estudantes ingressam no estágio obrigatório (ou seja, a partir do quinto semestre). A autora também considera importante que tais temáticas componham todas as disciplinas, perpassando, de maneira transversal, as matérias relacionadas ao estudo da sociedade e da profissão, desde os primeiros semestres, com vistas a proporcionar a articulação entre os diversos temas apresentados no curso.

3.3.2.7 Relação dos/as assistentes sociais com os movimentos sociais, em geral, e com os movimentos feministas socialistas, em particular, na visão das entrevistadas

A Participante A considera que as assistentes sociais, que atuam nos espaços de discussão do movimento feminista, são bastante respeitadas. Embora considere que a categoria avançou muito em relação às demandas das mulheres, pensa ser interessante a participação ativa das entidades da categoria nos espaços de luta das mulheres:

> *O movimento feminista, pelo menos nos últimos três anos, tenho frequentado a organização do 8 de Março. Que não é o movimento feminista, em si, mas é um grande encontro de organizações feministas. O movimento feminista é muito multifacetado. E não tem uma organização única. Lá, são bem recebidas as mulheres que falam que são assistentes sociais ou, então, que são do Centro de Defesa da Mulher, dos serviços da assistência social que atendem mulheres, que fazem parte, em geral, desse conjunto. Mas não vejo uma prerrogativa da categoria profissional organizada, como uma das bandeiras, a questão da luta das mulheres, do feminismo e tudo o mais. Agora, a categoria tem avanços. Não é uma categoria que criminaliza o aborto, é uma categoria que reconhece todos os tipos de amor, é uma categoria que avança em diversas questões com relação ao mundo do trabalho, da mulher, tal. Não é uma categoria que, objetivamente, atue sobre essa questão do*

[49] A pesquisa de Lima (2014), *Formação Profissional em Serviço Social e Gênero: Algumas Considerações*, é de leitura obrigatória para os interessados nas atuais problemáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual nos cursos de Serviço Social.

> *feminismo, mas é uma categoria que flexiona as questões sociais sobre uma ótica que foi construída pelo feminismo, que é muito importante. Não vejo o Cress, por exemplo, enquanto entidade organizada presente no movimento 8 de Março, por exemplo; não vejo, tampouco, a Enesso ou a Abepss, que são representações fortes da categoria profissional* (Participante A).

Assim, a Participante A considera importante que o Cress componha manifestações e organizações feministas, enquanto entidade. Entretanto, entende que, muito provavelmente, o Cress tenha limites logísticos para que isso ocorra, decorrentes das suas diversas demandas e de sua própria natureza, enquanto instituição:

> *Seria importante [a participação do Cress nas instâncias citadas], só não sei se daria conta por suas particularidades de atuação política organizativa, até mesmo porque o Cress tem um limite de atuação muito explícito, mas sempre seriam bem-vindos. Faz alguma diferença na categoria profissional, principalmente uma categoria majoritariamente de mulheres. Mas, o Cress é um aparelho limitador. Se não entendemos o Cress enquanto Cress, cobramos mundos dele. E nem sempre ele vai dar conta de tudo isso* (Participante A).

A Participante B infere que existem diversas feministas assistentes sociais. Conhece algumas da Marcha Mundial de Mulheres e da SOF. Já a Participante C tem uma leitura bem crítica do que tem acontecido com os/as assistentes sociais, em relação aos movimentos:

> *Infelizmente, tenho visto que a participação não se dá da forma que deveria. Principalmente, se levarmos em consideração que nosso projeto ético-político prevê a inserção das assistentes sociais na luta geral dos trabalhadores, o apoio aos movimentos sociais; nossa participação deveria se dar de uma forma mais expressiva. Não percebo isso. Conheço poucas assistentes sociais, assim, no total de assistentes sociais que conheço, uma minoria tem atuação política, está organizada em algum movimento, ou abre espaço para que os movimentos atuem no seu espaço profissional. Poderia ser melhor, principalmente em relação ao movimento sindical. [...]* (Participante C).

A Participante C considera que as assistentes sociais com inserção em movimentos, atuam mais no movimento feminista, sendo poucas/os aquelas/es com alguma inserção em outras expressões das lutas sociais. Por isso, ela infere que teve mais contato com profissionais conservadores/as do que, propriamente, com profissionais que apoiam os movimentos libertários e com viés de classe:

> *E dentre as assistentes sociais que conheço e atuam nos movimentos sociais, a sua atuação é no movimento de mulheres, no movimento feminista. Das que conheço e tenho contato, os movimentos que elas estão se organizando e participando é no movimento feminista, no movimento de mulheres. Mas, nos outros espaços, vejo pouca atuação. Muito pouca. A gente sempre vê as mesmas carinhas, os mesmos nomes. Você vai numa atividade do movimento da população de rua, e vê as mesmas assistentes sociais, as mesmas profissionais. Vai numa atividade de mulheres, são as mesmas pessoas. Vai numa atividade do movimento estudantil, são as mesmas pessoas. É uma minoria na profissão que está se organizando e participando das lutas sociais, infelizmente. Tive mais contato com assistentes*

> *sociais conservadoras, que inclusive criticam os movimentos sociais, do que com assistentes sociais de luta, que apoiam as lutas sociais* (Participante C).

Assim, a Participante C infere que são poucos/as os/as assistentes sociais que se preocupam com as lutas gerais da sociedade, o que tem rebatimentos diretos no trabalho profissional.

3.3.2.8 Contribuição do feminismo socialista para o projeto ético-político profissional

A Participante A infere que o feminismo socialista contribui e tem contribuído para que as pautas das mulheres estejam presentes no Serviço Social, como já exposto no segundo capítulo, quando foram analisados os documentos *CFESS Manifesta*.

Já a Participante B acredita que o projeto ético-político da profissão ainda está em disputa, assim como o debate do feminismo socialista dentro das entidades da categoria. Portanto, não conseguiu perceber um momento ou uma ação que pudesse demarcar o feminismo socialista dentro do projeto ético-político profissional. Assim, acredita que as assistentes sociais feministas socialistas devem sempre levar, aos debates da categoria, as discussões de gênero, raça/classe e etnia:

> *Como o projeto ético-político não é uma coisa findada, mas está em permanente construção, avalio que está em permanente construção essa discussão sobre o feminismo socialista dentro do nosso projeto. Está em construção. Não vejo uma coisa acabada, que consiga pegar com as mãos e falar: "Agora, sim, o projeto ético-político tem isso e estamos completos". Não. Como eu disse, o projeto ético-político é hegemônico, mas não é a totalidade da categoria, ele está em disputa, assim como a discussão do feminismo também, dentro da categoria. Tem muitas companheiras nossas que não acham essa questão do feminismo necessária, que é mais necessário discutir a luta de classes, ou qualquer outra coisa, do que discutir o feminismo. E uma coisa não se descola da outra. Então, quando vamos discutir, temos que trazer isso como pano de fundo, sempre. Para mim, o projeto ético-político está em construção e essa pauta do feminismo socialista, dentro do projeto ético-político também está em construção. E isso manifestamos nas nossas ações. As assistentes sociais feministas manifestam isso nas suas ações, têm como horizonte estratégico o projeto ético-político e o feminismo socialista, de classe. Então, não consigo apalpar uma coisa para falar: "Olha, Lú, isso aqui ajudou nisso". Não consigo, eu, particularmente, não consigo. Depois, até vou ler sua pesquisa, para ver se conseguiu achar uma coisa maior, para poder me ajudar aí. Nesse momento, não vejo assim. Vejo que está em construção, com toda a disputa que o projeto ético-político perpassa. Está em disputa para virar alguma coisa* (Participante B).

Já a Participante C, apesar de considerar que as entidades da profissão têm avançado, e muito, nessa discussão, acredita que, para o projeto ético-político, o feminismo

socialista tem influenciado pouco. O que tem percebido é um avanço do ideário conservador para dentro do Serviço Social, seja na academia, seja na atuação profissional, de outros/as profissionais com quem tem ou teve contato:

> *Influencia pouco. A profissão tem se aproximado bastante desse debate relacionado às questões de gênero. Por ser uma profissão que está próxima da análise marxista, tem essa perspectiva de analisar pelo viés da classe, mas não vejo o feminismo socialista contribuindo muito nesse processo. Muito pelo contrário, tenho percebido a renovação do conservadorismo na profissão. Tanto na graduação, quanto na atuação profissional. Tenho uma amiga, que está fazendo mestrado na PUC do Rio de Janeiro e ela falou que, na graduação, tem aluno que antes da prova, ou mesmo em um dia comum, está fazendo roda pra orar e que está levando seus valores religiosos para dentro da sala de aula, para os debates que acontecem. Temos feito os enfrentamentos, ocupado os espaços, proposto alguns debates e contribuído dessa forma... Insistindo e não recuando e participando desses espaços, poucos espaços que têm da profissão. Mas, infelizmente, tenho percebido que o conservadorismo tem ganhado mais força, assim, do que uma perspectiva crítica. Tenho ouvido cada absurdo que..., às vezes, dá vontade de sair gritando [...].* (Participante C).

Em um contexto em que muitos/as assistentes sociais precisam lutar todos os dias contra o preconceito e o conservadorismo dentro da própria profissão, a Participante C diz que se ampara nos movimentos sociais para continuar se motivando em seu espaço sócio-ocupacional. Acredita que a profissão precisa de unicidade política maior, já que, algumas vezes, percebe que há tantas diferenças entre os profissionais, que parece que existem duas profissões diferentes:

> *[...] Ainda bem que tenho com quem contar, com quem conversar, porque, se não, nos fragilizamos também, que é um absurdo atrás do outro; se não tivermos esses espaços de ir para a militância, de ir para a luta política, de refletir, vai se fragilizando, vai se desmotivando. Além da desmotivação, pela desvalorização profissional, quando vê que as coisas não têm progredido, muito pelo contrário. E é muito engraçado, parece que são duas profissões, dependendo dos espaços que ocupa. Às vezes, estou lá trabalhando, e parece que o Serviço Social é uma coisa e quando vou numa atividade do Cress ou numa convenção de solidariedade a Cuba, que tem assistentes sociais lá, parece que é outra profissão. Quando coloca um grupo de assistentes sociais junto, parece que são pessoas diferentes, de profissões diferentes. Então, é uma profissão que podia ter uma unicidade maior, porque está muito fragmentada, nesse sentido.* (Participante C).

As três participantes acreditam que o feminismo socialista tem contribuído com seu trabalho profissional, ainda que, no âmbito do Serviço Social, considerem que as entidades precisam ser ainda mais fortalecidas, para fazer discussões de cunho classista, feminista, anti-homofóbico e antirracista, com vistas a combater o preconceito tão visível na atuação de alguns/as profissionais.

Dos pontos analisados, o ideário feminista socialista, articulado ao projeto ético-político profissional, tem facilitado o entendimento das assistentes sociais militantes sobre a

natureza da profissão; os limites das políticas públicas; o indivíduo enquanto sujeito integral; a necessidade da articulação entre os serviços, programas/projetos e benefícios socioassistenciais; a análise de conjuntura; e o lugar da mulher, negra, periférica e trabalhadora, no contexto da sociedade capitalista.

Demonstra, ainda, possibilitar a articulação de estratégias, direcionadas às/aos usuárias/os, com vistas ao seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos e membros da classe trabalhadora, fomentando sua auto-organização. As lacunas na formação acadêmica quanto ao tema tratado têm sido preenchidas com a aprendizagem disponibilizada pelos movimentos e espaços sócio-ocupacionais que lidam com as demandas femininas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco a análise da influência do feminismo socialista no trabalho profissional das assistentes sociais, que militam em movimentos com esse recorte.

Na análise empreendida no primeiro capítulo, pôde-se perceber que a luta feminista tem abarcado diversas correntes, as quais se diferenciam quanto à visão de mulher, homem, sociedade e mundo.

O feminismo socialista, entretanto, tem se mostrado como capaz de integrar a luta contra a opressão à luta contra a exploração, levando adiante um projeto de sociedade plenamente livre. A compreensão de que a objetividade e a subjetividade são aspectos interdependentes da totalidade do ser social, faz com que o feminismo socialista não se atenha apenas na análise e no combate ao patriarcado, por si, e tampouco fique preso apenas na luta pela revolução. A perspectiva emancipatória, presente nessa vertente do feminismo, pressupõe que as lutas imediatas e históricas sejam travadas ao mesmo tempo. Assim, a luta atual empreendida pelo feminismo socialista, em torno da garantia dos direitos humanos das mulheres, tem potencializado a importante construção de um legado, que repercute na luta do conjunto dos/as trabalhadores/as por outra forma de sociabilidade, como diz uma das participantes:

> *[...] Não existe socialismo, comunismo, outra ordem societária, se não existir feminismo. E se não existir... se não acabarmos de uma vez por todas com o racismo, com a homofobia, com a lesbofobia, com tudo isso, nunca vamos viver numa outra sociedade sem opressão, se não acabarmos com isso e se não tiver o feminismo. Na minha visão.* (Participante B).

Da mesma forma, salienta-se que o feminismo socialista foi bastante influenciado pelas outras correntes do feminismo, inclusive do feminismo liberal e do próprio feminismo radical. Isso pode ser percebido, por exemplo, com o fato de o feminismo socialista ter sido diferente, quando do início da segunda onda brasileira. Os primeiros grupos, de formato privado, eram formados por mulheres de esquerda que haviam retornado do exílio; entretanto, as discussões sobre sexualidade, aborto, etc., começaram a repercutir com incidência no feminismo socialista, a partir dos calorosos debates trazidos pelas feministas radicais.

De outra feita, atualmente, as feministas socialistas têm discutido bem mais as políticas públicas, ratificando a inserção de feministas no meio político institucional, como se

percebe na eleição de candidatas feministas socialistas para cargos políticos e do apoio às secretarias especiais de políticas para mulheres, como apontado algumas vezes na análise da Participante B.

Ademais, o feminismo socialista tem sofrido paulatinamente a interferência da concreticidade da vida das mulheres trabalhadoras, incorporando às bandeiras de luta temas como violência, saúde sexual e reprodutiva, prostituição, violência policial contra a população jovem, pobre e negra, etc. O que se infere desta questão é que o feminismo socialista encontra-se em processo de construção contínuo, a partir de um acúmulo prático, ético-político e teórico.

Por ser a vertente do feminismo que mais se aproxima da realidade dos/as usuários/as dos serviços sociassistenciais, nos quais os/as assistentes sociais atuam, e por empreender um diálogo constante com a teoria marxiana e marxista, o ideário feminista socialista surge nos documentos redigidos e/ou na prática cotidiana das entidades da categoria, sobretudo do Cfess. A análise das resoluções e dos documentos *CFESS Manifesta* indica uma politização feminista e classista dessa entidade, o que foi permitido não apenas pelos avanços teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, mas, principalmente, pela aproximação da profissão aos movimentos sociais, em geral, e ao movimento feminista e de mulheres, em particular, a partir de sua reconceituação.

A reconceituação do Serviço Social abriu a possibilidade para que a categoria refutasse os valores conservadores que até então pautavam o trabalho profissional, apropriando-se de valores libertários e da defesa dos interesses dos segmentos populares. Colaborou, para esse processo, a organização da categoria em torno de suas próprias demandas trabalhistas - como a constituição de sindicatos da profissão, nos anos 70 e 80 e, depois, a dissolução deles, por uma compreensão política de que a luta deveria se dar por ramo de atividade - bem como a renovação das diretrizes curriculares e do Código de Ética Profissional, primeiro em 1986 e, depois, em 1993.

Tanto as resoluções, como os manifestos, demonstram que o Cfess tem se preocupado com a intervenção profissional dos/as assistentes sociais em relação às mulheres, negras/os e à população LGBT. Tais documentos, além de defenderem um posicionamento político acerca das condições de vida desses públicos, instruem a categoria para a defesa de seus direitos humanos, potencializando a elaboração de estratégias, para a consecução do projeto ético-político, no cotidiano profissional. Faz parte, portanto, de um esforço ético dessa entidade da categoria, na medida em que confronta o conservadorismo e o senso comum, os

quais ainda permeiam a atuação profissional de muitas/os assistentes sociais, como analisado pelas participantes da pesquisa.

Nesse sentido, nota-se que o projeto ético-político hegemônico está em disputa, havendo um avanço conservador considerável dentro da profissão, o qual deve ser analisado com profundidade na academia e pelo conselho da categoria, com vistas à elaboração de estratégias políticas que possam contrapor-se a esse avanço. O que resta de esperança é que o feminismo socialista também está em construção, dentro do projeto hegemônico do Serviço Social, e pode se caracterizar como potencial instrumento de formação crítica contínua da categoria. Assim, é importante que as assistentes sociais feministas socialistas estejam em todos os espaços de discussão da categoria, seja no Cfess, na Enesso ou na Abepss, instituição de menor inserção das entrevistadas (das três, apenas uma participa de espaços da Abepss, relacionados às discussões sobre supervisão de estágio).

No âmbito da formação profissional, sobretudo no nível da graduação, o Serviço Social precisa avançar bastante em relação aos estudos de gênero, atrelados às questões de classe e raça/etnia, bem como no que se refere aos estudos sobre o movimento feminista, enquanto ator primordial para as mudanças culturais vivenciadas pela sociedade no decorrer histórico. Tanto no nível estrutural da política de formação profissional (Diretrizes Curriculares), como no cotidiano escolar das participantes, tais temas aparecem em segundo plano, o que pode prejudicar a análise mais global acerca das problemáticas vivenciadas pela população atendida.

Foi por esse motivo que as participantes da pesquisa, sobretudo as Participantes B e C se inseriram em movimentos feministas socialistas: por atuarem com mulheres trabalhadoras que sofriam violência e não terem o devido respaldo teórico na graduação, as assistentes sociais citadas procuraram, na militância, apoio para entender a situação da mulher na sociedade. Obviamente, compreende-se que a militância não substitui os estudos. Devido à sua natureza eminentemente política, a militância possibilita aquisições muito particulares, como se percebeu na própria pesquisa de campo, as quais são bastante diferentes daquelas constatadas no nível dos estudos acadêmicos.

Apesar de a militância ser considerada espaço primordial para que os/as assistentes sociais se organizem em torno das demandas dos segmentos populares e de suas próprias, a formação profissional deve oferecer todos os elementos necessários para a consecução do trabalho profissional, no que se refere ao entendimento das particularidades dos públicos atendidos. Assim, considera-se fundamental que a formação em Serviço Social seja permeada pelas temáticas de raça/etnia, gênero e classe, desde os primeiros semestres de curso e que as

disciplinas voltadas a esses temas tenham uma duração que permita aos/às estudantes conhecerem as vertentes teóricas importantes, impulsionando-os no ambiente da pesquisa. De outra feita, faz-se primordial que as disciplinas sobre classes e movimentos sociais tenham como pauta o feminismo, abrangendo todos os seus matizes e sua atualidade. Acredita-se que, com a obrigatoriedade da disciplina de Gênero, Classe e Raça/Etnia, conforme aprovado em Assembleia Geral da Abepss pós XIV Enpess (2014) a situação de inexistência ou de insuficiência quanto a esse tema na graduação em Serviço Social seja superada.

No que tange à influência, propriamente dita, do feminismo socialista para a atuação profissional das assistentes sociais que militam em movimentos dessa natureza, pôde-se perceber que tal ideário contribui para a defesa da liberdade, enquanto um dos princípios do Código de Ética profissional, e na recusa do conservadorismo, da tutela e do autoritarismo dentro da profissão. Neste sentido, o ideário feminista socialista contribui para que as assistentes sociais reconheçam os homens e as mulheres atendidos/as como sujeitos éticos, capazes de construir sua própria história.

Assim, para as assistentes sociais entrevistadas, o trabalho profissional não se esgota em seu caráter educativo, tampouco na execução de benefícios socioassistenciais. Esses são concebidos como elementos importantes para que os/as usuários/as possam ter autonomia em sua vida cotidiana, apesar de não emancipá-los de nenhuma forma, devido aos seus próprios limites dentro do capitalismo, que é inerentemente desigual.

Os benefícios e programas socioassistenciais, no entanto, podem fazer com que os sujeitos tenham algumas de suas necessidades básicas providas, o que poderá facilitar a sua organização e asserção de classe, enquanto trabalhadores/as.

Neste sentido, as assistentes sociais entrevistadas têm criado estratégias bastante interessantes, com vistas a possibilitar a reflexão aos/às usuários/as sobre suas condições de vida e sobre a necessidade de se organizarem na luta por seus direitos e, também, por outra sociabilidade. Tanto o atendimento individual como em grupo, de acordo com as entrevistadas, tem potencializado o estabelecimento de reflexões críticas aos/às usuários/as dos respectivos serviços, quanto à sua asserção de classe, raça/etnia e gênero, possibilitando, também, a crítica à precariedade das políticas públicas. O feminismo socialista também tem se demonstrado importante para a análise dos/as atendidos/as enquanto sujeitos integrais, que necessitam da atenção articulada entre as diversas políticas intersetoriais, para além de suas demandas aparentes e/ou imediatas, como se percebe do relato, por exemplo, da Participante B.

Esta análise permite que as entrevistadas apontem como um dos fatores de seu trabalho profissional com as/os usuárias/os, a elaboração de estratégias para articulação entre os diversos serviços, programas e projetos, apesar das dificuldades impostas pelos próprios limites institucionais e pela precarização das políticas públicas, no contexto de desmonte dos direitos sociais, da crise econômica e do aprofundamento do neoliberalismo.

Além disso, o feminismo socialista contribui, de acordo com as participantes da pesquisa, para uma análise mais crítica e abrangente da conjuntura socioeconômica, além de possibilitar a análise sobre a condição da mulher e da população LGBT dentro dessa conjuntura. Isso também permite que as assistentes sociais possam argumentar, com a população atendida, sobre a necessidade de tomar parte nas lutas sociais. Ademais, o feminismo socialista demonstra ser profícuo para a análise das especificidades dos segmentos que compõem o próprio gênero feminino. Assim, há um entendimento, das assistentes sociais entrevistadas, de que a situação de uma mulher negra não é igual à situação de uma mulher branca; bem como de que uma mulher em situação de rua está mais propícia à marginalização do que uma mulher trabalhadora, que não vive tal situação, dentre outros exemplos.

Todas as participantes demonstraram estar convictas de sua asserção de classe e de gênero: as três se consideram mulheres trabalhadoras, que podem sofrer as mesmas desigualdades e opressões impostas a todas as mulheres que vivem de seu trabalho, assim como as usuárias que atendem. Desta forma, percebe-se que o ideário feminista socialista possibilita o próprio reconhecimento das assistentes sociais nas usuárias atendidas, o que potencializa a empatia e uma análise humanista da situação vivenciada por elas, o que contribui, por sua vez, para o direcionamento ético-político da atuação profissional.

O feminismo socialista, seja por meio da luta política estabelecida pelos movimentos, seja por meio dos estudos proporcionados por eles, tem possibilitado a superação da cotidianidade alienada e alienante, conforme afirmação da Participante C. Apesar de não ser o foco de análise do presente trabalho[50], faz-se importante lembrar que, de acordo com Heller (1972), a vida cotidiana é heterogênea (os seres humanos empreendem esforços para realizar várias atividades, diferentes entre si), hierárquica (as atividades são desenvolvidas de acordo com o grau de importância atribuído pelo indivíduo) e se caracteriza por sua imediaticidade (na prática profissional, por exemplo, o/a assistente social deve responder de acordo com as demandas institucionais, que surgem em seu cotidiano), o que faz com que os sujeitos atuem de forma pragmática e espontânea. A vida cotidiana, entretanto, não é, em si, alienada; nela,

[50] Para entendimento da categoria cotidiano, sugere-se a leitura de HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

há espaços para que os indivíduos a superem, e a política é um desses espaços. Por meio da ação política nos movimentos feministas socialistas, por exemplo, a Participante C consegue superar a sua cotidianidade, encontrando-se com o humano genérico, a saber, com as lutas das mulheres trabalhadoras, enquanto construção histórica e humana, tendo um legado que reforça as conquistas atuais e a luta do devir.

É por meio dessa superação da cotidianidade, que as assistentes sociais feministas socialistas pesquisadas têm encontrado forças, subsídios e argumentos para enfrentar o machismo dentro de seus próprios espaços sócio-ocupacionais, em que há diversos/as assistentes sociais que expressam o conservadorismo no atendimento às mulheres. Além disso, até mesmo as péssimas condições de trabalho (não apenas aquelas relacionadas aos limites institucionais, mas também que têm origem na precariedade dos programas, projetos, serviços e benefícios desenvolvidos pelas políticas setoriais) são alvo de resistência das participantes da pesquisa, que se articulam até mesmo com os/as usuários/as, para tentar contornar situações de precariedade.

Faz-se importante salientar a complementaridade entre o Serviço Social e a militância feminista socialista. De acordo com as entrevistadas, a atuação militante permite que o próprio movimento organize discussões com as usuárias, nos espaços sócio-ocupacionais onde atuam. A formação profissional ainda contribui para que as militantes utilizem seus conhecimentos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos a serviço dos movimentos.

Por fim, conclui-se que o ideário feminista socialista pode colaborar com o trabalho profissional de assistentes sociais que militam em movimentos com essa característica, embora sejam necessárias a difusão e reflexão das discussões que acontecem nesse movimento, no interior da formação profissional e nas discussões das entidades da categoria, para que todos/as assistentes sociais conheçam tal ideário, ainda que não empreendam militância nesses espaços.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro. **O novo sindicalismo e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____; _____. A organização política do Serviço Social e o papel da Ceneas/Anas na virada do serviço social brasileiro. **30 Anos do Congresso da Virada**. p. 55-78. Brasília, Cfess, 2009.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo:** o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ASSUNÇÃO, Diana; FUSER, Marina. Patrícia Galvão. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história.** São Paulo: Edições Iskra, 2009.

AZZI, R. Família e valores no pensamento brasileiro. **Sociedade brasileira contemporânea – família e valores**. São Paulo: Loyola, 1987.

BARROCO, Maria Lúcia. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, n.79, p. 27-42, set. 2004.

_____. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; RAMOS, Sâmia Rodrigues. Abepss – O protagonismo da Abepss no passado e no presente: 30 anos de luta. **30 anos do Congresso da Virada**. p. 157-171. Brasília, Cfess, 2009.

BOFF, Leonardo**. Rose Marie Muraro**: a saga de uma mulher impossível. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2014/06/22/rose-mrie-muraro-a-saga-de-uma-mulher-impossivel/>. Acesso em: 18 dez. 2014.

BORGES, Babi. **Cresce a violência contra lésbicas.** Disponível em: <http://pstu.org.br/conteudo/cresce-viol%C3%AAncia-contra-l%C3%A9sbicas>. Acesso em: 7 set. 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. Trinta anos de projeto ético-político profissional e o desafio das entidades. **30 anos do Congresso da Virada**. p. 145-155. Brasília, Cfess, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Diretrizes curriculares. Brasília, 26 de fevereiro de 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. Projeto de Lei da Câmara n. 122/2006. Altera a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade /materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. Projeto de Lei n. 478/2007. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrar integra?codteor=770928&filename=Parecer-CSSF-19-05-2010>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Projeto de Lei n. 4.211/2012, Lei Gabriela Leite. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposiçõesWeb/ prop_mostrarintegra;jsessionid=6B36ABE9BB3888A92006C4B8DAC8C951.proposicoesWe b2?codteor=1012829&filename=Tramitacao-PL+4211/2012>. Acesso em: 13 dez. 2014.

BUONICORE. Augusto. **Engels e as origens da opressão da mulher**. 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php ?id_coluna_texto = 635 &id_coluna=10>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CARRASCO, Carmem; PETIT, Mercedes. **Mulheres trabalhadoras e marxismo**: um debate sobre a opressão. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COLUNA PRESTES: O que foi a Coluna Prestes, causas, objetivos, como foi, consequências, resumo, bibliografia, tenentismo. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ historiadobrasil/coluna_prestes.htm>. Acesso em: 2 fev. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: Cfess, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. **Resoluções e portarias CFESS**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar /menu/local/resolucoes-e-portarias-cfess>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. Resolução CFESS n. 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/ arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

_____. Resolução CFESS n. 489, de 3 de junho de 2006. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br /pdf/resolução_48920 06.pdf >. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Resolução CFESS n. 594, de 21 de janeiro de 2011a. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. Disponível em: <http://www. cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Resolução CFESS n. 615, de 8 de setembro de 2011b. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/ arquivos/615-11.pdf >. Acesso em 13 set. 2014.

_____. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. O amor fala todas as línguas. Assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual (2007). **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASAS LINGUAS.pdf>. Acesso em: 13 set.2014.

_____. Cfess na luta pela livre orientação e expressão sexual. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta1aconferencianacional GLBTT.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Em defesa da mulher. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/manifesta_mariadapenha2.pdf> Acesso em: 13 set. 2014

_____. Por mim, por nós, pelas outras... **CFESS Manifesta**. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos / 25 nov 08 03. pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Pelo fim da violência contra a mulher. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/violenciamulher.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. 3 anos de conquista no enfrentamento à violência contra a mulher. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www. cfess.org.br/arquivos/lei_maria_da_penha.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____.Visibilidade lésbica: respeito à liberdade de expressão sexual. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/ arquivos/visibilidade_lesbica.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Pela descriminalização e legalização do aborto. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ descriminalizacaodoaborto.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Uma vida sem violência é um direito das mulheres: comprometa-se, tome uma atitude, exija seus direitos. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/contraviolenciamulher2.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Autonomia, autodeterminação e liberdade! **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/ arquivos/2010.03.08_CFESSManifesta_Mulher.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Liberdade de orientação sexual, não à homofobia! **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos /cfessmanifesta_diaorgulholgbt_APROVADO.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. O amor exige expressão e reverência coletiva. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_visibilidadelesbicaFINAL.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Luta das mulheres. **CFESS Manifesta**. Disponível em: <http:/ www cfess.org.br/arquivos/cfess _manifesta _dia internacionalmulher _FINAL.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. A nossa luta é todo dia contra a homofobia. **CFESS Manifesta**. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). p.11-13. Brasília, 2014.

_____. Um basta ao tráfico de mulheres e crianças. **CFESS Manifesta**. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). p. 40-43. Brasília, 2014.

_____. "Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas". **CFESS Manifesta**. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014). p. 44-48. Brasília, 2014.

_____. Assistentes sociais lutam pela autonomia e emancipação das mulheres. **CFESS Manifesta**. **Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p. 82-85. Brasília, 2014.

_____. Assistentes sociais em defesa da diversidade humana. **CFESS Manifesta. Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p.86-89. Brasília, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres. **CFESS Manifesta. Gestão Tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p.134-138. Brasília, 2014.

_____. Estão tratando ser humano como mercadoria. **CFESS Manifesta. Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p.149-152. Brasília, 2014.

_____. O direito à identidade trans. **CFESS Manifesta. Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p. 171-175. Brasília, 2014.

_____. Sou assistente social. Luto contra o desrespeito, defendo direitos. **CFESS Manifesta. Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p.176-179. Brasília, 2014.

_____. Para romper a herança da escravidão. **CFESS Manifesta. Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p. 188-190. Brasília, 2014.

_____. Denunciar é proteger. Sou assistente social. Eu denuncio! **CFESS Manifesta. Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p.194-197. Brasília, 2014.

_____. Pelos direitos humanos das mulheres no âmbito público e privado. **CFESS Manifesta. Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014)**. p. 245-248. Brasília, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Imprensa Nacional, de 25 nov. 2009.

CORALINA, Cora. **Todas as vidas** (poema). Disponível em: <http://www.viva50.com.br/todas-as-vidas-poema-de-cora-coralina/>. Acesso em: 16 dez. 2014.

D´ATRI, Andrea. **Pão e rosas**: Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: Edições Iskra, 2008.

_____. Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsia**. Lutas Sociais**, n. 27, Dossiê Feminismo e Marxismo: Um ano sem Heleieth Saffioti. p. 144-158. São Paulo: Neils, 2. sem. 2011.

DESENVOLVIMENTISMO**.** Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php ?ID_S=72>. Acesso em: 17 dez. 2014.

DIA 25 DE NOVEMBRO: Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/blog/2013/11/25/dia-da-nao-violencia-contra-a-mulher-conheca-mais-a-fundo-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 2 fev. 2014.

ESTIVAL, Katianny. **O trabalho de homem, o trabalho de mulher e a construção do trabalho compartilhado**. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/10/o-trabalho-de-homem-o-trabalho-de-mulher-e-a-construcao-do-trabalho-compartilhado/>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. As mães arrancadas a seus filhos. **Revista Práxis**, n. 17, p. 68-69, São Paulo: Global Editora, 1979.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**, n. 24, ago. 1987.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: um manifesto da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

GASPARETO JR. Antônio. **Movimento zapatista**. Disponível em: <http://www. infoescola.com/historia/movimento-zapatista/>. Acesso em: 18 jan. 2014.

GELÉDES. **O que é o Geledés Instituto da Mulher Negra.** Disponível em: <http://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>. Acesso em: 2 jun. 2014.

GORI, Márcia. **Sororidade, o que é isso?** Disponível em: <http://www.marciagori.net/2013 /07/ sororidade-o-que-e-isso.html>. Acesso em: 19 jan. 2014.

GRASSI, Estela. Profesiones femininas: lareproducción de la desigualdade. **Serviço Social e Sociedade**, n.32, p. 96-114, maio/ago. 1990.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

HECKERT. Sonia Maria Rocha. Identidade e mulher no serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 36, p.55-73, ago. 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n. 17-18. 2001-2002.

_____. **Elisabeth Souza Lobo, 1943-1991**. BIB, Rio de Janeiro, n. 31, p. 3-5, I sem. 1991.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Disponível em: <https: //drive.google.com/ folderview ?id= 0B5- J1VZwLhbMUlBTalBvWnROa2M&usp=sharing&tid=0B5- J1VZwLhbMckN2ZmFhdGJOVzQ#list >. Acesso em: 17 maio 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36 ed. São Paulo: Cortez, 2012 [1982].

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.

IPEA. SIPS: Sistema de Indicadores de Percepção Social. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Brasília: 4 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.

KOLONTAI. Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. **Souza-Lobo e as relações de gênero e trabalho.** Disponível em: <http://www.ppgcs.fafcs.ufu.br/discentes/arquivos/005.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O dia internacional das mulheres. **Revista Práxis**, n. 17, p. 107-109. São Paulo: Global Editora, 1979.

_____. **As tarefas do movimento operário feminino na república dos sovietes**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/09/25.htm>. Acesso em: 19 jan. 2014.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Rita de Lourdes. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, n.117, p.45 -68, jan./mar. 2014.

LOCATELLI, Piero**. Zapatismo foi um movimento indígena com características ocidentais**. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201 czapatismo-foi-um-movimento-indigena-com-caracteristicas-ocidentais201d-7784.html>. Acesso em: 18 jan. 2014.

LOPEZ, Ana; PENA, Virginia Andrea. Carmela Jeria. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história**. p. 93-104. São Paulo: Edições Iskra, 2009.

LUKÁCS. Gyorg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**, p. 3. Mimeografado.

LUXEMBURGO, Rosa. Citação de frase. Disponível em: <http://kdfrases.com/frase/134483>. Acesso em: 16 dez. 2014.

MACIEL, David. **Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicaçoes/gt3/sessao4/David_Maciel.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

"Marcha das vadias" tem seios à mostra e protesto em igreja em Ribeirão. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/09/1349044-marcha-das-vadias-tem-seios-a-mostra-e-protesto-em-igreja-em-ribeirao.shtml>. Acesso em: 29 out. 2014.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social**: identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007 [1989].

MARX, Karl. A exploração das mulheres casadas. **Revista Práxis**, n. 17, p. 91. São Paulo: Global Editora, 1979.

_____. Elementos fundantes de uma concepção materialista da história. **O leitor de Marx**, p. 133-160. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012[1932].

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (I - Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDES, Lilian Marta Grisolio; GOULART, Débora Cristina. As mulheres na Comuna de Paris. Qual é a luta? **PUC Viva**, n. 41, 140 anos Comuna de Paris, maio a ago. 2011. p. 76-82.

MENDONZA, Jimena. LucreciaToriz. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história**. p. 105-114. São Paulo: Edições Iskra, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONCAU, Gabriela Logiodice. **A segunda luta**: o feminismo e as organizações de esquerda no Brasil. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORRE aos 83 anos a intelectual Rose Marie Muraro. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/morre-aos-83-anos-intelectual-rose-marie-muraro-12957807#ixzz3MGTfFpGD>. Acesso em: 18 dez. 2014.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. **Chega de violência contra as mulheres:** pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Disponível em: <http://mulheresemluta.blogspot.com.br/search?updated-max=2013-03-01T11:08:00-08:00&max-results=7>. Acesso em: 17 ago. 2013.

MULHER e revolução: Entrevista com a historiadora Wendy Z. Goldman. Tradução de Ana Carolina Fulfaro. Disponível em: <http://nucleopaoerosas.blogspot.com.br/2013/12/ mulher-e-revolucao-entrevista-com.html>. Acesso em: 19 jan. 2014.

MULHERES fazendo história – Dandara. Disponível em: <http://www.uneafrobrasil.org /site/ mulheres_fazendohistoria_dandara.php>. Acesso em: 1º fev. 2014.

MURILLO, Celeste. María Cano. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história**. p. 115-119. São Paulo: Edições Iskra, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. III CBAS: Algumas referências para sua contextualização. **30 anos do Congresso da Virada**. p.15-38. Brasília, Cfess, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do *telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do trabalho decente no Brasil**: um olhar sobre as unidades da federação. Brasília: OIT, 2012. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.

_____. **Avanços nos indicadores de trabalho decente no Brasil é tema de relatório inédito da OIT.** Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/876>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ORIGEM da marcha das vadias. Disponível em: <http://marchavadiasjc.wordpress.com/2012/04/13/origem-da-marcha-das-vadias/>. Acesso em: 29 out. 2014.

80 ANOS da conquista do sufrágio feminino no Brasil. Disponível em: <http://www.pco.org.br/conoticias/mulheres/80-anos-da-conquista-do-sufragio-feminino-no-brasil/eaps,e.html>. Acesso em: 26 maio 2014.

PAGU, Ana; ROCHA, Raysa. **Em defesa das prostitutas, contra a regulamentação da prostituição**. Disponível em: <http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2013/03/em-defesa-das-prostitutas-contra.html?q=jean>. Acesso em: 13 dez. 2014.

PANEGHINI, Luciana Ribeiro. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia: a luta revolucionária das mulheres trabalhadoras *versus* o machismo na esquerda. MARX 2014. SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA – Uberlândia, 12 a 15 de maio de 2014. **Anais...** Disponível em: <http://seminariomarx.com.br/eixo09/Apesar%20de%20voc%C3%AA%20amanh%C3%A3%20h%C3%A1%20de%20ser%20outro%20dia.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos.** São Paulo: Max Limonad, 2003.

QUILOMBOS**:** História dos Quilombos, os quilombolas, o Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares, cultura africana, formação da cultura afro-brasileira, luta dos negros na História do Brasil. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/histo riadobrasil/quilombos/>. Acesso em: 2 fev. 2014.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. **A história das mulheres no Brasil**. p. 579-606, São Paulo: Contexto, 2001.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n.107, p. 420-437, jul./set. 2011.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, n. 27, Dossiê Feminismo e Marxismo: Um ano sem Heleieth Saffioti. p. 82-100. São Paulo: Neils, 2. sem. de 2011[1969].

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Caderno Pagu**, n. 16, Dossiê feminismo em questão, questões do feminismo. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 maio 2014.

SAL, Victoria. Dicionário ideológico feminista, 1981. **8 de março, o verdadeiro dia internacional da mulher proletária!** As origens e a tradição. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-17/883-8-de-marco-o-verdadeiro-dia-internacional-da-mulher-proletaria>. Acesso em: 2 fev. 2014.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 62, p. 73-92, mar. 2000.

SASSE, Cintia; WESTIN, Ricardo. **CPI da violência contra a mulher**: governo destina pouco dinheiro para combater as agressões domésticas. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/especiais/2013/07/04/cpi-da-violencia-contra-a-mulher-governo-destina-pouco-dinheiro-para-combater-as-agressoes-domesticas>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SCHWEBEL, Dominique Fougeyrollas. Movimentos Feministas. **Dicionário Crítico do Feminismo**, p. 144-154. São Paulo: Unesp, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Portaria 46/2010/Smads**. Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/046_portaria_1298488134.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Prefeitura comemora dia internacional da mulher com lançamento de parcerias intersecretariais de prevenção à violência.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/noticias/?p=142317>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SEMPRE Um Papo. Série de DVDs. **Rose Marie Muraro.** 32 min. Disponível em: <http://www.sempreumpapo.com.br/mondolivro/?page_id=757>. Acesso em: 18 dez. 2014.

SETUBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do serviço social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n.12, p.109-139, ago. 1983.

SUS. A Saúde do Brasil. Antes e Depois. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/sus20anos/mostra/antesedepois.html>. Acesso em: 2 fev. 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. 2. ed. Série Marxismo e Opressão. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels.** Dissertação (Mestrado)- Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/ teste/ arqs/ cp1418 74.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

VIDAL, Malena; RECK, Adela. Flora Tristan. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história**. p. 39-48, São Paulo: Edições Iskra, 2009.

_____; _____. Louise Michel. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história**. p. 49-57, São Paulo: Edições Iskra, 2009.

_____; _____. Clara Zetkin. **Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história**. p. 81-85. São Paulo: Edições Iskra, 2009.

VIEIRA. B. O. **História do serviço social**. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos (Cebela) e Flacso Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual _mulheres.pdf >. Acesso em: 11 ago. 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 95, set. 2008.

ZETKIN, Clara. Lênin e a questão sexual. **Revista Práxis**, n. 17, p. 124-139. São Paulo: Global, 1979[1943].

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “Assistentes Sociais e o feminismo socialista: que *práxis* é essa?”. Nesta pesquisa, objetivamos analisar se o feminismo socialista interfere no trabalho cotidiano das assistentes sociais que militam nestes movimentos, junto à população usuária dos serviços em que atuam, na perspectiva do projeto ético-político da profissão, produto da ruptura com o conservadorismo. O Serviço Social tem sido reconhecido, historicamente, como uma profissão feminina. Da mesma forma, a atuação profissional se dá, majoritariamente, junto à população feminina, usuária dos serviços em que atuam. Assim, o objeto de pesquisa é a influência dos elementos libertários, presentes no ideário do feminismo socialista, para o trabalho profissional das assistentes sociais que militam em movimentos com este recorte, junto à população atendida, nos marcos do projeto ético-político contemporâneo.

Para esta pesquisa adotaremos o seguinte procedimento: serão entrevistadas assistentes sociais feministas socialistas, com histórico de militância em movimentos com este recorte, que estejam trabalhando ou já trabalharam como assistentes sociais. As entrevistas semiestruturadas serão realizadas por meio de roteiro pré-elaborado pela pesquisadora, sendo a participante livre para expressar suas respostas. Após as entrevistas, a serem gravadas, haverá a transcrição da conversa, que será utilizada no capítulo da dissertação, referente à pesquisa de campo.

Para participar deste estudo, a Sra. não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como é atendida pela pesquisadora, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados de pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A Sra. não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida à Sra.. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 05 (cinco) anos e, após este tempo, serão destruídos. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações apenas para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portadora do documento de identidade _____, fui informada dos objetivos da pesquisa "Assistentes Sociais e o feminismo socialista: que *práxis* é essa?", de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2014.

Nome Assinatura participante Data

Nome Assinatura pesquisador Data

Nome Assinatura testemunha Data

APÊNDICE B

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

- Ano de Formação, Unidade de Ensino Superior em que se formou;
- Experiência Profissional;
- Está trabalhando como assistente social no momento? Onde o espaço sócio-ocupacional em que trabalha está situado? Quais as atividades realizadas?
- Percebe alguma dificuldade na execução do trabalho profissional, partindo da conjuntura de implantação agudizada do neoliberalismo (verificar a questão da focalização das políticas, sucateamento dos serviços, privatizações e terceirizações, etc.);
- Histórico de Militância;
- Possui atividade acadêmica, para além da formação acadêmica formal (projeto de iniciação científica, extensão universitária, pós-graduação latus e/ou stricto sensu);
- Se a resposta para o indicativo acima for positiva, relacionar quais os temas abordados em tais atividades;
- Como conheceu o movimento feminista socialista do qual faz parte;
- Quais as atividades realizadas nos espaços de militância (saber se já exerceu liderança, se já compôs a direção/executiva de centrais populares do movimento feminista socialista; se já escreveu para blogs/jornais/revistas; se já participou de livros organizados coletivamente);
- Já realizou militância em entidades representativas da categoria (Enesso, Cfess/Cress, Abepss);
- Realizou militância em organismos da luta da classe trabalhadora (sindicatos, partidos, frentes/oposições sindicais, outros movimentos mistos contra as opressões, etc.).
- De que forma a militância nos movimentos feministas socialistas contribuiu para sua educação permanente enquanto assistente social, no que se refere às aquisições ético-políticas e teórico-metodológicas;
- De que forma a sua militância feminista e socialista se expressa no seu trabalho profissional cotidiano;
- Consegue perceber diferença entre a sua atuação profissional e a atuação das/os demais profissionais que não empreendem militância no movimento feminista socialista;

- Qual a sua visão sobre a profissão – quais os limites, desafios e potencialidades do Serviço Social na conjuntura atual, considerando a relação do projeto ético-político articulado ao projeto societário que busca o fim da exploração e da opressão;
- De que forma você tem enfrentado o machismo no seu espaço sócio-ocupacional de atuação profissional;
- Quais os limites da formação profissional acadêmica encontrados em relação à contribuição do feminismo socialista para a profissão (verificar as lacunas no curso de Serviço Social quanto ao tema do gênero, relacionado à classe);
- Como tem vislumbrado a relação atual dos assistentes sociais com os movimentos sociais e com o movimento feminista socialista, especificamente;
- Cite de que forma o feminismo socialista contribuiu para a sua formação pessoal e profissional;
- Você considera que o feminismo socialista contribuiu para o projeto ético-político atual da profissão, dentro dos marcos da contestação do conservadorismo profissional;